



Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2016 da Faculdade do Vale
do Jaguaribe, Aracati-CE

ANAIS



ISSN 2525-9156

Faculdade do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

2016

Diretoria Executiva

Direção Geral: Maryland Bessa Pereira Maia

Direção Administrativo e Financeiro: José Deroci Aguiar e Silva

Local: Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Resumos



Expo FVJ 2016

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE

VIVENCIANDO A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL MUNICIPAL EM ARACATI-CE

Antônia Carla Araújo da Silva¹

Antônia Lidiane Silva Castro¹

Bruna Kessia Ferreira Barbosa¹

Dalila Vitória da Silva Santos¹

Elaine Cristina Gomes da Silva¹

Joicy Rodrigues de Oliveira Silva¹

Jonathan Nascimento da Silva¹

Maria das Dores Silva Rodrigues¹

Nara Angélica Gomes Barbosa¹

Ramira da Silva Maia¹

Rochelli Rodrigues Barbosa¹

Sabrina Silva Cruz¹

Orientador: Prof. Ms. Priscila França de Araújo²

Objetivou-se compreender, a partir da perspectiva de acadêmicos de enfermagem, a experiência de vivenciar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). A prática resultou no fenômeno: “percebendo a SAE como um método de trabalho que organiza, direciona e melhora a qualidade da assistência, trazendo visibilidade e proporcionando segurança para equipe de enfermagem”. Estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado nos meses de setembro a novembro de 2016 na disciplina de SAE da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A experiência oportunizou aos discentes vivenciar e conhecer a prática gerencial do enfermeiro de forma ampla, facilitando a formação de vínculo com a equipe e implementação de mudanças na SAE, expressaram ainda a dimensão do conhecimento sobre a mesma, bem como consideraram o processo de enfermagem como um procedimento decisório, que norteia o raciocínio do profissional no planejamento da assistência de enfermagem. A ação exigiu a busca de resolução de problemas apresentados de acordo com as premissas do Planejamento Estratégico Situacional, do processo de Enfermagem e as especificidades da unidade, contribuindo para sua formação no âmbito da gerência, vertente relevante à enfermagem, sendo vista como um instrumento de articulação teórico-prática que conduz para uma assistência personalizada.

Palavras – chaves: Enfermagem. Cuidados de enfermagem. Gestão em Saúde.

¹ Acadêmico de enfermagem do 6º período C da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

² Enfermeira. Docente do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

TERAPIA NUTRICIONAL NA PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE

Ana Caroline¹
Arimar Sena²
Emannoel Alcantara³
Joyce Monteiro⁴
katiana Falcão⁵
Lorena Paiva⁶
Mardônio Nascimento⁷
WesvitterKildson⁸

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de mostrar a importância da ingestão de alimentos que podem prevenir a osteoporose. Especificamente, Osteoporose se refere a perda suficiente de massa óssea, a ponto de causar fratura diante do mínimo trauma ou, até mesmo, sem trauma. Seja por ação direta ou indireta, a terapia nutricional, apresenta efeito potente e complexo sobre o organismo. A alimentação para a prevenção da Osteoporose tem que ser rica em alimentos com cálcio, que está envolvido na formação dos ossos, e vitamina D, hormônio esteroide lipossolúvel que é essencial, pois promove a absorção de cálcio no sangue. Pacientes com osteoporose ou até mesmo que querem prevenir a doença, devem evitar excesso de carnes vermelhas, dando preferência às carnes brancas, e sempre que possível ingerir algum derivado de soja, como o tofu, ou o leite de soja, além de evitar o excesso de sal. Para aqueles que não podem consumir alimentos à base de soja ou tem intolerância a alguma substância, os suplementos nutricionais ou alimentos fortificados são uma alternativa. As informações passadas não deixam dúvidas quanto aos efeitos benéficos da terapia nutricional para a prevenção da osteoporose, tanto em indivíduos normais quanto na prevenção e tratamento da doença.

Palavras – chaves:OSTEOPOROSE. TERAPIA NUTRICIONAL. CÁLCIO. VITAMINA D

¹Faculdade do Vale do Jaguaribe, Fisioterapia

²Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

³Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

⁴Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

⁵Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

⁶Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

⁷Faculdade do Vale do Jaguaribe, Enfermagem

⁸Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

TCE E PRIMEIROS SOCORROS

Amanda Sousa dos Santos.¹

Antônio Evandro Pereira da Silva.²

Charles Rangeligton de Lima.³

Daniele Oliveira de Souza.⁴

Drieli Fernandes Perea.⁵

Elmer Ferreira Vitalino.⁶

Exedito Francisco de Sousa Paz.⁷

Francisco Basílio Júnior.⁸

Francisco Raimundo da Silva.⁹

Joallisson Fagner Costa Oliveira.¹⁰

José Wilton Freitas Peixoto.¹¹

Joyce dos Santos Lima.¹²

Kauane Pereira da Silva.¹³

Lucas Esterveny da Silva Freitas.¹⁴

Raquel do Nascimento Silva.¹⁵

Vanessa Lopes Bezerra de Lima.¹⁶

Wesley Araújo de Freitas.¹⁷

Iremos apresentar neste trabalho TCE e primeiros socorros, citando as prevenções, causas, sintomas, tratamentos e atendimento e protocolos de primeiros socorros (A, B, C, D, E da vida). A metodologia utilizar-se-á de três momentos, sendo que, o primeiro momento será teoria sobre o TCE, segundo momento será teoria sobre primeiros socorros e o terceiro momento protocolo de primeiros socorros de abordagem de um paciente com TCE (Prática).

O TCE é causado por impactos localizados sobre a cabeça, devido à aceleração/desaceleração, ou por combinação, ambos o movimento e o impacto súbito. Além de lesões outros danos podem ser causados no momento do trauma, como os traumas primários, sendo esses impactos diretos, os traumas secundários, ocorre em minutos ou dias após a lesão uma diversidade de eventos. Como as alterações no fluxo sanguíneo cerebral e a pressão intracraniana, contribuem substancialmente para os danos da lesão inicial. Os primeiros socorros são métodos utilizados para prevenção de traumas que acometem as vítimas de um acidente ou trauma, ao qual a vítima tenha passado.



Material necessário: Prancha de transporte e imobilização para primeiros socorros,ambu, colete cervical, luvas, caixa de som, data show.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTE VÍTIMA DE ARMA DE FOGO

Darlene Silva Ribeiro de Freitas¹
Maria Joeci Chaves Lopes¹
Rosileuda Soares de Carvalho¹
Priscila França de Araújo²

RESUMO

A Enfermagem, tendo como sua essência o cuidar das pessoas com a sua saúde e bem estar, tem em seu elo a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) como metodologia utilizada para planejamento, execução e avaliação, sendo peça essencial no trabalho do enfermeiro. Objetivou-se descrever a SAE de uma vítima de arma de fogo. Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado em um paciente do sexo masculino, no período de setembro a novembro de 2016, para a disciplina de Sistematização da Assistência de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A coleta das informações ocorreu através de vídeo exibido em sala de aula, demonstrando situações cotidianas da área de saúde no setor da emergência. Para a análise das informações utilizamos acesso a literatura científica. Através dos Diagnósticos do NANDA, identificou-se: deambulação prejudicada relacionada a prejuízo musculoesquelético, caracterizada por lesão por arma de fogo no MIE como diagnóstico base de Enfermagem, e como intervenção, estimular a realização de exercícios ativos e passivos. Portanto, conclui-se que a SAE, atividade privativa do Enfermeiro, necessita de conhecimento científico para a identificação das ações de saúde e doença, além do planejamento das ações nos níveis de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo.

Palavras – chaves: Enfermagem. Cuidados de enfermagem. Emergências. Saúde.

¹ Acadêmica do sexto período do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ).

¹ Enfermeira. Doutoranda em Saúde Coletiva UFC. Docente do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ).

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UMA PACIENTE COM DISSECÇÃO AÓRTICA

Silvana Alves de Freitas¹

Túlio Thieirry Maciel de Lima¹

Raimundo Jairton Maia¹

Rosideire Mano dos Santos¹

Orientadora: Ms. Priscila França da Araújo²

A dissecção da aorta é uma situação muitas vezes letal na qual o revestimento interno da parede da aorta se rompe enquanto o revestimento externo permanece intacto, o sangue penetra através da laceração e provoca a dissecção da camada média, o que origina a criação de um novo canal dentro da parede aórtica. Objetivou-se desenvolver a sistematização da assistência de enfermagem a uma paciente com diagnóstico de dissecção aórtica. Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado nos meses de setembro a novembro de 2016, na disciplina de SAE da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A coleta das informações se deu através da aplicação de um vídeo de simulação de casos reais no setor de emergência. A análise se deu através da literatura pertinente. Como diagnósticos traçamos: Débito cardíaco diminuído, relacionado ao acúmulo de líquido ao redor do pericárdio caracterizado por bradicardia, taquicardia e cianose; padrão respiratório ineficaz, relacionado à oxigenação insuficiente no cérebro caracterizado: por dispnéia, bradipnéia e taquipnéia. Concluímos que o estudo possibilitou conhecer melhor a patologia, suas manifestações clínicas e tratamento, como também observar a relevância do papel de enfermagem implementando a SAE no processo de cuidados à paciente, influenciando diretamente na qualidade do tratamento e no alcance dos objetivos.

Palavras- Chaves: Enfermagem. Cuidados de Enfermagem. Cardiopatias.

1. Acadêmico (a) de enfermagem do 6º período B do curso de enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe-Ce.
2. Enfermeira. Doutoranda em saúde Coletiva UFC. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe-Ce.

SABERES ESSENCIAIS PARA A GERÊNCIA EM SAÚDE/ENFERMAGEM.

PEREIRA, Francisca Josiane Barros¹

INTRODUÇÃO: Quando ouvimos falar em gerência, logo nos vêm à cabeça palavras como controle, coordenação e supervisão do trabalho. O termo gerência significa administrar com as próprias mãos. Pressupõe uma compreensão global do trabalho, para efetivar as articulações necessárias entre os trabalhadores. Torna-se incoerente na sua prática, o gerente exigir dos demais trabalhadores o desenvolvimento de processos de trabalho articulados se ele não conhece o trabalho como um todo. Está alienando os trabalhadores como também se auto-alienando. E isso acaba por mecanizar tanto o processo produtivo quanto as relações interpessoais existentes entre a equipe interdisciplinar. **OBJETIVO:** Identificar os saberes necessários e as práticas que compõem o trabalho do enfermeiro no exercício da gerência dos serviços de saúde. **METODOLOGIA:** Os dados foram coletados através de entrevistas semi estruturadas realizadas junto a uma enfermeira e aos demais profissionais da equipe, e por meio de observação direta da realidade. Foi utilizado como campo de pesquisa uma UBS de Mossoró. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Deparamo-nos na realidade dos serviços de saúde, e em particular no trabalho do enfermeiro, com uma prática de gerência fragmentada e desarticulada. A gerência da UBS é exercida por um profissional sem formação na área da saúde; observamos que o trabalho da gerente, dos enfermeiros e dos demais profissionais está desarticulado devido a, entre outros determinantes, falta de conhecimento acerca do real papel da gerência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O desenvolvimento do trabalho da gerência necessita de uma compreensão acerca da sua real função, articulada à necessidade de repensar a atual forma de organização dos serviços de saúde, à luz dos princípios do SUS.

Palavras Chaves: Gerência, saberes, alienação.

REFERÊNCIAS:

¹ Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Especialista em Urgência e Emergência na rede SUS e em Enfermagem do Trabalho. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.



ALVES, M.; PENNA, C. M. M.; BRITO, M. J. M. **Perfil dos Gerentes de Unidades Básicas de Saúde. Brasília** (DF). Revista Brasileira de Enfermagem. V.57, n. 4, p. 441-446, 2004.

AZEVEDO, S. C. **O Processo de Gerenciamento x Gestão no trabalho do Enfermeiro. 2000.** 24p. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal (RN).

RESOLUÇÃO 624/2016 DO CONTRAN: PREFERÊNCIA PARA O RESPEITO

Autor¹ FRANCISCO GILBERTO DE LIMA FILHO

Autor² IGOR MOURA RODRIGUES TEIXEIRA (ORIENTADOR)

RESUMO

O presente trabalho tem por intuito analisar a forma de aplicabilidade da resolução 624/2016 do CONTRAN, publicada em 21 de outubro de 2016, perceber quais as dificuldades que os agentes autuadores poderão encontrar ao aplicar a penalidade prevista no art. 228 do CTB; verificar qual o alcance de um ato administrativo; o assunto trazido pela resolução poderia ser tratado em uma norma desta natureza? Qual princípio autoriza; qual ente federativo e qual agente tem competência para aplicar; a norma é razoável?; mostrar a possibilidade da norma regulamentadora sofrer vários recursos pela subjetividade que a norma traz, bem como, instigar aos alunos a expor suas opiniões sobre a mais recente e polêmica resolução;

Palavras – chaves: Resolução. Contran. Norma Regulamentadora.

¹ Instituição de origem, programa e/ou curso

² Instituição de origem, programa e/ou curso



Expo FVJ²⁰¹⁶

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE



Expo FVJ²⁰¹⁶

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE



Expo FVJ²⁰¹⁶

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE

RELAÇÃO ESTRUTURA-EFEITO DO α -PINENO E TERPINEOL SOBRE TOXICIDADE AGUDA EM MODELO DE ARTÊMIA SALINA

RIBEIRO, W.C.¹; GOMES-LIMA, R. C.¹; ARAÚJO-OLIVEIRA, J.¹; SANTOS-NASCIMENTO, T.².

1 - Aluno do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe

2 – Laboratório de Eletrofisiologia da Universidade Estadual do Ceará e Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe

Dentre os produtos naturais, os óleos essenciais e seus principais constituintes são fontes promissoras de agentes terapêuticos com ação farmacológica, tais como antifúngica, antibacteriana, antioxidante e ansiolítica. Esses efeitos biológicos se deve a grande variedade de compostos derivados dos terpenóides em suas estruturas moleculares. Os monoterpenos, como o α -pineno (PNN) e terpineol (TPN) possuem uma ampla utilização na indústria alimentícia, sanitária e cosmética. No entanto, apesar de seu uso, pouco se sabe sobre os seus mecanismos de ação. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar se as diferenças na estrutura molecular desses dois monoterpenos implica em variação da toxicidade aguda sobre o microcrustáceo *Artemia sp.* Os cistos de *Artemia sp.* foram obtidos comercialmente e eclodidos em solução salina a 30%, mantidos em $25 \pm 2^\circ\text{C}$ e fotoperíodo de 12 h claro/ 12 h escuro por 48 horas. Foram colocados 10 náuplios em tubos falcons com volume final de 10 ml por réplica (n) mantidos sob condições controladas por 24 h para contagem dos organismos vivos e mortos utilizando um estereoscópio. Dimetilsulfóxido (0,05% v/v) foi utilizado para diluir o PNN e TPN. Nas concentrações testadas (0,01 – 30 mM), o PNN e TPN desencadeou a morte da *Artemia sp.* de maneira concentração-dependente com CL_{50} igual $3,82 \pm 1,03$ mM ($h = 1,48 \pm 0,34$) e $0,45 \pm 0,25$ mM ($h = 1,02 \pm 0,52$), respectivamente. Embora a eficácia tenha sido a mesma (100%), o TPN é significativamente mais potente do que o PNN ($n \geq 3$; $p = 0,034$ pelo teste t). Mesmo que a estrutura molecular dos monoterpenos usados nesse trabalho seja cíclica, a molécula do TPN por apresentar radicais químicos, hidroxila e isopropil, diferentemente do PNN que possui somente radicais metil, é responsável por apresentar a maior diferença de potência, provavelmente hidroxila o que lhe proporciona a característica polar em sua estrutura.

Palavras-Chave: α -Pineno, Terpineol, Artêmia e Toxicidade.

PRESCRIÇÃO FARMACEUTICA: MEDIDAS PARA UMA BOA CONDUTA AO PRESCRITOR.

BRANDÃO, Johnatã Ferreira¹
SANTOS, Sônia Maria²
FALCAO, Jeane Alves³
BARROSO, Lana Karine Vasconcelos⁴

INTRODUÇÃO

Dentre as atribuições clínicas do farmacêutico tem-se a prescrição, regulamentada pelo Conselho Federal de Farmácia, auxiliando a eficácia da farmacoterapia em busca do uso racional de medicamentos. O presente estudo teve o objetivo de descrever o processo de prescrição farmacêutica e foi realizado por meio de uma avaliação da resolução 586/2013, do Conselho Federal de Farmácia.

METODOLOGIA

Algumas estratégias estão sendo adotadas pelo Conselho na execução desta tarefa. Uma delas é a busca da valorização dos profissionais por meio da construção de um aparato normativo moderno, voltado para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população. A expansão das atividades clínicas do farmacêutico ocorreu, em parte, como resposta ao fenômeno da transição demográfica e epidemiológica observado na sociedade. A crescente morbimortalidade relativa às doenças e agravos não transmissíveis e à farmacoterapia repercutiu nos sistemas de saúde e exigiu um novo perfil do farmacêutico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de prescrição farmacêutica é constituído das seguintes etapas, identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde, definição do objetivo terapêutico; seleção da terapia ou intervenções relativas ao cuidado à saúde, com base em sua segurança, eficácia, custo e conveniência, dentro do plano de cuidado; redação da prescrição; orientação ao paciente; avaliação dos resultados; documentação do processo de prescrição. Com o conjunto dessa etapas irá auxiliar o farmacêutico na sua prescrição, assim sendo uma espécie de guia, melhorando ainda mais e com mais credibilidade sua prescrição.

¹FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE, FARMÁCIA.

²FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE, FARMÁCIA.

³FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE, FARMÁCIA.

⁴UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FARMÁCIA.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é preciso reconhecer que a prática clínica do farmacêutico em nosso país avançou nas últimas décadas. Isso se deve ao esforço visionário daqueles que criaram os primeiros serviços de Farmácia Clínica no Brasil, assim como às ações lideradas por entidades profissionais, instituições acadêmicas, organismos internacionais e iniciativas governamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011: Regulamentação da Lei no 8.080/90. 1ed. 1 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 16 p.

PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DE HISTÓRIA: A APLICABILIDADE DO CONCEITO DE HISTORICIDADE DO DOCUMENTO PRIMÁRIO

Elisrejane de Albuquerque Alencar¹
Maria Açuena Menezes de Farias Tavares²
Silvana Sousa Ribeiro de Freitas³
Vanessa Cristina Maia Pereira⁴

RESUMO

O trabalho em questão aborda o período da ditadura militar no Brasil sob a ótica da minissérie “Anos Rebeldes”. A produção televisiva trouxe como pano de fundo o romance entre dois jovens com ideais de vida bem diferentes. É interessante ressaltar que a minissérie, produzida pela Rede Globo de televisão, foi escrita, gravada e exibida em meados de 1992, período em que os protestos contra o governo de Fernando Collor de Melo assumiram caráter decisivo para que o impeachment ocorresse. A pesquisa se deu mediante análise de vídeos, imagens e textos que trouxeram recortes do período histórico estudado. Buscou-se através do trabalho com o documento primário, a minissérie, tratar com ênfase especial o ano de 1968, em que ocorreram diversos protestos expressivos ao redor do mundo. Com a proposta de uma mostra visual, a exposição pretende resgatar para o público a memória dos anos de luta contra o regime, e também a lembrança do que acontecia em 1992, entendendo que a resistência e a luta são sempre necessárias quando se almeja a transformação, que quando nos vemos como sujeitos de direitos temos o “empoderamento” necessário para ativar a mudança.

Palavras – chaves: Ditadura militar. Minissérie. Pesquisa.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia

² Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia

⁴ Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia

Paralisia do Sono, Transtornos de Ansiedade e Esclerose Múltipla associada aos vínculos entre profissional e paciente.

Ângela Emiliano Monteiro
Dayse Fonseca Lima
Francisco José de Lima Sousa

RESUMO

O presente trabalho abrange 3 temas diferentes, a síndrome psicossomática e suas estruturas afetadas no cérebro, contendo teorias psicanalíticas e em liderança, envolvendo casos de líderes que obtiveram a síndrome do sono recorrente de preocupações e estresse.

Além disso, será abordado o tema, transtornos de ansiedade em pacientes Neurológicos pós Trauma, onde será mostrado como superar estes transtornos, a apresentação será por meio de cartazes, plaquinhas, sorteios e finalizando essa parte com um teste de ansiedade.

Ainda na sala será abordado a importância dos vínculos entre fisioterapeutas e pacientes no tratamento da esclerose múltipla e as conquistas femininas ao longo da história. através de uma galeria de fotos tendo como foco principal a esclerose múltipla, além disso o papel da liderança feminina dentro da organização da saúde.

.Palavras – chaves: Síndrome Psicossomática. Transtornos de Ansiedade. Vínculos.

O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA REABILITAÇÃO PULMONAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Camila Freitas Sousa ¹
milla_ce@hotmail.com
Kayron Moreira Freitas ²
kayronfreitas@gmail.com
Thais Muratori Holanda ³
thamuratori@gmail.com

RESUMO

Pacientes com doença pulmonar avançada apresentam uma redução da tolerância ao exercício associada a dispneia e fadiga. Durante as últimas décadas, inúmeras estratégias associadas ao tratamento farmacológico têm sido estudadas visando reduzir os sintomas e melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Reunir por meio de literatura bibliográfica recursos fisioterapêuticos que ajudam na melhoria da reabilitação pulmonar. O levantamento bibliográfico foi feito nas bases de dados do SciELO, PEDro e Lilacs, por meio dos descritores, em português: reabilitação pulmonar, fisioterapia na reabilitação pulmonar e benefícios fisioterapêuticos na reabilitação pulmonar. Um programa integral compreende o treinamento físico das extremidades superiores e inferiores, educação e intervenção psicossocial e comportamental. Poucos são os Centros que incluem os treinamentos de músculos respiratórios em seus programas, esse treinamento está reservado para os pacientes com doenças neuromuscular e para os com doenças obstrutivas nas quais as dispneias de causa muscular respiratória é um fator comprovado de limitação aos esforços. A reabilitação pulmonar tornou-se um tratamento fundamental para pacientes com doenças pulmonares. A evidência dos mecanismos de melhora na qualidade de vida, aumento da tolerância ao exercício, alívio da dispneia e melhora da capacidade funcional torna essencial a associação da fisioterapia ao tratamento dos pacientes. Que inclui também um tratamento mais amplo com as outras áreas tornando um tratamento multidisciplinar.

Palavras – chaves: reabilitação pulmonar. Fisioterapia na reabilitação pulmonar. Benefícios fisioterapêuticos na reabilitação pulmonar.

¹ Discente na Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ), Fisioterapia.

² Discente na Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ), Fisioterapia.

³ Docente na Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ), Fisioterapia.

SALA TEMÁTICA DE NEUROANATOMIA MACROSCÓPICA

Nieyge Santos¹, Vanessa Costa¹, Clarisse Santiago¹, Ranna Oliveira¹, Denise Barbosa¹, Izabel Monteiro¹, Gabriel Silva¹, Isabel Oliveira¹, Géssyca Silva¹, Pábula Farias¹, Elany Silva¹, Margarida Santana¹, José Neto¹, Janice Lopes¹, Marta Silva¹, Yara Monteiro¹, Naiana Silva¹, Milena Monteiro¹, Ingrid Lima¹, Dayelle Barbosa¹, Amara Carvalho¹, Ana Nogueira¹, Natalia Escottar¹, Raylene Souza¹, Lucas Freires¹, Letícia Lima¹, Maria Oliveira¹, Lilian Sousa¹, Wenia Costa¹, Jéssia Silva¹, Larissa Rebouças¹, Lucas Freitas¹, Beatriz Araújo¹, Thiago Braga¹.

Ossian Filho² (Orientador).

RESUMO

O projeto, intitulado "Anatomia Macroscópica do Sistema Nervoso Central", visa a mostra de trabalhos produzidos pelos alunos do segundo e terceiro períodos de Fisioterapia. Serão quatro estandes distribuídos ordenadamente, apresentando temas específicos: Vascularização Encefálica, a partir das artérias vértebro-basilar e carotídeo e o Polígono de Willis e generalidades; Cerebelo, a partir do desenvolvimento, generalidades e funcionalidades; Tronco Encefálico, partindo das generalidades do mesencéfalo, ponte e bulbo, e sua ligação com o diencefalo e medula; e Medula Espinhal, focando nas generalidades, conexão com o tronco encefálico, e distribuição para a manutenção das funcionalidades do corpo humano. Todos os trabalhos estarão direcionados, principalmente, à anatomia a nível macroscópico, percorrendo o campo do Sistema Nervoso Central. O projeto se desenvolve dentro de uma sala temática, demarcada para gerar um fluxo organizado, com didática apropriada e materiais de apoio produzidos pelos próprios alunos, a fim de proporcionar aos visitantes e convidados uma melhor compreensão sobre o assunto.

Palavras – chaves: Neuroanatomia. Patologias. Estruturas. Funcionalidades. Fisioterapia.

¹ Alunos do 2º e 3º Período do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

² Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Aracati - CE; Orientador da pesquisa

MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS ASSOCIADAS À MORTALIDADE INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO VALE DO JAGUARIBE

Antônia Carla Araújo da Silva¹
Antônia Lidiane Silva Castro¹
Bruna Kessia Ferreira Barbosa¹
Dalila Vitória da Silva Santos¹
Elaine Cristina Gomes da Silva¹
Joicy Rodrigues de Oliveira Silva¹
Jonathan Nascimento da Silva¹
Maria das Dores Silva Santos¹
Nara Angélica Gomes Barbosa¹
Ramira da Silva Maia¹
Rochelli Rodrigues Barbosa¹
Sabrina Silva da Costa¹
Edineide de Souza da Costa²
Francisca Letícia Laurindo do Nascimento²
Josimary Oliveira Costa²
Kelly Maria Xavier de Sousa²
Maria Daniele Oliveira Rocha²
Maria das Graças da Silva²
Micaella de Oliveira Rodrigues²
Silvana Alves de Freitas²
Tulio Tierry Maciel de Lima²
Wigna Cristina Loureira Maia²
Orientadora: Prof. Ms. Fabianne Ferreira Costa Róseo³

As malformações congênitas constituem em distúrbios de desenvolvimento presentes ao nascimento e que surgem no período embrionário, inclui toda alteração de ordem estrutural, funcional ou metabólica, que causam anomalias físicas ou mentais ao indivíduo. No Brasil constituem a segunda causa de mortalidade infantil. Desse modo foi solicitado aos alunos dos 6º períodos B e C da disciplina Epidemiologia, que realizassem um trabalho sobre a mortalidade infantil nos municípios em que residem localizados no Vale do Jaguaribe. O trabalho contemplou a mortalidade infantil, seus componentes e suas causas. Apesar de a maioria dos óbitos estarem relacionados à prematuridade extrema, observaram-se vários por malformação congênita. Fato que chamou a atenção dos discentes para o desenvolvimento da sala temática que será constituída pelas seguintes malformações: anencefalia, hidrocefalia, hidranencefalia, síndrome de Edwards, síndrome de Dandy Walker, Síndrome de Patau, agenesia dos testículos e gastrosquise. Assim, serão utilizados como recursos: banners e folders. A apresentação dessa importante causa da mortalidade infantil pretende expor à comunidade acadêmica o conhecimento dessas malformações para que os discentes despertem o olhar para um acompanhamento pré-natal adequado, valorizando os antecedentes familiares e obstétricos maternos, a fim de que as gestantes possam ter aconselhamento genético e a geração de fetos saudáveis.

Palavras – chaves: Malformações Congênitas. Mortalidade Infantil. Epidemiologia.

¹ Acadêmico de enfermagem do 6º período C da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

² Acadêmico de enfermagem do 6º período B da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

³ Enfermeira Ms. Docente do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

FACULDADE VALE DO JAGUARIBE – FVJ

TÍTULO: Índice de Desordem do Processamento Sensorial em pacientes clinicados com Autismo.

**Valéria Maia de Sena
Professor Orientador: Dr. Paulo Sérgio.**

RESUMO

O Autismo é um quadro clínico que compromete gravemente a interação social, comunicação e padrões de comportamento. Crianças com Desordem do Espectro Autista (DEA) em sua grande maioria apresentam Desordem do Processamento Sensorial (DPS) que é um transtorno caracterizado pela dificuldade de processamento de assimilação das informações sensoriais do ambiente e dos sentidos do próprio corpo humano. Por tratar-se de doenças de pouco conhecimento social é que torna-se necessário a ampliação e diferenciação entre ambos os transtornos e a verificação para a sua melhor abordagem terapêutica. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa baseado em análise de dados bibliográficos. Tendo em vista que o conhecimento a respeito do tema minimiza o impacto do diagnóstico e a perturbação mental entre os familiares, levando clareza do assunto tanto aos profissionais da área de saúde, bem como estratégias que beneficiem a família e o modo de tratamento das crianças, facilitando o convívio e diminuindo o estresse dos pais.

Palavras-chaves: Autismo, Desordem sensorial, Transtorno clínico, Diagnóstico.

IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS PARA A PREVENÇÃO DE DTAs.

Caio Luís Pereira Ribeiro¹

Luana Moreira Lima¹

Rachel Duarte de Maria¹

Lana Karine Vasconcelos Barroso²

RESUMO

Muitas pessoas consomem diariamente refeições nas ruas, o que tem contribuído para o crescente número de vendedores ambulantes de alimentos. Fatores como infraestrutura local precária e as características dos produtos comercializados aumentam as preocupações com a segurança dos alimentos vendidos nas ruas. O presente estudo objetivou descrever a importância da adoção das boas práticas na manipulação de alimentos para a prevenção de doenças transmitidas por alimentos (DTAs). Realizou-se uma revisão da literatura na base de dados Scielo com a seguinte questão norteadora: Quais as formas preventivas de doenças transmitidas por alimentos relacionadas à manipulação dos mesmos? Verificou-se que para a implantação das boas práticas é necessário garantir a qualidade da água, assim como a limpeza e a higiene do local do trabalho. Para o preparo dos alimentos, são exigidos alguns procedimentos básicos, tais como: lavagem de mãos; utilização de cabelos presos e cobertos; unhas limpas; não utilizar tábuas de madeira; proteção do alimento por meio de tampa ou filme plástico; higienização de legumes e frutas; não utilização de produtos com embalagens amassadas, enferrujadas, rasgadas ou qualquer outro tipo de defeito. Medidas de educação continuada para os manipuladores de alimentos são imprescindíveis, configurando-se uma ação de grande impacto na saúde pública.

Palavras – chaves: Manipulador de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas. Segurança alimentar e práticas higiênico-sanitário.

¹ Faculdade Vale do Jaguaribe, acadêmica do Curso de Farmácia

² Faculdade Vale do Jaguaribe, professora do Curso de Farmácia

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE RISCOS PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amália Gonçalves Arruda¹
Ana Paula Maia Nogueira²
Francisca Andreza Barbosa da Silva³
Rodger Rennan Sousa Paixão⁴

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são consideradas a principal causa de morbimortalidade no mundo. As doenças cardiovasculares tem se enquadrado nas quatro DCNT que respondem por maior impacto mundial, sendo resultado de determinantes sociais e fatores de riscos individuais como o tabagismo, consumo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável. O objetivo deste estudo foi identificar a incidência de fatores de risco para doenças cardiovasculares em servidores e alunos da Faculdade do Vale do Jaguaribe, localizada em Aracati - Ce.

METODOLOGIA

Estudo do tipo relato de experiência com abordagem quantiqualitativa realizado por alunos do 8º semestre do Curso de Enfermagem, da disciplina Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso I. Foi realizada atividade prática, no campus da universidade, onde os alunos realizaram exames físicos e preenchimento de questionários com dados sobre idade, sexo e hábitos de estilo de vida. Foram estudados 95 indivíduos, que apresentavam uma variação de idade entre 18 e 63 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No parâmetro da circunferência abdominal 26,3 % estava aumentado; 55,8 % da população estava com o IMC alterado; 20% da população estudada apresentaram níveis de pressão arterial elevados. O hábito de fumar foi relatado por apenas 8,4 % dos indivíduos determinando uma baixa prevalência desse fator de risco. Quando avaliados quanto a baixo, médio e alto risco para doenças cardiovasculares, os dados foram, respectivamente, 67,3%, 30,5% e 2,1%.

¹ Profa. Ma. da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Curso de Enfermagem.

² Aluna do 8º semestre da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Curso de Enfermagem.

³ Aluna do 8º semestre da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Curso de Enfermagem.

⁴ Aluno do 8º semestre da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Curso de Enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados possibilitaram a reflexão quanto a necessidade da prevenção e da promoção da saúde para minimizar os riscos de doenças cardiovasculares e a identificação do espaço universitário como promotor de saberes e práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde; 2014

GANASSIN, G. S.; SILVA, E. M.; PIMENTA, A. M.; MARCON, S.S. Efetividade da intervenção educativa no conhecimento de homens relacionado às doenças cardiovasculares. **Acta paul. Enferm.** Vol.29, no.1, São Paulo, Jan./Feb. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

NETO, A. C. B; ANDRADE, M. I. S., LIMA, V. L. M; DINIZ, A. S. Peso corporal e escores de consumo alimentar em adolescentes no nordeste brasileiro. **Rev. paul. pediatr.** vol.33 no.3 São Paulo July/Sept. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MALTA, D. C.; OLIVEIRA, T. P.; SANTOS, M. A. S. S; ANDRADE, S. S. C. A.; SILVA, M. M. A. GRUPO TECNICO DO MONITORAMENTO DO PLANO DE DCNT. Avanços do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil, 2011-2015. **Epidemiol. Serv.Saúde** vol.25 no.2 Brasília Apr./June 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

.

HEPATITES VIRAIS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Arthur da Silva Rebouças¹
Yuana da Costa Sena²
Mariana Brito Dantas³

RESUMO

O termo hepatite engloba todos os processos inflamatórios do fígado, dentre elas as hepatites virais B e C são transmitidas sexualmente gerando problemas para a saúde pública. A hepatite B é uma doença infecciosa viral causada pelo vírus da hepatite B (HBV). Ela pode ser transmitida não apenas por meio de relações sexuais desprotegidas, mas também pela realização de procedimentos cirúrgicos ou perfurações sem realização da esterilização dos materiais, transfusão de sangue e transmissão vertical. Pode ser sintomáticas ou não, onde pessoas adultas infectadas com HBV apresentam de 90 à 95 % de cura. A Hepatite B pode ser prevenida por meio da vacinação, de forma a imunizar a população. A hepatite C é causada pelo vírus da hepatite C (HVC). Em média 80% das pessoas que se infectam não conseguem eliminar o vírus, evoluindo para formas crônicas. O presente trabalho tem como objetivo conscientizar as pessoas das formas de prevenção destas hepatites, por meio do uso de preservativos nas relações sexuais e mostrar os meios de se realizar o diagnóstico. É necessário que ocorra a prevenção e o diagnóstico dessas doenças e que seja desenvolvido tratamento adequado para garantir o acesso da saúde.

Palavras – chaves: Hepatites. Prevenção. HBV. HCV.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluno do curso de Farmácia.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluna do curso de Farmácia.

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe, professora do curso de Farmácia.

ENFISEMA PULMONAR

Fernanda da Silva Ferreira¹
Daniele do Nascimento Costa¹
Maria Lydyana Gonçalves da Silva¹
Hanna Letícia Sousa Rodrigues¹
Laura Sena da Costa²
Tamyres Barros Nogueira²
Amanda Maria da Silva Ferreira³
José Ossian Almeida Souza Filho⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar sobre o Enfisema Pulmonar, patologia relacionada ao sistema respiratório, explicando o seu desenvolvimento, principais órgãos do sistema que são afetados, quadro clínico, sintomas, diagnósticos e possíveis tratamentos. O enfisema pulmonar é uma doença crônica, progressiva, na qual os alvéolos passam a ser afetados, deixando-os destruídos, dilatados e hiperinflados. É causada principalmente pelo tabagismo, associada à DPOC (doença pulmonar obstrutiva crônica), sendo um grupo de doenças que se caracterizam pela obstrução crônica dos pulmões. O presente trabalho se baseou em pesquisas bibliográficas, em sites específicos e em trabalhos acadêmicos e científicos para sua elaboração. Por fim, diante dos conceitos, características, desenvolvimento, sintomas e causas analisadas, pode-se concluir que o enfisema pulmonar é uma doença crônica, sendo uma grave irritação nos pulmões, tendo como principal causa o tabagismo; não possui cura, apenas tratamento para amenizar os danos causados aos pulmões, melhorando na qualidade de vida e prevenindo o seu progresso.

PALAVRAS CHAVES: Enfisema pulmonar, Sistema Respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, DPOC, tabagismo.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Nutrição

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Fisioterapia

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Enfermagem

⁴ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Orientador

ELABORAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA UMA GESTANTE EM TRABALHO DE PARTO ATIVO EM UM AMBIENTE INADEQUADO

Francisco Diego Fernandes da Silva¹

Débora Ferreira dos Anjos¹

Margarida Ferreira Carvalho¹

Elizângela Galdino da Silva¹

Márcia Maria Barbosa¹

Orientadora: Ms. Priscila França de Araújo²

RESUMO

Criar uma atmosfera calma e livre de estresse favorece a evolução do trabalho de parto, pois há menor liberação de adrenalina. Controlar barulhos excessivos, permitir à gestante o acompanhamento e, especialmente, assegurar sua privacidade e segurança são maneiras de manter um ambiente adequado para o parto. Objetivou-se desenvolver a sistematização da assistência de enfermagem a uma paciente em trabalho de parto em local inadequado. Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado nos meses de setembro a novembro de 2016, na disciplina de Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A coleta das informações se deu através da aplicação de um vídeo de simulação de casos reais no setor de emergência. A análise se deu através da literatura pertinente. Como diagnósticos de enfermagem traçamos: Risco de infecção puerperal relacionado ao ambiente inadequado ao procedimento; conforto prejudicado relacionado ao local inadequado para realização do procedimento evidenciado por imobilização física. O estudo possibilitou ampliar nossos conhecimentos acerca da assistência a gestante em trabalho de parto, enfatizando a humanização nesse período, bem como compreender a relevância da equipe de enfermagem, planejando e implementando a SAE no processo de cuidados à paciente, influenciando na qualidade do tratamento e no alcance dos objetivos.

Palavras – chaves: Enfermagem. Cuidados de enfermagem. Trabalho de parto.

1. Acadêmicos de enfermagem do 6º período B do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-CE.
2. Enfermeira Doutoranda em Saúde Coletiva UFC. Docente do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-CE.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MULHERES ADOLESCENTES COM ENFOQUE NO HPV: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Diego Jeymes da Silva Lopes¹

O Vírus do Papiloma Humano (HPV) é caracterizado pela indução à formação de verrugas genitais e extragenitais. Reconhecido como o causador do câncer de colo de útero (presente em mais de 90% dos casos), relacionado a vários outros tipos de câncer e prevalência de 32,1% das mulheres. A ação teve como objetivo geral sensibilizar as meninas de 09 a 13 anos acerca das estratégias de proteção e prevenção do HPV. E como objetivo específico construir conhecimentos na compreensão do HPV, suas causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção. Trata-se de relato de experiência de ação realizada no auditório da Escola Estadual Dr. Lavoisier Maia, Mossoró – RN no dia 11/10/2016, onde se utilizou metodologia ativa tipo “dinâmica” seguida de educação em saúde por meio de slide onde continha os seguintes tópicos: definição, transmissão, sinais e sintomas, diagnóstico e tratamento orientada por revisão de literatura da temática em artigos indexados na base de dados Scielo e sítios da internet. Para finalizar foi entregue panfletos educativos e vacinação para as alunas. Percebeu-se que muitas das adolescentes nunca tinham ouvido falar do HPV e nem da vacina disponível pelo sistema público resultando em conhecimento insuficiente para executar medidas de prevenção. Desta forma é necessário que os órgãos de saúde, especialmente os da atenção básica, executem intervenções educativas para prover informação adequada sobre o HPV e sobre medidas de prevenção. Isso não significa apenas repassar informações cientificamente, mas transmiti-las de forma que o público presente consiga aplicar em seu cotidiano. Para os enfermeirandos, foi de suma importância assumir o papel de transmissor de conhecimento na educação em saúde contribuindo para a formação profissional.

¹Acadêmico do curso de Enfermagem na Universidade Potiguar-UNP, campus Mossoró. E-mail: djsilvaa@hotmail.com.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: (RE) PENSANDO ESTA PRÁTICA.

PEREIRA, Francisca Josiane Barros¹

INTRODUÇÃO: O presente estudo discute a Educação em Saúde, como estratégia fundamental para construção e constituição de sujeitos ativos, que se mobilizam em direção a um projeto de vida libertador. No mesmo indaga-se: os motivos pelos quais as práticas educativas, sendo estas tão importantes para o autocuidado da população, não estarem sendo desenvolvidas na prática, e quando acontecem, apresentarem-se individualistas e autoritárias, voltadas muitas vezes para imposição informativa de certas doenças, sem levar em consideração as opiniões e muito menos a interpretações e contextualização em que se encontram os usuários. Tendo em vista tais situações, objetivamos analisar o papel da educação em saúde, como uma necessidade junto ao profissional, refletindo sobre a forma instalada de se produzir educação. **METODOLOGIA:** O referente estudo se desenvolveu mediante pesquisas bibliográficas, utilizando autores que abordam a temática. **RESULTADOS:** A pesquisa possibilitou conhecer o motivo pelos quais as práticas educativas não estão sendo desenvolvidas como necessidade pelos profissionais, aparecendo superficiais e isoladas, sendo explicadas por vários fatos: como despreparo profissional; falta de intersetorialidade e interdisciplinaridade, infra-estruturas escassas, predominância do modelo clínico. **CONCLUSÃO:** Através da pesquisa foi possível perceber a necessidade de (re) pensar esta forma instalada de fazer educação em saúde, procurando aperfeiçoá-la, pautada no cotidiano de cada cidadão, a fim de que se desenvolva. Fazendo com que o próprio profissional perceba a grande importância da afirmação da educação nos processos de trabalho em saúde e de ampliar a participação à população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde; pratica educativa; profissional.

REFERÊNCIAS:

¹ Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Especialista em Urgência e Emergência na rede SUS e em Enfermagem do Trabalho. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.



OLIVEIRA, H. M. de; GONÇALVES, M. J. F. **Educação em Saúde: uma experiência transformadora.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 57, n. 06, p. 761-763, dez. 2004.

SOUZA, A. C. et al. **A educação em saúde com grupos na comunidade: uma estratégia facilitadora da promoção da saúde.** Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 26, n. 02. p.147-153, ago. 2005.

Vasconcelos EM. **Educação popular e a atenção à saúde da família.** São Paulo (SP): Hucitec; 1999

Doenças neurodegenerativas

Orientadora: Cláudia Pupo Vaz¹
**Autores: Emily de Brito Carneiro², Karine Soares Araújo³,
Maria Débora ribeiro de oliveira⁴, Francisca Luana Gomes costa⁵,
Ana Clara dos Santos Pereira⁶, Bruna Maria de Oliveira Barbosa⁷,
Laís leite Uchôa⁸, Francisca Vanessa da Silva⁹,
Emanuela kryssia Façanha de Andrade¹⁰, Eduardo Bertulino da Silva¹¹,
Roberta Alana da Costa¹², Ana Cláudia Lima Maia¹³,
Maria Iara da Silva Lima Bezerra¹⁴, Cíntia das Neves Araújo¹⁵, Brenda Mara
Antunes Batista¹⁶, José Mayco Leite da Silva¹⁷,
Jéssica Karen dos Santos Monteiro¹⁸, Francisca Fernanda da Silva¹⁸,
Darlene Joyce
Nogueira¹⁹, Thalita Gabriela Xavier dantas²⁰,
Anatália Nery de Souza²¹**

RESUMO- As doenças neurodegenerativas são neuropatias relacionadas com alterações na formação nativa das proteínas que inclui doenças como: Parkinson (DP), Alzheimer (DA) como também esclerose múltipla (EM) e esclerose lateral amiotrófica (ELA). Estas doenças estão associadas ao envelhecimento geral da população, e a presença de formas proteicas agregadas no cérebro dos indivíduos afetados. Com objetivos de orientar e conscientizar as pessoas sobre fatores que pode desenvolver distúrbios relacionados às doenças degenerativas, como estresse, exaustão, aspectos ambientais entre outros fatores. E mostrar meios para a possível prevenção das tais doenças. Como também a divulgação dos trabalhos acadêmicos feitos pelos alunos da FVJ. Em uma sala temática foram utilizadas matérias como mural de fotos, painel explicativo do ciclo da dopamina, folhetos nas bancadas de cada equipe, dramatização, painel em forma de árvore sobre (ELA) e (EM), e dinâmicas. Os resultados obtidos foram de melhor informação possível para que as pessoas possam entender melhor sobre essas doenças para possível prevenção.

Palavras-chave: Neurodegenerativas, População, Conscientização.

¹**Professora de Fisioterapia da faculdade do Vale do Jaguaribe.**

23456789 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **graduando no curso de fisioterapia, FVJ.**

Referencias

GONÇALVES, Susana; OUTEIRO, Tiago Fleming. A disfunção cognitiva nas doenças Neurodegenerativas. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 12, n. 3, 2016.

JÚNIOR, José Geraldo de Alencar Santos et al. Esclerose Múltipla: Relato de Caso e Critérios de Diagnóstico. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 6, n. 1, 2016.

JUNIOR, Eduardo Linden et al. ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: ARTIGO DE ATUALIZAÇÃO. **Fisioterapia em Ação-Anais eletrônicos**, p. 47-62, 2016.

DOS SANTOS GUIMARÃES, Maria Talita; DO VALE, Vanessa Donato; AOKI, Tsutomu. Os benefícios da fisioterapia neurofuncional em pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica: revisão sistemática. **ABCS Health Sciences**, v. 41, n. 2, 2016.

FERRAZ, Henrique Ballalai; BORGES, Vanderci. Doença de Parkinson. **Revista brasileira de medicina**, v. 59, n. 4, p. 207-19, 2002.

DOS SANTOS STEIDL, Eduardo Matias; ZIEGLER, Juliana Ramos; FERREIRA, Fernanda Vargas. Doença de Parkinson: revisão bibliográfica. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 8, n. 1, p. 115-129, 2016.

DE FÁTIMA OLIVEIRA, Maria et al. DOENÇA DE ALZHEIMER.

DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO

Audeny Maria Martins Farias¹
Bárbara Ferreira Pinho²
Idamara de Assis Segundo Silva²
Jaislane Lopes Silva³
Karolina da Costa Saraiva²
Kilvia Kellya Caminha Nunes Ferreira³
Matheus Diógenes da Silva³
Michelle Araújo Capistrano²
Natália Rodrigues Macário³
Vanessa Antunes da Costa²
José Ossian Almeida Souza Filho⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo reconhecer sintomas e complicações que podem ocorrer na doença do refluxo gastroesofágico, considerando as variáveis individuais e as condutas indicadas de acordo com a necessidade/gravidade dos problemas apresentados. O refluxo gastroesofágico é definido como o retorno passivo do conteúdo gástrico para o esôfago, independentemente de sua etiologia. Tal fenômeno pode ocorrer em circunstâncias fisiológicas ou patológicas e em qualquer indivíduo. A doença do refluxo gastroesofágico possui prognóstico mais grave, além de abordagens diagnóstica e terapêutica diferentes. Alguns fatores podem contribuir para a doença do refluxo gastroesofágico. É importante considerar na abordagem inicial fatores como: a idade, presença ou não de manifestações de alarme. Pode-se concluir que a fisiopatologia é multifatorial, estando ligada a processos inflamatórios. A maioria dos casos pode ser diagnosticada com uma boa história clínica e um exame físico detalhado.

Palavras - chaves: Digestão. Doença do refluxo gastroesofágico. Abordagem terapêutica.

¹ Faculdade Vale do Jaguaribe, Farmácia

² Faculdade Vale do Jaguaribe, Nutrição

³ Faculdade Vale do Jaguaribe, Fisioterapia

⁴ Faculdade Vale do Jaguaribe, Orientador



Expo FVJ 2016

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE

DIÁRIO DE APRENDIZAGEM: VIVÊNCIA ENTRE ALUNOS E PROFESSORA NA OBSERVAÇÃO DO SUS.

Antônia Carla Araújo da Silva¹

Antônia Lidiane Silva Castro¹

Bruna Kessia Ferreira Barbosa¹

Dalila Vitória da Silva Santos¹

Elaine Cristina Gomes da Silva¹

Joicy Rodrigues de Oliveira Silva¹

Jonathan Nascimento da Silva¹

Maria das Dores Silva Rodrigues¹

Nara Angélica Gomes Barbosa¹

Ramira da Silva Maia¹

Rochelli Rodrigues Barbosa¹

Sabrina Silva Cruz¹

Orientador: Prof. Enf. Walerie Pinheiro Rocha

Este trabalho tem como objetivo a conscientização e a sensibilização – professores e alunos – quanto à importância da disciplina de Saúde Coletiva, no sentido de repensar todo o processo de ensino-aprendizagem e viabilizar a formação de sujeitos que não apenas se construam e construam conhecimentos, mas que se tornem seres sensíveis e comprometidos com a vida. O diário tem a função de garantir o diálogo intrapessoal, nele são registrados fatos ocorridos e sentimentos inerentes a esses acontecimentos, como dificuldades, facilidades, dúvidas, surpresas, conquistas, entre outros, reconhecer e operar junto às necessidades e problemas de saúde dos grupos sociais, refletir sobre a determinação social do processo saúde-doença, conhecer o objeto da saúde coletiva: o processo saúde-doença no coletivo e a constituição de perfis epidemiológicos, identificar os meios e instrumentos para a assimilação dos perfis epidemiológicos, apreciar como ocorre a organização dos serviços de saúde no Brasil, o Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde, as repercussões das políticas de adaptação e as experiências de operacionalização dos SUS, realizar ações de enfermagem em saúde coletiva sistematizando as mesmas.

Palavras – chaves: Enfermagem. Cuidados de enfermagem. Saúde Coletiva. Processo saúde e doença.

¹ Acadêmico de enfermagem do 6º período C da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

² Enfermeira. Docente do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

SALA TEMÁTICA: Criolipólise : “ A nova lipoaspiração “

Cássia Guerra de Lima¹
Emanuelle Soares de França²
Giselle Costa da Silva³
José Wilmer dos Santos Oliveira⁴

Orientadora: Thais Muratori Holanda

RESUMO

A busca incessante pela beleza é um índice contemporâneo para anseios e assuntos da atualidade. O acréscimo dessa demanda leva a múltiplos recursos para alcançar tal objetivo. A adiposidade localizada causa mudanças no contorno corporal, promovendo alterações da imagem e da autoestima, o que justifica o aumento na procura por tratamentos que solucionem este problema.

A Criolipólise é um método não invasivo, utilizado para a destruição localizada dos adipócitos, no tecido subcutâneo, sem efeito sobre o metabolismo lipídico na corrente sanguínea. Desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Harvard, nos estados Unidos, a Criolipólise usa baixas temperaturas para acabar com a gordura localizada. O tratamento está fazendo tanto sucesso, que está sendo chamado de “ a nova lipoaspiração “ , com a diferença de que a este tratamento não é um procedimento cirúrgico.

O presente trabalho visa informar atualizadamente, a atuação da fisioterapia com a técnica Criolipólise , informando os benefícios , regiões que podem ser manuseadas , contra - indicações de determinados locais, a temperatura ideal do aparelho e a demonstração da aplicação do procedimento. Essa demonstração será realizada por uma profissional especializada na área de Dermato-funcional.

Palavras – chaves: Criolipólise. Congelamento. Gordura localizada

¹ FVJ- Faculdade do Vale Do Jaguaribe, Fisioterapia

² FVJ- Faculdade do Vale Do Jaguaribe, Fisioterapia

³ FVJ- Faculdade do Vale Do Jaguaribe, Fisioterapia

⁴ FVJ- Faculdade do Vale Do Jaguaribe, Fisioterapia

CONVIVENDO COM A ANEMIA FALCIFORME: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA, José Elieudo da¹
MATOS, Thaís Lima²
PEREIRA, Francisca Josiane Barros³

RESUMO

A anemia falciforme é uma patologia de caráter genética, decorrente de uma mutação responsável pela substituição do ácido glutâmico pela valina, resultando em uma hemoglobina com características físico-químicas alteradas, em formato de foice ou meia lua o qual desencadeia crises de vaso-oclusão e predisposições às infecções. O objetivo deste trabalho é mostrar um relato de experiência de um paciente portador de Doença Falciforme. O caminho metodológico adotado foi uma revisão da literatura e a história particular de conviver com a doença. Entre os resultados, identificamos que conviver com a Doença Falciforme é um desafio, pois constantemente precisamos buscar alternativas para combater os sintomas que comprometem a vida habitual. Entre os cuidados necessários é importante a realização de exames regulares; Ingestão de ácido fólico e líquido; Evitar temperaturas extremas e mudanças rápidas das mesmas; Repouso adequado; Levar um estilo de vida com dieta equilibrada e disponibilizar de um acompanhamento médico. Concluímos que embora a Doença Falciforme seja uma patologia incapacitante que provoca grande sofrimento, como crise de dores, infecções e lesões nos órgão alvos, o paciente portador de Doença Falciforme disponibiliza de tratamento direcionado o qual proporciona à família conforto / segurança e caminho para busca de uma vida com qualidade.

Palavras – chaves: Doença Falciforme; Anemia Falciforme; Hemoglobina; Enfermagem.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Acadêmico do 7º período do Curso de Enfermagem.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Acadêmico do 7º período do Curso de Enfermagem.

³ Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Especialista em Urgência e Emergência na rede SUS e em Enfermagem do Trabalho. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

CASO CLÍNICO: ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM FRATURA DE RÁDIO E LUXAÇÃO RÁDIO- ULNAR

Hínkilla dos Santos Giló¹
Tiele Gécica Ramos Soares²

RESUMO

Fratura é uma quebra total ou parcial de um osso. A fratura de punho é uma das mais comuns em todo o mundo, podendo ocorrer através de quedas ou situações de impacto. A fisioterapia atua ativamente nestes casos, com o objetivo de devolver a funcionalidade do membro afetado. A pesquisa é um caso clínico de um jovem A.D., sexo masculino, 24 anos, que há cinco meses sofreu um acidente de moto e teve uma fratura exposta de rádio e luxação rádio-ulnar. Passou por um processo cirúrgico e após dois meses necessitou de fisioterapia para reabilitação. O tempo de tratamento foram três meses, utilizando todas as técnicas e recursos fisioterapêuticos necessários para o desenvolvimento e evolução do paciente. Os grupos de estagiários de fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, foram os responsáveis pelos resultados positivos da reabilitação deste paciente, devolvendo para o mesmo a sua funcionalidade e qualidade de vida.

Palavras – chaves: fratura, luxação e fisioterapia.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

ATUAÇÃO CLÍNICA DO FARMACÊUTICO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Janádia Paula de Castro¹
Thaís Barbosa de Oliveira¹
Vitória Bezerra Rodrigues¹
Lana Karine Vasconcelos Barroso²

RESUMO

A Farmácia Clínica compreende atribuições do Farmacêutico para otimizar a terapia e garantir o uso racional de medicamentos. O farmacêutico exerce suas atividades prestando uma atenção à saúde em busca de resultados terapêuticos efetivos, racionais e seguros, tendo o paciente como foco. Objetivou-se descrever a atuação clínica do Farmacêutico na assistência à saúde. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma revisão de literatura na base de dados scielo, abrangendo estudos sobre essa temática. No Brasil, a Farmácia Clínica tornou-se uma área de atuação de grande interesse, e em 2013 as atribuições clínicas foram regulamentadas pela Resolução 585 do Conselho Federal de Farmácia, constituindo direitos e responsabilidades do farmacêutico na área clínica. Acontece em nível hospitalar, ambulatorial, unidades de atenção primária, farmácias comunitárias, entre outros setores. São estratégias de ação a realização da anamnese farmacêutica, atenção farmacêutica, monitoração da terapia medicamentosa, orientação do paciente quanto à adesão ao tratamento, possíveis eventos adversos e automedicação inadequada. A prática clínica visa o cuidado direto com o indivíduo em sua coletividade, realizando a promoção do uso racional de medicamentos e a efetividade da farmacoterapia com o intuito de alcançar uma melhor qualidade de vida do paciente e demais envolvidos.

Palavras-chaves: Farmácia Clínica. Cuidado com o paciente. Efetividade terapêutica. Prática Clínica.

¹ Faculdade Vale do Jaguaribe, acadêmica do Curso de Farmácia

² Faculdade Vale do Jaguaribe, professora do Curso de Farmácia

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Taís Costa Mendes¹
Lairton Barbosa Lima²
Samara Monteiro da Silva³

RESUMO

O presente artigo é fundamentado em pesquisas realizadas nas escolas E.E. F Municipal de Aracati, E.E. F Francisco Saboia Barbosa, E.E. F Edmar Sena situadas no município de Aracati-CE, tendo como objetivo comparar as mesmas, por meio questionário, sobre o funcionamento das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), suas finalidades dentro do ambiente escolar, sua contribuição para inclusão social das crianças com necessidades especiais e a importância do profissional da educação nessa área como mediador para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-Chave: Educação. Criança. Inclusão.

¹Faculdade/Universidade do Vale do Jaguaribe-FVJ – em Aracati -CE, Aluna do Curso de Licenciatura Em Educação Física, mendestais97@gmail.com.

²Faculdade/Universidade do Vale do Jaguaribe-FVJ – em Aracati -CE, Aluno do Curso de Licenciatura Em Educação Física.

³Faculdade/Universidade do Vale do Jaguaribe-FVJ – em Aracati -CE, Aluna do Curso de Licenciatura Em Educação Física.

ARTRITE REUMATOIDE

Eliza Lara Silva Rebouças¹
Liana de Sousa Silva²
Isabele Azevedo Silva³
Lidineide Ferreira de Almeida⁴
Nathália de Oliveira Costa⁵
Maria Amélia de Araújo Silva⁶
Eva Thalia Gomes⁷
Marina Rebouças Brandão⁸
Arthur Barbosa Rodrigues⁹
José Ossian Almeida Souza Filho¹⁰

RESUMO

A Artrite Reumatoide é uma doença autoimune caracterizada pela inflamação da membrana sinovial, causando deformações das articulações principalmente das mãos e dos pés. Com a progressão da doença, os pacientes desenvolvem incapacidade para realização de suas atividades, tanto de vida diária, como profissional. Portanto, este trabalho tem o objetivo de explanar sobre a doença, como atinge as articulações, sintomas, diagnóstico, e tratamento. A revisão da literatura foi realizada através de artigo, revista, jornal e sites eletrônicos, utilizando a plataforma de dados Scielo e Google Acadêmico. Pode-se concluir que ainda não há cura para a artrite reumatoide. O tratamento da doença tem como objetivo reduzir a inflamação articular e a dor, maximizar a função articular, evitar a destruição das articulações e a deformidade dos membros. A intervenção médica precoce é muito importante para melhorar a qualidade de vida dos portadores.

Palavras – chaves: Artrite Reumatoide. Articulações. Tratamento. Artrite. Doença autoimune.

¹ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de enfermagem

² Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de farmácia

³ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de nutrição

⁴ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de nutrição

⁵ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de nutrição

⁶ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de farmácia

⁷ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de nutrição

⁸ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluna do curso de enfermagem

⁹ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, aluno do curso de nutrição

¹⁰ Faculdade Vale do Jaguaribe, EXPO2016, professor orientador



Expo FVJ 2016

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE

APOSTILA DE PARASITOLOGIA

Caio Luiz Pereira Ribeiro¹
Janádia Paula de Castro¹
Thaís Barbosa de Oliveira¹
Vitória Bezerra Rodrigues¹
Tiago dos Santos Nascimento²

RESUMO

Parasitologia Humana é uma disciplina comum aos cursos da área da saúde, tal como Curso de Farmácia. Ela busca demonstrar a relação hospedeiro-parasita e noções básicas sobre sintomas, diagnóstico e tratamento das doenças parasitológicas causadas por protozoários, helmintos e artrópodes. Além disso, serve como base para atuação do profissional farmacêutico na área laboratorial, especialmente nas análises clínicas, necessitando assim de conhecimentos quanto à estrutura morfológica dos agentes etiológicos relacionado ao ciclo de vida para ajudar no diagnóstico correto da doença. A construção da apostila de Parasitologia tem como intuito garantir para os alunos um material didático de acesso mais rápido e prático durante as aulas tidas no Laboratório de Microscopia, além de ser uma fonte complementar de grande relevância para a Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, pois visa uma abordagem simples de ser compreendida das principais doenças. Para o desenvolvimento do estudo foi realizado pesquisas com base em livros e sites indexadores de trabalhos científicos, entre eles, o Scielo. Tais pesquisas foram fundamentais para a elaboração da temática em questão garantindo assim informações sucintas. O presente estudo busca relatar a importância sobre a elaboração da apostila como um meio adicional a fim de aproximar os estudantes ao assunto de parasitologia.

Palavras-chaves: Parasitologia. Apostila. Aluno.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, acadêmico do Curso de Farmácia

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, professor do Curso de Farmácia

**A PROFISSÃO DE PROFESSOR E PESQUISADOR COM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA NO CAMPO JURÍDICO: POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS NO
ESTABELECIMENTO DO PERFIL DE FORMAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ingrid Silva Cavalcante¹
Vanessa Monteiro Lima²
Mário Sérgio Maia Falcão³
Ramon Rebouças Nolasco⁴

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de análise o trabalho cotidiano dos professores/pesquisadores de direito no Brasil.

De maneira específica, a pesquisa pretende verificar a existência ou não de relação entre o regime de trabalho dos professores e o perfil da formação jurídica institucional. A pergunta central que norteia a elaboração da pesquisa empírica é: será possível constatar alguma diferença pedagógica e epistemológica nas práticas profissionais do professor de direito com dedicação exclusiva?

Trata-se de um estudo comparativo das bases epistemológicas e das práticas pedagógicas de grupos de professores com e sem a dedicação exclusiva ao ensino jurídico. O estudo simultâneo das práticas pedagógicas e epistemológicas é possível no Brasil devido a uma característica particular do campo jurídico profissional: a inexistência da profissão de pesquisador do direito com exclusividade. Assim, todo pesquisador é necessariamente professor e as práticas epistemológicas e pedagógicas se imbricam.

Trata-se de uma pesquisa sócio-antropológica na medida em que utiliza de técnicas quantitativas e qualitativas de análise. Tem como fundamento teórico básico de análise a ideia de “campo” elaborada por Bourdieu (2011). O campo jurídico profissional corresponde ao que o leigo identifica como sendo o “mundo do jurista”. Para o recorte do objeto de estudo também se recorre ao marco teórico da sociologia do desvio, assim como definida por Velho (2003).

¹ Graduanda em Direito da UFERSA

² Graduanda em Direito da UFERSA

³ Doutor em Direito pela UFPE/Docente no Curso de Direito da UFERSA

⁴ Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela UERN/Docente no Curso de Direito da UFERSA

Trata-se de pesquisa complexa vinculada a grupo de pesquisa institucionalizado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Foram selecionados dois grupos de amostragem para a realização da comparação empírica. Um grupo é utilizado como amostra “normal” e outro é utilizado como amostra de grupo “desviante”. Quando se considera o regime de trabalho o grupo normal é composto majoritariamente de professores de direito sem dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa. O grupo desviante é composto de professores com dedicação exclusiva.

Foram selecionados dois grupos de professores de instituições públicas de cursos ofertados na mesma cidade (UERN e UFERSA). O primeiro grupo é composto de 23 professores, desses 3 têm dedicação exclusiva. O segundo grupo é composto de 26 professores, desses 25 têm dedicação exclusiva. A execução da pesquisa foi dividida em dois momentos. No primeiro é realizada coleta de dados empíricos a partir de fontes documentais (lista de professores e currículos lattes). No segundo momento será realizado um esboço de etnografia das práticas pedagógicas a partir da observação direta e a entrevista a partir de um questionário semiestruturado.

A pesquisa encontra-se em fase inicial. O corpus de análise estabelecido foi o de 49 currículos lattes dos professores dos dois grupos estudados. Desse corpus de análise espera-se extrair os seguintes indicadores: número de disciplinas ministradas; gênero; idade; número e perfil das publicações científicas; vínculos institucionais com pesquisa e extensão; titulação; tempo de vínculo institucional.

Palavras – chaves: Campo profissional. Práticas profissionais. Dedicação exclusiva.

REFERÊNCIAS

BOURDIE, Pierre. Homo Academicus. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Santa Catarina:

UFSC, 2011

ZAHAR, Jorge. VELHO, Gilberto. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. 8. ed.-

Rio de Janeiro. 2013

DIREITO. Corpo docente. 2016. Disponível em:

<<http://www.uern.br/faculdade/servico.asp?item=FAD>> Acesso em: 12 mai. 2016.

DIREITO - FAD, Faculdade de . Corpo docente. Disponível em:

<<https://direito.ufersa.edu.br/corpo-docente/>> Acesso em: 12 mai. 2016.



Expo FVJ 2016

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPREENDEDORAS
NO VALE DO JAGUARIBE
E LITORAL LESTE

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHANTE E/OU CUIDADOR NA VIDA DO PACIENTE HOSPITALIZADO

Antônia Carla Araújo da Silva¹

Antônia Lidiane Silva Castro¹

Bruna Kessia Ferreira Barbosa¹

Dalila Vitória da Silva Santos¹

Elaine Cristina Gomes da Silva¹

Joicy Rodrigues de Oliveira Silva¹

Jonathan Nascimento da Silva¹

Maria das Dores Silva Rodrigues¹

Nara Angélica Gomes Barbosa¹

Ramira da Silva Maia¹

Rochelli Rodrigues Barbosa¹

Sabrina Silva Cruz¹

Orientador: Prof. Enf. Marcilene Onório da Silva²

Este trabalho tem como objetivo enfatizar a importância do acompanhante para a recuperação do paciente, sugerindo normas para direitos e deveres dos acompanhantes. Proporciona a participação da acompanhante na recuperação do paciente, favorecendo uma convivência humanizada e participativa, contribuem de forma significativa para uma boa evolução clínica do paciente. O acompanhante desempenha funções importante perante o paciente e a equipe de saúde. Em relação ao paciente, cabe ao acompanhante dar-lhe apoio psicológico, otimizando o tratamento, além de auxiliá-lo em suas atividades diárias de higiene e locomoção, refletindo a situação de crise que o sujeito passa no ambiente hospitalar e como o acolhimento e a presença do acompanhante/cuidador pode dar um melhor suporte emocional para o mesmo. Observou-se que o vínculo afetivo entre acompanhante e paciente além de promover melhor qualidade de vida a este, ainda favorece a saúde global do paciente em seu processo de hospitalização.

Palavras – chaves: Acompanhante. Recuperação. Paciente.

¹ Acadêmico de enfermagem do 6º período C da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

² Enfermeira. Docente do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Ce.

**A FISIOTERAPIA ATUANDO DE FORMA LÚDICA NO PROJETO AABB
COMUNIDADE DE RUSSAS- CE**

Daniela Kátia Santiago Lima¹
Hínkilla dos Santos Giló²
Jean Carlos de Oliveira Menezes³
Maria Ferreira de Souza⁴
Tiele Géssica Ramos Soares⁵
Uilliane de Freitas Pontes⁶

RESUMO

O Programa AABB Comunidade consiste em uma proposta de complementação educacional, baseado na valorização da cultura do educando e de sua comunidade. Essa complementação é efetivada por meio de atividades lúdicas desenvolvidas em torno de áreas como saúde e higiene, esporte e linguagens artísticas possibilitando a construção de conhecimentos e o acesso á cidadania. Partindo desse princípio e com o objetivo de levar conhecimento sobre o corpo humano os acadêmicos do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe construíram um livro totalmente lúdico. Ele ilustra toda a estrutura corporal, citando ossos, os cinco sentidos e os sistemas do corpo humano. Os acadêmicos de fisioterapia levaram essa proposta para o projeto AABB Comunidade e explicaram como deveria ser usado, para facilitar o aprendizado das crianças. Dessa forma, os educandos do projeto puderam aprender brincando.

Palavras – chaves: AABB Comunidade, fisioterapia, ludicidade.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁴ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁵ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁶ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

A EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA EM IDOSOS QUE SOFRERAM ABANDONO FAMILIAR: AVALIAÇÃO DO HUMOR

Daniela Kátia Santiago de Lima¹
Hínkilla dos Santos Giló²
Jean Carlos de Souza Menezes³
Maria Ferreira de Souza⁴
Tiele Gécica Ramos Soares⁵
Uilliane de Freitas Pontes⁶

RESUMO

No Brasil grande parte dos idosos sofrem os mais variados tipos de abandono e maus tratos, muitos deles cometidos pelos próprios familiares. O caso mais comum é de abandono de idoso em casa de saúde ou em asilos. O lar Santa Clara de Assis, localizado na cidade de Russas, é um abrigo que atende idosos em condição de abandono. Atualmente o lar conta com 32 idosos, sendo 18 mulheres e 14 homens. O objetivo deste trabalho é verificar a eficácia da fisioterapia em idosos que sofreram abandono familiar. Dos 10 pacientes entrevistados, 7 recebiam visitas e 3 não eram visitados, 2 foram colocados no abrigo por opção e 8 por familiares, 5 relataram que o principal motivo de está na instituição é porque eram sozinhos, 3 estavam doentes e 2 por ter problemas com a família, 70% apresentaram humor alegre, dinâmico e cooperativo e 30% eram cabisbaixos, amedrontados e depressivos.

Palavras – chaves: Idoso, abandono, fisioterapia.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁴ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁵ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

⁶ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Fisioterapia

Resumos Expandidos



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UMA GESTANTE EM TRABALHO DE PARTO

Agda Steffany de Queiroz¹

Joana Freitas Damasceno¹

Kelly Maria Xavier de Souza¹

Maria Daniele Oliveira Rocha¹

Maria das Graças da Silva¹

Orientadora: Ms. Priscila França da Araújo²

RESUMO

A sistematização da assistência de enfermagem (SAE), é dividida em cinco etapas: histórico, diagnósticos de enfermagem, planejamento, implementação e avaliação. Perante essas etapas é possível traçar métodos para melhorar o quadro clínico do paciente, assim, a dinâmica das ações sistematizadas e inter-relacionadas visa uma melhor assistência ao ser humano. Objetivou-se desenvolver a sistematização da assistência de enfermagem a uma paciente em trabalho de parto. Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado nos meses de setembro a novembro de 2016, na disciplina de SAE da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A coleta das informações se deu através da aplicação de um vídeo, em sala de aula, com simulação de casos reais em um pronto socorro. A análise das informações se deu através da literatura pertinente. Como diagnósticos de enfermagem traçamos: conforto prejudicado relacionado a ambiente inadequado para a realização de um parto evidenciado por agitação e inquietação; Risco de infecção relacionado a rupturas de membranas amnióticas e alteração no PH das secreções. Concluímos, contudo, que a implementação da SAE, é de suma importância para a melhoria da qualidade da saúde prestada nos serviços de saúde, bem

como nos proporcionou uma reflexão crítica acerca do papel do enfermeiro no planejamento dos cuidados individualizados.

Palavras -chave: Cuidados de enfermagem. Enfermagem. Trabalho de parto

RELATO DE CASO: SINDROME DE AICARDI NA CIDADE DE FORTIM-CE

Ceição dos Santos Ribeiro¹

Francisca Dágila Nobre¹

Nathacha Fernandes Soares¹

Jean Carlos de Oliveira Menezes¹

Mabel Sandy Rodrigues Santiago²

INTRODUÇÃO

A síndrome de aicardi (SA) consiste em más formações do sistema nervoso central (SNC), vertebras, coluna, de costela e agenesia do corpo caloso. Sendo caracterizada por crises focais, onde geralmente, precedem os espasmos infantis (eis), que costumam surgir nas primeiras semanas de vida (AGUIAR *et. al.*, 1996).

Em meio às estruturas acometidas temos o corpo caloso que, localiza-se na região intermédia do cérebro, sendo ele a maior cissura cerebral (SNELL, 2013), onde é responsável pela a transferência de informação e conhecimento de um hemisfério para outro, possibilitando um funcionamento harmônico de informações (MACHADO; HAERTEL, 2014).

Acarretando assim o desenvolvimento das funções motoras e cognitivas através do amadurecimento do córtex. Em sua fase inicial ocorre o amadurecimento das funções sensoriais primárias, logo após ocorre à maturação dos córtices associativos temporal e parietal, responsáveis pela a percepção e linguagem. Por último a modulação da atenção e linguagem, o amadurecimento de áreas pré-frontal e temporal lateral.

Diversos estudos foram realizados na tentativa de comparar este desenvolvimento entre crianças e adultos. Em conjunto esses estudos demostram que o aprendizado motor de tarefas sequenciais, amplamente presentes em nossas vidas diárias, se desenvolve progressivamente com o crescimento e o amadurecimento motor e cognitivo, desde a infância até a fase adulta (LANZA, GAZZOTI E ALAZZIN, 2012).

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, acadêmicos do 9º semestre de Fisioterapia

² UNICRHISTUS, Bacharel em Fisioterapia, Preceptora da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ

O diagnóstico da SA é prescrito quando ocorre a associação dos espasmos infantis e as lacunas coriorretinianas com as alterações neurológicas e eletrofisiológicas estabelecidas. Sendo os espasmos infantis uma das primeiras manifestações a serem observadas na criança, os mesmo apresentam clinicamente por rápidas contrações musculares, com hiperextensão da cabeça, flexão ou extensão do tronco e braço, fatos estes apresentando inúmeras vezes ao longo do dia. SA tem presença exclusiva em crianças do sexo feminino, são raros os casos de sobrevivências até a adolescência, comumente os óbitos ocorrem por infecções pulmonares. Em decorrência ao retardo mental profundo e as convulsões intratáveis, o prognóstico de desenvolvimento neuro-motor é reservado (ZACHARIAS *et. al.*, 2003). O desenvolvimento da criança depende de três fatores como amadurecimento neurológico, psicológico e motor, qualquer falha em um desses desenvolvimentos gera respostas para toda a vida.

Devido à natureza degenerativa das afecções neuromusculares, até o presente momento não existe tratamento a não ser paliativo e preventivo. Estão sendo realizadas pesquisas genéticas e farmacológicas em todo o mundo em relação a cura dessa doença.

Dessa forma, a fisioterapia atua, ao lado com a equipe multidisciplinar, na prevenção e no tratamento dos sinais e sintomas da patologia, colaborando para uma maior e melhor sobrevida dos pacientes. Dentro deste assunto, a finalidade do atual estudo é relatar o caso de um paciente portador da síndrome de aicardi, enfocando as principais complicações, a atuação da fisioterapia e seus benefícios.

METODOLOGIA

Consisti neste estudo, a narrativa clínica da paciente e as principais complicações de acordo com sua evolução, o tratamento fisioterapêutico realizado e a resposta terapêutica da paciente. A fonte e a coleta de dados foram realizadas no período de novembro de 2016, através de análise de prontuários médicos, atendimentos diários à paciente e entrevista com os profissionais e familiares (com a mãe e fisioterapeutas). A análise dos dados foi realizada correlacionando a evolução da doença com o tratamento realizado e a sua interferência na melhora clínica da paciente.

Concretizou-se um relato de caso de uma criança do sexo feminino, portadora da Doença de Aicard com 2 anos de idade. A criança se encontra no serviço de fisioterapia no Centro Municipal de Fisioterapia de Fortim, em Fortim, Ceará.

RELATO DE CASO

MCCS, 2 anos e 3 meses, feminino, termo de 40 semanas, com fatores de riscos perinatais mãe com 39 anos, parto cesária, APGAR 8 e 10 respectivamente, com presença de choro e sugou ao nascer, sem intercorrências no período pós-parto.

Aos três meses de idade apresentavam os primeiros sintomas como hipotonia global e convulsões, acarretando um atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, sendo encaminhada para o serviço de fisioterapia com intuito de estimulação precoce, aos 5 meses necessitou-se de internação hospitalar por complicações respiratórias em um período de 30 sendo necessário a ventilação mecânica não-invasiva (VNI), e fez uso de pressão positiva contínua em vias aéreas (CPAP), via pronga nasal, com melhora do quadro clínico, iniciado assim as investigações, após ressonância magnética de encéfalo foi observado agenesia de corpo caloso, portanto, sugeriu-se diagnóstico de Síndrome de Aicardi, iniciou-se tratamento multidisciplinar até os dias de hoje (fisioterapia, neurologista, fonoaudiólogo, geneticista, entre outros). Bem com tratamento medicamentoso baclofeno e fenobarbital.

Na avaliação do cinético funcional, a lactente apresentou quadro de hipotonia generalizada, levando a um déficit de domínio cervical e ausência da movimentação espontânea, como hiporeflexibilidade dos reflexos primitivos. Na postura supina, os membros superiores encontravam-se suavemente fletidos à nível dos cotovelos e em rotação externa, bem como os membros inferiores, sem limitação da amplitude de movimento.

Com intuito de se doar funcionalidade os atendimentos eram realizados diariamente, uma vez ao dia, em um período de 60 minutos, voltados para evitar qualquer complicações osteomusculares e respiratórias.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Por meio dos estímulos a neuroplasticidade em sua culminância, a estimulação precoce faz com que o m/lactente experimente movimentos e posturas normais, bloqueando dessa forma a adequação errônea corporal de padrões atípicos,(PINTO et al., 2008)

No seu primeiro trimestre foram realizados estímulos sonoros e visuais, associados à dissociação de tronco e alcance alternado apostando na normalização do tônus e inibições de padrões patológicos. Porem as respostas foram reduzidas. E foram se aplicando a exercícios como jogo das mãos e pés, sentir a cabeça e as mãos, e o rolar, na busca de aumentar a

sensação corporal, através de estimulações proprioceptivas e estimulação de deformidades e a pequena MC começou a trazer seus membros a linha media com quase 6 meses.

Segundo Macarri e Pinheiro (2007) a intervenção motora incide em exercícios de dissociação de tronco, alcance adequado, mudanças de decúbitos, rolamentos, alongamentos de cinturas, posicionamento em posturas flexoras, entre outros, buscando a prevenção de anormalidades musculoesqueléticas, através das estimulações nos fusos musculares.

Aos 9 meses passou-se apresentar movimentos ativos, porém pequenos na região cervical, principalmente em rotação, os alongamentos passivos, mobilização articular, trabalhos de tronco com usos de brinquedos adaptados, estímulo ao controle cervical e à linha média, treino de sedestação, estimulação funcional (estímulo do rolar, estímulo a pegar objetos, estímulo visual com recursos tecnológicos e com bonecos), estímulo cervical. E passou apreender instrumentos como mamadeiras, chupetas, e fazer o jogo de mãos com os pés.

Os diversos métodos empregados na Fisioterapia para reabilitação destes pacientes são aplicados de acordo com a representação clínica. Em meio a eles utilizam-se especialmente o Conceito Bobath e a Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. Fundamenta-se na inibição dos reflexos primitivos e nos modelos patológicos de movimento e o segundo no emprego de estímulos proprioceptivos facilitadores de respostas motoras, partindo de respostas reflexas e chegando à motricidade voluntária (ROTTA,2002)

A fisioterapia na estimulação precoce busca uma resposta desejável para o controle cervical, tronco e membros, respectivamente; no atendimento da paciente seguiu o protocolo, também foram realizados estímulos sonoros e táteis, contudo as respostas foram reduzidas. A partir de um ano a seis meses, a criança tem a capacidade de andar, subir escadas com ajuda de apoio, agachamentos e a empilhar brinquedos; para a fisioterapia pediátrica da paciente, passou a ser realizado controle de cervical, rolamento e apreensão palmar para uma melhor capacidade de segurar objetos; foi acrescentado higiene brônquica pulmonar da paciente quando mesmo apresentava acúmulo de secreção.

Aos dois anos a criança já tem capacidade de subir e descer escadas sem apoio, andar de costas, correr controlado, a paciente apresenta flacidez, leve controle cervical e início de controle de tronco, grau de força muscular 2 e hipotonia. A criança assistida não apresenta ego-motor

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria de Fátima M. et al. **Síndrome de Aicardi e papiloma do plexo coróide: uma associação rara. Relato de caso.** *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, Jun 1996, vol.54, no.2, p.313-317
- BASTOS, José Alexandre et al . Síndrome de Aicardi: relato de caso. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo , v. 59, n. 2B, p. 457-460, jun. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2001000300029&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 out. 2016.
- MACARRI,G.PINHEIRO,SG. Displasia bronco pulmonar. In: SARMENTO, VIEIRA,GJ. **Fisioterapia Respiratória em pediatria e neonatologia**, 1ed.São Paulo: Manole,2007. P.266-281
- MACHADO, Angelo; HAERTEL, Lucia Machado; **Neuroanatomia Funcional**; 3 ed, São Paulo: Editora Atheneu, 2014.
- PINTO,M et al. Intervenção motora precoce em neonatos prematuro. **Universitária da PUCRS**. v.1,n.2,2008.
- SNELL, Richard S; **Neuroanatomia Clínica**; 7 ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

PROBLEMAS ASSOCIADOS AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ARACATI

Isaura Barbosa Gurgel Figueiredo¹

Juliana de Araújo Oliveira²

Maria das Graças Bravo Silva³

Felipe Pereira Fernandes⁴

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais para tratar patologias é uma técnica bastante antiga utilizada no Brasil, entretanto, a forma como é feita a colheita, manipulação, armazenamento e exposição no comércio local, pode oferecer grandes riscos à saúde do consumidor ao invés de trazer benefícios. Esses produtos não possuem um controle de qualidade já que são, em grande maioria, de origem artesanal, portanto, é importante que o consumidor esteja sempre atento em relação a procedência, pois o mesmo pode estar contaminado tornando-se impróprio para consumo por conter grande carga de microrganismos em sua composição. (BADKE et al., 2012).

Os agentes responsáveis pela contaminação podem aparecer em diversas fases durante o processo produtivo, seja por uma falha do manipulador em relação ao não atendimento de condições higiênicas necessárias, acarretando assim, uma possível contaminação cruzada que ocorre quando se têm uma transferência de microrganismos patogênicos de uma planta para outra por meio do contato de diferentes produtos no mesmo local ou através do uso dos mesmos utensílios sem higienização correta; e ainda, no momento em que é feita a exposição para venda, no sentido de que as plantas, por estarem em um ambiente pouco higiênico e em temperatura ambiente, não possuem nenhum mecanismo de conservação, estando susceptíveis também a proliferação de agentes infecciosos. (BADKE et al., 2012).

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluna do curso de Farmácia.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluna do curso de Farmácia.

³ Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluna do curso de Farmácia.

⁴ Faculdade do Vale do Jaguaribe, professor do curso de Farmácia.

O objetivo desse trabalho é reconhecer e interpretar quais os principais erros associados à má comercialização de plantas medicinais, além de analisar desde as etapas da cadeia produtiva até a utilização das plantas medicinais.

METODOLOGIA

O município de Aracati foi selecionado para fazer a busca pelas plantas mais utilizadas/comercializadas pela população. O mercado municipal constitui o maior centro de comercialização de plantas medicinais da cidade atraindo muitas pessoas, tanto da cidade quanto turistas.

Visando alcançar o objetivo, buscou-se realizar uma pesquisa qualitativa no mercado com intuito de obter informações e analisar como as plantas medicinais eram armazenadas e comercializadas. As perguntas realizadas foram somente respondidas por vendedores do mercado a fim de obter uma informação correta.

Para a obtenção das informações, realizou-se um questionário com 05 ervanários que vendiam apenas plantas medicinais, esse questionário continha duas perguntas, pedindo-lhes para que fossem citadas as plantas mais vendidas em sua barraca e como essas plantas eram adquiridas. Ao final do processo listou-se 43 plantas. Para que se pudesse fazer a identificação botânica, o princípio ativo e a maneira correta a ser feita para que a planta seja comercializada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionadas 43 plantas onde a maioria dos ervanários não conseguia fazer a identificação botânica correta, assim poderiam até chegar a vender os produtos de maneira errônea, dessa forma ocasionaria certos efeitos colaterais devido a alguns problemas, como por exemplo: modificações de plantas, erros nas dosagens, necessidade de padronização e contaminação.

Ao fazer a análise das fichas respondidas pelos ervanários, percebeu-se que os mesmos não passavam informações seguras para a população, como por exemplo, a validade de um produto. Os agentes responsáveis pela contaminação podem aparecer em diversas fases

durante o processo produtivo, seja por uma falha do manipulador em relação ao não atendimento de condições higiênicas.

Nos boxes do mercado central de Aracati, observou-se o manuseio inadequado das ervas onde não existia nenhum cuidado para a conservação das mesmas. Elas estavam dispostas ao ar livre e foram encontradas de diversas formas, como: embaladas em jornais, redes em sacos, caixas de sapato, sacolas de supermercados, sacos de trigo, elásticos, câmaras de bicicletas, barbantes e garrafas plásticas. Além disso, podem ser encontradas também no chão, em locais úmidos e com grande luminosidade o que acaba ocasionando a migração de certos insetos para as plantas medicinais.

A grande utilização de plantas medicinais no mercado de Aracati é devido aos conhecimentos dos povos antigos, que vem passando de geração para geração. A facilidade para adquirir essas plantas e a compatibilidade cultural são fatores de extrema relevância para o progresso dessa medicina, principalmente no Nordeste brasileiro onde na cultura é comum o uso das mesmas na preparação de remédios caseiros para tratar várias enfermidades. Além das plantas medicinais serem utilizadas como medicamentos caseiros, elas possuem um fácil preparo, sendo que a mesma pode preencher a ausência de fármacos que são ofertados pelo serviço de saúde (MATOS, 1998; SANTOS et al., 2011).

Esses produtos que são comercializados por ervanários e raizeiros no mercado, não cumprem aos princípios de apropriação à saúde, assim como também não atendem a segurança e eficácia estabelecidos nos demais produtos, onde não ocorre a utilização correta das plantas medicinais e nem da sua própria comercialização já que os produtos não passam por uma qualificação da farmacovigilância.

Alguns comerciantes relataram que faziam as produções dessas plantas medicinais em suas próprias residências. Já outros, falaram que adquiriam as mesmas através de terceiros, fazendo apenas a sua revenda. Eles obtiveram informações sobre a forma de uso pelo fornecedor e assim iam repassando para os compradores.

Os erveiros devem manter as plantas em embalagens adequadas, sendo protegidas da luz e da umidade e produzidas com a supervisão de profissionais especializados, dessa forma evitando a contaminação por microrganismos.

Embora as pessoas ainda possuam dúvidas sobre o devido uso das plantas medicinais, elas acabam utilizando de maneira indiscriminada seguindo a tradição da região,

onde a comercialização ocorre de maneira mais prática e a população acaba visando o preço de compra mais acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a comercialização popular de plantas medicinais pode ocorrer dificuldade por parte do comerciante, fornecedor e consumidor em identificar corretamente uma planta. Plantas diferentes conhecidas pelo mesmo nome popular são comercializadas sem que haja muitas vezes a comprovação de suas propriedades farmacológicas e segurança toxicológica.

REFERÊNCIAS

- ARNOUS, A.H; SANTOS, A.S; BEINNER, R.P.C. Plantas medicinais de uso caseiro – conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p. 1-6, jun. 2005.
- AZEVEDO, V.M; KRUEL, V.S.F. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de casos nas zonas Norte e Sul. **Acta bot. Bras.** v.21, n.2, p.263-275. 2007.
- BADKE, M.R. et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 363-70, abr-jun, 2012.
- BOCHNER, R. et al. Problemas associados ao uso de plantas medicinais comercializadas no Mercado de Madureira, município do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.14, n.3, p.537-547, 2012.
- SANTOS, R.L. et al. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Rev. Bras. Plantas med**, v.13 n.4 Botucatu, 2011.
- SILVEIRA, P.F; BANDEIRA, M.A.M; ARRAIS, P.S.D. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.18, n.4, p.618-626, out./dez. 2008.

PRÁTICAS DE ENFERMAGEM INTEGRADAS AO CUIDADO VOLUNTÁRIO

Michael Jordan Castro da Silva
Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ
Email: michael.jordan2010@hotmail.com

Adriana Carneiro Lima
Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ
Email: carneiroadriana755@gmail.com

Elane da Silva Barbosa
Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ
Email: elane@fvj.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho voluntário é algo de interesse social e da comunidade, com o objetivo de desempenhar atividades em prol das pessoas; ajudando, assim, quem necessita, sem fins lucrativos; contribuindo, para um mundo mais solidário e igualitário.

Para a população, os benefícios diretamente relacionados ao trabalho voluntário são vários, dentre os quais citamos: transmissão de valores como cidadania e solidariedade através de práticas, não focalizando na caridade, mas por buscar ações e soluções de forma que traga crescimento e melhoramentos para a saúde das pessoas envolvidas, buscando, orientando e educando-os sobre o processo do cuidar. Esse processo para os profissionais ou estudantes que estão se preparando para ingressar numa profissão deve ocorrer com base na integralidade, que pode ser concebida como um conceito que permite uma identificação dos sujeitos em sua totalidade, isto é, nos múltiplos aspectos que o constituem, ainda que não seja alcançável em sua plenitude, considerando todas as dimensões possíveis que se possa intervir, pelo acesso permitido por eles próprios (ANTERO, 2006) e respeitando a equidade.

Sendo assim, o trabalho voluntário tem crescido muito nos últimos anos, e isso tem favorecido o crescimento de ONGS (organizações não governamentais), proporcionando que as pessoas vejam os problemas mais próximos da realidade, nos quais todos os envolvidos precisam ser capacitados para exercer uma atividade de forma especializada e profissional, para poder haver benefícios comprovados pela população, sendo monitoradas por profissionais formados na área.

No entanto, é preciso pensar que as ações voluntárias não precisam estar obrigatoriamente vinculadas a ONGS. Nos diversos espaços em que estamos inseridos: nosso local de trabalho, a instituição em que estudamos a igreja de que participamos a academia de ginástica ou o clube que frequentamos, dentre outros, podemos realizar atividades voltadas

para aqueles que mais necessitam na comunidade, auxiliando quem precisa, conhecendo outras realidades e compartilhando saberes.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é relatar a realização de trabalho voluntário desenvolvido por acadêmicos de Enfermagem ao participar de ação solidária em comunidade carente.

2. METODOLOGIA

Enquanto metodologia trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, visto que visa descrever as concepções, as vivências, as percepções (MINAYO, 2007) da nossa participação como acadêmicos de Enfermagem em ação solidária. Para tanto, recorreremos ao relato de experiência, que nos possibilitará, a partir das memórias dos nossos aprendizados e vivências, descrevermos a relevância dessa experiência para a nossa formação e para as pessoas assistidas.

Essa ação solidária contou com a participação de acadêmicos do sexto período do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, sendo realizada no dia 21 de maio de 2016, em comunidade carente do município de Jaguaruana/Ceará, como atividade integrante do EREEN – Encontro Regional de Enfermagem. O local onde ocorreu essa ação foi uma escola de ensino fundamental cedida pela gestão municipal.

É preciso destacar que esta ação inicialmente foi proposta pela igreja evangélica Assembleia de Deus do referido município, que solicitou que fôssemos participar, realizando atendimentos de Enfermagem. Sendo assim, neste mesmo momento também ocorreram outras atividades, como corte de cabelo, cursos rápidos para a comunidade e atividades lúdicas para as crianças, além de evangelização, desenvolvidas por membros da própria igreja ou por pessoas da comunidade que foram convidadas a contribuir com o seu trabalho.

Da nossa parte, foram realizadas consultas de Enfermagem, com verificação de pressão arterial, índice de glicemia, sendo feitas individualmente as devidas orientações a cada sujeito.

Para auxiliar-nos no processo de análise das experiências vivenciadas, estabelecemos um diálogo entre o que vivenciamos com as ideias de autores que tratam sobre essa temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que uma ação solidária ocorra, é necessária uma organização por parte da equipe que irá desenvolvê-la, tendo em mente o que irão realizar, em que local data e hora definidas antecipadamente, o número de acadêmicos e pessoas envolvidas, material a ser utilizado, e se as pessoas têm consciência do que irá ocorrer, de forma a atingir o máximo de público possível. Na ação que realizamos, tivemos a preocupação de pensar em todos esses aspectos

mencionados anteriormente, isto é, fizemos um planejamento, o qual tem um papel muito importante de nortear ações com o objetivo de conseguir o resultado esperado (VIEIRA, 2007).

Cerca de 47 pessoas participaram das consultas, sendo realizado um trabalho de forma integrada com a população ali presente, as condutas e as orientações foram transmitidas de forma explícito, onde os mesmos fizeram perguntas, tiraram suas dúvidas, e puderam ter uma noção aproximada acerca dos seus aspectos físicos e fisiológicos, como peso e altura relativamente, IMC (índice de massa corporal), glicemia, e níveis médios de pressão arterial. Sob essa perspectiva, tivemos a oportunidade de realizar a cada atendimento, educação em saúde com os participantes da ação. Considerando que a educação em saúde está relacionada à aprendizagem, desenhada para alcançar a saúde, tornando-se necessário que esta seja voltada a atender a população de acordo com a sua realidade.

Percebemos que, com a realização dessa atividade considerada extraclasse, os conhecimentos obtidos em sala de aula foram aplicados diretamente de forma prática por nós, acadêmicos; fixando, assim, o entendimento exposto e tendo um contato mais próximo com os instrumentos de trabalho que por muitas vezes farão parte da nossa rotina, além da oportunidade da interação interpessoal com as pessoas ali encontradas, o que foi marcante. Mais importantes que todo o processo de procedimentos ali realizados, onde uma simples conversa, orientação, ou palavra amiga fez muita diferença em resgatar uma confiança das pessoas diante os profissionais de enfermagem especificamente, quebrando um tabu do século XXI, no qual o ciclo hospitalar se passa por consultório, Prescrição de medicamentos passada pelo médico, e farmácia. Além disso, com a realização dessa atividade, podemos levar a importância da Enfermagem ao âmbito social, que por essas simples ações e pequenas, aos olhos dos outros, fazemos muito para quem está necessitando, e isso fica marcado nos olhos das pessoas que ali estiveram presentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação solidária foi um espaço em que podemos construir conhecimentos com outros acadêmicos da área que não conhecíamos, futuros colegas de profissão, como também ocorreu o conhecimento de novas pessoas e lugares. Isso faz com que o profissional termine a graduação com uma bagagem muito grande de conhecimentos e vivências no atendimento e relações no meio profissional, dando mais confiança ao se deparar com seu primeiro emprego. Os benefícios, no entanto, não se restringem a isso, o acadêmico, enquanto profissional de enfermagem, desenvolve meios de interação com a população em geral, realizando educação

em saúde de forma direcionada e sabendo lidar com o público em geral baseado em experiências vividas em ações solidárias.

Apesar de haver muitas oportunidades ao longo da vida acadêmica para poder contribuir com o trabalho voluntário, ainda existe resistência dos acadêmicos, o que influi diretamente na quantidade de integrantes que participam dessas atividades. Isso é algo para ser debatido e conscientizado por cada um, pois não custa nada fazer o bem ao próximo, e com isso trazendo benefício para o amadurecimento na profissão. Logo, é necessário trazer mais acadêmicos para as ações solidárias para que se torne um movimento sólido, consistente, de integralidade entre os participantes; trazendo, assim, inúmeros benefícios para a assistência resolutiva às pessoas.

Por falta de recursos e apoio, muitas vezes dos próprios órgãos gestores e de setores da comunidade, essas ações ocorrem de forma não frequente, e isso é fator de muita importância a ser levado em consideração, uma vez que uma boa assistência deixa de acontecer a pessoas carentes. É importante, então, que as instituições continuem investindo nesses momentos que, além de auxiliarem no nosso crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, também prestam um serviço de relevância social, o que cumpre o papel da instituição de ensino superior que é de intervir no contexto social para transformá-lo. Sendo assim, cabe a nós, com a nossa participação, como acadêmicos colaborar para a construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2007.

VIEIRA, F. V. Avanços e desafios do planejamento no Sistema Único de Saúde, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, p. 1565-1577, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232009000800030&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 de nov. 2016.

ANTERO, M, F, S, M. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde, e as propostas do SUS - uma revisão conceitual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 335-342 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200009. Acesso em: 06 de nov.2016

OS AVANÇOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PARA A COMUNIDADE DO CUMBE/CE

Ana Kelly Xavier da Cruz¹
Grazielle de Sousa Barbosa²
Karine Carneiro de Oliveira Silva³
Thanúsia Hensel da Cunha⁴

INTRODUÇÃO

A comunidade do Cumbe é composta por riquezas naturais, e através dessas riquezas provém sua forma de subsistência. Esta, se localiza no município de Aracati, litoral leste do Ceará e distancia-se 12 km da sede. A palavra Cumbe origina-se da África e significa quilombo. (NASCIMENTO, 2011)

Banhada pelo Rio Jaguaribe, a comunidade é tradicionalmente composta por pescadores, agricultores e artesãos, e dela é extraído todos os recursos para a efetivação dessas atividades. Porém, cotidianamente seus moradores convivem com impactos ambientais negativos que dificultam na vivência como um todo. De acordo com a resolução número 1 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas. Impactos estes causados pelo avanço do capitalismo, que vem se apropriando do que é natural e público.

A partir de uma visita in loco, promovida pela disciplina de Responsabilidade Socioambiental do Curso de Serviço Social à comunidade do Cumbe, realizada o dia 29 de outubro deste ano, pudemos perceber as diversas problemáticas que a comunidade enfrenta, que são materializados através da invasão de grandes empresas e utilização dos recursos naturais existentes, que em consonância com o Estado Burguês, visam à expansão do capital.

As informações que aqui serão expostas foram adquiridas por meio do líder comunitário conhecido como João do Cumbe. Diante dos inúmeros fatores que contribuem negativamente para a degradação da comunidade, foram enfatizadas a construção dos aerogeradores e a expansão da carcinicultura, ambos pregam a falácia da “empregabilidade”, ou seja, usando de argumentos como a diminuição do emprego informal e do aumento da renda, convencem os moradores dos “benefícios” da implantação dos empreendimentos. Essas

¹ Discente da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Curso de Serviço Social, 7º Semestre.

² Discente da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Curso de Serviço Social, 7º Semestre.

³ Discente da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Curso de Serviço Social, 7º Semestre.

⁴ Orientadora e Professora da Disciplina Responsabilidade Socioambiental do Curso de Serviço Social.

grandes empresas silenciosamente tomam para si os recursos naturais que pertencem a coletividade, privando a comunidade de usufruir do habitat natural, interferindo nas suas manifestações culturais, sociais e gerando conflitos de identidade e entre os próprios moradores.

O presente trabalho, na modalidade resumo expandido, tem como objetivo geral: apresentar de forma crítica e reflexiva as análises obtidas na visita a comunidade do Cumbe na cidade de Aracati-CE. Como objetivos específicos têm-se: discutir a influência do capitalismo e suas consequências para a comunidade do Cumbe na cidade de Aracati-CE; apresentar os impactos negativos dos aero geradores na comunidade do Cumbe na cidade de Aracati-CE; entender os prejuízos da carcinicultura para a comunidade do Cumbe na cidade de Aracati-CE.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão é de natureza qualitativa, tendo cunho bibliográfico e empírico. É resultado da visita a Comunidade do Cumbe, na qual tivemos contato com lideranças dessa comunidade e com vivência neste território. Observadas às refrações da questão social no tocante ao meio ambiente e aos aspectos culturais da comunidade, aportou-se a referenciais teóricos inerentes a sustentabilidade e que problematizam o desenvolvimento do Capital em detrimento do desenvolvimento social e comunitário. Destarte bebe-se de autores como Rosa (2012), Kottak (2013) e Xavier (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos teve-se um aumento significativo de aero geradores no município de Aracati/CE, mais precisamente na Comunidade do Cumbe, devido a ocorrência de ventos nessa região. Adotando o discurso da criação de “energia limpa”⁵, as empresas instalam suas estruturas que, segundo João do Cumbe, interferem até no lençol freático.

A energia eólica é captada através dos ventos, que faz com que as hélices dos aero geradores mantenham um movimento constante, provocando a energia elétrica.

A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do cata-vento, elementos integrantes da usina. Ao girar, essas pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica

⁵ Energia limpa: energia que emite menos gases de efeito estufa ou baixo carbono. (Ministério do Meio Ambiente, 2016)

transferida – e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida – está diretamente relacionada à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento. (Anell, 2008, p.81)

De acordo com o Atlas de energia elétrica do Brasil (2008) os países que possuem os maiores parques eólicos são a Alemanha, Estados Unidos e Espanha, mas o Brasil é o favorecido em termos de vento.

A alegação de uma energia limpa se contrapõe a sua finalidade, pois os benefícios do parque eólico não chegam a Comunidade do Cumbe, e sim atendem a demandas do capitalismo, que provoca mudanças drásticas no ambiente. Impactando a vida dos moradores e alterando a forma natural das dunas.

Outra problemática que se desenvolve na comunidade do Cumbe é a carcinicultura, que altera o genoma e, pela poluição e degradação que causa, prejudica o trabalho nos mangues, pois os dejetos que nele são descartados impedem a reprodução de espécies que tem o mangue como berçário.

A degradação ambiental pode resultar de atividades que “prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população”, “criem condições adversas às atividades sociais e econômicas” e ainda que “afetem desfavoravelmente a biota”. (Santos; Oliveira; Rocha; Rosa, 2012)

Na comunidade, a carcinicultura interfere em todos estes aspectos. Os relatos dos moradores apontam a interferência das empresas nas atividades tradicionalmente desenvolvidas, com a privatização do território, impedindo a economia familiar e implicando diretamente no bem-estar.

Nas palavras de David Harvey (2010), o capital não se acumula sem tocar em todas as esferas das atividades, dentre elas as relações com a natureza. E quando encontra barreiras, como os parâmetros ambientais, acha meios para superá-las. Assim, achando brechas na legislação e com discursos que ludibriam a população, se apropriam e destroem o que é natural em favor da “modernidade” e do lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da aproximação com o campo da comunidade do Cumbe e dos estudos acerca da sustentabilidade, pôde-se perceber as particularidades da questão social neste

território, entendendo que os avanços do capitalismo trazem rebatimentos na sociabilidade, na cultura e na economia da comunidade.

Os estudos sobre a temática demandam outras aproximações com o campo, pois o tempo vivenciado no território se fez limitado, diante de tantas demandas e problemáticas que nele se manifestam e que devem ser apreendidas em sua amplitude. Mas, apesar das limitações o estudo contribuiu para a apreensão preliminar das disparidades entre o capitalismo e os trabalhadores, questão pertinente à formação acadêmica dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília: Aneel, 2008.

NASCIMENTO, João Luís Joventino. **Histórico da Comunidade do Cumbe – Aracati-CE.** Aracati em foco, 2011. Disponível em: www.Aracatiemfoco.com.br. Acesso em: 08 de novembro de 2016.

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; CARLOS, Viviane Moschine [org.]. **Meio ambiente e sustentabilidade.** Porto alegre: bookman, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

KOTTAK, Corad Phillip. **Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural.** 8ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Do conceito de P+L para o conceito de PCS.** Disponível em: www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/do-conceito-de-pl-para-o-conceito-de-pcs. Acesso novembro de 2016.

EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA RELAÇÃO CONTRATUAL PRIVADA

Cláudia Ciléia Barbosa Lima Peixoto¹
Esp. Natallie Alves de Almeida²

INTRODUÇÃO

Existe no Brasil uma salutar discussão a qual se insurge em torno da aplicabilidade dos direitos fundamentais em face dos particulares, nas relações privadas e contratuais, portanto. Ocorre que o famigerado tema dos direitos fundamentais e sua real aplicabilidade tinham como cerne da discussão uma visão verticalizada, apenas autorizando sua exigência em face do Estado. Contra este, como ente provedor de direitos fundamentais, seria possível opor-se na busca e na concretização de direitos, ditos fundamentais. Contudo, esta visão limitada à verticalização de direitos tem sofrido alguma modificação, permitindo a exigência de direitos fundamentais também em face de uma relação horizontal, entre contratantes, frente a uma relação contratual, onde *a priori* a autonomia das vontades deveria prevalecer. Supera-se, portanto, uma visão contratual que permita toda e qualquer intervenção e aceite, sem observância de direitos fundamentais.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho será a pesquisa bibliográfica e terá como função precípua demonstrar a relevância das pesquisas e estudos acadêmicos que se fazem concernentes à evolução da referida temática.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Trabalho de Iniciação à Docência – Curso de Direito – Monitora da disciplina de Contratos. Endereço eletrônico: cillaudiabarbosa@hotmail.com. Aluna do décimo período do curso de Direito.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Orientadora da Monitoria de Contratos e Professora da Disciplina da referida disciplina. Endereço eletrônico: natalliealmeida@yahoo.com, Especialista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Necessário o conhecimento prévio no que se refere à temática da aplicação dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, inicialmente visto com um teor eminentemente verticalizado, operando restritamente entre particular e ente estatal. Posteriormente, através de uma evolução jurídica e social, necessário se fez a aplicação dos direitos fundamentais às relações contratuais privadas, tratando-se de uma influência do Direito Alemão e Americano.

Através do Direito Comparado, portanto, com as devidas alterações para adequação em nosso contexto sócio jurídico, os direitos fundamentais extrapolaram uma eficácia restrita entre particulares e Estado, irradiando seus efeitos às relações eminentemente privadas. Constatou-se a necessidade de se assegurar determinados direitos fundamentais aos particulares em face de outros particulares detentores de situações de superioridade ou de concentração de poder.

Após a Segunda Guerra Mundial, constatou-se a necessidade latente de se reinventar os ordenamentos constitucionais com o fim de inserir a eles uma ordem objetiva de valores, buscando afastar a probabilidade de retorno às barbáries ocorridas naquele período. Algumas consequências advieram desta reconstrução, tais como: a) eficácia irradiante dos direitos fundamentais, desmembrada em duas facetas, quais sejam, busca por uma interpretação em conformidade com os direitos fundamentais e a possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais na esfera privada, esta como objeto do presente estudo; b) deveres de proteção, tratando-se da busca de imposições pelo Estado, através de uma atuação positiva deste com o fito protetivo prévio (ex. proteção ambiental e criminalização de determinadas condutas); e c) organizações e instituições, com o intuito de se concretizar a aplicação destes direitos às situações particulares e cotidianas, limitando assim a atuação do ente estatal para que este também não atue de forma a excluir a autonomia das vontades necessárias e inerentes das relações contratuais.

Logo, mesmo que outrora ocorresse a observância desses direitos, em “linha vertical”, tornando-se oponíveis apenas contra o poder público, buscou-se através da aplicação dos direitos fundamentais em “linha horizontal”, resguardarem-se referidos direitos,

mas agora no âmbito privado. Tal pensamento, defendido por parte da doutrina jurídica, depreende-se do fato de que a aplicabilidade dos direitos fundamentais em face das relações privadas termina por violar o princípio fundamental da autonomia privada. Discute-se, inclusive, acerca dessa medida condicionar-se à autonomia a valores sociais solidarizantes. Nesse passo, a autonomia privada é contida pela eficácia horizontal dos direitos fundamentais, pelo princípio da função social e também pelo princípio da boa-fé objetiva, como pode ser verificado, inclusive no art. 5º XXII, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Dentre algumas teorias que discutem acerca da eficácia dos direitos fundamentais frente às relações privadas, há uma preponderância de interesse científico em face da instrumentalização desta aplicação: se ocorreria através de uma eficácia imediata (direta) ou mediata, denominada também indireta (SILVA, 2014). Conforme entendimentos do Supremo Tribunal Federal, no Brasil, em regra, predominam o entendimento de que há aplicação direta dos direitos fundamentais entre particulares. Alguns casos emblemáticos podem ser lembrados, quais sejam, o Recurso Extraordinário nº. 201.819/RJ de 11 de outubro de 2005 e do Recurso Extraordinário nº. 161.243/DF de 19 de dezembro de 1997, *in verbis*:

SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. RECURSO DESPROVIDO. I. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. **II. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA DAS ASSOCIAÇÕES.** A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. **O espaço de autonomia privada garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus**

associados. A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. III. SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE QUE INTEGRA ESPAÇO PÚBLICO, AINDA QUE NÃO-ESTATAL. ATIVIDADE DE CARÁTER PÚBLICO. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. [...] O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF/88). IV. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. (STF - RE: 201819 RJ, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 11/10/2005, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-04 PP-00577)

CONSTITUCIONAL. TRABALHO. PRINCÍPIO DA IGUALDADE. TRABALHADOR BRASILEIRO EMPREGADO DE EMPRESA ESTRANGEIRA: ESTATUTOS DO PESSOAL DESTA: APLICABILIDADE AO TRABALHADOR ESTRANGEIRO E AO TRABALHADOR BRASILEIRO. C.F., 1967, art. 153, § 1º; C.F., 1988, art. 5º, caput. I. - Ao recorrente, por não ser francês, não obstante trabalhar para a empresa francesa, no Brasil, não foi aplicado o Estatuto do Pessoal da Empresa, que concede vantagens aos empregados, cuja aplicabilidade seria restrita ao empregado de nacionalidade francesa. Ofensa ao princípio da igualdade: C.F., 1967, art. 153, § 1º; C.F., 1988, art. 5º, caput). **II. - A discriminação que se baseia em atributo, qualidade, nota intrínseca ou extrínseca do indivíduo, como o sexo, a raça, a nacionalidade, o credo religioso, etc., é inconstitucional.** Precedente do STF: Ag 110.846 (AgRg)-PR, Célio Borja, RTJ 119/465. III. - Fatores que autorizariam a desigualização não ocorrentes no caso. IV. - R.E. conhecido e provido. (STF - RE: 161243 DF, Relator: CARLOS VELLOSO, Data de Julgamento: 29/10/1996, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 19-12-1997 PP-00057 EMENT VOL-01896-04 PP-00756)

Portanto, o relacionamento vertical entre as normas, sejam elas constitucionais ou infraconstitucionais, deve sofrer a incidência irradiante dos direitos fundamentais no sentido da norma inferior deve ser aquele que mais intensamente corresponder ao conteúdo de sentido da norma superior, havendo integração do ordenamento jurídico e uma concordância prática entre todos os direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos aspectos de caráter privado, mesmo frente a outros particulares que são detentores da chamada autonomia privada, merecem indubitavelmente a aplicação horizontal de eficácia imediata dos direitos fundamentais, tendo em vista sua essencialidade no que concerne ao aspecto jurídico social inerente á qualidade de vida e preservação da dignidade da pessoa humana. Trata-se de tema atual e relevante na órbita do ordenamento jurídico brasileiro e que merece esforços na aplicação concreta.

REFERÊNCIAS

Coletânea de Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Especialização em Direito Constitucional e Administração Judiciária - ESMEC (Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará); Barreira Júnior, Edilson Baltazar et al - Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Parque Gráfico, 2009. 376 p.: 21cm;

Constituição da República Federativa do Brasil 1988; Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 70/2012 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2012;

<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/743268/recurso-extraordinario-re-161243-df>;

<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/762997/recurso-extraordinario-re-201819-rj>;



SILVA, Virgílio Afonso da. *Constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2014.

Artigos Completos



UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Patrícia Élvia Barreto da Silva¹
Marina Costa Vieira²

RESUMO

O trabalho que será apresentado a seguir tem como objetivo analisar dois livros didáticos de diferentes épocas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, com a finalidade de avaliar os eixos de ensino formados pela leitura, produção textual, análise linguística e oralidade tendo como foco identificar as concepções de linguagem e de gramática presente nos livros analisados. De acordo com cada época, os livros didáticos sofrem alterações na sua metodologia de ensino, e nessa perspectiva, é possível encontrar diferenças na estrutura e no modo de ensino em cada um. Os livros do Ensino Fundamental e Médio foram analisados com base nos estudos da disciplina de Linguística Aplicada, foram analisados os textos e os conteúdos de cada livro, assim como os exercícios presentes em cada livro. Tivemos como base teórica autores como Travaglia (2001), autor que estuda as concepções de linguagem e de gramática, foco da presente pesquisa, além de outros estudiosos como Bakhtin (1997), Geraldi (1999). Através da análise dos livros, foi possível perceber o tipo de concepção de linguagem utilizada em cada um, a concepção de gramática e os recursos encontrados para serem utilizados pelo docente.

Palavras – chaves: Livro. Análise. Didático

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, ExpoFvj curso Letras

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, ExpoFvj, curso Letras

INTRODUÇÃO

O trabalho visa retratar análises de alguns capítulos escolhidos por estudantes de Licenciatura em Letras, de livros didáticos do Nível Fundamental e Médio, objetivando avaliar os eixos do ensino formados pela leitura, produção de textos, análise linguística e a oralidade, assim como identificar as concepções de linguagens e de gramática presente nos referidos livros.

Dessa forma, os mesmos estavam preparados para a prática do ensino, conheceram de forma clara e didática seus materiais, construindo assim um ensino de qualidade. As análises realizadas nos livros, tiveram como princípios estudos realizados em livros sobre a linguística aplicada, e traz como referencias conceitos sobre esses estudos.

Apresentaremos a seguir os resultados obtidos através das análises dos livros, quais as concepções encontradas em cada um, os recursos utilizados, para facilitar e aprimorar os estudos dos alunos, e alguns teóricos que complementam e comprovam as concepções encontradas nos estudos realizados dos livros.

Houve assim, análises críticas de dois livros didáticos, o primeiro é Vontade de saber, de português do 6º ano das autoras Rosemeire Aparecida Tavares e Tatiane Brugnerotto Consevan e o segundo do 3º ano Português Linguagens, dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, tomou-se como embasamento teórico Bakhtin (1997, p.95) e Travaglia (2001, p.30 e 32) com o objetivo de dar teor e somar com o nosso trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concepções de linguagem

A concepção de linguagem adotada pelo livro didático deve refletir no modo como o professor leciona, pois não deve haver contradição entre a concepção de linguagem defendida pelo docente e pelo livro. Podemos dizer que existem três tipos diferentes de concepção de linguagem: a linguagem como expressão do pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação; e a linguagem como processo de interação.

Segundo Travaglia na concepção de linguagem como expressão do pensamento "as pessoas não se expressam bem porque não pensam (2002, p. 21). Nessa concepção o enunciado parte do nosso pensamento, sem sofrer influencia do ambiente em que o individuo esta inserido. Na concepção de linguagem como instrumento de comunicação a língua é tida como um código, signos que se unem a partir de regras que conseguem passar uma mensagem entre um emissor e um receptor. Mas para que haja essa comunicação o falante deve comandar o código. De acordo com o autor já citado, essa concepção utiliza o enunciado de forma isolada, fora do seu contexto social.

Para essa concepção o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, ou seja, informações que quer que cheguem ao outro. Para isso ele a coloca em código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem (informações). É a decodificação. (TRAVAGLIA, 2002, p. 22)

A última concepção tem a linguagem como processo de interação, dessa forma ela amplia as concepções de linguagem anteriormente citadas, pois nessa concepção o falante não só expressa o pensamento, como também não só transmite informações, e sim utiliza a linguagem interagindo com outros indivíduos e tendo influencia com o ambiente a sua volta.

Concepções de gramática

A gramática é vista por três perspectivas, a primeira é a gramática normativa aonde a gramática é tida como regras a serem seguidas para que o indivíduo fale e escreva de maneira correta; a segunda é a gramática descritiva, aonde a gramática deve ser ensinada e explica a

função e nela utilizam-se variedades linguísticas, ou seja, tanto linguagem culta quanto à linguagem informal; e por fim a terceira, gramática internalizada, que defende que o indivíduo já nasce com a gramática interna mesmo sem ter ido a escola para aprender.

A terceira concepção de gramática é aquela que, considerando a língua como conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado, percebe a gramática como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. (TRAVAGLIA, 2002, P.28)

A gramática é vista por boa parte dos alunos como um tabu, por este motivo ela deve ser apresentada de forma contextualizada, ensinando as regras dentro do contexto social em que o aluno está inserido, e não utilizando enunciados isolados.

Eixos do ensino de Língua Portuguesa

O ensino da Língua Portuguesa possui alguns eixos de ensino, a oralidade, a produção textual, a leitura e a análise linguística que devem ser abordados nos livros didáticos. O livro auxilia o professor na conscientização dos alunos em saber usar a língua em suas diversas situações de uso (leitura, produção de texto e oralidade). Bakhtin (1997) diz que "a consciência dos falantes de uma língua é algo particular e está ligada a sua situação de uso e de como ela é vivenciada".

O objetivo do ensino de Língua Portuguesa é aprimorar essas habilidades através do falar, escutar, ler e escrever, assim os conteúdos devem ser elaborados a partir desses eixos. O professor ao trabalhar esses eixos de ensino em sala de aula deve fazer atividades aonde os mesmos se completem, partindo de uma produção textual ele pode retirar enunciados para explicar à gramática. Por exemplo, trabalhar determinado tema para uma produção requer leituras prévias sobre o assunto, sendo que o professor pode desenvolver a oralidade em debates sobre o assunto abordado, além de poder trabalhar a gramática com base nas produções dos alunos.

O que é avaliar um livro didático?

Sabe-se que o professor de língua materna possui grandes responsabilidades no ensino, dentre elas esta a escolha do livro didático que deve ser realizada com sabedoria, analisar ou avaliar um livro didático não é uma tarefa fácil, visto que é o processo de julgar o

desempenho de um produto que pode favorecer ou não o aprendizado do aluno. Francisco Gomes de Matos e Nelly Carvalho 1984, diz que "pensar" e "pesar" tem a mesma origem epistemológica "pensar é pesar as atitudes e decisões". Ao pesá-las e pensá-las delimitam-se sua devida importância colocando-as numa escala de valores, com relação aquilo que se pretende escolher. A determinação dessa escala que chamamos de avaliação.

O que justifica a responsabilidade da avaliação de um livro didático, e a necessidade de bom senso para conseguir êxito nos resultados, principalmente quando se trata de um livro de língua portuguesa que deve promover a competência comunicativa dos alunos, ou seja, fazê-los entender e ser entendido e qualquer situação comunicativa (leitura, escrita ou oralidade). Entretanto, a maioria dos livros didáticos principalmente os do ensino médio, centram-se nos vestibulares e avaliações externas e acaba perdendo tudo aquilo que não vise o bom resultado destes testes.

Geraldi et. al (1999) em seu livro "O texto na sala de aula" aborda o que é ensinar português e mostra que o professor tem superado vários desses paradigmas dos programas sociais.

Buscam integrar o trabalho com a linguagem em sala de aula, através da leitura ou da produção de texto que levem o aluno a assumir crítica e criatividade a sua função de sujeito do discurso, seja enquanto falante ou escritor, seja enquanto ouvinte ou leitor/interprete. (Geraldi et. Al 1999,p. 19)

Compreender a função do livro didático é crucial para o professor e estudante da língua, sendo que é uma ferramenta essencial e um auxílio em sala de aula. Saber se o livro abrange leitura, produção textual e oralidade de forma contextualizada; se tem linguagem adequada para o público alvo, se trabalha interdisciplinarmente; se favorece a tonada de opinião e posicionamento dos alunos; se a gramática é introduzida a partir de textos já conhecidos por eles, ou seja, textos que já foram trabalhados em sala de aula é uma forma de não comprometer nem o trabalho dos docentes nem o crescimento e desenvolvimento do aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro livro analisado foi "Vontade de saber português" do 6º ano do Ensino Fundamental, nele percebemos que a concepção de linguagem utilizada foi a de Linguagem como forma ou processo de interação. Essa concepção defende que a linguagem é o meio em que acontecem as trocas de conhecimento entre os indivíduos buscando contemplar todas as linhas de estudo da língua. Na unidade I mais precisamente no capítulo II podemos observar que as atividades abordadas no livro contemplam as diferentes formas de situações do uso da língua, e levando em consideração que não existem variedades correta ou incorreta.

A linguagem não é somente usada para transmitir ou interiorizar um pensamento, mas também para agir, transformar o interlocutor e agir a partir de sua realidade. Pode-se observar, também, que o livro contribui com a aprendizagem do aluno, usa gêneros textuais primários, ou seja, da realidade do aluno e só depois parte para os textos secundários. Vale ressaltar, que é importante o professor compreender a teoria e saber qual linha de estudo quer seguir. O embasamento teórico acerca da concepção de linguagem proporciona ao educador o fazer pedagógico conscientizado e reflexivo.

O livro "Vontade de saber português" adere à concepção de gramática descritiva, tendo em vista que o livro aborda, não só, a variedade culta da língua, mas tantas outras como, a gíria e a linguagem utilizada na internet, além de valorizar a forma oral dessas variedades. Um ponto interessante a ser ressaltado é que ao abordar os fenômenos linguísticos, as formas morfológicas e lexicais os autores sempre partem de um texto, nunca de frases ou expressões soltas, ou seja, usa uma gramática contextualizada.

A gramática não é trabalhada de forma exaustiva, ao contrário, o trabalho é dinâmico e com linguagem acessível. Os autores favorecem mais a oralidade, leitura e produção justamente são os eixos do ensino que inicia todas as unidades, inclusive a parte gramatical só é iniciada a partir do capítulo 2, da unidade 1, com foco na pontuação. Outro fato relevante é o de quando o conteúdo é extenso, como pronomes, verbos e elementos coesivos, estes são divididos em suas partes, como, por exemplo, na unidade 4 o livro apresenta os pronomes, mas somente os pessoais, de tratamento e possessivos e somente na unidade 5, retoma o

conteúdo com os pronomes demonstrativos, definidos e indefinidos, sendo que, antes de ter contato com a segunda parte, o discente já tem feito exercícios de leitura e produção de texto.

O livro trata do eixo da oralidade com atenção e competência, desde o primeiro capítulo, já que se inicia com “a arte de se comunicar”. Ao longo dos capítulos, sempre há um tópico intitulado “conversando sobre o texto” e outro “discutindo” ideias construindo valores, que são questões para serem resolvidas oralmente, sendo elas pessoais ou não. É interessante que, mesmo em questões para serem respondidas no caderno pedem para que eles encontrem as marcas da oralidade. No capítulo 2, o que é relevante para a estrutura do livro são as apresentações de seminários o que é pouco explorado nessa etapa do fundamental. O livro trabalha com linguagem formal e informal além de variação linguística.

O livro propõe o eixo produção de textos, sendo que os autores apresentam no tópico “pensando na produção” orientações, “produzindo” o texto à forma como vão construir e organizar e no “avaliando a produção” os alunos podem identificar o que ficou bom e o que pode ser melhorado no próprio texto. Os tópicos são organizados a partir de perguntas e dicas para produção, são enriquecedoras, sendo que estimula o aluno a produzir dando o passo-a-passo da elaboração. Estes tópicos se repetem em todo o livro, ao longo das unidades.

O livro traz o eixo da leitura de forma bem contextualizada e a intertextualidade é uma marca registrada do livro, pois quase todos os capítulos fazem com que o aluno compare textos, sejam eles verbais ou não verbais. Logo na 1ª unidade trata de variação linguística, o que é favorável para o desenvolvimento do aluno, para que ele compreenda desde o fundamental a diferença entre “erro” e inadequação, o que não é comum nos livros didáticos.

No que se respeito à análise linguística do livro, os autores trabalham de forma dinâmica, contextualizada e partindo do texto. Porém, os autores poderiam usá-la mais podendo ser trabalhada também a partir das produções deles. Na unidade I, a pontuação é trabalhada no final do capítulo II. A análise linguística só vai ser trabalhada somente no final do capítulo III, isso depois de terem sido trabalhados leitura com compreensão, a oralidade e a produção textual. A análise linguística poderia ser refletida nos outros eixos.

No livro “Português Linguagens” do 3º ano do Ensino Médio a concepção de linguagem encontrada no livro foi à linguagem como forma ou processo de interação, pois o

livro permite que o leitor interaja com a leitura, com a produção textual e com a gramática, e não somente usar a língua como expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação.

A concepção de gramática utilizada no livro é a gramática normativa e descritiva, prevalecendo à gramática descritiva. Sabendo que, a primeira é vista por Travaglia (2001, p.30) “aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseiam-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como à escrita” e em seguida fala da gramática descritiva, Travaglia (2001, p. 32), é “a que descreve para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e as categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo como e as condições de uso desses elementos.”

No capítulo 5 do livro (Língua: uso e reflexão) é abordado o conteúdo sobre “Período Composto por Subordinação: as orações subordinadas”. Primeiramente, o livro traz um texto em forma de tirinha, e, a partir dele, o livro ajudar o leitor a construir o conceito do conteúdo a ser abordado. Logo em seguida, o livro traz conceitos sobre o conteúdo e a partir de frases retiradas da própria tirinha, o livro exemplifica e conceitua o conteúdo analisando as frases. Nesse caso, as frases utilizadas estão dentro de um contexto. Depois, o livro apresenta as classificações e conceitos de acordo com a norma culta e apresenta exercícios. O livro apresenta textos das mais variadas formas, como tirinhas, anúncios, poemas, que deles são retirados as frases para explicar o conteúdo. Ou seja, através dos enunciados retirados dos textos, o livro vai explicando as regras gramaticais.

Na concepção de gramática no capítulo 13, pode ser visto atividades de produção, interpretação de texto, reescrita e questões da gramática normativa, embora que no livro prevaleça a gramática descritiva. Sendo assim, temos um conjunto de exercícios variados, que trabalha o gênero textual, a produção de forma coletiva, a linguagem em prática, dentre outros aspectos diversos.

Analisou-se no livro que na parte literária, de produção textual ou gramatical, há sempre textos de diversos gêneros. O livro apresenta sugestões de leitura, obras para

leitura, filmes para serem assistidos seguidos de roteiros para análise. No caso da produção textual, o livro sempre começa apresentando um texto conceituando o gênero a ser trabalhado, seguida de alguns questionários, e logo após, pede para o aluno produzir um texto sobre o gênero estudado. São apresentados anúncios e imagens para o aluno interpretar, mas não utilizam muitos exercícios sobre oralidade, prevalecendo a leitura.

O livro traz a oralidade em uma questão de discussão com o grupo, em que se recomenda a formação de argumentos no ponto de vista de cada participante da equipe. A atividade é finalizada no compartilhamento das cartas que foram criadas, a leitura para toda a turma, dando espaço para a opinião de outros, em seguida, recomenda-se correções se necessário e sua divulgação.

Nesse capítulo do livro, a produção de texto é trabalhada, entretanto não aguça o interesse do aluno. Convida-o a construir o gênero “a carta”, porém não auxilia essa produção. Sendo que, apenas traz exemplos de cartas individuais, não traz características do gênero e mesmo assim pede para os alunos criarem uma carta individual e coletiva sem dar os subsídios necessários para essa construção.

A leitura também tem seu espaço, sendo que é o eixo mais trabalhado em todo o livro, logo no início o livro traz indicações de sites, livros ou filmes para o leitor ampliar sua leitura, como o livro explora bastante a leitura ele não deixa o leitor se prender somente aos textos.

A análise linguística do livro está bastante presente em várias questões, adequação de termos, reescrita, formas verbais, uso adequado de pronomes, dentre outros. O autor do livro trabalha a gramática de forma contextualizada, tanto é que ele explica a gramática a partir da produção de um texto, ou seja, para construir a definição de um gênero o leitor produz um texto, conceituando o gênero que vai ser estudado, e em seguida, são retiradas partes do texto para o autor explicar a gramática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nos livros do ensino fundamental e médio foi uma forma de colocar em prática conceitos estudados na disciplina de Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa, estudos estes que são realizados em sala de aula e fora dela. E a partir dessas avaliações, é possível ver com mais clareza as concepções de linguagem e de gramática presente em cada um dos livros. Sendo assim, é possível identificar os recursos existentes nos livros e ver de que maneira elas são trabalhadas pelo professor.

Dessa forma, ampliamos nossos conhecimentos com relação ao livro didático, sabendo que somos futuros professores e que nesse papel temos a responsabilidade pela escolha do material de Língua Portuguesa utilizada por nossos discentes. E saber qual a concepção de linguagem, de gramática e o posicionamento dos autores perante os eixos do ensino.



REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

TRAVAGLIA. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino o ensino de gramática no 1º e 2º ática no 1º e 2º graus*. 7. ed. Cortez: São Paulo, 2001.

MATOS, Francisco Gomes de. CARVALHO, Nelly. *Como avaliar um livro didático - Língua Portuguesa*. Ed. Livraria Pioneira: São Paulo, 1984.

_____. Secretaria da educação média e tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000.

RELAÇÕES ENTRE OBESIDADE E INTERAÇÕES DOS MECANISMOS NEUROLÓGICOS E AMBIENTAIS

Lívia Maria Monteiro Rodrigues¹

Anderson Félix de Lima¹

Daiane Costa dos Santos¹

Vanesa Costa da Silva Roque¹

Joseliane Rayane Paulino¹

Tiago dos Santos Nascimento²

RESUMO

A obesidade apresenta-se fortemente associada ao estilo de vida sedentário e à alta ingestão de calorias, por um período crônico. Em linhas gerais, a obesidade ocorre em função de um desequilíbrio energético, ou seja, pelo aumento de ingestão de nutrientes e diminuição do gasto calórico, porém, sabe-se que muitos são os fatores que contribuem ou que levam um indivíduo a ser obeso. Atualmente, notam-se gradativamente evidências que a disponibilidade e a variedade de alimentos da sociedade moderna influenciam diretamente o aumento gradativo dos casos de obesidade. É cada vez mais comum que os pesquisadores relacionem os fatores neurológicos e endócrinos ao controle e manutenção do peso. Pesquisas sobre o controle neuroendócrino do metabolismo energético identificaram os peptídeos leptina e insulina como um dos maiores sinalizadores de adiposidade que informam ao cérebro quantidade de energia corporal armazenada como excessiva. A grelina é um hormônio responsável por estimular o apetite e pode estar ligado diretamente com o sobrepeso e a obesidade. O ato de ingerir alimentos é causado por uma série de estímulos (ou sinais) que são detectados pelo nosso cérebro. Entre eles está a redução, no organismo, da quantidade de nutrientes como glicose, aminoácidos, gordura ou mesmo a diminuição da temperatura interna. O excesso de peso está fortemente associado ao estilo de vida sedentário e à alta ingestão de calorias, por um período crônico, porém analisando a doença do ponto de vista neurológico, muitos autores apontam a mesma como uma resposta aos comportamentos da sociedade moderna, que com o passar dos anos desenvolveu mecanismos dedicados à procura de alimentos, mas não contra a obesidade.

Palavras-Chave: Mecanismos Neurológicos. Obesidade. Ambiente.

INTRODUÇÃO

A obesidade é definida como o excesso de gordura corporal. A quantificação desta gordura exige técnicas que podem ser simples ou complexas. Por exemplo, conceitua-se obesidade como o aumento de gordura corporal baseado no Índice de Massa Corporal (IMC) $\geq 30\text{kg/m}^2$. (DÂMASO, 2009)

Artigo apresentado como pré-requisito para a disciplina de Neurociências da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ – em Aracati -CE.

Alunos do Curso de Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ – em Aracati-CE.

Prof. Dr. Tiago dos Santos Nascimento. Email: tiagonascimento@fvj.br

A obesidade apresenta-se fortemente associada ao estilo de vida sedentário e à alta ingestão de calorias, por um período crônico. Em linhas gerais, a obesidade ocorre em função de um desequilíbrio energético, ou seja, pelo aumento de ingestão de nutrientes e diminuição do gasto calórico, porém, muitos são os fatores que contribuem ou que levam um indivíduo a ser obeso. (DÂMASO, 2012).

Analisando a obesidade de um ponto de vista neurológico, cada vez mais estudos apontam esta doença como uma resposta aos comportamentos da sociedade moderna, além de afirmarem que a evolução contribuiu com a ineficácia dos sistemas do organismo que regulam o excesso de massa corporal. (LANDEIRO, 2010).

É claramente observado que a sensação momentânea de prazer após e durante a ingestão de um alimento, independente do valor nutricional, é o que comumente vem controlando a dieta da população moderna e se torna a principal ferramenta das indústrias alimentícias, que usam propagandas com elementos visuais e auditivos capazes de influenciar o comportamento das pessoas que passam a empenharem-se em consegui-los.

Assim, não se pode desconsiderar a contribuição da propaganda no aumento progressivo de obesos no mundo, principalmente quando se fala do público infantil e adolescente, que ainda encontra-se com o processo cognitivo em construção e é facilmente influenciado.

O exercício físico é de extrema importância no tratamento terapêutico da obesidade, melhorando a autonomia e a qualidade de vida cotidiana, contribuindo positivamente com o bem estar e melhoria da auto estima. (DÂMASO, 2009).

São diversas as respostas hormonais em decorrência do exercício, um exemplo disso é a relação entre peptídeos opióides que são substâncias que exibem efeitos neurotransmissores capazes de alterar o humor. Um exemplo é a substância Beta-endorfina, que o exercício acarreta um aumento desta em até cinco vezes em relação ao nível de repouso. A secreção de endorfina pode aumentar a tolerância a dor, aprimorar o controle do apetite, e reduzir a ansiedade, fatores essenciais para o controle e manutenção do peso. (MCARDLE; KATCH 2011)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar relações entre obesidade e interações dos mecanismos neurológicos com o ambiente. Diante do exposto, a presente investigação é relevante dentro do contexto de grandes transformações na sociedade que influenciaram alterações neuronais e comportamentais que desencadeiam o sobrepeso e a obesidade na população moderna.

HORMÔNIOS DE CONTROLE DA FOME E DA SACIEDADE

A fome é uma sensação fisiológica que nos faz procurar e ingerir alimentos para satisfazer as necessidades diárias de nutrientes. O ato de ingerir alimentos é causado por uma série de estímulos (ou sinais) que são detectados pelo nosso cérebro. Entre eles está a redução, no organismo, da quantidade de nutrientes como glicose, aminoácidos, gordura ou mesmo a diminuição da temperatura interna. Fica claro fazer a ligação: se uma pessoa come para obter nutrientes (e energia) para o organismo, então sua falta deve levá-la a procurar o que comer. Porém, surge uma dúvida: será que é preciso diminuir totalmente o estoque de nutrientes do organismo para que uma pessoa ou um animal sinta fome?

A resposta é não. Na verdade, o organismo é capaz de detectar diminuições mínimas na concentração de nutrientes e, em consequência, gerar sinais que vão desencadear a ingestão de alimentos. Mas, será que só comemos quando temos fome? Não, a ingestão de alimentos também pode ser estimulada pela hora do dia, a visão e o cheiro dos alimentos, além de reuniões sociais. Todos nós temos experiência que fatores emocionais, facilitação social e condicionamento (uma forma de aprendizagem) afetam a ingestão de alimentos. Quando se come sem ter fome (e essa energia não é gasta), os nutrientes ingeridos além da necessidade serão estocados em forma de gordura, ou seja, engordamos.

Saciedade é o processo inverso da fome, também é causado por vários estímulos. Um deles é a distensão da parede gástrica, causada pelo armazenamento do alimento ingerido no estômago. O tempo de permanência do alimento no estômago depende principalmente da sua composição e não simplesmente da quantidade. Quanto mais gordura for contida no alimento, maior o tempo necessário para o esvaziamento gástrico.

Quando o alimento passa do estômago para o intestino, outro sinal de saciedade é produzido, dessa vez, químico: o intestino libera um hormônio (substância endócrina) para o sangue, chamado de colecistocinina, em resposta à presença de proteínas e de gorduras no alimento que chega intestino. Pesquisas sobre o controle neuroendócrino do metabolismo energético identificaram os peptídeos leptina e insulina como os dois maiores sinalizadores de adiposidade que informam ao cérebro a quantidade de energia corporal armazenada como excessiva (HALLSCHMID et al., 2008).

Os mecanismos se aplicam ao controle da ingestão durante ou imediatamente após uma refeição. O que poderia indicar para o organismo que ele deve aumentar ou diminuir a quantidade de alimentos que normalmente ele come? Como a gordura é a forma de estoque de energia, um dos indicadores é a sua própria quantidade no corpo. De fato, o tecido gorduroso

(ou adiposo) produz um hormônio endócrino chamado leptina que indica a quantidade de gordura corporal como afirma. A leptina vai para a circulação sanguínea, chega ao cérebro e inibe a ingestão de alimentos. Isso significa que uma quantidade alta de leptina diminui a ingestão e uma quantidade baixa, aumenta.

Os fatores neurológicos e endócrinos estão evidentemente ligados ao controle e manutenção d massa corporal. Os peptídeos leptina e insulina são um dos maiores sinalizadores de adiposidade que informam ao cérebro quantidade de energia corporal armazenada como excessiva (HALLSCHMID et al., 2008).

Diversos sinais, pela interação com neurônios do núcleo arqueado no terceiro ventrículo hipotalâmico, são capazes de aumentar a termogênese e estimular a saciedade em momentos de muita oferta energética. Esses sinais são capazes de promover também o contrário, estimulando a fome e inibindo a termogênese em momentos de privação. Entre esses mediadores, os mais importantes são a grelina, leptina e a insulina (SIMPSON; MARTIN; BLOOM, 2009).

A leptina e a insulina são hormônios secretados em proporção à massa adiposa e atuam periféricamente estimulando o catabolismo (SIMPSON; MARTIN; BLOOM, 2009; KHOK, JAKOBSDOTTIR; DRENT, 2007). Sabe-se que no Sistema Nervoso Central a leptina e a insulina interagem como receptores no hipotálamo e dando uma sensação de saciedade. Indivíduos obesos apresentam resistência à ação desses hormônios por possuírem grandes concentrações dos mesmos no sangue.

A insulina é produzida pelas células beta do pâncreas, e a sua concentração sérica também é proporcional à quantidade de gordura corpórea. Estudos experimentais demonstraram que a insulina tem uma função essencial no sistema nervoso central para incitar a saciedade, aumentar o gasto energético e regular a ação da leptina (Schwartz, 2000).

A grelina é um hormônio responsável por estimular o apetite. Ela é produzida no estômago e no intestino e sinaliza no cérebro a vontade de comer. A concentração desse hormônio pode variar ao longo do dia, atingindo picos antes das refeições e depois que o indivíduo se alimenta, a concentração vai caindo e contribui com a sensação de saciedade. (KHOK, JAKOBSDOTTIR; DRENT, 2007).

RELAÇÕES ENTRE OBESIDADE E INTERAÇÕES DOS MECANISMOS NEUROLÓGICOS COM O AMBIENTE.

A obesidade é definida como o excesso de gordura corporal. São diversos os critérios para classificação da obesidade, existem técnicas que podem ser simples ou mais complexas. Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Centro de controle de Doenças (CDC) definem a obesidade como um Índice de Massa Corporal (IMC) maior do que 30kg/m^2 .

Sabe-se que muitos são os fatores que contribuem ou que levam um indivíduo a ser obeso. A obesidade apresenta-se fortemente associada ao estilo de vida sedentário e à alta ingestão de calorias, por um período crônico. Em linhas gerais, a obesidade ocorre em função de um desequilíbrio energético, ou seja, pelo aumento de ingestão de nutrientes e diminuição do gasto calórico. (DÂMASO, 2009).

Analisando a obesidade de um ponto de vista neurológico, esta doença tem sido classificada como uma resposta aos comportamentos da sociedade moderna, além de ser afirmado que a evolução contribuiu com a ineficácia dos sistemas do organismo que regulam o excesso de peso. (LANDEIRO, 2010).

Observa-se que com a evolução da espécie humana, o sistema nervoso desenvolveu mecanismos dedicados à procura de alimentos, mas não contra a obesidade. O cérebro se especializou em escolher os alimentos mais em função de seus aspectos sensoriais como cor, formato, sabor e textura do que por variedades metabólicas como carboidratos, lipídeos e proteínas, por exemplo (ROLLS, 2007)

O hipotálamo lateral, área Tegmentar Ventral, Substância Nigra, Amígdala, Núcleo Acumbens, Estriato Dorsal, Ínsula Córtex Orbitofrontal são as áreas do sistema nervoso central que são estimuladas pela ingestão de alimentos palatáveis ou pela presença de sinais visuais, auditivos, gustativos e ambientais que ativam a memória e a procura desses alimentos. (LENT, 2010).

Em uma situação em que exista uma variedade de alimentos disponíveis para a ingestão, as diversas áreas o sistema nervoso central são ativadas em resposta aos estímulos visuais, olfativos e gustativos. Nas áreas gustativas do córtex orbito frontal, dos 112 neurônios que respondem a cada uma destas modalidades, muitos são uni modais, (34% gustativos, 13% olfativos e 21% visuais, mas em estreita proximidade. (LENT, 2010)

Levando em consideração essas afirmações, notam-se gradativamente evidências que a disponibilidade e a variedade de alimentos da sociedade moderna influenciam diretamente o aumento gradativo dos casos de obesidade. Segundo Dâmaso 2009, a obesidade nos últimos anos tem sido considerada uma doença de proporções epidêmicas. Sua prevalência atinge indivíduos de diferentes níveis socioeconômicos, em todas as fases da vida, sendo

precocemente desenvolvida na infância e na adolescência decorrentes do estilo de vida moderno. Embora a obesidade seja uma doença multicausal, existem fortes evidências da influência da propaganda e do ambiente obeso gênico na mudança dos hábitos alimentares (SAWAYA E FILGUEIRAS, 2013).

Quando um alimento é ingerido até a saciedade desencadeia-se uma sensação prazerosa e de recompensa além de uma redução na resposta dos neurônios que foram ativados por aquele determinado alimento, por exemplo, sete dos nove neurônios olfatórios responsivos ao odor de alimentos declinam suas respostas para odor de alimentos quando ingeridos até a saciação, porém os neurônios responsivos visuais continuam ativados. (LANDEIRO E QUARANTINI). Um implicação disto é que, se um alimento é ingerido até a saciedade, a redução de apetite para outros alimentos é frequentemente incompleta, e este efeito pode levar ao aumento da ingestão quando uma variedade de alimentos é disponibilizada. (ROOLS 2007)

Estudos revelam a existência de centros cerebrais que trabalham em rede ativando neurotransmissores que controlam os eventos e estados de prazer, e que compõem o chamado circuito cerebral hedônico (KRINGELBACH; BERRIDGE, 2009). A ingestão de alimentos é claramente controlada por uma série de fatores cognitivos, incluindo representações mnemônicas dos alimentos e seu contexto ambiental, bem como propriedades emocionais e de recompensa dessas representações e seu impacto hedônico. Estes principais processos corticais determinam o quanto um alimento particular é desejado e podem frequentemente se sobrepor a saciação.

Estudos em seres humanos que se utilizam de técnicas de neuroimagens mostraram que o córtex orbito frontal e a ínsula fazem parte do circuito cerebral hedônico, são regiões ativadas quando imagens, sons, aromas, ou a presença num determinado ambiente antecipam o prazer, evocam a memória de experiências prazerosas e envolvem decisões de buscar de novo a experiência (KRINGELBACH; ROLLS, 2004).

Desta forma, é claramente observado que a sensação momentânea de prazer após e durante a ingestão de um alimento, independente do valor nutricional, é o que comumente vem controlando a dieta da população moderna e se torna a principal ferramenta das indústrias alimentícias, que usam propagandas com elementos visuais e auditivos capazes de influenciar o comportamento das pessoas que passam a empenharem-se em consegui-los.

Assim, não se pode desconsiderar a contribuição da propaganda no aumento progressivo de obesos no mundo, principalmente quando se fala do público infantil e adolescente, que ainda encontra-se com o processo cognitivo em construção e é facilmente

influenciado. Atualmente é fácil perceber o excesso de peso das novas gerações, o que para muitos autores é um fenômeno perfeitamente ligado ao hábito de passar horas em frente a televisão, o que expõe a criança a anúncios publicitários estimulantes, além de tirar dela a possibilidade de praticar atividades com gastos energéticos superiores que as de repouso. (BOULOS ET AL., 2012).

A ingestão de excessiva de alimentos pode produzir respostas fisiológicas semelhantes às daquelas da adição de drogas. Muitas pessoas preferem usar a comida como tratamento de problemas emocionais. (DAVIS et al., 2004). A indústria de alimentos e bebidas e o comércio de alimentos consumidos fora de casa em restaurantes, cantinas e lanchonetes desenvolveram uma série de produtos que ativam o sistema hedônico, geram consumo excessivo na ausência de fome e descontrolam a alimentação. Emoções e sentimentos prazerosos são respostas mentais que servem para reforçar os benefícios ou evitar os efeitos nocivos de estímulos ambientais e comportamentais. Os três componentes da dieta moderna que respondem a essas características são: açúcar, gordura e sal; e a mistura deles em doses "certas" tem efeito somatório na geração de prazer, promovendo uma ação recompensadora (SAWAYA, 2013).

Desta forma, com o acréscimo de sal, gordura e açúcar, torna-se cada vez mais notável que a ingestão de alimentos na sociedade atual vem gerando uma resposta comportamental nos indivíduos semelhante a usuários de drogas, quando os mesmos sentem-se dependentes de alimentos com ação recompensadora. Sinteticamente, há uma base científica sólida para a afirmação que seres humanos que apresentam avidez por ingestão de açúcares e alimentos processados possuem alterações nos centros nervosos e neurotransmissores semelhantes às descritas em dependentes químicos (AVENA ET AL., 2008).

Estudos evidenciam que o consumo exagerado dessas três substâncias pode alterar anatomicamente e geneticamente o sistema nervoso, gerando modificações não apenas funcionais, mas ainda mais profundas, pois há evidências crescentes de modificação na plasticidade neural (formação e produção das células nervosas) e na expressão gênica (que controlam a atividade celular). (SAWAYA E FILGUEIRAS, 2013).

RESPOSTAS ENDÓCRINAS AO EXERCÍCIO FÍSICO E CONTROLE DE PESO

O sistema endócrino integra e regula as funções corporais e, dessa forma, proporciona estabilidade ao meio ambiente interno. Os hormônios produzidos pelas glândulas endócrinas afetam quase todos os aspectos da função humana. Hormônios são substâncias químicas

sintetizadas por glândulas hospedeiras específicas, penetram na corrente sanguínea para serem transportadas para todo corpo. (MCARDLE; KATCH 2011)

A maioria dos hormônios é liberada em resposta aos estímulos periféricos de acordo com as necessidades, outros são liberados ao longo do dia ou noite. Sabe-se que situações de ansiedade, estresse e atividade física controlam a produção das secreções endócrinas. (MCARDLE; KATCH 2011)

São diversas as respostas hormonais em decorrência do exercício, um exemplo disso é a relação entre peptídeos opióides que são substâncias que exibem efeitos neurotransmissores capazes de alterar o humor. Um exemplo é a substância Beta-endorfina, que o exercício acarreta um aumento desta em até cinco vezes em relação ao nível de repouso. A secreção de endorfina pode aumentar a tolerância a dor, aprimorar o controle do apetite, e reduzir a ansiedade, fatores essenciais para o controle e manutenção do peso. (MCARDLE; KATCH 2011)

A resposta fisiológica precisa em relação aos peptídeos opióides e exercício ainda são objeto de estudo, porém o hipotético efeito de euforia e jovialidade, conhecido como alegria do exercício é perceptível à medida que aumenta a duração e a frequência do exercício. Um ritmo mais lento de eliminação hormonal facilita e prolonga uma resposta opióide e, possivelmente, aprimora a tolerância do indivíduo ao exercício prolongado, como é o caso do exercício aeróbico, mais indicado para perda de peso. Pesquisadores afirmam que embora não tenha havido diferença significativa entre os diferentes tipos de exercício quanto à redução de massa corporal, os protocolos de exercícios aeróbicos ofereceram melhores resultados gerais (GREGUOL;FERNANDES,2008)

Outro hormônio que também possui influência na manutenção do peso é o Hormônio do crescimento (GH), já que além de facilitar a síntese proteica, estimulando a formação de RNA, torna mais lento o fracionamento dos carboidratos e inicia a mobilização subsequente e a utilização de gordura como fonte energética. (MCARDLE; KATCH 2011)

A eficácia do exercício regular para conseguir redução de peso está relacionada diretamente ao grau de excesso de gordura corporal. (MCARDLE; KATCH 2011) O exercício físico é de extrema importância no tratamento terapêutico da obesidade, melhorando a autonomia e a qualidade de vida cotidiana, contribuindo positivamente com o bem estar e melhoria da autoestima. (Dâmaso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou como os fatores neuronais estão diretamente relacionados ao controle e manutenção de peso, apresentando, portanto grande relevância. Com base nos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o exercício regular possui extrema importância no tratamento da obesidade.

O excesso de peso está fortemente associado ao estilo de vida sedentário e à alta ingestão de calorias, por um período crônico, porém analisando a doença do ponto de vista neurológico, muitos autores apontam a mesma como uma resposta aos comportamentos da sociedade moderna, que com o passar dos anos desenvolveu mecanismos dedicados à procura de alimentos, mas não contra a obesidade.

O cérebro se especializou em escolher os alimentos mais em função de seus aspectos sensoriais como cor, formato, sabor e textura e estando os indivíduos da sociedade moderna expostos a uma variedade desses aspectos, são frequentemente levados a ingerir alimentos de baixo teor nutricional, mas com grandes concentrações de substâncias compensadoras.

Desta forma, os índices de obesos no mundo vem apresentando porcentagens gradativas a cada ano, sendo necessárias ações de intervenção imediata, para que seja estacionado o aumento das várias comorbidades como diabetes, hipertensão arterial, câncer, infecções, doenças cardiovasculares e dislipidemias que estão diretamente ligadas à obesidade.

REFERÊNCIAS

DÂMASO, A. **Obesidade**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

GRABENHORST, F.; ROLLS, E.T.; BILDERBECK, A. How cognition modulates affective responses to taste and flavor: top-down influences on the orbitofrontal and pregenual cingulate cortices. **Cereb. Cortex**, New York, v.18, n. 7, p. 1549-1559, Jul. 2008.

HALLSCHMID, M. et al. Obese men respond to cognitive but not to catabolic brain insulin signaling. **Int. J. Obes. (Lond.)**, London, v. 32, n. 2, Feb. 2008.

LANDEIRO, F.M. **Obesidade: Controle Neural e Hormonal do Comportamento Alimentar**. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador, v.10, n.3, p.236-245, set./dez. 2011.

LENT, Roberto. **Cem Bilhões de Neurônios? Conceitos Fundamentais de Neurociência** - 2ª edição. Atheneu, 2010

MCARDLE William, KATCH Frank I, KATCH Victor L.. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ROLLS, E. T. Sensory processing in the brain related to the control of food intake. **Proc. Nutr. Soc.**, London, v. 66, n. 1, p. 96-112, Feb. 2007b.

GREGUOL, Márcia; FERNANDES, Roberto. **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. São Paulo, 2008.

RECURSOS ERGOGÊNICOS: CLASSIFICAÇÃO, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS¹.

MARTINS, Tarlany Crystina de Oliveira²
SOUSA, Ery Johnson da Silva Ferreira²
SANTOS, Tiago Nascimento³

RESUMO

É crescente a quantidade de pesquisas que buscam conhecer novos agentes que possam maximizar o desempenho de um atleta de alto nível ou o praticante amador de exercícios físicos. A esses agentes e métodos dá-se o nome de recursos ergogênicos. Os recursos ergogênicos são classificados em farmacológicos, nutricionais, mecânicos, psicológicos e fisiológicos. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os conceitos, características e a classificação dos recursos ergogênicos. A metodologia abordada foi pesquisas de levantamento de dados bibliográficos em livros e artigos científicos. Os recursos ergogênicos são cada vez mais populares e não se restringe mais apenas a atletas de alta performance. Discute-se sobre a falta de confiança no aumento de rendimento de modo natural. Muitas vezes o uso desses produtos ocorre sem a devida prescrição médica, o que pode trazer riscos à saúde.

Palavra-Chave: Alto Rendimento. Saúde. Atividade Física.

¹Artigo de revisão

²Alunos (as) do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade/Universidade – em Aracati-CE. E-mail: tarlanyedf@gmail.com-johnsonsousa@outlook.com.

³Prof^o. Orientador da pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

O esporte vem se popularizando no mundo, observamos que a cada dia que se passa as pessoas procuram praticar alguma atividade física, não mais apenas como forma de entreter-se, mas também como ferramenta para a promoção da saúde e também para manter o corpo bonito. Assim, é crescente a quantidade de pesquisas que buscam conhecer novos agentes que possam maximizar o desempenho de um atleta de alto nível ou o praticante amador de exercícios físicos. A esses agentes e métodos dá-se o nome de recursos ergogênicos.

Os recursos ergogênicos não são apenas medicamentos que aceleram o processo de transformação corpo com a ajuda de alguns variantes farmacológicos ou alimentos que ajudam na pratica nutricional viável, mas também agentes mecânicos ou até psicológicos que aumentam o rendimento esportivo dos praticantes, usando algumas técnicas que possam á vir a ajudar os atletas á se sobressaírem ao demais. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os conceitos, características e a classificação dos recursos ergogênicos e como eles podem ajudar esses atletas a ter um alto desempenho adaptado aos treinos com a ajuda desses recursos.

2 METODOLOGIA

A metodologia abordada foi através de pesquisas de levantamento de dados bibliográficos em livros e artigos científicos de autores que escreveram sobre o assunto devidamente referenciado nos anos de publicações de 1999 á 2016, as pesquisas deram embasamento ao referencial teórico par a construção deste estudo.

3 FORMAÇÃO DO ATLETA

O trabalho com o esportista começa cada vez mais cedo, diversos profissionais agem de maneira multidisciplinar para contribuir para o avanço da ciência do esporte. Na Formação dos atletas de elite, sua formação até esporte de alto rendimento inicia dos 07 aos 12 anos (PERES; LOVISOLO, 2006).

Durante a prática de exercícios físicos é necessário acompanhamento do profissional de educação física. A orientação do profissional auxiliará o praticante a aprimorar a cinesiologia do movimento, melhorando desempenho e evitando lesões. O educador físico, trabalhando em conjunto com engenheiros e designers, confeccionam os melhores aparelhos e equipamentos esportivos que serão utilizados para o treinamento e para o momento de competição do atleta.

O trabalho nutricional também é de fundamental importância para o desempenho do atleta. A biodisponibilidade de nutrientes, a seleção de alimentos na geração de energia, é trabalho do profissional de nutrição (HIRSCHBRUCH; CARVALHO 2008). O uso de drogas, respeitando as regras de cada esporte, também é uma opção, é um dos recursos mais polêmicos, pois sua legalidade é subjetiva, de acordo com o esporte, objetivo da droga, tipo de droga e concentração sérica. O uso de anabolizantes andrógenos é um dos mais discutidos nos comitês esportivos (BARROS; NETO, 2001).

Todos os recursos buscam aperfeiçoar o funcionamento fisiológico do corpo para determinado exercício. Porém, é do cérebro que virão os comandos motores para os músculos. Cuidar de aspectos psicológicos do atleta pode vir a ser o diferencial para sua preparação (RÚBIO, 1999). Não só o Stress físico, mas também o mental que pode influenciar para o mau desempenho do exercício. Tantos aspectos relatam que o trabalho interdisciplinar em uma formação integral do atleta em busca do seu melhor desempenho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. OS RECURSOS ERGOGÊNICOS

A palavra grega: ergo que significa trabalho; e genes, que significa produção, são os precursores que formam a palavra ergogênicos, quando se utiliza meios e métodos que

buscam potencializar o rendimento do exercício, esses são chamados de recursos ergogênicos. Os recursos podem ser desde drogas e nutrientes ou até o controle de stress, hipnose, música e recursos biomecânicos extrínsecos (POWERS; HOWLEY, 2014).

Segundo Barros e Neto (2001), o próprio padrão de treinamento ou a adaptação à altitude pode ser considerado um recurso ergogênico. O Treinamento físico pode ser um processo sistematizado contido por estímulos, resposta e descanso e leva em conta diversos princípios como adaptação, individualidade biológica e manutenção, a formação do atleta de rendimento, portanto, é integral, e leva em conta diversos fatores, desde físicos a psicológicos. (HIRSCHBRUCH; CARVALHO 2008).

Da mesma forma, os recursos ergogênicos possuem diversas usabilidades e são classificados em: recursos fisiológicos, nutricionais, farmacológicos e até mesmo há recursos mecânicos e psicológicos (MALFATTI et al, 2008). Os recursos ergogênicos muitas vezes são vistos como problema, principalmente com relação ao exagero no uso de recursos nutricionais e os riscos que trazem à saúde e princípios de legalidade dos recursos farmacológicos, muitos atletas subestimam os efeitos naturais do treinamento e veem nas substâncias com efeitos ergogênicos o único meio de aperfeiçoar seu rendimento esportivo (BARROS, 2001).

Para Nogueira, Sousa e Brit (2013), o uso de recursos ergogênicos nutricionais e de esteroides anabólicos andrógenos, que são recursos farmacêuticos; muito presentes e comum nas academias do Brasil, principalmente na região sudeste, isso ocorre por falta de informação dos males que o uso desses produtos traz à saúde, se usados sem prescrição profissional.

4.2. RECURSOS ERGOGÊNICOS MECÂNICOS

De acordo com Sant'Anna (2000), a indústria está cada vez mais investindo em equipamentos onde beneficiam os atletas, sendo eles de alto rendimento ou não, pois hoje é de conhecimento de todos, os meios que possibilitam o aprimoramento do alto desempenho dos atletas, devido a alguns recursos mecânicos. Ao praticar esportes procuramos métodos muito simples como, por exemplo, o uso de academias para manter o corpo em forma, Um corredor pode usar tênis mais leve a fim de gastar menos energia para movimentar as pernas e

aumentar a economia de corrida, andar, correr, etc., ou seja, os equipamentos mecânicos são projetados para aumentar a eficiência energética e a vantagem mecânica.

Para Amadio e Serrão (2007), o corpo dos seres humanos é muito complexo, onde o equilíbrio pode ser estático ou dinâmico, que envolve a anatomia e a fisiologia, para desvendar alguns mecanismos utilizados nos atletas, e que ele ainda pode ser a caracterização e otimização de algumas técnicas do movimento.

Um recurso mecânico que pode ser destacado é a natação que desenvolveu trajes de alta qualidade visando aprimorar o desempenho e a desempenho de seus atletas, nos anos 2000 foi lançado no mercado um traje Fastskin parecido com a pele de um tubarão para aumentar o nado dos atletas (KANEFUKU, 2009).

4.3. RECURSOS ERGOGÊNICOS PSICOLÓGICOS

Segundo Rubio (1999), Percebe-se que o nível de competição se torna, com o tempo, cada vez mais equilibrado, por isso é necessário observar os detalhes, como a preparação emocional para este fator se tornar o diferencial no esporte de rendimento, nesse sentido é realizado o trabalho dos psicólogos que utilizam da sua ciência como recurso ergogênico na formação do atleta. Utilizam-se desde técnicas de controle de stress, controle da ansiedade, concentração e meditação, músicas apropriadas e até a hipnose.

Alguns teóricos aplicam testes de avaliação psicológica para o atleta ainda em formação, com objetivo tanto de identificar problemas emocionais motivacionais desde cedo, e dessa forma, trata-las, quanto de avaliar a melhor metodologia para aquela fase de treinamento (GOMES; CRUZ, 2007).

Um dos recursos ergogênicos psicológicos mais lembrados é a música. Estudos mostram que ela possui efeitos positivos principalmente em exercícios de intensidade submáxima. Deve-se ressaltar que a música como agente ergogênico deve destacar também as suas características como tempo, ritmo, e preferência (CARNEIRO et al , 2010).

Estudos de Bigliasi et al (2012) comprovam que o uso de vídeos e música motivacional antes da prática de 100m rasos não alteram no desempenho do atleta, mas melhoram a capacidade de recuperação e fadiga, pelo motivo de diminuir sensação de cansaço.

4.4 RECURSOS ERGOGÊNICOS FARMACOLOGICOS

De acordo com Azambuja e Santos (2008), os recursos farmacológicos são destinados para melhorar o desempenho dos neurotransmissores e hormônios, que inclusive são encontradas nos corpo humano. O comitê olímpico internacional- COI condenou o uso de esteroides anabólicos androgênicos, que são conhecidos por recursos farmacológicos.

Para Silva (1996), o comitê olímpico internacional-COI contém grupos que caracterizam substancias proibida como estimulantes; analgésicos narcóticos; hormônios peptídicos e análogos; bloqueadores de beta-adrenérgicos; diuréticos; esteroides anabolizantes. O mais usado é os asteroides anabólicos são os mais usados no mercado, tanto por atletas profissionais como por amadores.

Segundo Azambuja e Santos (2008), a cada dia que passa as pessoas sonham e busca o corpo perfeito, elas pensam que terão um resultado mais rápido e facilitado, usando meios ilícitos para melhorar o desempenho em competições e alcançar o tão esperado corpo perfeito. Com a valorização do esporte os atletas precisam acompanhar a evolução, eles precisam adequar-se ao meio competitivo, para alguns acham que o meio de conseguir esse feito é melhorando seu desempenho através desse recurso.

4.5. RECURSOS ERGOGÊNICOS FISIOLÓGICOS

Para Jesus e Silva (2008), os suplementos alimentares aumentam o tecido muscular, como intuito de produzir energia para os músculos, assim diminuindo o efeito da fadiga. Também são utilizados com recursos ergogênicos que favorece nos indivíduos uma performance e desempenho, como também na melhoria atividades físicas esportivas e nas atividades fitness, esse recurso é bastante utilizado na área da musculação, onde os participantes visam obter resultados em curto prazo. Tem-se buscado esses resultados, investir nos suplementos, sem precisar usar recursos farmacológicos (DANTAS, 2003).

Segundo Power e Howley (2005), os indivíduos quando estão começando a realizar as atividades, devem montar um programa de treinamento, pois ao praticas as atividades, os músculos ainda estão se adaptando ao exercício para controlar a demanda proteica recomendada por dia, até que volte ao normal.

De acordo com Jesus e Silva (2008), quando o treino contra resistência pode ocorrer o ganho de força e na hipertrofia muscular e com essa performance o indivíduo pode ganhar massa muscular sem esperar resultados de longo prazo, assim se adequando a uma alimentação saudável e com ajuda de alguns suplementos podem conseguir esse resultado em curto prazo, o que vem acontecendo bastante, pois os indivíduos querem ver logo resultados sobre seu corpo.

4.6 RECURSOS ERGOGÊNICOS NUTRICIONAIS

No grupo dos Recursos ergogênicos nutricionais, estão manipulações dietéticas e suplementos alimentares que visam o aumento do rendimento do atleta. Diversos suplementos são permitidos pelo COI e a creatina, é considerada um dos produtos mais populares (MALFATTI et al, 2008).

Suplementos podem ser vitamínicos, minerais, repositores energéticos, nutricionais, etc. As dosagens nos suplementos não podem ultrapassar os 100% dos valores de ingestão diária recomendada (IDR) ou não será considerado medicamento.

Esses podem ser classificados como diretos aqueles que melhoram o desempenho quando usado durante o exercício; e indiretos aqueles que promovem recuperação e prevenção de lesões. (PRESTES et al, 2016)

O uso de suplementos podem trazer benefícios ao atleta, mas se utilizado de forma incorreta, pode vir a trazer riscos para a saúde ou não funcionar. O uso da creatina para atividades de longa duração, ou a discordância entre estudos sobre o uso do BCAA, são exemplos dessa situação (HERNANDEZ; NAHAS, 2009).

Apesar de sua eficiência na melhora do desempenho, o principal objetivo no uso de suplementos é auxiliar na hipertrofia muscular. Os homens são os que mais procuram e muitas vezes o educador físico indica o uso dos produtos (VIEIRA et al, 2015).

No Brasil, o uso de Suplementos é considerado alto e muitas vezes seu consumo é realizado sem prescrição. Os mais utilizados são proteínas, aminoácidos e creatina. A região sudeste é onde a prevalência de suplementos nas academias é maior e Minas Gerais é o estado que mais consome. (NOGUEIRA et al, 2013).

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, os recursos ergogênicos, bastante utilizados na atualidade para o bom desempenho esportivo, não é algo que tenha exclusiva utilização por atletas, também é frequentemente usado por pessoas praticantes de alguma modalidade esportiva.

Apesar de ser utilizado a muito tempo do esporte, ainda é frequentemente incorporado a discussões que alegam que devem ser retirados, pois comprometem os atletas a estarem trapaceando quando utilizado de forma errada. Alguns recursos mecânicos que facilitam a performance em algumas competições, como na natação, através dos trajes de banho, que permite que o corpo do atleta diminua o atrito com a água, assim permitindo que o atleta ganhe tempo nas provas. Existe também vários outros recursos como tênis, bicicletas.

Por tanto, os recursos ergogênicos tem diversas funções e finalidades, esta atribuído a pessoas que buscam o um melhor rendimento esportivo dentro de competições, sendo que pessoas que não praticam alguma modalidade esportiva voltada para competições, e sim apenas na promoção da saúde, também utilizam esses recursos.

6 REFERÊNCIA

ALVES, L. A, **recursos ergogênicos nutricionais**. R. da Educação Física/UEM Maringá, v. 17, n. 2, p. 211-218, 2. sem. 2006

AZAMBUJA, C.R, SANTOS, D. L. Consumo de recursos ergogênicos farmacológicos por praticantes de musculação das academias de Santa Maria RS. **Revista Brasileira de Fisiologia do exercício**. Volume 7, numero 2 , 2008.

BARROS, N.T. L, **A Controvérsia dos Agentes Ergogênicos: Estamos Subestimando os Efeitos Naturais da Atividade Física?** Arq. Bras. Endocrinologia Metabólica. 45 (2), 121-122,2001.>disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302001000200002.

BIGLIASSI, M, KANTHACK, T. F. D, CARNEIRO, J. G, SERON, B. B, DOURADO, A. C, ALTIMAR, L. R, **Intervenção Psicológica Prévia: Efeito de uma Estratégia Sensorial nos 100 metros raso**. Brazilian Journal of Biomotricity, v. 6, n. 3, p. 203-212, 2012.

CARNEIRO, J. G, BIGLIASSI, M, DANTAS, J. L, SOUZA, S. R. de, ALTIMARI, L. R, **Música: recurso ergogênico psicológico durante o exercício físico?** **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v.3, nº - 2, jul/dez, 2010.

DANTAS, E. H. M. A pratica da preparação física. 5 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

GOMES, A. R, CRUZ, J. F. **avaliação psicológica de atletas em contextos de formação desportiva: desenvolvimento de um guião de entrevista para crianças e jovens**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Braga. Portugal.

HERNANDEZ, A. J, NAHAS, R. M, **Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde**. **Rev. Bras. Med. Esporte** – Vol. 15, N. 3 – Mai/Jun, 2009.

HIRSCHBRUCH, M. D, CARVALHO, juliana ribeiro de (org). **Nutrição esportiva: uma visão prática**. 2. ed. **Rev. e ampl. – barueri SP** : manole 2008.

JESUS, E.V, SILVA, M. das D.B. **Suplemento Alimentar como Recurso Ergogênico por Praticantes de Musculação em Academias**. Nucleo de Estudo e Pesquisa em Educação Física (NEPEF)/Departamento de Educação Física/UFPI. 23, 24 e 25 de outubro de 2008.

KANEFUKU, J. Y, **Influencia do traje de alta tecnologia Blueseventy® no desempenho do atleta**. Monografia (graduação em licenciatura em educação física) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.21, 2009.

MALFATTI, C. R. M, LAAT, E. F. de, SOLER, L, BRONKHORST, I. **O uso de recursos ergogênicos e seus efeitos na saúde e performance física de atletas.** Cínergis – Vol 9, n. 1, p. 7-14 Jan/Jun, 2008.

NOGUEIRA, F. R. de S, SOUZA, A. A. de, BRIT, A. de F. Prevalência do uso e efeitos de recursos ergogênicos por praticantes de musculação nas academias brasileiras: uma revisão sistematizada. **Rev. Bras. Ativ. Fis. e Saúde.** Pelotas RS.18(1):16-30 • Jan/2013.

PERES, L, LOVISOLO, H. **Formação Esportiva:** Teoria e Visões do Atleta de Elite no Brasil. R. da Educação Física/UEM. Maringá, v. 17, n. 2, p. 211-218, 2. sem. 2006.

POWERS, S.K. HOWLEY, E.T. **Fisiologia do exercício:** teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 8. ed. Barueri : Manole, 2014.

POWERS, S.K. HOWLEY, E.T. **Fisiologia do exercício:** teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 5. ed. Barueri : Manole, 2005.

PRESTES, J. et al .**Prescrição e periodização do treinamento de força em academias.** 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

RASO, V. P. Fisiologia Clínica do Exercício / vagner raso, julia maria d'andrea greve, marcos doederlein polito. – barueri, sp : manole, 2013 > **farmacológicos.**

RUBIO, K. **A psicologia do Esporte:** Histórico e áreas de atuação e pesquisa. Psicologia ciência e profissão, p. 60-69.1999.

SANT'ANNA, D. B. de. **Entre o corpo e a técnica:** antigas e novas concepções. Políticas do corpo. Estação Liberdade, 1995 > file:///C:/Users/Usuario/Downloads/5585-18213-1-PB%20(1).pdf> acesso em 08/09/2016.

VIEIRA, F.H.M, BARROS, L. L, MARTINS, M. do C. de C, CORTEZ , A. C. L. O uso de suplementos alimentares, em praticantes de musculação: uma revisão de literatura. **Rev. Saúde em foco,** Teresina, v. 2, n. 1, art. 0, p. 01-11, jan./jul. 2015.

Plantas medicinais mais comercializadas no município de Aracati

Bruno Barbosa Lima¹

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Farmácia.
limab268@gmail.com

Adriana de Lima Silva²

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Farmácia.
adriana.silvalima@hotmail.com

Georgia Denise Rodrigues da Costa³

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Farmácia.
georgia_denise@hotmail.com

Felipe Pereira Fernandes⁴

Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Farmácia.
felipefernandes@usp.br

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo os seres humanos acumularam uma série de informações e experiências a respeito de como se adaptar ao meio e sobreviver. Dentre as diversas informações acumuladas, o conhecimento sobre as plantas é o que se tem de mais importante, pois, foi através dele que se encontrou alternativas terapêuticas para a promoção da saúde. A fitoterapia é um conhecimento que se é passado de geração em geração pelas famílias, tribos, comunidades, como única alternativa de tratamento contra doenças. (Ritter et al., 2002; Maioli-Azevedo & amp; Fonseca-Kruel, 2007). No entanto, atualmente a tecnologia alcançou proporções muito altas. Novas maneiras de curar e tratar as doenças surgiram, tais avanços proporcionam as indústrias farmacêuticas um suporte a produzirem medicamentos industrializados (Veiga Junior et al., 2005).

Contudo, mesmo com os avanços que a tecnologia vem alcançando a crença de curar problemas de saúde através da fitoterapia não se perdeu. Atualmente inúmeros fatores têm contribuído para que a prática não se perca, o alto custo dos medicamentos, o difícil acesso que famílias mais carentes encontram na assistência médica.

Tendo como ponto de vista as práticas populares do cuidado a saúde, tal pesquisa tem como objetivo conhecer o nível de informação dos vendedores de plantas medicinais do município de Aracati, com o intuito de saber quais são as ervas mais vendidas e o nível de conhecimento em relação aos benefícios e sua toxicidade.

No contexto do uso racional de plantas medicinais, torna-se extremamente necessário, saber/conhecer a indicação correta de cada planta comercializada. Acredita-se que essa pesquisa será de grande importância para a comunidade aracatiense, pois servirá como base informativa para o uso correto e seguro das drogas vegetais.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa qualitativa no Mercado Público da cidade de Aracati, cidade esta que apresenta uma população de 69.159 habitantes, segundo o IBGE de 2010, dos 25.124 vivem na área rural do município e 44.035 pertencem à área urbana e estão distribuídos em 11 bairros. A coleta de dados foi realizada por meio de uma conversa/entrevista semiestruturada. A seleção das plantas medicinais para o estudo foi baseado nas informações prestadas pelos erveiros que comercializavam exclusivamente plantas medicinais. Através da entrevista/conversa foi pedido para cada erveiro citar o nome popular das ervas que eles mais comercializavam em suas barracas. Para análise dos dados contou-se com apoio de gráficos e tabelas. Os dados foram coletados no mês de Setembro de 2016. A escolha dos entrevistados foi baseada no tempo de exercício da profissão.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Observou-se que a manipulação/uso de plantas medicinais vem sendo passado de geração em geração de forma oral. No entanto isso tem se tornado um impasse para a comunidade científica, pois pouco se sabe sobre os efeitos medicinais que algumas plantas possuem. Através da união das informações obtidas, foi possível fazer uma listagem das 21 plantas mais procuradas, dentre as 61 citadas/comercializadas. E entre as 21 mais comercializadas destacam-se 07 com propriedades tóxicas.

Dentre as 61 plantas citadas pelos erveiros estão: Batata de Purga (*Operculina macrocarpa*); Cabacinha (*Luffa operculata*), Chá Verde (*Cammelia sinensis*), Colônia (*Alpinia zerumbet*), canela cheirosa (*Ocotea longifolia*), Dente de Leão (*Taraxacum officinale*), Espinheira Santa (*Maytenus ilicifolia*), Juá (*Ziziphus joazeiro*), Jucá (*Caesalpinia ferrea*), Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*), Muçambe (*Cleome spinosa L.*); Pau Leite (*Himatanthus obovatus*), Pau D´arco (*Handroanthus impetiginosus*), Pau-Ferro (*Caesalpinia férrea*), Quebra Pedra (*Phyllanthus nirur*); Romã (*Punica granatum*), Sene (*Senna alexandrina*), Unha de Gato (*Uncaria tomentosa*), Cumaru (*Dipteryx odorata.*), João-da-costa (*chites peltatus Vell.*), Aroeira (*Schinus terebinthifolius.*), Mororo (*Bauhinia forficata.*), Embiratanha (*Pseudobombax marginatum.*), Ameixa (*Ximenia Americana.*), Jatobá (*Hymenaea courbaril.*), Canela-da-Índia (*Cinnamodendron verum.*), Quina-quina (*Quassia amara L.*), Orelha-de-onça (*Tibouchina heteromalla.*), Xanana (*Turnera ulmifolia L.*), Vassourinha (*Scoparia dulcis.*), Erva-chumbo (*Cuscuta spp.*), Boldo (*Peumus boldus.*), Alfavaca (*Ocimum basilicum.*), Alecrim (*Rosmarinus officinalis.*), Alfazema (*Lavandula angustifolia.*), Marcela (*Achyrocline satureioides.*), Torém (*Cecropia glazioui.*), Eucalipto (*Eucalyptus.*), Erva-de-chumbo (*Cuscuta racemosa Mart. et Humb.*), Mostarda (*Sinapis alba L.*), Gergelim (*Sesamum indicum L.*), Papaconha (*Psychotria ipecacuanha.*), Hortelã (*Coleus amboinicus Lour.*), Capim-santo (*Cymbopogon citratus (DC) Stapf.*), Angico (*Anadenanthera peregrina (L.) Speng.*), Gengibre (*Zingiber officinale [Willd.] Roscoe.*), Erva Mijona (*Anthemis cotula.*), Tipí (*Petiveria alliacea L.*), Cominho (*Cuminum cyminum L.*), Camomila (*Matricaria chamomilla L.*), Cidreira (*Melissa officinalis L.*), Urucum (*Bixa orellana L.*), Cravo (*Caryophyllus aromaticus L.*), Imburana (*Amburana cearensis (Allemao) A. C. Sm.*), Alfazema (*Lavandula officinalis Chaix & Kitt.*), Cebola Branca (*Allium cepa L.*), Quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium.*), Hibisco (*Hibiscus sabdariffa L.*), Mandacu (*Cereus giganteus Engelm.*), Guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa O. Berg.*), Pata-de-vaca (*Bauhinia forficata Link.*), sendo que destas uma planta foi citada duas vezes com nomes diferentes: Jucá e Pau-ferro pertencem a mesma espécie *Aesalpinia férrea*, da família das Fabáceas.

| Nome Científico | Nome Popular | N ^a de citações pelos ervaíros | Indicações Terapêuticas |
|---|-----------------|---|---|
| <i>Prunus mume</i> | Ameixa | 4 | Cicatrização/ Inflamação |
| <i>Schinus terebinthifol</i> | Aroeira | 4 | Cicatrização/ Inflamação |
| <i>Ocimum basilicum</i> L. | Alfavaca | 3 | Expectorante |
| <i>Peumus boldus</i> | Boldo | 4 | Distúrbio da digestão |
| <i>Cinnamodendron</i> <i>verum</i> | Canela da Índia | 3 | Má digestão e Antinflamatória |
| <i>Amburana</i> <i>cearensis</i> | Cumaru | 4 | Broncodilatador |
| <i>Syzygium</i> <i>aromaticum</i> | Cravo | 3 | Analgesica/ Antisséptica |
| <i>Ocotea longifolia</i> | Canela Cheirosa | 4 | Artrismo, Beribéri, Paralisia, Reumatismo. |
| <i>Pseudobombax</i> <i>marginatum</i> | Embiratanha | 3 | Antinflamatória e Contraceptivo |
| <i>Eucalyptus globulus</i> | Eucalipto | 4 | Gripe e Resfriado |
| <i>Caesalpinia férrea</i> | Erva Doce | 4 | Distúrbio digestivos, cólicas gastrointestinais |
| <i>Sesamum indicum</i> L. | Gergelim | 3 | Artragia, Otites, Cólicas Abdominais, Prisão de Ventre, etc. |
| <i>Hymenaea courbaril</i> L. | Jatobá | 3 | Distúrbio da digestão |
| <i>Caesalpinia ferrea</i> | Jucá | 3 | Diabetes, Gengivite, Infecções bronco- pulmonares, Amígdalas, etc. |
| <i>Achyrocline</i> <i>satureioides</i> | Marcela | 3 | Distúrbios digestivos, sedativo, Antinflamatório |
| <i>Senna alexandrina</i> | Sene | 3 | Constipação intestinal eventual |
| <i>Brassica juncea</i> | Mostarda | 4 | Antinflamatório |
| <i>Cephaelis</i> <i>ipecacuanha</i> | Papaconha | 4 | Bronquite e Expectorante |
| <i>Cecropia glaziovii</i> <i>Sneth</i> | Torém | 4 | Ação diurética e Anti- hipertensiva |
| <i>Scoparia dulcis</i> | Vassourinha | 3 | Infecção urinária e Problemas de pele |

| | | | |
|-------------------------|--------|---|-------------------------------|
| <i>Turnera subulata</i> | Xanana | 4 | Anti-inflamatório diabetes |
|-------------------------|--------|---|-------------------------------|

Fonte: Autor Próprio.

Essas espécies são comercializadas como plantas medicinais, podendo ou não conter propriedades farmacológicas.

Apenas 06 das 21 plantas mais vendidas pelos erveiros de Aracati estão incluídas na listagem de plantas medicinais da RDC-ANVISA nº 10 de 9 de março de 2010, são elas, (Boldo, Marcela, Erva-doce, Jucá, Eucalipto, Sene). Apesar das plantas medicinais possuírem recursos terapêuticos que são conhecidos pela população, muitos ainda desconhecem o fato de que algumas delas podem representar riscos para a saúde do homem e dos animais devido a sua toxicidade.

Das 21 plantas apresentadas como as mais comercializadas 07 apresentavam propriedades tóxicas comprovadas, são elas: Cumarina, Aroeira, Alfavaca, Boldo, Erva Doce, Cravo, Xanana.

CONCLUSÃO

Apesar da pesquisa ter dado mais ênfase as 21 espécies de plantas mais comercializadas no mercado de Aracati, o resultado foi bastante satisfatório, pois, o trabalho agregou um conhecimento sobre o uso terapêutico das plantas medicinais. Adquiriu-se não só um conhecimento empírico a cerca da tradição sobre os benefícios dos fitoterápicos que são passados de pai para filho, mas também a real importância que o estudo da fitoterapia tem para as pessoas que não conseguem ter acesso a um medicamento. Sendo assim, entende-se que a fitoterapia deve ser estudada cada vez mais, com o intuito de ser aperfeiçoada e se torne uma ciência segura, eficaz e que proporcione uma diminuição no tempo e fabricação de novos medicamentos na indústria farmacêutica. O estudo tornou-se de grande importância para a comunidade aracatiense, pois os erveiros conseguiram ter acesso a uma informação verdadeira a cerca dos benefícios das plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

ANA LÚCIA T. G. RUIZ. et al Farmacologia e Toxicologia de Peumus boldus e Baccharis genistelloides. Rev. bras. farmacogn. vol.18 no.2 João Pessoa Apr./June 2008.

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 10, de 9 de março de 2010(a). Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências.

BOCHNER, R.*; FISZON, J.T.; ASSIS, M.A; AVELAR, K.E.S. Problemas associados ao uso de plantas medicinais comercializadas no Mercado de Madureira, município do Rio de Janeiro, Brasil. Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v.14, n.3, p.537-547, 2012.

ENTERNAUTA Disponível em: < <http://natural.enternauta.com.br/anivsa/lista-de-plantas-medicinais-anvisa/> > Acesso em: 08 Out. 2016.

MAIOLI-AZEVEDO, V.; FONSECA-KRUEL, V.S. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres do município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. Acta Botânica Brasílica, v.21, n.2, p.263-75, 2007.

RITTER, M.R. et al. Plantas usadas como medicinais no município de Ipê, RS, Brasil. Revista Brasileira de Farmacognosia, v.12, n.2, p.51-62, 2002.

ROSSATO, Marci, DENARDIN Maria de Lourdes, APARECIDA Neide, DOLEJAL Gilberto, HEISLE Elisa. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o Uso de plantas medicinais, Florianópolis, 2012 Abr-Jun; 21(2): 363-70.

VEIGA JUNIOR, V.F.; PINTO, A.C.; MACIEL, A.M. Plantas medicinais: cura segura? Química Nova, v.28, n.3, p.519-28, 2005.

O EXERCÍCIO FÍSICO COMO FERRAMENTA DE TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Thaysmenia da Silva Oliveira¹; Thais Almeida Prado Santos¹; Jailton

Ferreira¹; Tiago dos Santos Nascimento²

RESUMO

O exercício físico bem direcionado e embasado em conhecimentos científicos torna-se de suma importância para o paciente em processo de recuperação da dependência química, já que esta produz uma destruição no bem-estar físico e emocional do usuário, independentemente do tipo de substância utilizada, cada uma interferindo de forma negativa de acordo com sua classificação. Portanto, este estudo em forma de revisão de literatura, tem como objetivo salientar a importância do exercício físico como ferramenta no tratamento da dependência química, elucidando os principais exercícios utilizados nesse processo. Inúmeros são os benefícios relacionados ao exercício físico nesse tratamento de cunho físico, emocional, psicológico ou social, dentre eles o alívio e a redução do estresse, a liberação de endorfina, a melhora do humor e o aspecto social. Os indivíduos que abusam das drogas, geralmente, tendem a negligenciar seus corpos, bem como os componentes importantes da saúde como alimentação adequada e exercícios essenciais. No processo do tratamento inserem-se a reparação do elo corpo-mente, o qual pelo histórico apresentado foi danificado e o investimento nos aspectos físicos e psicológicos.

Palavras-chave: exercício físico, dependência química, benefícios, tratamento.

¹Graduando do 2º semestre do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ; ²Graduado em Ciências Biológicas - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas e Doutorado em Biotecnologia pela mesma Universidade. Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

1 INTRODUÇÃO

A dependência química é um grave problema social e de saúde pública inserido na realidade mundial, que vem atingindo cada vez mais famílias, causando um verdadeiro transtorno na sociedade. Segundo a ABEAD (Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas), o governo federal gastou R\$ 1,8 bilhão por meio do SUS (Sistema Único de Saúde) no atendimento de 3 milhões de dependentes químicos somente em 2011.

Entretanto, ao contrário do que se pensa, essa prática não é nova no repertório humano (Toscano Jr., 2001), e sim uma prática milenar e universal, permeando toda a história da humanidade. O consumo de drogas independe de cultura e religiões, com finalidades específicas (Carranza & Pedrão, 2005). Isso porque, o homem sempre buscou, através dos tempos, maneiras de aumentar o seu prazer e diminuir o seu sofrimento (Martins & Corrêa, 2004).

No entanto, é importante enfatizar que os hábitos e costumes de cada sociedade foram responsáveis pela direção ao uso de drogas em cerimônias coletivas, rituais e festas. Atualmente, verifica-se o uso dessas substâncias em qualquer circunstância e por indivíduos de diferentes grupos e realidades, o

qual foi diagnosticado como uma doença, além da inserção como um problema social.

Segundo FERREIRA (2012), a prescrição de atividades físicas é de suma importância para quem está em tratamento de dependência dessas drogas, pois foram obtidos resultados eficazes para o funcionamento do organismo e das funções prejudicadas com o abuso de determinadas substâncias por um longo período de tempo.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), a atividade física de intensidade moderada como caminhar, pedalar ou praticar esportes traz benefícios significativos para a saúde. Essa prática é necessária em todas as idades para manter a "aptidão" fisiológica, isto é, a capacidade de realizar os esforços e os movimentos do cotidiano sem fadiga ou desconforto desproporcionais; para a regulação do peso corporal e evitar aumentos de peso e obesidade; e para o melhor funcionamento de uma série de processos fisiológicos, como o metabolismo das gorduras e dos carboidratos e as defesas do organismo contra infecções. As pessoas "funcionam" e sentem-se melhor e têm aparência mais saudável quando têm vida ativa e seus níveis de ansiedade e depressão são menores. Entre os idosos,

é muito comum haver mobilidade limitada e perda da independência; há muitas evidências que mostram o valor da atividade física na prevenção e na redução dessas incapacidades. De forma geral, pode-se afirmar que grande número de pessoas está abaixo, e freqüentemente muito abaixo, de seu potencial biológico para boa saúde devido à falta de atividade física. Em comparação com os ganhos de saúde, os riscos de atividade física adequada são mínimos. (OMS, 1998)

2 HISTÓRICO DAS DROGAS

Em sentido amplo denomina-se droga toda e qualquer substância exógena que uma vez em contato com o organismo provoca alterações funcionais e/ ou estruturais em qualquer setor na economia orgânica. (THOMAZ e ROIG 1999; BEAUJOAN et al 2005 apud LIMA 2008).

Apesar de não haver provas concretas em relação à origem do uso de drogas, também chamadas de substâncias psicoativas, provavelmente as primeiras experiências ocorreram acidentalmente através do consumo de plantas que continham essas substâncias. (SOUZA, 2012) A ingestão destas plantas mostrou que era possível aliviar a dor, dissipar o medo e até ver a face de Deus.

Na antiguidade algumas sociedades tinham relações com as drogas tendo como objetivo vincular a presença divina, o que ainda se torna algo bastante questionado e presente. (SOUZA, 2012)

Sielski (1999) cita em seu livro “Filhos que usam drogas”, que em termos arqueológicos, o achado mais antigo encontrado até hoje é um jarro de cerâmica descoberto em escavações feitas em 1968 ao norte do Irã, este jarro continha resíduos de vinho resinado datado de 5400 a.C. e 5000 a.C., confirmando que o vinho é tão antigo quanto a civilização humana.

Em 1843, as primeiras fórmulas farmacêuticas que permitiram a efetiva produção industrial de substâncias químicas foram desenvolvidas, de acordo com Sielski (1999), pelo inglês Willian Brockedon (1787-1854) que patenteou o processo, o qual as pílulas eram comprimidas entre dois cubos ociosos, surgindo assim os comprimidos.

3 CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS

As drogas possuem dois tipos de classificação. A primeira relaciona-se à comercialização das mesmas, que podem ser legais/lícitas ou ilegais/ilícitas. E a segunda remete-se a sua interferência no Sistema Nervoso Central (SNC), o qual divide-se em três categorias: depressoras do SNC, estimulantes do SNC e perturbadoras do

SNC. As depressoras do SNC descrevem uma tendência a ocasionar uma diminuição da atividade motora, da reatividade a dor e da ansiedade; como o álcool e os ansiolíticos. As estimulantes relacionam-se com um aumento do estado de alerta, insônia e aceleração dos procedimentos psíquicos; como a cocaína, o crack, a nicotina e a cafeína. As do tipo perturbadoras provocam o surgimento de diversos fenômenos psíquicos anormais, dentre esses alucinações e delírios como a maconha, o LSD e o êxtase.

4 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Segundo a OMS, a dependência química é uma condição que pode ser tratada tanto como uma doença, quanto um problema social.

Para Mtsunaga (2008), o tratamento desta doença torna-se muito complexo e seu sucesso e efetividade estão intimamente ligados ao grau de motivação do indivíduo. Os sintomas da dependência não diferem em grande escala de pessoa para pessoa, mas a motivação para a mudança se apresenta de uma determinada forma para cada indivíduo. Este pode ser realizado em três âmbitos: corpo, alma e espírito. Cada um destes apresenta a sua importância na efetividade da recuperação dos dependentes tornando-se, portanto, complementares.

O tratamento através do corpo, assunto principal desta pesquisa,

realiza-se por meio de exercícios físicos regulares; além do tratamento da alma e do espírito.

5 O TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA ATRAVÉS DO EXERCÍCIO FÍSICO

Exercício Físico é uma atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem como objetivo final ou intermediário aumentar ou manter a saúde e/ou aptidão física. A prática regular tem sido recomendada para a população geral por importantes entidades médicas, incluindo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e o Colégio Americano de Medicina do Esporte (ACSM), como meio de prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas (PATE et al., 1995; ACSM, 1998) e de ordem psiquiátrica (PELUSO; ANDRADE, 2005; VIEIRA et al., 2007). Grandes benefícios da aplicação dos exercícios físicos podem ser citados como ferramenta para o tratamento da dependência química, em seu diagnóstico como doença.

Sabe-se que o processo de recuperação difunde a prática do consumo de líquidos associado à realização de esforço corporal. A literatura reporta que o suor é um veículo para excreção de catabólitos (KIDWELL, BLANCO, SMITH, 1997 apud PIMENTEL et al 2008, p.2). Assim, o efeito desejado do tratamento está associado ao aumento da transpiração e consequente excreção desses produtos por meio do suor. Considerando a difusão passiva da droga na corrente sanguínea para o suor, a prática da atividade física levaria ao aumento do fluxo sanguíneo e da transpiração, aumentando o fluxo desta via de excreção da droga e seus catabólitos, como parte do processo terapêutico.

Esse procedimento torna-se notório nas casas de recuperação e reabilitação de dependência química do município de Aracati-CE, onde embora a prática de exercícios físicos não seja aplicada de forma regular, os dependentes em tratamento têm um determinado intervalo de tempo para a realização de serviços domésticos, isso para que no suor os indivíduos venham a eliminar as toxinas oriundas da droga

em um processo de desintoxicação espontâneo. Portanto, através da pesquisa em campo em três Casas de Recuperação do município em questão, foi identificado a importância da atividade física nesse processo de recuperação. Entretanto, um dos problemas encontrados, foi que em apenas uma dessas possui um profissional de Educação Física acompanhando os pacientes, deixando esses a mercê de lesões durante a prática.

5.1 BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA (BARBANTI, 2012)

- O alívio e a redução do estresse, já que através do gasto de energia, pode-se realmente libertar o corpo e a mente das barreiras fisiológicas e emocionais para a recuperação, respectivamente.
- A liberação de endorfina, hormônio que atua como um calmante natural, que além de aliviar a sensação de dor, é responsável pelo sentimento de euforia, aumentando o humor no funcionamento do cérebro.

- A eficácia do humor, pois aqueles que se exercitam regularmente relatam aumento dos sentimentos de autoconfiança, otimismo, diminuição da depressão e ansiedade.
- O aspecto social, ponto crucial, o qual a socialização anteriormente era apenas com a substância química. Então, após passar pelo período de recuperação, os dependentes em tratamento enfrentam dificuldades em um convívio na sociedade, sendo de suma importância o exercício físico devido ser um ambiente de pessoas positivas em busca constante na melhoria da saúde física.

5.2 TIPOS DE EXERCÍCIOS QUE AJUDAM NESSE TRATAMENTO

- Alongamento - extensão do músculo além de seu comprimento em repouso. Favorece aos dependentes químicos nos aspectos físicos principalmente para os que têm problemas na coluna. Enquadram-se, também, os aspectos psicológicos em complemento do controle da ansiedade, do estresse, da depressão e da fadiga ou perda de energia. Daí a importância de ser realizado diariamente, como acontece em muitas casas de recuperação no período matutino.
- Caminhada/Bicicleta - atividades aeróbias, que ajudam na promoção da normalização dos níveis de áreas da atenção, memória e controle motor, além de liberar endorfina e melhorar o humor.

- Natação - praticada pelos indivíduos em recuperação como simples divertimento ou com finalidades terapêuticas. Importante exercício físico para: manutenção da saúde, meio de defesa contra afogamentos, operações de salvamento ou finalidade terapêutica.
- Musculação - auxílio na dependência química como necessidade do aumento dos níveis de testosterona. Os mais indicados seriam os treinamentos intensos, com curtos períodos de trabalho e envolvendo grandes massas.
- Exercícios localizados - força e resistência muscular localizada. Trabalham com a flexibilidade, elasticidade, alongamento e na melhoria do humor e dos sintomas de depressão, ansiedade, autoimagem, autoestima e confiança.

De acordo com a pesquisa de campo no município de Aracati, os exercícios físicos mais praticados no

processo de recuperação dos dependentes, é o alongamento matinal, a musculação, a caminhada, a natação e os jogos pre-desportivos. Além dos afazeres domésticos diários que esses fazem em duas das casas estudadas, a Resgate de Vidas e a CRER – Verbo Semeando Deus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa detalhou o quanto os exercícios físicos ajudam na qualidade de vida do indivíduo e este quesito aplicado aos dependentes químicos tornou-se evidente que determinados exercícios podem ajudar neste processo difícil e trabalhoso com aqueles que necessitam de um acompanhamento especial para uma vida saudável e social. Além disso, ressaltaram-se com eficácia os inúmeros benefícios obtidos como os biológicos, através das eliminações das toxinas e quanto aos sociais e psicológicos, através de uma maior satisfação com a vida, melhora no afeto, aumento da percepção de imagem corporal e autoeficácia, reduzindo assim a angústia, a raiva, ansiedade e até a depressão.

7 REFERÊNCIAS

- FERREIRA, José Luiz Lopes; ROCHA, Priscila Garcia Marques da; FERRAREZZI, Ricardo Aparecido. **A dependência pela prática de exercícios físicos e o uso de recursos ergogênicos.** Acta Scientiarum. Health Sciences Maringá, v. 32, n. 1, p. 35-41, 2010
- SOUZA, Claudia Bonacini de. **Os benefícios das práticas corporais com influência no nível de ansiedade das mulheres em tratamento de dependência química residentes na Fazenda São Jorge em Araranguá-SC.** Criciúma, 2012.
- PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. **O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução.** Psicologia: Teoria e Pesquisa
Abr-Jun 2009, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211
- BARBOSA, Edivânia de Jesus Luz. **Dependência Química: problema biológico, psicológico ou social?** GUETO Revista Acadêmica, 2016. 3ª Ed.
- BARBANTI, Eliane Jany. **A importância do exercício físico no tratamento da Dependência Química.** Educação Física em Revista, 2012.
- SCHMIDT, Katia Cristine. **Exercício físico, humor e bem-estar na percepção de dependentes químicos em tratamento.** Dissertação (mestrado)
- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2007.
- FERREIRA, Graciele Ferreira de. **Efeitos da atividade física no tratamento de dependentes químicos: uma revisão de literatura.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, Nº 166, Março de 2012.
- SERRAT, S. M. **Drogas e Álcool: prevenção e tratamento.** Campinas: Editora Komedi, 2001.
- FERREIRA, Eduardo Sionaldo; SANTOS, Anny Kalinne de Melo dos. **Efeitos agudos do exercício físico no tratamento da dependência química.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2014.
- TAYLOR, USSHER, FAULKNER.

Atividade física e tabagismo.
ABEAD,

200

6.

ABU-OMAR, K; RUTTEN, A;
LEHTINEN, V. **Mental health and
physical activity in the European
Union.** Soz Praventivmed. 2004.

BRUM, P.C., et al. **Adaptações agudas
e crônicas do exercício físico n
sistema cardiovascular.** Revista
Paulista de Educação Física, 2004.

CAILLOIS, R. **Los juegos y los
hombres: la máscara y el vértigo.**
México: Fondo de Cultura Económica,
199

4.

CEBRID (online). **Centro Brasileiro
de Informações sobre Drogas
Psicotrópicas. Apresenta trabalhos
brasileiros relacionados ao uso de
substâncias psicoativas.** São Paulo;
2006 (citado 2006 Abr 08). Disponível
em: URL: <http://www.cebrid.epm.br>

GIGLIOTTI, A; BESSA, M. A.
**Síndrome da dependência do álcool:
critérios diagnósticos.** Revista
Brasileira de Psiquiatria, 2004.

LARANJEIRA, R. et al. **Usuários
de substâncias psicoativas:
abordagem, diagnóstico e
tratamento.** 2ed. São Paulo: Conselho
Regional de Medicina do Estado de
São Paulo/ Associação
Médica Brasileira,
2003.

MIALICK, E.S., FRACASSO. L.,
SAHD. S.M.P.V. **A importância da
prática da atividade física como
auxílio no processo de tratamento
para a dependência química em
pessoas de 18 a 35 anos.** São Paulo,
20
10.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA
SAÚDE (OMS). **Classificação de
Transtornos Mentais e de
Comportamento da CID-10:
descrições clínicas e diretrizes
diagnósticas.** Porto Alegre: Artes
Médicas, 1993.

PELUSO, M.A; ANDRADE, L.H.
**Physical activity and mental health:
the association between exercise and
mood.** Clinics, 2005.

ROEDER, M.A. **Benefícios da
atividade física para pessoas com**

transtornos mentais. Rev Bras.
Atividade física e saúde. 1999.

SALGADO, J.V. et al.
**Neuropsychological assessment of
impulsive behavior in abstinent
alcohol – dependent subjects.** Vol.3.
Revista Brasileira de Psiquiatria
[online], 2009.

SANTOS, D.L. **Influência do
Exercício Físico Intenso de Curta
Duração sobre a Memória Recente.**
Dissertação de Mestrado, Escola
Superior de Educação Física, UFRGS,
1994.

SHER, L. **Role of endogenous opioids
in the effects on light on mood and
behavior.** Med. Hypoth. v.57, n.5,
p.609-11, 2001.

O ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A PRÁTICA DO NEPOTISMO: UMA ABORDAGEM PRINCIPIOLÓGICA

Ana Gabriela Pereira Rocha¹
Luan Barbosa da Silva²
Alfredo Narciso da Costa Neto³

RESUMO

O Nepotismo ainda é um assunto de pouco conhecimento a nível social, mas que promove a desestruturação dos princípios da administração pública, uma vez que se configura em uma afronta ao Art. 37 disposta na Constituição Federal. Este artigo tratará sobre o Nepotismo, como também o Nepotismo Cruzado, demonstrando que o problema não é atual, além de estar “culturalmente” envolvido com a história do país. Averiguaremos como os efeitos dessa prática são maléficos à Administração Pública, e quais princípios o problema atinge. Por este fator, também buscaremos mostrar quais leis vigentes estão na vanguarda no combate à prática de Nepotismo, propondo, por fim, uma solução para esse enorme e cultural problema.

Palavras – chaves: Nepotismo. Administração Pública. Princípios. Constituição.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é um estudo acadêmico voltado à pesquisa exploratória, tendo como tema a análise ao artigo 37 da constituição federal e a prática do nepotismo: uma abordagem principiológica.

É objetivo do mesmo proporcionar uma abordagem constitucional e jurídica acerca das questões que envolvem a prática do nepotismo por gestores da administração pública. Como também, construir um posicionamento embasado em pesquisas, livros, jurisprudência e também no parecer de doutrinadores.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, Graduanda em Direito.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, Graduando em Direito.

³ Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pós-graduado em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), Pós-graduado em Processo Civil pela Faculdade Ateneu (FATE), Pós-graduado em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIALSSELVI), MBA em Gestão Estratégica de IES pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Professor de Direito e Processo Constitucional, Legislação Trabalhista e Direito Comercial nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Assessor Jurídico do grupo COMPESCAL, grupo CELM, grupo MARIS e outros grupos empresariais. Articulista.

Tal prática não é atual como se pensa, tem sua origem na época das Cruzadas, quando a Igreja Católica Apostólica Romana mandava e desmandava na Europa.

Este empecilho a uma boa administração pública, no Brasil, já era sentido desde sua Colonização. Sem sombra de dúvida, essa prática foi-se adequando de forma a beneficiar as famílias presidenciais da Era Vargas e na Nova Democracia. A partir da Nova Democracia, com a Constituição de 88, tornou-se possível buscar mais transparência na Administração Pública, portanto, deu-se uma luz para sanar o problema que é o Nepotismo.

Buscaremos aqui tratar sobre o gênero Nepotismo e sua espécie: Nepotismo Cruzado. Averiguaremos como os efeitos dessa prática são maléficos à Administração Pública, e quais princípios o problema atinge. Por este fator, também buscaremos mostrar quais alternativas legais (já que falta lei específica) estão na vanguarda no combate à prática de Nepotismo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho iniciou-se com um levantamento bibliográfico, onde aconteceu o primeiro contato com a temática abordada. Adotando como método a análise dedutiva e exploratória sobre o nepotismo e administração pública, em face do Art. 37 da Constituição Federal (CF).

Sobre essa perspectiva, foi possível desenvolver o esboço dos possíveis assuntos que poderiam ser incluídos no plano teórico, bem como os questionamentos, e os autores que discorrem sobre as diversas faces do nepotismo na sociedade brasileira. Outra metodologia inclusa foi a averiguação de artigos científicos que tratavam do tema.

Como objeto de análise, foi realizada uma pesquisa de campo, no qual tinha como principal objetivo a coleta de dados sobre o tema, sendo realizada na segunda vara no fórum de Aracati.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CONCEITO

Nepotismo é a maneira do patriarcado, ou do “familiarismo” se perpetuar no poder, como, por exemplo, um prefeito nomear seu cunhado como secretário de educação, sendo este

um analfabeto. O nepotismo cruzado seria entendido como uma “troca de favores entre administradores” públicos (prefeito, vereadores, juízes), ou entre os administradores e alguns particulares (empresários), exemplo dessa prática seria o ato de nomear parente da outra parte, um empresário nomeia um irmão do prefeito, e o prefeito coloca o irmão do empresário como secretário.

Etimologicamente, nepotismo deriva do latim nepos, nepotis, significando, respectivamente, neto, sobrinho. Nepos também indica os descendentes, a posteridade, podendo ser igualmente utilizado no sentido de dissipador, pródigo, perdulário e devasso. (TORRINHA, 1945) ⁴

De acordo com Mazziotti Di Celso e Salerno (2002), Nepotismo, em essência, significa favorecimento. Somente os agentes que ostentem grande equilíbrio e retidão de caráter conseguem manter incólume a dicotomia entre o público e o privado, impedindo que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar.⁵

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO: NEPOTISMO NO MUNDO E NO BRASIL

A divulgação do vocábulo (ao qual foi acrescido o sufixo ismo), no sentido hoje difundido em todo o mundo, em muito se deve aos pontífices da Igreja Católica. Alguns papas tinham por hábito conceder cargos, dádivas e favores aos seus parentes mais próximos, terminando por lapidar os elementos intrínsecos ao nepotismo, que, nos dias atuais, passou a ser associado à conduta dos agentes públicos que abusivamente fazem tais concessões aos seus familiares.⁶

Para Lima (2001), o Nepotismo era visto como forma de lealdade pelo Cônsul Frances, que veio a ser imperador da França:

O nepotismo, em alguns casos, está relacionado à lealdade e à confiança existente entre o "benemérito" e o favorecido, sendo praticado com o fim precípua de resguardar os interesses daquele. Essa vertente pode ser

⁴ Cf. Francisco Torrinha, Dicionário Latino Português, pp. 550/551.

⁵ Analisando a questão sob o signo da imparcialidade, terminologia preferida pelo ordenamento italiano, observam Mazziotti Di Celso e Salerno... Padova: CEDAM, 2002, p. 373).

⁶ “Nepotismo s.m. 1”. Política adotada por certos papas que consistia em favorecer sistematicamente suas famílias. - 2. Abuso de crédito em favor de parentes ou amigos. - 3. Favoritismo, proteção escandalosa, filhotismo.

visualizada na conduta de Napoleão, que nomeou seu irmão, Napoleão III, para governar a Áustria, que abrangia a França, a Espanha e a Itália. Com isto, em muito diminuía as chances de uma possível traição, permitindo a subsistência do império napoleônico. Em outras situações, o "benemérito" tão somente beneficia determinadas pessoas a quem é grato, o que, longe de garantir a primazia de seus interesses, busca recompensá-las por condutas pretéritas ou mesmo agradá-las. Como ilustração, pode ser mencionada a conduta de Luiz XI, que presenteou sua amante Ana Passeleu com terras e até com um marido (João de Brosse), o que permitiu fosse elevada à nobreza.⁷

Como explica Reinhardt (2012), tal termo não é tão atual como se pensa; possui origens medievais. Um exemplo: o caso da Família Bórgia, de Espanha, que dominou a maior instituição política da sua época, a Igreja Católica:

A habilidade política de Rodrigo foi fundamental para que Pio II sucedesse seu tio. A Igreja ainda passou pelas mãos de Paulo II, Sisto IV e Inocêncio VIII antes de, finalmente, em 1492, o próprio Rodrigo Bórgia tornar-se o sumo pontífice. No posto, seria um dos principais responsáveis por transformar os Bórgia em uma das famílias mais famosas e temidas de todos os tempos. **Como Alexandre VI, intensificou o nepotismo e nomeou familiares para dezenas de cargos próximos e importantes.** Agindo como dono de toda a fortuna e propriedades da Igreja Católica, distribuía terras e dinheiro. Para seu filho Pedro (sim, filho, mesmo em uma época em que o celibato já era exigência da Igreja) comprou o ducado de Gandía, na Espanha. Também construiu um enorme palácio repleto de símbolos de ostentação em frente à Santa Sé para que tivesse uma residência à altura de seu poder. Apesar das fontes de receita da Igreja serem diversas e muito rentáveis, logo precisaram ser ampliadas para que seus gastos fossem cobertos. As vendas de indulgências dispararam – jamais foi tão fácil comprar uma vaga no céu.⁸

A primeira grande condenação ao nepotismo se deu sob o pontificado de São Pio V, por intermédio da bula *Admonet*, datada aos 29 de março de 1567. Esta orientação foi ocasionada pela constatação de que, em sua larga maioria, os beneficiados pela generosidade papal eram muito pouco dignos delas, criando muito mais mal do que bem quando não resultavam em uma pura e simples espoliação do tesouro público. Houve casos de excelentes escolhas, como por exemplo, quando Pio IV entregou plenos poderes para a direção da Igreja a seu sobrinho, então muito jovem, que se revelou um grande administrador e santo cardeal, São Carlos Barroneo.⁹

⁷ Cf. Aluísio de Souza Lima, Visão do Nepotismo numa Perspectiva Histórica, Política e Sociológica, Revista Cearense Independente do Ministério Público, p. 9.

⁸ *Alexandre VI – Bórgia, o Papa Sinistro*, Volker Reinhardt, Editora Europa, 2012.

⁹ NEPOTISMO_ ESTUDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - JOSÉ THEODORO MENCK – 2006, p 3.

Os primeiros praticantes do Nepotismo no Brasil foram os Portugueses, conforme registrado por Telmo da Silva Vasconcelos (2002), onde Pero Vaz de Caminha pede favores ao Rei de Portugal:

A breve história da nação brasileira, já em seus primórdios, registra a primeira manifestação de tal prática, ocorrida pela pena de Pero Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Álvares Cabral, ao dar conta ao Rei de Portugal das maravilhas que se descortinavam na terra nova: “E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta vossa terra vi. E, se a algum pouco alonguei, ela me perdoe, que o desejo que tinha de vos tudo dizer mo fez assim pôr pelo miúdo. E, pois, que, Senhor, é certo que assim neste cargo que levo, como em qualquer outra coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé Jorge de Osório, meu genro, o que d’Ela receberei em muita mercê.”¹⁰

O advento da “Revolução de 1930” representou, para muitos, a entrada do Brasil nos marcos da modernidade e da implementação de um Estado racional e burocrático, segundo a razão weberiana. Ledo engano. Se Vargas por um lado criou o Departamento de Administração do Serviço Público em 1934, por outro, manteve as estruturas do atraso e da continuidade da cena política nacional, segundo LEVINE (2001, p. 72), para quem

a consolidação do poder pelo governo central à custa dos interesses locais e estaduais tornou-se a pedra de toque de sua administração. (...) A centralização do governo tinha desferido um golpe quase mortal nas máquinas políticas dos estados, embora os clãs dominantes continuassem poderosos em estados isolados, uma vez que Vargas nada fez para neutralizar a inabalável cultura política enraizada no paternalismo e no favoritismo.¹¹

Com o fim do regime civil-militar, surge a Nova Democracia, a Constituição de 88 é promulgada e ainda traz uma referência no combate ao Nepotismo, que está presente em seu Artigo 14, § 7º, contendo o seguinte conteúdo:

São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de

¹⁰ VASCONCELOS, Telmo da Silva. O princípio constitucional da moralidade e o nepotismo. *L&C Revista de Direito e Administração Pública*, Brasília, ano 5, n. 50, p. 27-30, ago. 2002.

¹¹ LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

A CF de 88 trouxe uma enxurrada de alternativas legais para evitar o nepotismo, tendo em vista que a morosidade, ou falta de compromisso do Congresso Nacional, ainda não criou uma lei punitiva à prática.

4 A LEGISLAÇÃO “ANTINEPOTISMO” E OS PRINCÍPIOS

Como não há lei federal específica sobre o tema, os casos de nepotismo são avaliados por leis alternativas, como, por exemplo, a Lei de Improbidade Administrativa, que traz em vários artigos maneiras de evitar a prática, além de uma forma de punição, em seu artigo 4, nos diz:

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Na LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992., em seu artigo 11, caput, inciso I, traz mais um complemento na ajuda contra a prática.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

Na mesma Lei (8429/92), em seu artigo 17, parágrafo 6, traz os tramites necessários para se propor ação contra o gestor público:

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

Outra Legislação que visa evitar a prática de Nepotismo é a Lei Complementar 097/2007, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Eduardo Campos, que traz uma a seguinte visão:

Art. 1º Fica vedado, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta e indireta, o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, por cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, ou por afinidade, nos termos do Código Civil, do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, dirigentes de autarquia, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, empresa pública ou sociedade de economia mista, ou titular de cargos equivalentes.

Parágrafo único. Ficam excepcionadas as nomeações ou designações de servidores públicos ativos ou inativos, que exerçam ou exerceram cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Pública federal, estadual ou municipal, observada a compatibilidade do grau de escolaridade exigido para o cargo de origem e a qualificação do servidor com a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função a ser exercida, vedada em qualquer caso, a subordinação direta ao agente determinante da incompatibilidade.

A segunda linha “antiNepotismo” foi o Decreto nº 7.203 baixado pelo ex-Presidente Lula, em que diz:

Art. 2º. Para os fins deste Decreto considera-se:

I – Órgão:

- a) a Presidência da República, compreendendo a Vice-Presidência, a Casa Civil, o Gabinete Pessoal e a Assessoria Especial;
- b) os órgãos da Presidência da República comandados por Ministro de Estado ou autoridade equiparada; e
- c) os Ministérios;

II – entidade: autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista; e

III – familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Para fins das vedações previstas neste Decreto, serão consideradas como incluídas no âmbito de cada órgão as autarquias e fundações a ele vinculadas.

Por fim, pomos a Súmula Vinculante nº13 como referência no combate a prática nepotista e nepotista cruzada:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em

qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

No judiciário, além destes três pontos: 1- Lei Complementar de Pernambuco; 2 – Decreto; 3 – SV nº 13, ainda conta com uma resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça:

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

Vale ressaltar a importância do ADC nº12, do STF em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros.

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AJUIZADA EM PROL DA RESOLUÇÃO Nº 07, de 18.10.05, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATO NORMATIVO QUE "DISCIPLINA O EXERCÍCIO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES POR PARENTES, CÔNJUGES E COMPANHEIROS DE MAGISTRADOS E DE SERVIDORES INVESTIDOS EM CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Para complementar as decisões, os Juízes usam de Jurisprudências, como as seguintes:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO. TERCEIRO GRAU DE PARENTESCO. MAGISTRADO. NEPOTISMO. RESOLUÇÃO Nº 07 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 12/DF/STF. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A hipótese é de Mandado de Segurança Preventivo ajuizado por servidor público contra ato do então Desembargador Federal Presidente deste egrégio Tribunal, em que se pretende obter provimento jurisdicional que assegure ao Impetrante o direito de não ser exonerado de cargo em comissão, por força

da Resolução nº 07/2005 expedida pelo Conselho Nacional de Justiça.

2. O Impetrante foi nomeado, em 02/04/1993, para ocupar cargo em comissão (Diretor de Núcleo da Seção Judiciária da Justiça Federal de Sergipe), por força de ato lavrado pelo então Presidente deste egrégio TRF da 5ª Região, ante a indicação oriunda do então Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sergipe, parente em terceiro grau (tio) do demandante.

3. O Pleno deste egrégio Tribunal já se manifestou quanto ao mérito do presente mandamus, quando do julgamento do Agravo Regimental interposto pela UNIÃO contra a decisão liminar concedida nos presentes autos, tendo decidido, por unanimidade, pela imediata aplicabilidade da Resolução nº 07/2005 ao caso.

4. Afastada a tese defendida pelo Impetrante de ofensa a ato jurídico perfeito e a coisa julgada, eis que o fato de ter sido nomeado em momento anterior à referida Resolução do CNJ e ter obtido decisão favorável baseada em interpretação dada à época à Lei nº 9.421/96 não tem o condão de afastar a aplicabilidade imediata da Resolução nº 07 do CNJ, sob pena de se estar contestando a autoridade do CNJ - órgão superior investido de competência controladora - e a autoridade do STF, que declarou a constitucionalidade da mesma; além de se ofender o princípio da igualdade por favorecer em um único servidor, quando todos os demais que estão em situação igual foram exonerados.

5. A Resolução nº 07/2005/CNJ estipulou, em seu art. 5º c/c o art. 2º, I, prazo para que os Presidentes dos Tribunais promovessem a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, que fossem parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados; caso em que se enquadra os presentes autos.

6. O caso dos autos encontra-se na situação descrita na Resolução nº 07/2005/CNJ, a qual possui aplicabilidade imediata e atinge todo e qualquer servidor, cuja nomeação configure prática de nepotismo, até mesmo àqueles nomeados antes do advento da Lei nº 9.421/96.

7. O ato apontado como coator encontra-se revestido de legalidade, eis que apenas deu cumprimento a Resolução editada por autoridade superior com competência controladora conferida pela Constituição Federal (CNJ), norma está declarada constitucional em sede de controle concentrado pelo STF.

8. Segurança denegada. ACÓRDÃO - MS93127/PE (28/04/2010)
Origem: Tribunal Regional Federal - 5ª Região **Classe:** Mandado de Segurança - MS93127/PE **Número do Processo:** 200605000004381 **Código do Documento:** 223614 **Data do Julgamento:** 14/04/2010 **Órgão Julgador:** Pleno **Relator:** Desembargador Federal Francisco Barros Dias

CONSTITUCIONAL. AÇÃO POPULAR. NEPOTISMO PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO. AUSÊNCIA INDIVIDUALIZAÇÃO DO ATO LESIVO, DOS RESPONSÁVEIS E BENEFICIÁRIOS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ART. 18 LEI 4747/65. POSSIBILIDADE DE INGRESSO COM NOVA AÇÃO POPULAR.

1. Remessa Ex Offício contra sentença, prolatada em sede de ação popular, que rejeitou o pedido, nos termos do art. 269, I do CPC, através do qual pretendia a autora a declaração de impossibilidade de nomeação, pelos Poderes Executivo e Legislativo da União, de familiares dos ocupantes de cargos públicos, fazendo incidir a vedação constante da Resolução nº

07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

2. O art. 5º, LXXIII da Constituição Federal dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

3. Independentemente da aplicação da Resolução nº 07/2005 do CNJ aos Poderes Executivos e Legislativos, por se tratar de poderes independentes e harmônicos entre si, a vedação ao nepotismo, em qualquer esfera do poder, baseia-se nos princípios constitucionais da igualdade, moralidade e da impessoalidade. Aplicação da Súmula Vinculante nº 13 pelo Supremo Tribunal Federal.

4. O autor requereu de forma genérica a declaração de impossibilidade de nomeação, pelos Poderes Executivo e Legislativo da União, de familiares dos ocupantes de cargos públicos, sem especificar qual o ato do poder público que lesou o direito. Busca uma declaração erga omnes, o que não é cabível em sede de Ação Popular, a qual visa a invalidação de atos administrativos ilegais e lesivos do patrimônio público federal, estadual ou municipal.

5. Diante da ausência de delimitação e individualização de sua pretensão quanto ao ato lesivo, aos beneficiários e aos responsáveis pelas eventuais nomeações irregulares no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, a ação popular deve ser julgada improcedente nos termos do art. 18 da Lei 4.717/656, sem conferir eficácia erga omnes.

6. Remessa ex officio parcialmente provida, apenas para determinar que a improcedência da ação se dará nos termos do art. 18 da Lei nº 4.717/65.

ACÓRDÃO - REO451553/PB (15/04/2010) Origem: Tribunal Regional Federal - 5ª Região **Classe:** Remessa Ex Offício - REO451553/PB **Número do Processo:** 200682000011990 **Código do Documento:** 22159 **Data do Julgamento:** 30/03/2010 **Órgão Julgador:** Segunda Turma **Relator:** Desembargador Federal Francisco Barros Dias

Mesmo com a ausência de lei federal, os magistrados conseguiriam condenar gestores usando essas medidas alternativas. Contudo, para dar sequência ao processo, os magistrados contam com a Constituição que traz vários princípios, estes que são maculados pela prática do Nepotismo.

Os Princípios Constitucionais, previstos no artigo 37 da carta magna do país, são: Os princípios da igualdade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Princípios seguidos tanto pela Constituição estadual, em seu artigo 154, como também pela Lei Orgânica do Município de Aracati, em seu artigo 64.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 154. A administração pública direta, indireta e fundacional de quaisquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e ao seguinte:

Art. 64. A administração pública direta, indireta e fundacional de quaisquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e ao seguinte:

Princípios estes que são acatados pela prática do Nepotismo.

Princípio da Legalidade: O princípio da legalidade surgiu a partir dos ideais liberais fundadores do Estado de Direito, tendo por concepção a noção de lei como instrumento de proteção das liberdades individuais, tal como prevista no artigo 4º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que estabelece que:

Art. 4º: A liberdade consiste em fazer tudo o que não prejudicial ao outro. O exercício dos direitos naturais de cada homem não tem limites que os que asseguram a outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Estes limites somente podem ser estabelecidos pela lei.

Moraes (2005) observa que no que se refere à Administração Pública, o princípio da legalidade é aplicado de forma mais restrita do que em relação aos particulares, na medida em que enquanto a estes é dado fazer tudo quanto a lei não proíba, a Administração Pública somente poderá agir naquilo em que a lei expressamente a autorize.¹²

A violação pelo nepotismo a este princípio dar-se pelo fato de que o gestor nepotista inverte a máxima da administração pública, ou seja, cria leis para facilitar a contratação de familiares em cargos estatais.

No **princípio da Igualdade**, O Nepotismo tira a “livre-concorrência” à vaga na Administração Pública, quando o gestor da cidade usa sua influência de cargo para dar vantagem a seus parentes e excluindo os demais concorrentes.

Contudo, a atuação direcionada da Administração de forma desigual, em relação a um indivíduo só encontrará legitimidade quando o fator de discriminação guarda correlação direta com o fim alcançado, e quando este tem amparo no Ordenamento Jurídico, como os deficientes, por exemplo.

O princípio da impessoalidade: Silva (2005) nos diz que o princípio ou regra da impessoalidade da Administração Pública significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em

¹² MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. Editora Atlas: São Paulo, 2005

nome do qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração pública, de sorte que não é ele o autor institucional a vontade estatal.¹³ O cargo pretendido não estará predestinado a determinado indivíduo, mas sim a uma universalidade de pessoas pertencentes a determinada sociedade.

Meirelles (2006) entende o princípio da impessoalidade como sinônimo do princípio da finalidade, pelo qual ao administrador somente é dado praticar o ato objetivando seu fim legalmente previsto, vedada a prática do ato sem que exista interesse público ou conveniência para a administração.¹⁴

O princípio da Moralidade: Segundo Rangel (2012), a Moralidade Administrativa é desenhada pela doutrina como o nexa, a ponte de ligação entre os comandos jurídicos e os valores éticos da sociedade em geral.¹⁵

Usando a Teoria dos Círculos Concêntricos do Jelinek, podemos trazer a administração pública em cena, formando, portanto, uma figura com três círculos ligados: Direito, Moral e Administração Pública. O Nepotismo, quando praticado na Administração pública, também ferirá os outros dois membros da cena, logo, a prática afeta a Moral, no sentido de confiança dada pelo povo ao Gestor; também fere o Direito, pois, ao cometer esta improbidade administrativa, o Gestor acaba desfavorecendo aquelas pessoas que lhe ajudaram a ganhar as eleições, seus eleitores fora da família.

Princípio da Publicidade: Como leciona Mendes (2014):

O princípio da publicidade está ligado ao direito de informação dos cidadãos e ao dever de transparência do Estado, em conexão direta com os princípios democráticos, e pode ser considerado, inicialmente, como apreensível em duas vertentes: (1) na perspectiva do direito à informação (e de acesso à informação), como garantia de participação e controle social dos cidadãos (a partir de disposições relacionadas no art. 5º, CF/88), bem como (2) na perspectiva da atuação da Administração Pública em sentido amplo (a partir dos princípios determinados no art. 37, caput, e artigos seguintes da CF/88).¹⁶

¹³ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25 ed. SP. Malheiros, 2005.

¹⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32ª Ed. Malheiro Editores : São Paulo, 2006.

¹⁵ RANGEL JUNIOR, Hamilton. **Princípio da moralidade institucional: conceito e aplicabilidade da constituição de 1988**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001

¹⁶ MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Bonet Branco**. 9ª. ed. São Paulo:Saraiva, 2014. p. 848.

Bandeira de Mello (2008) ressalta que no Estado Democrático de Direito, em o Poder emana do povo, não há como conceber que a Administração oculte seus assuntos e medidas da coletividade ou de particular afetado diretamente.¹⁷

O gestor nepotista acaba violando este princípio, pois não dá satisfação à sociedade civil de seus atos (contratação familiares), ou seja, tira a informação de suas ações a quem lhe deu um mandato.

O princípio da eficiência: Moraes (2005) lista algumas características ínsitas ao princípio da eficiência: I) direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum; II) imparcialidade; III) neutralidade; transparência; participação e aproximação dos serviços da população; IV) eficácia; V) desburocratização e VI) busca da qualidade.¹⁸

A Prática de Nepotismo se choca com o princípio de eficiência, especialmente na forma de provimento do cargo ou função. A nomeação de parentes para o exercício de cargo público não garante a eficiência desse servidor, o mais provável de se obter com adoção de um critério objetivo de seleção, como o concurso público.

No entanto, o Concurso Público afeta o Erário, portanto, estaria fora dos planos de alguns gestores municipais.

O princípio da indisponibilidade do interesse público: A prática de nepotismo denuncia a interferência de interesses privados do agente na condução do múnus público, contrariando a regra basilar do Estado Democrático de Direito.

Deveria ser difícil de um governante praticar o nepotismo, contudo, mesmo com estas leis, ainda há casos diários de nepotismo, o que só comprova que o Estado Brasileiro está falhando onde deveria ser forte (combater a corrupção).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema é bastante vasto e pode ser tomado por inúmeras disciplinas para estudo. No Direito Constitucional, a visão da Constituição de 88 sobre o tema é negativa, pois a prática, como foi mostrada, distorce inúmeros princípios da mesma. Contudo, com a chegada do NeoConstitucionalismo, as sentenças são dadas com base em vários valores, ou seja, no caso

¹⁷ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 3ª ed. 16ª tiragem. Malheiros Editores: São Paulo, 2008.

¹⁸ Conforme DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 17ª ed. Atlas: São Paulo, 2004. P 303/306.

do nepotismo, não se pode impedir um indivíduo aprovado em concurso público de exercer sua função no Estado por conta de seu familiar ser prefeito de uma cidade vizinha.

Um exemplo bem atual, e local, foi que, na disputa à Prefeitura de Aracati, um dos candidatos a Prefeito, tinha seu neto como candidato a Vereador. O candidato a prefeito perdeu, porém, seu neto tornou-se vereador. Caso o candidato a prefeito estivesse ganho as eleições e seu neto estivesse assumido uma cadeira na Câmara Municipal, essa situação não se enquadraria na prática ilícita do Nepotismo, pois o caminho traçado pelos familiares foi legítimo (voto popular), ou seja, parentes podem ser vereadores sem problema algum, desde que, a posse tenha sido auferida por tramites legais.

Uma forma de evitar essa prática seria colocar um fim em cargos comissionados, ou seja, todos os servidores públicos de todas as esferas do governo (Federal, Estadual e Municipal) teriam de passar por um concurso público ou por outros testes de capacidade para, por fim, exercer àquela vaga na prefeitura, por exemplo.

Todavia, essas ações, como já faladas, custariam uma grande fatia do dinheiro das instituições, causando, ao invés de sanar o problema, outro de maior proporção: crise financeira no Estado.

O que poderia se fazer, por parte do Estado, seria uma fiscalização conjunta do TCM e do MP-CE nas prefeituras e nas câmaras municipais, Assembleias Legislativas e no próprio Congresso Nacional.

O Nepotismo, como forma de corrupção, já está presente em nossos dias, portanto, tornou-se comum, e mesmo com leis que o proibam, ainda há casos diários.

O Nepotismo tornou-se cultural, ou seja, é da cultura do brasileiro, principalmente em nossa região, beneficiar familiares e negar esses benefícios a terceiros. Quando estes terceiros conseguem assumir o poder, beneficiam somente os seus e excluem aqueles, tornando-se um ciclo vicioso que apenas prejudica o coletivo, o povo.

6 REFERÊNCIAS

VASCONCELOS, T. A. DireitoNet. **O princípio constitucional da moralidade e o nepotismo: Análise da conformação do Princípio da Moralidade e suas relações com a prática do nepotismo.** Disponível em < <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2299/O-principio-constitucional-da-moralidade-e-o-nepotismo> > Acessado em 09 de out de 2016.
CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/campanhas/356-geral/13253-o-que-e-nepotismo>> Acessado em 09 de out de 2016.

ConsultorJuridico. **Só há nepotismo quando parente influencia diretamente na seleção.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-fev-26/nepotismo-quando-parente-influencia-diretamente-selecao>> Acessado em 10 de out de 2016.

STF. **Aplicação das Súmulas no STF.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1227>> Acessado em 10 de out de 2016.

CGU. **NEPOTISMO.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/nepotismo>> Acessado em 12 de out de 2016.

GIANNINI, M, H. Conteúdo Jurídico. **Princípios Constitucionais da Administração Pública.** Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,principios-constitucionais-da-administracao-publica,49979.html> > Acessado em 20 de out de 2016.

TribunalRegionalda5Região. **Jurisprudências.** Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/Jurisprudencia/> Acessado em 07 de nov. de 2016.

O ART. 228 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM FACE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL

Ana Raquel Amaral de Andrade¹

Bruna Carneiro Pinto²

Prof^o Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto

RESUMO

A redução da maioridade penal está entre os assuntos mais discutidos no Brasil em decorrência do aumento da prática de crimes e violências por indivíduos menores de dezoito anos. A mídia frequentemente denuncia casos onde os adolescentes são vistos como protagonistas de atos bárbaros e sobre uma ótica de irresponsabilização, aludindo não haver punição para eles, uma vez que são imunes perante a atuação do Código Penal brasileiro. Este artigo, desenvolverá uma análise da proposta de redução da maioridade no Brasil em face do princípio da inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, como também, comprovar que existe a atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre esse público por meio das medidas socioeducativas, objetivando a ressocialização do menor.

Palavras-chaves: Inimputabilidade. Adolescentes. Redução. Punição.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo acadêmico que realiza uma análise sobre a proposta de redução da maioridade penal no Brasil, em face do Art. 228 da Constituição Federal que discorre sobre o princípio da inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos, como também as legislações infraconstitucionais (Art. 27 do código penal e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente) que tratam da temática abordada.

É objetivo do mesmo proporcionar uma abordagem constitucional, jurídica, filosófica e sociológica à cerca das questões que impossibilitariam a aplicação da proposta de redução da maioridade penal no Brasil, com a construção de posicionamento respaldado em pesquisas, livros, legislações, e também no parecer de pensadores que se mostram contrários à proposta da diminuição da maioridade penal.

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, graduanda em Direito

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, graduanda em Direito

Buscou-se esclarecer ao longo da tese os principais aspectos da inimputabilidade penal, e os fatores que tornam as crianças e os adolescentes impossibilitados de sofrerem a recepção de uma punição no plano penal, bem como os efeitos devastadores que a implementação de um sistema punitivo causaria aos menores. Sendo ainda um outro agravante, o desencadeamento de uma fragilidade no sistema legislativo brasileiro.

Se verá adiante a certificação de que a inimputabilidade, não significa a impunidade do infrator perante o compromisso de responsabilização pelo dano causado, mas, uma medida de separa-los da condição adulta, para que possam responder conforme sua capacidade e estrutura.

Outra importante vertente que será abordada ao longo da pesquisa é a percepção da vulnerabilidade e desprovemento de conhecimento próprio da sociedade frente as consequências da proposta de Emenda à Constituição que almeja a redução da maioria penal no país, sabendo apenas dos “benefícios” que pregam os meios de comunicação. Sendo assim, os indivíduos adquirem a consciência de que o rebaixamento da idade penal, é a medida mais efetiva a ser tomada.

Por fim, propõem-se a análise da inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição que preconiza reduzir a maioria penal no Brasil, em face da garantia do direito a inimputabilidade penal dos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos para que o adolescente possa responder segundo o código penal. Ainda, demonstrar-se-á, que a implementação de tal redução nada mais será que uma inaplicável policitação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta produção é de caráter exploratório que adota os procedimentos de abordagem dedutivo e dialético, buscando demonstrar a inaplicabilidade da proposta de redução da maioria penal no Brasil, validando-se na compreensão das leis constitucionais e infraconstitucionais que tratam da problematização.

Como abordagem inicial realizou-se um levantamento bibliográfico na internet e em livros que abordavam os assuntos similares ao objeto da pesquisa. Deste modo houve o esclarecimento da temática escolhida e a compreensão do problema como um todo, possibilitando a percepção dos aspectos negativos que a implementação da política reducionista exerceria sobre o adolescente e sobre a sociedade.

A partir daí foi elaborado um plano de ação com o levantamento dos temas mais relevantes dentro no prisma constitucional e social a serem desenvolvidos na programação e logo em seguida foram definidos os pontos mais importantes a serem desenvolvidos.

Por conseguinte o processo de busca por informações foi restringido, facilitando a programação de sequência e ordem dos assuntos e a organização das ideias principais. Só então foi detectado o problema da pesquisa, os objetivos e a hipótese a serem levantadas durante o desenvolvimento. A metodologia seguinte foi a coleta de livros, biografias, artigos de autores que fazem explorações mais profundas sobre o tema.

Contudo, uma outra metodologia aplicada consistia no emprego de uma pesquisa restrita, onde pessoas que já passaram por situações constrangedoras envolvendo menores, ou até mesmo conhecem outras que já vivenciaram, relatam que isso se dá por falta de políticas de punição desses adolescentes. Levando em consideração a pergunta seguinte, que constatou o desconhecimento da atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente por intermédio das medidas socioeducativas.

No entanto, como forma de ampliar o campo de pesquisa foram selecionados artigos científicos com o propósito de analisar a visão de outras pessoas sobre a inconstitucionalidade da proposta de redução da maioria penal no Brasil, acentuando ainda mais a impossibilidade da aprovação de tal conteúdo. Feito isto, já existia a estrutura do trabalho, os assuntos, e a coleta de matérias que seriam utilizados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do grande clamor de uma boa parte da população brasileira por medidas imediatas de combate a prática de atos infracionais por adolescentes que decorrentemente vem sendo divulgado pelas mídias e os meios de comunicação, insere na pauta de discussão nacional a proposta do rebaixamento da maioria penal como medida de retenção da violência e criminalidade no país.

Tramitaram no Congresso Nacional algumas iniciativas que vislumbraram um ajuste na idade estabelecida para que os indivíduos menoristas pudessem ser visto sobre a ótica da criminalização, sendo a sua atuação regimentada pelo plano penal, todas com resultados negativos.

A PEC 33/2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes, por exemplo, sugeria a alteração da redação do Art. 228 da Constituição Federal, por acréscimo de emenda que desconsideraria a inimputabilidade penal, mas tentativa fracassou.

Em parecer de posicionamento o Governo Federal mostrou-se adverso à redução da maioria penal, defendendo que já existe a responsabilização desses infratores. Acrescentando ainda que o aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seria suficiente para afastar os jovens da criminalidade.

Em reforço da tese contrária ao rebaixamento da idade penal, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo também se pronunciou, levantando a bandeira da possibilidade de fragilização do sistema legislativo brasileiro com a adoção do sistema que visa reduzir a idade penal.

É importante esclarecer que um dos argumentos favoráveis a diminuição da maioria penal consiste em alegar que na esfera juvenil há punição do menor infrator, mas é importante mencionar que os adolescentes são inimputáveis com relação às contravenções penais, não configurando afirmar a inexistência de uma responsabilização pelo agravo cometido por eles. Há o desconhecimento de que a condição de inimputáveis não os isenta das responsabilizações oriundas da infração.

Outra argumentação utilizada para sustentar a redução da idade penal reside no fenômeno da globalização. Fomentam exaustivamente, que as crianças e adolescentes da atualidade se desenvolveram antes do tempo previsto em virtude dos fatores tecnológicos e informacionais, adquirindo mesmo que precoce, uma capacidade de entendimento para saber distinguir o certo do errado, diferentemente das crianças e adolescentes do passado.

Pode-se observar que as medidas desencadeadoras e encorajadoras da proposta de redução da maioria penal, possuem caráter sensacionalista e simplista, construídas sobretudo, na fragilidade e na insegurança das vítimas, uma vez que as manifestações favoráveis ao rebaixamento da idade penal tomam amplitude quando construídas no calor dos acontecimentos, e para ressaltar os ideais de “justiça e cumprimento das leis” apresentam na criminalização das condutas dos adolescentes, na punição e aprisionamento, como as medidas mais eficazes no combate à violência e no controle da criminalidade no país.

É necessário considerar antes de tudo que a manipulação de uma consciência social por entidades que especulam ou distorcem o real sentido do que de fato acontece na integra, existe. Os meios de comunicações já deixaram de ser um simples tráfego de informações, os

noticiários, jornais e folhetins, estampam em primeira dimensão reportagens promovendo a homogeneização dos menores, exacerbando acontecimentos, colocando-os numa esfera de desumanização, fazendo alusão à impunidade dos infratores.

As publicações midiáticas exercem sobre os cidadãos certa influência, pois promove um cenário de insegurança, instabilidade e vulnerabilidade, propagando o entendimento de que havendo a diminuição etária dos dezoito para os dezesseis anos, as políticas de penalização alcançariam os jovens de tal maneira que pacificariam, ou até mesmo resolveriam a criminalidade e a violência no país.

Do ponto de vista teórico, ações como estas dificultam o plano de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois implementam a falsa expectativa de que a redução da maioridade penal, pode solucionar a criminalidade, dificultando ainda mais o processo de resgate desses jovens.

A INIMPUTABILIDADE PENAL

O ponto de partida das discussões da redução da maioridade penal no Brasil, iniciam-se sobre tudo com a crítica à redação do Art. 228 da Constituição Federal, que discorre sobre a inimputabilidade penal, proferindo que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (CURIA; CÉSPEDES; ROCHA, 2016, p.74).

Em nota de esclarecimento a cerca do termo, são considerados inimputáveis segundo o dicionário Aurélio: “Que ou quem não pode ser responsabilizado por um fato punível, por não ter as faculdades mentais e a liberdade necessárias para avaliar o ato quando o praticou” (FERREIRA, 2010, p.1162).

O Art. 26 em partes, também promove compreensão, acrescentando a isenção da pena: “É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento” (CURIA; CÉSPEDES; ROCHA, 2016, p. 529).

Em seguida, o Art. 27 do referido código, classifica como inimputáveis: “aqueles indivíduos que são menores de dezoito anos e maiores de dezesseis anos” (CURIA; CÉSPEDES; ROCHA, 2016, p. 529).

Tanto a redação do texto constitucional, quanto os infraconstitucionais, apropriam-se do critério biológico, sobre o qual presume a existência de pessoas que por estarem no período da adolescência, considerada a fase de formação do pensamento, ainda não gozam da completude de suas faculdades mentais, ou seja, não possuem bagagem estrutural para responderem penalmente pelos seus atos por meio da culpabilização, e conseqüentemente resistirem a um sistema de punição sem por ele ser influenciado.

Pode-se afirmar que no projeto de redução da maioria penal há a inexistência do princípio que atribui respeito a incompletude psico-física do menor e a condição peculiar de adolescente enquanto pessoa em formação, como previsto Constituição Federal, no Art. 227, § 3º, inciso V: “O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: V- Obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando a aplicação de qualquer medida privativa da liberdade”(BRASIL, 2015, p.68).

Posteriormente o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 6º, complementa que: “Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. (CURIA; CÉSPEDES; ROCHA, 2016, p. 1041)

Mesmo não sendo uma ciência adotada aos textos legislativos que discorrem sobre a inimputabilidade penal, vale ressaltar os estudos realizados pelas ciências psicológicas. Para os psicólogos existe uma classificação similar entre posição do critério biológico e do psicológico. Para esta ciência, ao responsabilizar os menores infratores, deve ser considerado os fatores externos e internos que atuam em seu eixo. A instabilidade das relações familiares, as convivências, as companhias, o contexto social em que o adolescente está inserido, todos estes aspectos contribuem para a formação da personalidade da criança e do adolescente.

A psicologia presume a existência de uma vulnerabilidade psíquica entre a faixa etária dos 12 aos 16 anos de idade, pois é justamente neste momento da vida que o público infanto-juvenil descobre as verdades por si próprio, experimentam as primeiras decepções, negam o mundo em que vivem, enfim, eles ainda não possuem a sua identidade estabelecida, muito pelo contrário, é neste ciclo que se constroi a ideologia de vida, estando eles sujeitos a influências, assim, caso cometam atos nocivos, entende-se que atuavam em pleno “transe”, por isso são inimputáveis.

O caput do Art. 227 da Constituição brasileira, tem um texto bastante claro que juntamente com os estudos outrora citados, constroem um argumento sólido da impossibilidade de aplicação da redução da maioridade penal no Brasil.

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com a absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2015, p. 68).

Não precisa ser especialista para reconhecer que em um sistema penitenciário, há um cenário conflituoso. Submeter o adolescente a ele, seria portanto, privá-la do direito à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, sobretudo à liberdade e a convivência familiar e comunitária, visto que ao cumprir pena, o jovem não poderia ter contato com nenhum dos princípios garantidos pelo caput do Art.227, pois estaria cumprindo a medida sentenciada, existindo um tempo de permanência dentro do contexto de aprisionamento, podendo inclusive, ser friamente influenciado pelos fatores externos. A convivência com a aquele ambiente, contaminará o sistema do pensamento que ainda está vulnerável e em formação, ou seja, esse menor terá reduzida significativamente as suas chances de uma possível retomada aos estudos, e a cidadania.

Outra vertente disposta ainda no Art. 227 da Constituição Federal, nas últimas linhas é que a criança e o adolescente deve estar a salvo de de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Fazendo uma análise rigorosa, e desta vez usando a mídia em favor da garantia da inimputabilidade penal, as reportagens sobre presídios corriqueiramente noticiam a violência dentro dos centros penitenciários, alguns até onde a crueldade e a opressão vem sendo um agravante. Inserir os menores dentro desta perspectiva, seria uma forma de negligenciá-los, de ferir o direito que possuem à uma ressocialização, a uma responsabilização construidora e socioeducativa.

Esclareça-se que a condição da inimputabilidade penal não significa em si uma medida de impunidade, como muitos pensam, mas, uma forma de separar os adolescentes dos grupos criminosos, para que estes que ainda estão no início do ciclo da formação do pensamento, tenham mais chances de reincidência e conclusão dos estudos para que não

ocupem futuramente uma vaga no sistema carcerário, mas que o Estatuto da Criança e do Adolescente venha a atuar sobre eles, reabilitando-os ao convívio social.

Com a hermenêutica dos artigos e das ciências estudadas, compreende-se que o código penal, por razões biológicas, e também pelo reconhecimento de que segundo o art. 5 do código civil, onde relata que a menoridade cessa somente a partir do momento em que um indivíduo atinge os dezoito anos completo, sendo habilitado a este à prática de todos os atos da vida civil, não atuará sobre os menores, pois a sua receptividade é aceitável apenas para os indivíduos que já atingiram a maioridade, os verdadeiros imputáveis, que possuem a consciência da prática de seus atos e que no gozo de suas estruturas psíquicas podem responder penalmente por qualquer delito que venham a realizar.

O princípio da inimputabilidade dos menores de dezoito anos

O caráter rígido da Constituição brasileira, atribui a ela um processo dificultoso e burocrático de alteração do texto constitucional por acréscimo de emendas, obedecendo as condições de aprovação que deverá se estabelecer em dois turnos, nas duas casas, e por um quantitativo de três quintos dos votos dos respectivos membros. Existem ainda, matérias que devido a sua importância, e por serem resultantes de um processo históricos de conquistas que até hoje são essenciais à sociedade, não podem ser objetos de Emendas à Constituição. O Art. 60 da Constituição Federal, § 4º, incisos I, II, III e IV, estabelecem as restrições emendarias:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta
§ 4º- Não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir:
I- a forma federativa do Estado;
II- o voto direto, secreto, universal e periódico;
III- a separação dos poderes;
IV- os direitos e garantias individuais.
(BRASIL, 2015, p. 29).

Como se pode evidenciar no inciso IV, não haverá possibilidade de adição de emenda à constituição que possua no texto o caráter a abolir os direitos e garantias individuais.

Em uma concepção de direitos e garantias individuais o artigo quinto da Constituição Federal, estabelece-os. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em face do

questionamento se eram considerados direitos e garantias individuais apenas aqueles contidos no Art. 5º da Constituição. Em esclarecimento, o Supremo entendeu que também existem direitos e garantias individuais disperso ao texto constitucional do Art. 5º, por acreditar na existência de uma conjuntura mais ampla dos artigos que há na Constituição.

Neste contexto, o Art. 227 da referida lei, carrega uma gama de garantias e direitos individuais inalienáveis sobre os quais se destacam: à liberdade e à convivência familiar e comunitária, o resguardo dos menores de quais quer tipos de negligência, violência, exploração, crueldade e opressão.

Partindo do pressuposto que, quando cumprindo a pena, determinada pessoa tem seu direito à liberdade privado, isto, aplicando-se aos menores, não seria uma forma de negligência? Já que a eles é garantido o direito à liberdade e à convivência familiar e comunitária?! Ou ao entrarem em um sistema penitenciário, conviverem com pessoas que cometeram crimes considerados hediondos, não sentiriam-se amedrontados por aqueles? Isso não se configuraria em opressão?! Ambos os questionamentos possuem respostas positivas, caso havendo a redução da expectativa da idade para a responsabilização penal dos jovens infratores, os resultados seriam desastrosos.

Imputabilidade não é sinônimo de impunidade

Um pensamento errôneo à cerca da atribuição do termo da inimputabilidade penal aos menores de 18 anos, é a associação dele à impunidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente mesmo atribuindo ao menor a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, responsabiliza o adolescente segundo a sua condição psicossocial. Ou seja, a sensação de que nada acontece com esses menores é totalmente equivocada.

Entender que a inimputabilidade é sinônimo de imunidade apenas para efeitos punitivos em face do ordenamento jurídico penal, parece ser tarefa difícil. A sociedade acredita ainda que a responsabilização penal é a única apta a cobrar dos infratores a prestação de contas e o reparo ao dono, mas, desconhecem a existência de outros sistemas que se bem aplicados afetam as raízes do problema, não seus sintomas mais evidentes.

Um discurso bastante comum que vem sendo utilizado pelos militantes que se mostram favoráveis a redução da maioria penal, é que os menores infratores sabendo da imunidade que possuem perante o código penal, usam-se da condição de inimputáveis para

cometer os delitos dentro de uma esfera de proteção que não os criminalizam, mas que alimentam a prática da violência e da criminalidade.

Diante desses cenários constroi-se os pilares que enaltecem a impunidade, e a política reducionista como salvação. O frágil terreno das especulações, são desconstruídas quando há o esclarecimento de que o fato dos adolescentes serem penalmente inimputáveis, não os conecta à condição de impuníveis, uma vez que são responsabilizados da maneira adequada a sua condição. Para isso a este público, aplicam-se as medidas socioeducativas.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Para coibir a prática do ato infracional e responsabilizar os menores que por ventura venham a cometê-lo, o Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as medidas socioeducativas.

Art. 112. Verifica-se a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III- prestação de serviços à comunidade;
- IV- liberdade assistida;
- V- inserção em regime de semiliberdade;
- VI- internação em estabelecimento educacional;
- VII- qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (CÉSPEDS; PINTO; WINDT, 2010, p. 1056).

As medidas socioeducativas são atribuídas com o objetivo de atuar na esfera psicocomportamental do menor, de modo a recuperá-lo e ressocializá-lo ao convívio social. Como pode-se observar, existem inúmeras providências que possuem o molde para casa ação. A advertência, a obrigação de reparo ao dano, a prestação de serviços à comunidade, entre outros são algumas responsabilizações. As possibilidades de correção são tantas, porque há o entendimento que cada adolesceste é um universo a ser estudado para ser aplicado o melhor prognóstico.

Deste modo, cada caso deve ser analisado para ser aplicada a medida socioeducativa que melhor adequar com a realidade, pois de acordo com a infração cometida por ele, será

atribuída a medida proporcional ao agravo e as condições do adolescente, conforme esclarecido no do Art. 112, § 1º.

A aplicabilidade das medidas socioeducativas, não são realizadas por agentes militares e civis, mas, pelo juiz. Em tese, o Supremo Tribunal Federal, entendeu que deveria ser atribuída ao juiz, a competência de mediação dos conflitos dos adolescentes com a justiça. A súmula 108 do STF relata: “ A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática do ato infracional, é de competência exclusiva do juiz” (CURIA; CÉSPEDES; ROCHA, 2016, p. 2055).

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

As crianças e os adolescentes sempre foram resguardados pelo princípio da proteção integral, mesmo que este estivesse redigindo apenas sobre o campo moral. Só então com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a positivação dos direitos e garantias fundamentais do público infanto-juvenil. A publicação do Art. 227, revolucionou o contexto social da criança e do adolescente, e logo foi surgindo as primeiras manifestações de proteção a essas garantias e direitos fundamentais.

Identificado como um significativo avanço e extensão constitucional, a promulgação da lei 8.069/1990 que originou o Estatuto da Criança e do Adolescente, inovou o ordenamento jurídico brasileiro, configurando-se em uma Instituição responsável por atuar sobre universo da criança e do adolescente, garantindo os direitos fundamentais e atribuindo deveres essenciais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente milita contra as mais diversas formas de negligências que possam ser praticadas contra os resguardados, e sobre outra perspectiva, responsabiliza os menores que por ventura possuam condutas antissociais. Por essa iniciativa, os resultados são evidentes, hoje, as crianças e os adolescentes, não são mais meros objetos de medidas policiais e judiciais, mas, um universo a ser educado e reconstruído.

A importância do Estatuto da Criança e do Adolescente é enorme, tanto para a sociedade quanto para o estado, uma vez que se resume em um projeto de política social voltado a redução das disparidades e em efetivar os preceitos do Art. 227 da Constituição, operando com o instrumento da educação para obter as mudanças sociais pretendidas pelo legislador e maiormente por todos os cidadãos.

Reduzir a maioria penal dos dezoito para os dezesseis anos, seria desconsiderar a atuação que o ECA vem desenvolvendo, não só por isso, mas pior, consistiria em negligenciar a fase mais importante de um indivíduo que é o período da adolescência, justo quando o menor teria suas primeiras iniciativas, o contato com as decepções, as descobertas, os amores, dentre tantos outros aspectos que seriam tomados.

O adolescente que por ventura vier a cometer o ato infracional, não será incentivado a continuar na esfera da periculosidade como especulam. Quando o ECA propõe as medidas socioeducativas, alterna dizer que existem outros meios, que se bem aplicados, terão uma eficácia bem maior que qualquer outra política voltada ao combate da criminalidade e da violência.

CONSEQUÊNCIAS DA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Julgar os fatos no calor dos acontecimentos, sem uma análise profunda do real valor da matéria em discussão, é uma atitude extremamente desprovida de respaldo e credibilidade. Ultimamente, a sociedade vem discorrendo sobre a possibilidade de reduzir a maioria penal dos dezoito para os dezesseis anos, mas a velocidade de propagação e disseminação de que o menor infrator não é punido como deveria, ainda não permitiu, que as pessoas analisassem se esta será a melhor maneira de reduzir os índices de criminalidade no país.

É preciso considerar antes de tudo que, com a redução da maioria penal, os adolescentes aos 16 anos seriam alcançados pelo Código Penal brasileiro, o que desconsideraria as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso implicaria na perda de políticas voltadas a ressocialização do indivíduo, uma vez que é dever do Estado proporcionar políticas que afastem os jovens da criminalidade.

Reconsidera a idade penal aos 16 anos, jovens e adultos ocupariam o mesmo contexto de recolhimento, visto que não existem outros espaços adequados para separá-los. Assim, o jovem por sua vez conviveria com a opressão, e a violência dos sistemas penitenciários, somente aí, já feriria uma boa parte dos direitos garantidos no Art. 227 da Constituição, e principalmente a privação do direito a liberdade e ao convívio familiar e social.

Havendo a fundação de sistemas de aprisionamento, conseqüentemente originaria o gasto do dinheiro público na construção de casas de custódia para comportar os infratores,

retirando um recurso que poderia ser investido nos centros educacionais e outros ambientes pedagógicos.

Outro fator negativo seria o decaimento dos índices de ressocialização dos infratores, pois o sistema carcerário não contribui para a reinserção dos jovens na sociedade, ao contrário, a tendência é que os jovens aprimorem as técnicas e futuramente se torne mais perigoso.

Um efeito devastador que a redução provocaria, seria a desestruturação do ordenamento jurídico do Brasil, já que haveria a mudança em todo o contexto legislativo constitucional e infraconstitucional. O que desencadeariam outras instabilidades jurídicas no país.

Muitos países já adotaram a redução da maioria penal, mas, não obtiveram resultados, os percentuais de criminalidade não reduziram, os presídios superlotaram, a violência dentro dos centros penitenciários aumentou, e as despesas também, posto que um preso gasta em média percepta por mês 1.500 reais, para estarem nas celas, tendo suas necessidades básicas assistidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução dos direitos fundamentais das crianças e dos Adolescente é um significativo avanço e seus efeitos visíveis na sociedade. Reduzir a maioria penal, portanto seria uma forma de negligenciar o direito do menor, em consequência da atribuição da condição peculiar de inimputáveis, é também ferir o princípio da garantia fundamental.

Igualar os adolescentes ao contexto da criminalização, culpabilização e punição, sem antes promover ações nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e educacionais, seria desacreditar na educação e na humanização como medida ressocializadora mais eficiente de correção desses menores.

A inaplicabilidade da redução da maioria penal é clara, e a sua aplicabilidade um retrocesso, contando que não atingiria os resultados desejados, mais que causaria a instabilidade jurídica no país, pois aconteceria uma reforma ao texto constitucional a cerca da inimputabilidade penal, e nas legislações infraconstitucionais que tratam do termo.

Pode-se constatar também que existe uma descredibilidade por parte da sociedade para com a atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o público infante-juvenil,

uma vez que almejam a redução da maioridade penal para que o Código Penal possa alcançar indivíduos desta faixa etária e os puna como “crime”, desconsiderando que o ECA produz o mesmo efeito. Existe, a desconsideração da própria educação mediante tamanha proposta de redução. A PEC 33/2012, corrobora que ainda existem raízes ditadoras, que acreditam no castigo, na punição, na rigidez, na dureza, esquecendo que é a educação que promove os reais resultados que se precisa.

Não parecer inteligente apenas punir e tornar mais rígido o sistema penal, pois não serão essas medidas que recuperarão esses jovens, o oposto, só os revoltaria. As políticas sociais de inclusão dos menores que cometem delito seriam muito mais proveitosas que as medidas de repressão, são iniciativas de ressocialização que atingem o potencial de modo a minimizar o envolvimento dos adolescentes com a violência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dalmo Dallari. **Considerações sobre a redução da maioridade penal: uma abordagem jurídica**, São Paulo, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 84/2014 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2015. 103 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: 25 anos. Ed. comemorativa. Brasília: câmara dos Deputados, Edições Camara, 2015. 267 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CÉSPEDES, Livia. ROCHA, Fabiana Dias da. **Vade Mecum Saraiva**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 1838 p.

FONSECA, Antônio Cezar Lima da. **Direito da Criança e do Adolescente**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.



MARCIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 8 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2015. 1191 p.

METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS.

Kamillo Karol Ribeiro e Silva¹
Ana Daniella Damasceno²

RESUMO

O presente artigo discute os resultados de uma atividade desenvolvida durante o segundo semestre do ano de 2016, na disciplina de Sociologia da Educação, no curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, localizada em Aracati-CE. Com o intuito de desenvolver a formação crítica dos futuros professores, utilizamos a metodologia ativa conhecida como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Como metodologia, após partir da discussão central da disciplina, centrada numa abordagem sociológica da educação, que buscou compreender, dentre outras coisas, a desigualdade escolar como objeto de estudo da Sociologia da Educação, a turma recebeu várias situações problema e buscou, a partir do estudo teórico e de reuniões sistemáticas a apresentação de iniciativas para o enfrentamento das situações. A atividade apresentou resultados positivos quanto ao envolvimento da turma no processo de discussão e também pôs interessante interrogação quanto à questão da autonomia do estudante.

Palavras – chaves: Metodologias Ativas. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Sociologia da Educação. Escola. Desigualdades sociais.

INTRODUÇÃO

É cada vez mais urgente tornar a formação de professores um espaço de aprendizagem transformadora que dê ao educando – futuro professor (a), as competências necessárias para se comportar de forma positiva diante das diversas possibilidades educacionais que oferece o cotidiano escolar.

Buscando ressignificar a definição de aula e a partir de discussões feitas pela gestão pedagógica da instituição, foi desenvolvido na disciplina de Sociologia da Educação, ministrada no segundo semestre de 2016 no curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe uma estratégia educacional cujo objetivo foi reforçar a aprendizagem significativa.

É bem verdade que durante o processo de formação, nunca poderemos prever o que acontecerá no espaço concreto da escola quando estes (as) educadores (as) forem chamados a atuar. No entanto, acreditando que a formação refere-se também àquilo que DURKHEIM

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará. Professor da rede pública do Estado do Ceará e da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ

² Pedagoga da Prefeitura Municipal de Maracanaú – CE.

(1955) chamou de *fé pedagógica*, entendemos que para transformar é necessário, antes de tudo, conhecer.

Como afirma CUNHA (2010: 53), “conhecer significa passar por uma experiência de formação inicial que permita ao professor inteirar-se não somente da representação social concebida pela escola, mas também conhecer a própria sociedade de onde emanam as instituições sociais que a compõem”.

Dessa forma, percebemos que urgia aproximar de forma efetiva as realidades da escola básica e o campo da formação do profissional da educação, de modo que o aluno (a), ainda no processo de construção de suas competências, pudesse experimentar os desafios que se poderão presenciar num futuro próximo.

Assim, criamos uma atividade a partir da metodologia ativa chamada de Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual os (as) estudantes entraram em contato com uma hipotética situação e deles foi solicitada a construção de um pensamento que pudesse ser aplicado no enfrentamento da mesma.

Para entender melhor o caminho tomado, esclarecemos a seguir como funciona a proposta metodológica adotada.

Metodologias ativas e a aprendizagem baseada em problemas – o que são?

O que eu ouço, eu esqueço.
O que eu vejo, eu lembro.
O que eu faço, eu compreendo.
Confúcio

O termo “Metodologias Ativas” não é uma novidade no campo das ciências da comunicação e negócios como a administração de empresas e a publicidade, no campo das ciências biológicas como a medicina e a enfermagem ou mesmo nas ciências exatas e tecnológicas, no caso das engenharias. No entanto, nas ciências humanas e sociais aplicadas, principalmente no que se refere à educação, tal sistematização é recente.

Reconhecemos o ativismo dos docentes e todo o processo de criatividade que envolve a profissão, no entanto, diante do desafio do ensino e de toda a organização dos sistemas educacionais espalhados pelo país, encaramos a atividade educativa como um processo que precisa com urgência subverter as práticas tradicionais tão arraigadas e amplamente difundidas.

Diante disso, a transposição desses modelos de metodologias ativas experimentados em outras ciências, têm sido um recurso interessante para concretizar tal iniciativa que busca, em sua essência, diversificar as práticas de ensino, sobretudo, nos cursos de formação de professores.

A partir da iniciativa da instituição (FVJ), todos os professores do departamento de Educação receberam uma formação de 20 horas em Metodologias Ativas. Durante o curso, tivemos contatos com diversas metodologias dentre elas o *Flipped Classroom* (sala de aula invertida), o *Project Based Learning* (aprendizagem baseada em projetos), *Problem Based Learning* (aprendizagem baseada em problemas), *Team Based Learning* (aprendizagem em grupos), *Peer Instruction* (aprendizagem em pares) e *Gamification* (aprendizagem a partir do uso de jogos).

Após o conhecimento das técnicas e a constatação que a maioria dos professores do grupo, de alguma forma já utilizara em suas salas de aula pelo menos uma das metodologias aplicadas, entendemos que, à nossa prática, faltava a teoria e o enquadramento metodológico que poderia qualificar os resultados obtidos em nossas salas de aula.

Assim, restava-nos estudar.

Para o trabalho desenvolvido optamos, baseado na justificativa já apresentada – aproximar o aluno de sua realidade, pela Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Segundo RIBEIRO (2003), a ABP pode ser descrita como um método caracterizado pela busca da resolução de problemas concretos. Tem por objetivo encorajar os alunos a desenvolverem pensamento crítico e algumas habilidades na resolução de problemas, além de fazer com que os mesmos adquiriram conhecimento sobre os conceitos essenciais da área investigada.

A ABP originou-se, como proposta metodológica, em 1969 na McMaster University, Canadá, para o estudo de medicina, e a partir de então, tem sido utilizada em todo o sistema educacional. Segundo DOCHY et al. (2003), apesar de ter sido sistematizada há pouco mais de trinta anos, a ABP já foi amplamente discutida na seara educacional. Autores como, Carl Rogers, Jean Piaget e John Dewey já se debruçaram sob suas possibilidades e aplicações cognitivas.

Para MASETTO (1996: 323-324),

a colocação do aluno em contato com a realidade profissional desde o primeiro ano; a superação dos requisitos teóricos para se partir para a prática; a aquisição do conhecimento de forma não necessariamente lógica e sequencial; a construção do

conhecimento em rede, não linear; e a responsabilização dos alunos por seu desenvolvimento profissional e por seu comportamento ético com relação aos colegas, professores e sociedade.

Diante do exposto, concluímos que a ABP pode se tornar importante ferramenta para na relação ensino aprendizagem visto que consegue incorporar o tipo de abordagem acima descrita, que utiliza recursos de diversas teorias educacionais, tornando-os uma espécie de cardápio apropriado para instrumentalizar a relação ensino aprendizagem.

GIJSELAERS (1996) pensa as contribuições da ABP a partir de três princípios fundamentais da aprendizagem, distintos, porém complementares. Inicialmente, se entendermos a aprendizagem como um processo construtivo e não receptivo, devemos encarar o conhecimento específico como sendo fruto de uma rede em que os conceitos estudados estão relacionados entre si e novas ideias são criadas na medida em que tais experiências são relacionadas a redes preexistentes. Dessa forma, outro aspecto que não deve ser ignorado é o conhecimento prévio dos alunos sobre o assunto em questão, de modo o processo de aprendizagem agregue novos conceitos relacionados aos que estão sendo estudados.

Outro estímulo advindo da ABP é a criação de um cenário imaginativo que impulsiona o aluno a pensar. Para atingir seus objetivos, ele precisará desenvolver habilidades, selecionar estratégias para enfrentar os problemas e, por fim, avaliar os resultados que obteve, gerando um ciclo positivo de aprendizagem.

Por fim, dentro da ABP, os estudantes entenderão que todos os fatores contextuais e sociais influenciam na resolução do problema. O contexto em que o ensino se dá, a teoria utilizada em questão e o ambiente construído para a resolução do problema favorecem ou inibem o processo de construção da atividade.

Nesse contexto, podemos afirmar que

“a aprendizagem é otimizada quando o conteúdo ensinado está próximo do futuro contexto profissional dos alunos e quando os alunos compartilham responsabilidades e visões diferentes sobre uma mesma questão, o que os leva a aprofundar seus questionamentos sobre o assunto e a desenvolver habilidades tais como senso crítico, aceitação de opiniões diferentes, construção de consenso etc. (BORGES e ALENCAR, 2014, p. 132).

Esse foi justamente o resultado esperados.

Como funciona a Aprendizagem Baseada em Problemas

A partir de BARROWS, 2001 e SAMFORD UNIVERSITY, 2000, as diferentes aplicações da ABL têm em comum um processo que pode ser compreendido a partir das seguintes etapas: primeiro, apresenta-se uma situação problema aos estudantes que, em equipes, organizam suas ideias, tentam solucioná-la com o conhecimento que já possuem, avaliando seu conhecimento e definindo a natureza do caso.

Em seguida, através de discussão, exposição dialogada ou até mesmo uma aula expositiva, os (as) alunos (as) levantam e anotam dúvidas e comentários sobre aspectos do problema que não compreendem. Nessa etapa da metodologia, as equipes definem o que sabem e o que não sabem a respeito do problema.

No momento seguinte, em cada grupo, os alunos compartilham as questões levantadas e planejam quando, como, onde e por quem tais demandas serão investigadas para serem posteriormente partilhadas com a classe. Depois disso, após investigarem sobre a temática e consultarem teoria e bibliografia pertinente, há um novo encontro, que pode ser dentro ou fora de sala de aula para que eles mesmos explorem as dúvidas anteriores, mas dessa vez integrando novos conhecimentos ao contexto do problema.

Quando chegam a esse ponto, os estudantes podem definir novos comentários, dúvidas e questões de aprendizagem e já iniciar a construção de proposições que possam desenvolver a solução do problema.

Por fim, terminado o estudo do caso, os (as) alunos (as) desenvolvem uma atividade avaliativa através da qual discutem seus próprios resultados e as proposições dos colegas, com vistas a também desenvolverem habilidades de autoavaliação e avaliação construtiva de seus pares.

Na atividade a ser apresentada nesse texto, foi tomado um caminho bastante diferente do descrito acima, no entanto, a essência da relação existente entre apresentação do problema, discussão e apresentação de resultados foi preservada.

METODOLOGIA

Na sala de Sociologia da Educação, do curso de Pedagogia, fizemos algumas modificações na abordagem clássica da ABL acima descrita. A organização do projeto aqui estudado apresentou as seguintes fases: 1. Divisão e funcionamento das equipes; 2. Estudo da teoria e reunião das equipes para discussão; e 3. Apresentação dos resultados.

1. Divisão e funcionamento das equipes;

A sala contava com aproximadamente 50 estudantes. Sugerimos a composição de 6 equipes, sendo quatro com 08 e duas com 09 componentes. Cada equipe funcionou como se fosse uma escola. Para tanto os alunos foram orientados a escolher dentre seus componentes, um (a) gestor (a), um (a) coordenador (a) e um (a) secretário (a) escolar. Aos integrantes restantes da equipe, coube a função de professor (a).

Foram escritas situações problemas distintas para cada equipe. Cada escola recebeu o caso num envelope fechado que continha um texto descritivo de cada situação.

2. Estudo da teoria e reunião das equipes para discussão;

A atividade foi desenvolvida em seis encontros. Durante cada aula, o professor da disciplina se reuniu com a turma na primeira hora de aula a fim de discutir o material programado para o dia. Foi utilizado como texto base o livro *Sociologia da Educação*, da professora Maria Amália de Almeida Cunha, da UFMG, disponível em <https://goo.gl/YBgDxB>.

De posse dessas informações, as escolas (equipes) se reuniam para discutir o problema a partir de suas próprias experiências e também a partir do conteúdo estudado, norteados por uma pergunta geradora feita pelo professor no final da apresentação do texto.

Por fim, o professor orientou que no encerramento de cada encontro, um relatório contendo o resumo das discussões fosse construído e assinado pelos presentes.

3. Apresentação dos resultados.

O professor orientou as equipes para apresentar seus resultados de duas formas: primeiro, de forma expositiva para toda a classe e também através da composição de um livro de registros que contivesse: um perfil da escola criada, um histórico das reuniões realizadas pela equipe, os relatórios construídos durante as discussões e pelo menos uma solução para o problema proposto inicialmente.

Para instrumentalizar o andamento do trabalho, o professor ainda propôs um conjunto de orientações, a fim de tornar o ambiente recriado em sala de aula mais próximo possível da realidade das escolas. Assim, foi possível, como nas escolas, haver troca de membros das equipes, semelhantes a transferências de professor.

O professor sugeriu também que, durante o processo de construção de solução do problema, escola poderia decidir por mudar seus gestores (gestor (a), coordenador (a) ou secretário (a) escolar), todos ou apenas um, conforme o caso. E por fim, admitiu que, durante

os primeiros encontros, os alunos poderiam aperfeiçoar os problemas apresentados, se assim julgasse interessante fazer.

Todas as situações problemas foram inicialmente escritas pelo professor e apresentadas da seguinte forma:

A. Fracasso escolar: frequência, reprovação (repetência) e evasão;

A escola recebeu um comunicado durante as primeiras horas da segunda-feira, no início da semana. Vai receber até quinta, a visita de uma equipe de supervisão da secretaria municipal da educação. Não disseram o motivo, mas o (a) diretor (a) já sabe: a escola fracassou. Os índices internos da unidade são péssimos. Dos pouco mais de 200 alunos matriculados no início de 2015, apenas 130 chegaram frequentando no final do ano. Desses, mais de 50% ficaram reprovados e repetiriam o ano se não fosse a recuperação e o mecanismo da dependência.

Com quase metade dos alunos atingidos pelas questões de infrequência, reprovação ou dependência e evasão, a escola é o retrato do fracasso na educação.

Diante disso perguntamos: o que a escola tem feito para mudar a situação? Por que tais iniciativas não funcionam? Como os problemas da reprovação e da dependência podem ser reduzidos? Do que adianta aprovar os alunos automaticamente se eles não aprendem de forma significativa?

*E, por fim, para nortear o estudo, queremos saber: **O que fazer para reverter o quadro de fracasso escolar visto nessa unidade de ensino, diante de tamanha complexidade?***

B. Formação de professores.

A escola foi fundada em 1996. Em 2016, quando completará 20 anos de serviços prestados à comunidade, o conselho começou a observar a seguinte situação: dos 7 professores que lá trabalham, 6 estão desde a fundação da escola. Destes 6, um concluiu o curso de graduação em pedagogia, dois estão se formando no momento e os demais tem o curso normal. Também foi constatado que os (as) três professores (as) leigo (as) não têm interesse em fazer um curso superior.

Embora a prática desses profissionais seja considerada satisfatória, o conselho e a comunidade têm notado que temas contemporâneos e questões de maior complexidade didática e psicológica são ignoradas pelos mesmos.

Assim sendo, queremos saber: Por que os professores não se motivam para continuarem sua formação? Como esses profissionais se enxergam? Que questões poderiam incentivá-los? Como foi seu processo de formação e chegada à escola? Em que aspectos sua atuação profissional fica a desejar?

*E para nortear o estudo, perguntamos: **Como poderia a escola trabalhar tais questões relacionadas à formação dos profissionais que atuam na escola, pensando em atender a legislação em vigor e a busca de uma aprendizagem mais significativa?***

C. Uso de drogas na escola.

Recentemente, a professora do 4º ano defrontou-se com um pequeno grupo de alunos que se comportava de forma suspeita. Eram quatro meninos e uma menina de séries diferentes (dois do 7º ano, dois do 8º ano e a garota que cursa o 4º ano), conversado de forma bem reservada no canto direito do pátio, quase em frente ao banheiro masculino.

A professora notou que eles riam e disfarçavam, mas viu que alguma coisa estava sendo passada de mão em mão pelos alunos que estavam na roda. Quando alguém chegava, dependendo de quem fosse, era bem recebido ou não. Alguns alunos eram dispensados, já outros, ao chegar, faziam temporariamente parte da roda.

A professora ainda não tem certeza, mas com base no que viu e depois de conversar com outros alunos, achou que aqueles estudantes estavam compartilhando algum tipo de substância ilícita. Depois de ver tudo isso, resolveu comunicar o ocorrido à gestão da escola.

Surgiram, pois essas dúvidas: Como ter certeza da presença de drogas na escola? Qual o comportamento daqueles alunos em sala de aula? Que indícios podem levar a confirmação do fato? Que outro tipo de observação poderia ser feito?

*Reconhecido o contexto, devia integrantes da equipe pensar sobre a seguinte questão: **Caso o fato seja confirmado, como a escola deve se comportar e lidar com o problema do uso de drogas dentro da escola?***

D. Bullying (algumas situações que abordam diversidade religiosa e sexual)

Nessa escola o bullying se manifesta em diversas situações, no entanto, dois casos estão tomando proporções gigantescas. A perseguição dos alunos (as) e os comentários preconceituosos estão atingindo duas irmãs do 8º ano que são praticantes da umbanda e uma menina do 7º que está se percebendo homossexual. As duas irmãs, estudantes do turno da manhã, moram na mesma comunidade onde fica a escola. Sendo assim, todos sabem que elas frequentam a umbanda, religião de matriz afro-brasileira, cujo local de culto, fica localizado

a poucas ruas da escola. Outros alunos da escola sempre se dirigem às meninas de forma pejorativa e preconceituosa.

Algo parecido vem passando uma aluna do 7º anos que por causa de sua postura e comportamento é fortemente perseguida por outros estudantes da escola, quando diariamente é insultada por causa de sua identidade e comportamento de gênero.

Dito isso, queremos saber: Como lidar com tais questões? Até que ponto, a escola deve intervir em fatos tão pessoais? Como podem professores, alunos e comunidade discutir temas atuais, desafiadores e pertinentes e ainda assim respeitar as opções de vida de cada um de seus atores sociais?

*Diante da discussão, deve a equipe investigar: **Como combater o bullying dentro da escola, aproveitando a oportunidade para discutir sobre as diferenças?***

E. Estrutura material da escola

Há alguns dias, os frequentadores dessa escola tiveram um grande susto. Um pedaço do muro da frente da escola caiu, depois de vigorosa ventania que ocorreu pela madrugada. Ninguém se feriu, mas foi por pouco. Logo depois do ocorrido, os primeiros estudantes começaram a chegar.

Motivado pelo acontecimento, o (a) diretor (a) da escola resolveu fazer um levantamento da estrutura física da escola. Descobriu que há goteiras em várias salas, algumas tomadas elétricas das salas de aula não funcionam, viu que o telhado do pátio também está comprometido, assim como outro pedaço do muro que fica por trás da cantina. Constatou também que apenas três bocas do fogão da escola estão funcionando, que os vasos sanitários do banheiro feminino estão sem tampas e assentos e que, no banheiro masculino, dois dos quatro bojos estão entupidos.

No restante da escola, percebeu que algumas lâmpadas estão queimadas, que os ventiladores precisam de manutenção e, por fim, lembrou-se da falta de material de limpeza e de escritório. Deu-se conta, admirado, que não sabe como a escola está funcionando.

De posse dessas informações, os alunos investigaram as seguintes questões: Como a escola chegou a tal ponto? O que aconteceu para que a estrutura física ficasse tão depreciada assim? Em que aspectos o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos é influenciada por tais questões? Como o poder público tem se comportado diante dessas questões? E se, com a queda do muro, alguém tivesse se machucado?

E assim, perguntamos: O que fazer diante da situação para melhorar estrutura física da escola?

F. Clima escolar – Gestão x corpo docente.

Para uma das equipes, foi exposta a seguinte situação problema:

Ninguém aguenta mais trabalhar naquela escola.

Acusações são feitas diariamente para todos os lados. O (a) diretor (a) é considerado por professores (as) e alunos (as) como um (uma) ditador (a). Ele (a) tem notadamente um perfil intransigente.

Por sua vez, os (as) professores (as) são vistos pela gestão como profissionais apáticos, procrastinadores em suas aulas, que não têm compromisso com os alunos e não ajudam a escola.

Alguns alunos afirmam que o (a) coordenador (a) não sabe tratar ninguém de maneira polida. Vive exigindo as coisas de forma ríspida.

Ultimamente, soube-se que o (a) diretor (a) pretende devolver alguns professores à secretaria da educação. Os mesmo fizeram um abaixo-assinado com a comunidade pedido a saída de toda gestão escolar.

Percebe-se por fim que, estudantes e comunidade estão em conflito: os primeiros apoiam os professores e os outros se posicionam ao lado da gestão. No meio de tudo isso, o trabalho realizado não pode ser avaliado e o clima escolar, além do aprendizado dos estudantes, está piorando a cada dia.

Diante dessa complexidade de questões, perguntamos: O que houve antes para que se chegasse a tal ponto? Por que o diálogo não funciona? Nessa escola alguma coisa está dando certo? Como se comportam os membros da comunidade escola diante de tantos conflitos?

*Por fim, composta a situação, deveria os integrantes da equipe responder: **Como melhorar o clima escolar e retomar uma caminhada de crescimento profissional e educacional para professores gestores e alunos?***

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme explicitado na metodologia, as equipes se reuniram por seis vezes para compor o histórico da escola, estudar a questão, discutir nuances da situação problema, aprimorá-la e apresentar possíveis soluções.

Em linhas gerais podemos afirmar que os objetivos da atividade foram alcançados. Da mesma maneira, algumas falhas igualmente foram constatadas. E por fim, um aspecto a ser destacado e discutido é o caminho tomado por cada equipe. A diversidade de possibilidades para se chegar a uma solução talvez tenha sido o aspecto mais importante que o uso dessa metodologia ativa proporcionou.

O primeiro patamar atingido por todas as equipes foi a construção da história da escola. Todas as equipes criaram contextos verosímeis. Qualquer uma das escolas apresentadas na atividade poderia de fato existir. Ao nominar suas equipes, os alunos homenagearam famosos pensadores e escritores brasileiros como José de Alencar, Ana Maria Machado, Paulo Freire e Maria Montessori e também valorizaram nomes locais como foi o caso da Escola Renildo Franco. Outros alunos foram ainda mais criativos: compuseram um personagem fictício – Jesuíta Lima Rocha, cuja biografia apontava para uma vida dedicada à educação. Para além dos nomes, a definição do entono e a descrição da comunidade feita por cada equipe foi crucial para explicação do contexto em que ocorreu o problema e para a proposição de uma solução.

Uma segunda observação a ser feita é quanto ao trabalho em equipe. A ideia de um encontro semanal para discussão do tema e perspectiva centrada na metodologia de funcionamento de colegiado ou conselho escolar foi endossada positivamente pelas equipes através dos relatórios escritos. Cada grupo apresentou um livro de atas em que estavam registrados os encontros e as discussões, valorizando o empenho e a participação de cada um dos integrantes. Mais uma vez, os estudantes foram aproximados à realidade escolar no que diz respeito à atuação dos órgãos colegiados à gestão.

Uma falha que diz respeito à função dos alunos dentro das equipes foi a diversidade de papéis assumidos por eles (as). Na concepção da atividade, como mentor da disciplina, determinei que os mesmos poderiam desempenhar as funções de professor (a), diretor (a), coordenador (a) ou secretário (a). Dessa forma, a perspectiva de pensamento de alunos, pais, servidores da escola, parceiros e membros da comunidade foi negligenciada. Como proponente da atividade não os instiguei a isso e os estudantes, nem nos registros, nem em suas apresentações, apontaram para tal deficiência.

Um terceiro aspecto a ser considerado é a questão da autonomia do estudante. Embora a maioria dos alunos tenha cumprido as orientações e desenvolvido o trabalho de forma satisfatória, no decorrer dos encontros, notamos, membros das equipes e eu, que alguns

alunos não participavam das discussões de forma eficaz, aproveitando o momento da reunião da escola (parte final de cada aula) para, essencialmente, ausentar-se. Esse comportamento criou problemas em pelo menos duas equipes. Registramos que alguns alunos mudaram de equipe e a desistência da atividade de pelo menos um outro estudante.

No que diz respeito à resolução da atividade, uma dúvida foi apresentada por todas as equipes: como chegar a uma solução aceitável para os problemas sugeridos? Minha primeira orientação foi a de que, informalmente, os alunos procurassem escolas, apresentassem a situação para professores e gestores, consultassem a viabilidade da proposição através de algumas perguntas tais como: *coisas assim acontecem? Está muito fantasiosa? Pode ser pior que o descrito?*, e trouxessem tais elementos para a discussão dos grupos.

Ao que consta nos relatórios apresentados e diante das apresentações feitas, duas equipes seguiram essa orientação. Eles procuraram professores que vivem/viveram situações semelhantes às apresentadas e indagaram-nos sobre como se comportaram diante do ocorrido. O resultado foi um trabalho mais complexo e diversificado. As equipes que tomaram tal iniciativa apresentaram diversas soluções para o mesmo problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para a formação de professores continuam na ordem do dia, principalmente em tempos complexos política e eticamente como estes que vivemos. Valorizar experiências que tornem a aprendizagem significativa não é uma tarefa apenas da educação básica. Ao oferecer caminhos que possibilitam tais características, as metodologias ativas se tornam recursos importantes nesse processo.

Na experiência aqui apresentada, vimos apenas uma destas possibilidades. A aprendizagem baseada em problemas conseguiu aproximar pedagogos em formação do terreno fértil da escola e de suas limitações. As situações-limites reproduziram faces da educação pública que são comuns nos sistemas de ensino dos municípios de onde vem os estudantes da instituição de ensino superior. Portanto, as situações trabalhadas não foram absurdas nem tampouco simplórias.

Embora não tenhamos utilizado a organização mais citada da ABP, concluímos, através das apresentações das equipes e dos relatórios apresentados que o uso de metodologias ativas na formação de professores pode, de maneira eficaz, contribuir com a aprendizagem

significativa e autônoma dos educandos, além de favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências para além daquelas possíveis de serem construídas ou apreendidas através das leituras dos textos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Tiago Silva e ALENCAR, Gidéia. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. Cairu em Revista. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 119-143.

BARROWS, H. Problem-based learning (PBL). Disponível em: University PBL Web Site. <<http://www.pbli.org/pbl>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Sociologia da educação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DOCHY, Filip. et al. Effects of problem-based learning: a meta-analysis. In: Journal of Learning and Instruction. Volume 13, Issue 5, October 2003, Pages 533-568. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959475202000257> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1955.

GIJSELAERS, W.H. Connecting problem-based practices with educational theory. In: WILKERSON, L.; GIJSELAERS, W.H. (eds.). Bringing Problem-based learning to higher education. San Francisco, EUA: Jossey-Bass Publishers, 1996, p.13-21.

MASETTO, Marcos Tarcísio. A aula na universidade. In: VIII ENDIPE, Anais. Florianópolis, 1996, v.2, p.323-330.

RIBEIRO, Luis Roberto C. et al.; Uma experiência com a PBL no ensino de engenharia sob a ótica dos alunos. São Paulo: COBENGE, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/6wj2s5> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

SAMFORD UNIVERSITY. Center for Problem-Based Learning Research and Communications. Disponível em: <<http://www.samford.edu/pbl.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

MARCAS DE ANCESTRALIDADE LINGUÍSTICA NA FALA DOS ATUAIS MORADORES DA COMUNIDADE DE OUTEIRO, EM ARACATI-CE.¹

Eduardo Brito Pereira²
Francisco Canindé Tinoco de Luna³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo encontrar na fala dos atuais moradores da comunidade de Outeiro, em Aracati, Ceará, marcas que destacam a ancestralidade linguística deixada pelos primeiros habitantes desta localidade. A metodologia utilizada se valeu de pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. A investigação bibliográfica buscou fundamentação na teoria Sociolinguística e apoio em autores como Bagno (1999) e Bortoni-Ricardo (2004), além de outros. A pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas realizadas junto a moradores divididos em diferentes faixas etárias. Os resultados mostram que a fala dos oiteirenses é carregada de muita variação linguística, com destaque para as marcas de ancestralidade, um fator certamente é um reflexo do processo de formação histórica e do povoamento da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Marcas de Ancestralidade. Português não padrão. Formação Histórica.

1 INTRODUÇÃO

Um fenômeno curioso verificado quando alguém visita um lugar diferente do seu, é a linguagem usada naquela comunidade. Este fato não é diferente no Outeiro, localidade rural do município de Aracati, distante 12 (doze) quilômetros da sede, em cuja fala de seus moradores atuais se tem exemplo de uma variação singular, ainda influenciada pelo modo de falar de seus antepassados, com verdadeiras marcas de uma ancestralidade linguística muito presente.

No caso particular do Outeiro, nem mesmo a influência unificadora dos meios de comunicação de massa, parece abalar o uso corrente de expressões bem particulares, que não encontramos em nenhum outro local, expressões que são agregadas a gestos, entonações e

¹ Artigo apresentado com requisito obrigatório para a obtenção da graduação em Letras pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ)

² Aluno concluinte do Curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ)

³ Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Professor da FVJ e Orientador deste trabalho.

dicção, como também a um vasto léxico diferenciado que enriquece cada vez mais a língua desse povo. Na contramão da tendência de desaparecimento das variedades linguísticas ancestrais, a forma inusitada de se expressar do oiteirense em pleno século XXI foi o que motivou a realização deste artigo.

Para efeito de melhor entendimento o trabalho foi dividido em três seções: a primeira tratou das variações da língua como objeto da sociolinguística, a segunda apresentou um resgate histórico da comunidade de Outeiro em Aracati-CE e, na terceira e última seção, fez uma análise do arcaísmo linguístico da comunidade, a partir dos dados obtidos nas entrevistas realizadas na comunidade.

2 METODOLOGIA

O trabalho que retrata a ancestralidade linguística da comunidade do Outeiro, em Aracati, Ceará, recorreu à pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, envolvendo investigação bibliográfica e técnica de coleta de dados empregada por meio de entrevistas. De acordo com o Portal da Educação⁴ a pesquisa qualitativa e de caráter indutivo, analisa textos por meio de interpretação e sua busca é pela profundidade, já a pesquisa quantitativa é dedutiva, analisa números por meio de estatísticas e sua busca é pela amplitude.

Essas entrevistas foram realizadas com os moradores da comunidade, sendo eles: duas senhoras de idade acima de 70 anos, três senhoras com mais de 40 anos e quatro jovens com idades entre 14 e 15 anos. O objetivo foi perceber traços linguísticos, vindos dos antepassados, e que aparecem ainda nos tempos atuais no falar dos oiteirenses. Por uma questão de ética, as pessoas entrevistadas foram identificadas por uma sequência alfabética de letras que vai de “A” a “T”. As respostas da entrevista foram transcritas e as marcas de ancestralidade foram destacadas em quadros.

3 AS VARIAÇÕES DA LÍNGUA: OBJETO DA SOCIOLINGUÍSTICA

Conhecida por sociologia da linguagem, a Sociolinguística é o ramo da linguística responsável por estudar a relação entre a língua e a sociedade

Alkmim (2001, p. 31) simplifica:

Podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística.

⁴ Pesquisa qualitativa X Pesquisa quantitativa. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/educacao>. Acesso on line em 01 de novembro de 2016.

Constata-se, portanto, que do ponto de vista da sociolinguística são os falantes que interagem a partir da língua, dividindo e aprimorando regras com respeito aos usos da fala. Falantes constituem uma comunidade linguística, não somente pelo fato de falarem o mesmo idioma, mas também porque o falam de modos diferentes e, mesmo assim, conseguem se comunicar.

A Sociolinguística considera fatores como diferenças de gêneros, socioeconômicos, faixas-etárias, níveis de instrução e localização urbana ou rural, como condições primordiais para que haja a “transformação” e “mutação” das línguas em todos os lugares. Ou seja, a língua dos moradores rurais não é a mesma dos moradores da cidade, nem tão pouco é a mesma para homens e mulheres, jovens e idosos. A língua não é única, pois é formada à base dessas variações.

Essa área de estudos surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1960, a partir das pesquisas de William Labov que associou o baixo desempenho escolar de crianças americanas dos guetos ao fenômeno da variação linguística e, desse modo, fez surgir um ramo da área da linguística bastante influente.

De acordo com os estudos de Bagno (2009, p. 16):

A Sociolinguística surge com a intenção de trazer o papel dos fatores sociais para a configuração das línguas, papel que estava sendo desconsiderado pelas outras teorias. Suas áreas de interesse são várias como, por exemplo, questões relacionadas ao surgimento e extinção linguística, contato entre línguas, multilinguíssimo, variação e mudança.

Um aspecto da área da linguística bastante influente no entender da Sociolinguística, é a variação linguística. Os sujeitos falantes de uma língua preservam costumes linguísticos dos seus antecedentes e aprimoram certas palavras ou expressões ao seu modo de vida e ao contexto em que se insere. É notório que as línguas mudam com o passar do tempo e a partir de influências (pessoas de origens geográficas, de sexo, grupos étnicos, de idade diferentes) recebem novos vocábulos.

Para Marcos Bagno (2008, p. 18), “existem no Brasil mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país tanto pelos sobreviventes das antigas nações indígenas como por imigrantes estrangeiros”. Deduz-se daí que a língua tanto evolui no sentido de se transformar, como em algumas situações, mantém arcaísmos e ancestralidades em pleno século XXI.

4 A COMUNIDADE DE OUTEIRO EM ARACATI-CE: RESGATE DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA E LINGUÍSTICA

Os registros populares acerca da história e origem da comunidade do Outeiro, estão datados por volta do século XIX, entre os anos de 1860 e 1870. De acordo com a definição de Scottini (2009, p. 393), a palavra Outeiro significa colina, cômoro, monte pouco elevado, monte, montículo. A realidade condiz com a definição do dicionário e o conhecimento popular acerca da nomenclatura dada a esta comunidade, pois a localidade de Outeiro está situada na área sul do município de Aracati-CE, bem próxima ao limite com o município de Itaiçaba e a um nível de elevação topográfica relativamente destacado na comparação com às outras comunidades.

Para o Dicionário Online de Português (2009, p. 1), a palavra “Outeiro”, significa pequeno monte ou festividade que ocorre no pátio de um convento, e tem a sua origem no Latim, mais precisamente na palavra “*Altarium*”. Não há registro de quem exatamente resolveu dar esse nome à comunidade, mas as primeiras missas que aconteceram no lugar eram realizadas do início ao final em Latim. Algumas pessoas mais cultas da localidade, tinham conhecimento da língua latina, no entanto, a ideia de nomear o lugar por essa palavra latina deve ter surgido a partir da chegada dos sacerdotes na pequena colina, que até então servia apenas para salvar famílias das grandes cheias.

A sociedade outeirense foi formada por refugiados das grandes cheias que nos séculos passados assolaram todo o estado do Ceará e atingiu significativamente àquelas comunidades que estão situadas próximas ao Rio Jaguaribe. O Outeiro, por muitos anos serviu de abrigo para pessoas que tiveram suas casas e móveis perdidos por consequência das fortes chuvas. Então esses indivíduos fixaram-se neste local e iniciaram o processo de construção cultural e linguística existente atualmente.

A primeira família a residir na comunidade do Outeiro foi a Alves da Silva, conhecida popularmente como a Família “Cabrinha”, revelando um costume local no qual as famílias eram e ainda são apelidadas. A referida família, comparada às outras, detinha mais conhecimento e poder financeiro na região, e tinha como representantes mais influentes a Dona Maria Rosa Cabrinha, o Senhor Quinca Cabrinha, Chiquinho Cabrinha e o Senhor Joaquim Alves da Silva, conhecido por Neco Cabrinha.

Eram cinco idosos que viviam em uma das três casas que existiam no Outeiro naquela época, detentores de uma casa de farinha, de currais de gado, cabras, ovelhas, criação de galinhas, um vasto território de carnaubais e de terras onde hoje está construída a capela da

comunidade e muitas casas do centro do Outeiro. Por sua vez, essa família era vista pelos outros moradores que posteriormente chegaram no Outeiro para morar, como “os donos das terras outeirenses”.

O que o restante da população pensasse em fazer para movimentar a comunidade, quer seja festas dançantes, rituais religiosos ou cerimônias, tinham a obrigação de comunicar primeiro à família Cabrinha antes de executar o que foi programado. Eram eles quem ditavam as regras e davam as devidas ordens para os acontecimentos ou eventos sociais que viessem acontecer na pequena vila do Outeiro.

Como os três irmãos da família Alves da Silva – Maria, Quinca e Neco, eram proprietários de boa parte do território outeirense, eram solteiros e não tinham para quem deixar essas terras, resolveram doar tudo para a comunidade. O terreno que hoje está localizada a Capela de Nossa Senhora das Graças é outorgado no nome de Joaquim Alves da Silva ou Neco Cabrinha, como era chamado. Por ser o primogênito, a doação foi feita à Diocese de Limoeiro do Norte-CE, em seu nome, pelo Tabelião Público Ricardo Nunes de Deus. A oficialização da doação do terreno pela família Cabrinha só aconteceu três anos depois de construída a capela, em 27 de julho do ano de 1944, conforme registra-se abaixo:

Escritura de doação para patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição, do lugar Outeiro, que Joaquim Alves da Silva faz à Diocese de Limoeiro do Norte, na forma que se segue. (...) Dito terreno, doado sem condição alguma imposta pelo doador, se acha livre e desembaraçado, quite com a Fazenda Federal, a Estadual e a Municipal como das certidões que adiante vão transcritas e foi adquirido pelo outorgante na herança de seus falecidos Francisco Joaquim da Silva e Dona Maria Alves de Jesus, antes da vigência de lei que instituiu os registros públicos; arbitrando ele outorgante esta doação, para todos os efeitos de direito, na quantia de mil cruzeiros –Cr. \$ 1.000-. Assim feita esta doação, transfere para a Diocese de Limoeiro do Norte todo o seu domínio e posse, direitos e ação que tinha sobre o terreno doado e suas servidões. Prometendo fazer este ato firme e valioso em qualquer tempo. [...] (REGISTRO OFICIAL DE IMÓVEIS DO TERMO DO ARACATI-CE, 1944, p. 99-103)

A população outeirense foi peça chave para que a edificação da igreja iniciasse. A família Cabrinha era proprietária de um terreno extenso de carnaubais e o Senhor Neco doou as palhas da carnaubeira para as mulheres fazerem esteiras (artesanato local), venderem e com a renda que conseguissem, comprar os materiais de construção para erguer a capela, exceto os tijolos e a madeira, pois estes eram feitos pelos homens da comunidade. Estes saíam cedo de casa para derrubar carnaúbas e produzir o tijolo a partir da retirada da argila que é bem presente na região.

O tijolo era produzido em um local estratégico, próximo à lagoa e à mata de onde era retirada a lenha para cozinhar o barro, e assim solidificá-lo. Da lagoa eles retiravam a água que servia para molhar o barro e facilitar a retirada do mesmo do solo. Como não havia meios de transporte a motor, o povo carregava os materiais nas poucas carroças que existiam e em baldes. Homens, mulheres e crianças trabalhando pelo mesmo objetivo.

A edificação da Capela de Nossa Senhora da Conceição – assim era chamada a capela que atualmente é de Nossa Senhora das Graças - iniciou em 1936 e foi concluída em 1941, época em que os padres da Diocese de Limoeiro do Norte-CE, vinham a cavalo celebrar missas na comunidade do Outeiro. Sobretudo essas missas e todo cerimonial religioso, eram proclamados em Latim, cânticos, leituras bíblicas, invocações, saudações, ato penitencial, hinos e oração eucarística, assim como todo o comentário sobre o evangelho.

A população mais devota que frequentava às missas não tinha conhecimento do Latim, apenas repetiam o que os padres falavam. Durante muito tempo o povo foi obediente à igreja católica, e em momento algum poderiam ir para outro caminho que não fosse o que os padres ditavam. Eles vestiam-se de preto, usavam sapatos sociais, e um “cordão de São Francisco” envolto na cintura.

A conduta dos vigários na celebração eucarística era de total isolamento, e nem sequer havia algum contato entre o padre e os fiéis, sendo que os sacerdotes celebravam as missas de costas para o público, que somente ouvia a homilia na língua latina. Os materiais que faziam parte do cerimonial da missa, não podiam ser tocados pela população, eram de uso exclusivo dos padres. “Hoje o padre diz assim, na missa: - O senhor esteja com todos vocês! E nós respondemos: - Ele está no meio de nós! Naquela época não era desse jeito, o padre dizia: - *Dominus vobiscum!* E nós respondia: - *Et cum spiritu tuo!* A gente falava, mas não sabia o que queria dizer aquelas palavras tão importantes.” (Informação verbal)⁵

Cada pessoa que quisesse participar da celebração da missa, deveria ir antes à capela levando consigo uma cadeira com a sua identificação, ou seja, cada fiel tinha o seu lugar marcado no espaço da igreja, e não podiam participar oralmente da missa, apenas responder as orações eucarísticas em Latim, quando os padres pediam. Somente o padre podia fazer as leituras bíblicas, os fiéis participavam apenas como receptores.

⁵ Informação obtida por meio de entrevista junto à Dona Maria Margarida da Silva Freitas, uma das moradoras mais antigas da comunidade de Outeiro, em Aracati-CE, e descendente direta das primeiras famílias que ocuparam a referida comunidade.

Os cânticos não eram ensinados de forma escrita para as cantoras da igreja, que eram todas do Outeiro; era empregada uma maneira bem simples para ensinar o Latim a elas: os padres cantavam para Dona Maria Rosa (representante da família Alves da Silva que era professora e sabia um pouco de Latim), ela aprendia a música, cantava várias vezes até as cantoras decorarem a melodia e a letra, para posteriormente cantar nas missas.

As mulheres deveriam vestir roupas longas, blusas de mangas compridas e véu na cabeça. Ao redor do padre ficava o coroinha com um pequeno sino, quando o sino tocava, todos os fiéis deveriam ficar de joelhos, só podiam levantar-se quando o coroinha tocasse o sino novamente.

Joaquim Alves da Silva era devoto de Nossa Senhora da Conceição, transpôs a sua devoção para toda a comunidade e nomeou a igreja como Capela de Nossa Senhora da Conceição. Com a chegada dos padres, houve a mudança da padroeira. Eles fizeram uma reunião com o povo na própria capela e lançaram uma votação, na qual pediam para que escolhessem a padroeira da comunidade para marcar o novo momento do Outeiro, o qual estava acontecendo a chegada dos sacerdotes à comunidade. Nossa Senhora das Graças recebeu a maioria dos votos e o seu nome é usado até hoje como representação maior da capela e como a maior festa religiosa da localidade; é a que acontece anualmente no mês de novembro em homenagem a ela, com leilão e novenas, assim como era antes quando a família Cabrinha organizava a festa da padroeira.

A população que vivia no Outeiro antigamente se comportava de maneira inocente, principalmente as pessoas que frequentavam a igreja, pois estas deveriam seguir à risca tudo o que os sacerdotes ordenavam. Quando o bispo vinha de Limoeiro do Norte para o Outeiro, todos deveriam reunir-se para aguardar a sua chegada e, após a chegada, todos tinham que beijar o anel do bispo como forma de reverência e respeito à pessoa do bispo e à religião.

Relatos de moradores do Outeiro dão conta de que a população que nesta comunidade reside, têm as suas origens em comunidades distintas que para a mesma foram abrigar-se e esquivar-se das enchentes. Desse modo, não só a origem é distinta, como a cultura, os costumes e principalmente o modo de falar, que vem variando desde a formação populacional e histórica do Outeiro.

Oriundos de bairros da sede do município de Aracati e de comunidades adjacentes, a população foi formada pelo contato e conseqüentemente pela mistura desses povos, em um processo histórico que durou cerca de um pouco mais de um século, no qual a fusão social

produziu um vasto vocabulário e uma variedade linguística particular, na qual ainda hoje é possível identificar marcas de ancestralidade linguística⁶ no falar dos outeirenses.

5 O ARCAÍSMO NA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DA COMUNIDADE DE OUTEIRO

Para evidenciar as marcas da ancestralidade linguística⁷ presentes na fala atual dos moradores da comunidade rural de Outeiro, em Aracati, estado do Ceará, a pesquisa entrevistou nove (09) moradores daquela localidade, entrevistas cuja transcrição segue em apêndice. As entrevistadas foram divididas em três faixas etárias, numa divisão que a pesquisa resolveu classificar em três gerações, conforme especifica a seguir: a) a primeira geração, são duas senhoras com mais de 70 anos, nascidas na primeira metade do século passado e que foram identificadas pelas letras “A” e “B”; b) a segunda geração, são três senhoras com mais de 40 anos, nascidas na segunda metade do último século, as quais foram identificadas pelas letras “C”, “D” e “E”; e c) a terceira geração, são 04 jovens, de idades entre 14 e 15 anos, todas nascidas no início do século XXI e que foram identificadas pelas letras “F”, “G”, “H” e “I”.

O objetivo dessa classificação em diferentes faixas etárias, serviu para que o trabalho tentasse identificar marcas de ancestralidade na linguagem de pessoas de diferentes gerações. Ressalta-se que, tendo em vista o objetivo do trabalho que trata especificamente da questão linguística, o conteúdo das respostas não foi levado em consideração e, sim, apenas marcas de arcaísmo linguístico.⁸

Depois das entrevistas e de sua respectiva transcrição, a tarefa seguinte a ser feita foi extrair os fragmentos linguísticos que destoavam da norma culta e que poderiam se configurar em ancestralidades linguísticas. Esse trabalho é o que aparece nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “A” de 76 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|-----------|--|--|
| 01 | Vei | X | |
| 02 | Chiquim | X | |
| 03 | Tii (tio) | | X |

⁶ Expressão criada pelo autor deste artigo, para se referir às marcas de linguagem arcaica ainda presentes na fala dos moradores atuais da comunidade de Outeiro, em Aracati, CE.

⁷ Ancestralidade linguística é o termo criado a partir de uma adaptação do conceito de “ancestral” presente no dicionário Priberam da Língua Portuguesa, segundo o qual ancestral seria “Que ou quem pertence a uma geração anterior, equivalente a antecedente, antepassado.” Desse conceito deduz-se que “ancestralidade linguística” são as marcas ou características da língua dos antigos que aparece na fala atual de uma comunidade linguística. Fonte: <https://www.priberam.pt/dlpo/ancestral>. Acesso on line em 12 de outubro de 2016.

⁸ Arcaísmo linguístico é uma palavra ou uma expressão antiga que já caiu em desuso. É encontrado no uso da língua em determinado local, onde há traços fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos que são conservados na língua. Fonte: www.google.com.br/arcaismo+na+lingua+portuguesa. Acesso on line em 12 de outubro de 2016.

| | | | |
|----|---|--|--|
| 04 | Ero (eram) | | X |
| 05 | Saíro (Saíram) | X | |
| 06 | Fâmia (fama) | | X |
| 07 | Fio | X | |
| 08 | Dur (do) | | X |
| 09 | Conzinhava | X | |
| 10 | Sabo (sábado) | | X |
| 11 | Chêi | | X |
| 12 | Lelão | X | |
| 13 | Câindo (Cândido) | | X |
| 14 | Intindido | X | |
| 15 | Queu (que eu) | | X |
| 16 | Ar muié (As mulheres) | | X |
| 17 | Uzome iu praculá (Os homens iam para acolá) | | X |
| 18 | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
| 19 | Home | X | |
| 20 | Brochotazinha (mocinha) | | X |
| 21 | Tudin | X | |
| 22 | Inucente | X | |
| 23 | Morrero (morreram) | X | |
| | Pas pessoa (para as pessoas) | | X |
| 24 | Vestidozin | X | |
| 25 | Erlástico | | X |
| 26 | Duns bolero (de uns boleros) | | X |
| 27 | Mírmã (minha irmã, como pronome de tratamento)*** | | X |
| 28 | Mêi de mundo | | X |

Fonte: entrevista com senhora de 76 anos.

Quadro 2 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “B” de 73 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|---|--|--|
| 01 | Mírmã (minha irmã, como pronome de tratamento)*** | | X |
| 02 | Pelo meno | X | |
| 03 | Pa festa (para a festa) | | X |
| 04 | Simpre (simples) | | X |
| 05 | Butava | X | |
| 06 | Pauzim | X | |
| 07 | Dôto (de outro) | | X |
| 08 | Infuluença (influência) | | X |
| 09 | Ganharra (ganhava)* | | X |
| 10 | Sufria | X | |
| 11 | Comecemo | X | |
| 12 | Trabaiaar | | X |
| 13 | Mêi (meio) | | X |
| 14 | Cumê | X | |

| | | | |
|----|-----------------------------|---|---|
| 15 | Mió (melhor) | | X |
| 16 | Aratuzim | X | |
| 17 | Dês tamanho (desse tamanho) | | X |
| 18 | Marrera (mais era) | | X |
| 19 | Rumação (arrumação) | | X |
| 20 | Vrido | | X |
| 21 | Quebrare | | X |
| 22 | Marmimino (mais menino) | | X |
| 23 | Tustão | X | |
| 24 | Mermo | X | |
| 25 | Terrêro | X | |
| 26 | Cuma era | | X |
| 27 | Istora (história) | | X |
| 28 | reunimo | X | |
| 29 | Diprimero (de primeiro) | | X |
| 30 | Tudim | X | |
| 31 | Papangu | | X |
| 32 | Bucado | X | |
| 33 | Simbora (Vamos embora) | X | |
| 34 | Ficarra (ficava)* | | X |
| 35 | Pricizão | | X |
| 37 | Divagazin | X | |
| 38 | Oi da enxada | | X |
| 39 | Zoi | | X |
| 40 | Comustodo (muito) | | X |

Fonte: Entrevista com Senhora de 70 anos

Quadro 3 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “C” de 43 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|---------------------|--|--|
| 01 | Cuidarra (cuidava)* | | X |
| 02 | Campim (campinho) | X | |
| 03 | Saudave | | X |
| 04 | Mandarra (mandava)* | | X |
| 05 | Inexemplo | | X |

Fonte: Entrevista com Senhora de 43 anos

Quadro 4 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “D” de 48 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|-----------------------------------|--|--|
| 01 | Munto | X | |
| 02 | Sufrida | X | |
| 03 | Bebo (bêbado) | X | |
| 04 | Passarra (passava)* | | X |
| 05 | Mêi da rua | | X |
| 06 | Mermo | X | |
| 07 | Butar | X | |
| 08 | Gostarrra (gostava)* | | X |
| 09 | Falano | X | |
| 10 | Tava | X | |
| 11 | Apariceu | X | |
| 12 | Quais que morro (quase que morro) | | X |

| | | | |
|----|------------------------|--|---|
| 13 | Vala mim nossa senhora | | X |
|----|------------------------|--|---|

Fonte: Entrevista com Senhora de 48 anos

Quadro 5 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “E” de 46 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|----------------------|--|--|
| 01 | Munto | X | |
| 02 | Ripazinha | X | |
| 03 | Lubisone (lobisomem) | | X |

Fonte: Entrevista com Senhora de 46 anos

Quadro 6 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “F” de 15 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|-----------------------------------|--|--|
| 01 | Perái | | X |
| 02 | Aculá | X | |
| 03 | Buneca | X | |
| 04 | Cumidinha | X | |
| 05 | Nor (nós) | | X |
| 06 | Tava | X | |
| 07 | Abarcou a cipozada (meteu o cipó) | | X |
| 08 | Correndo para mais de metro | | X |
| 09 | Fuguete | X | |
| 10 | Traquina | | X |
| 11 | Inchemo | | X |
| 12 | Mirmã**** | | X |
| 13 | Cumê | X | |
| 14 | Poquim | X | |
| 15 | Nam, mirmã (não, minha irmã) | | X |
| 16 | Começarra (começava)* | | X |

Fonte: Entrevista com jovem de 14 anos

Quadro 7 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “G” 14 anos

| ° | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|-----------------------------|--|--|
| 01 | Vixe | X | |
| 02 | Mêi dia | | X |
| 03 | Num dir nada (não diz nada) | | X |

Fonte: Entrevista com jovem de 14 anos

Quadro 8 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “H” de 14 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|-----------------------------------|--|--|
| 01 | Mar ur minino** (mais os meninos) | | X |

| | | | |
|----|----------------|---|---|
| 02 | Avoroçadazinha | | X |
| 03 | Rolé | X | |
| 04 | Tava | X | |
| 05 | Inxirida | X | |
| 06 | Amiaçava | X | |
| 07 | Mirmã*** | | X |

Fonte: Entrevista com jovem de 14 anos

Quadro 9 – Marcas de Ancestralidade linguística na fala da entrevistada “T” de 14 anos

| Nº | Exemplo | Marcas do Português Não Padrão – PNP (Traço gradual) | Marcas de Ancestralidade Linguística (Traço descontínuo) |
|----|---------------------|--|--|
| 01 | Disgraçada | X | |
| 02 | Tamanhe | | X |
| 03 | Mirmã*** | | X |
| 04 | Tudim | X | |
| 05 | Butaro | | X |
| 06 | Frvia (fervia) | | X |
| 07 | Pichilingo | | X |
| 08 | Bregueço | | X |
| 09 | Disgraceira | | X |
| 10 | Trabai | | X |
| 11 | Só folta (só falta) | | X |
| 12 | Banguelo | | X |

Fonte: Entrevista com jovem de 14 anos

Depois do trabalho de separação, classificação e análise das marcas de ancestralidade que apareceram nos quadros acima, foi possível constatar que foram detectados dois tipos de variação linguística nesses fragmentos destacados: 1) as marcas que fazem parte do Português Não Padrão (PNP)⁹ e que, portanto, são traços graduais¹⁰ de mudança linguística e; 2) as marcas que, na verdade, poderiam constituir ancestralidade linguística, sendo, portanto, traços descontínuos¹¹ que isolam a língua em determinadas regiões.

Quanto às três gerações estudadas no trabalho, podemos notar que apesar das variações ocorridas com o tempo, muitas marcas de arcaísmo linguístico ainda estão presentes. É o caso da marca ancestral “*comustodo*”, que exprime intensidade: esta foi bastante usada na

⁹ Língua que apresenta variações em relação às regras da gramática normativa, mas que é amplamente falada e entendida de norte a sul do Brasil, por pessoas de todas as classes sociais. Fonte: BAGNO, Marcos (2012), In: A língua de Eulália.

¹⁰ Marcas que aparecem na fala tanto de moradores da zona rural como da zona urbana. Fonte: BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2004), In: Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula.

¹¹ Marcas que aparecem apenas no falar de uma determinada comunidade; ancestralidade linguística que se conservou na fala devido a alguma condição histórica. Fonte: BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2004), In: Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula.

fala da entrevistada “B” com mais de 70 anos, ainda hoje aparece na fala de pessoas acima de 40 anos, porém os mais jovens não fazem mais uso dessa expressão.

Há várias marcas ou expressões que permeiam as três gerações, na sua maioria, imutáveis, como por exemplo a palavra “*minrmã*”, que é uma variação de “minha irmã”, sendo esta usada como pronome de tratamento. Este termo é bastante presente na linguagem das pessoas que residem nesta comunidade, tanto no linguajar dos mais idosos, como no dos jovens, adultos e adolescentes. O pronome foi localizado nas falas dos entrevistados “A” (76 anos), “B” (73 anos), “E” (46 anos), “F” (15 anos), “H” (14 anos), “I” (14 anos).

Ao todo, foram 127 marcas de variação linguística destacadas, sendo 74 (58%) consideradas marcas de ancestralidade linguística e 53 (42%) de marcas do PNP. Esses números mostram que a fala da comunidade do Outeiro é carregada de muita variação linguística, com destaque para as marcas de ancestralidade o que, em última análise, se justifica pelo processo diversificado de formação histórica e de povoamento da comunidade.

Chamou a atenção, particularmente, algumas marcas de ancestralidade que são bem próprias da comunidade pesquisada; caso bastante recorrente é a troca do “s” ou do “z” pelo “r” em palavras como “*ar muiê*” (as mulheres), *nor* (nós), “*ur*” para “os” em “*ur minino*,” “*dir*” para “*diz*”, “*dur*” para “dos” e etc. Não menos interessante foi ver a transformação morfológica por que passa alguns verbos no pretérito imperfeito do indicativo, como são os casos de: *ganharra/ganhava*, *começarra/começava*, *gostarrra/gostava*, *passarra/passava* e *cuidarra/cuidava*.

Para o Ministério da Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Assim, resultante da mistura de falas, expressões e dialetos trazidos pelos refugiados das cheias, a linguagem outeirense foi formada, sendo que da fusão dessas variedades linguísticas surgiu o jeito de falar único e característico dos moradores do Outeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado foi desenvolvido com a finalidade de investigar a possível existência de marcas de ancestralidade linguística na fala dos atuais moradores do Outeiro, Aracati, Ceará. Neste sentido, entrevistas com moradores da comunidade foram feitas e posteriormente analisadas, nas quais ficou evidenciado um vasto vocabulário de expressões e

sintagmas bem característicos, destoantes, portanto, não só do português padrão, bem como das formas de falar de outras comunidades.

Tendo evidenciado a flagrante existência de marcas de ancestralidade linguística na fala dos atuais moradores do Outeiro, o trabalho apresentado poderá servir de base para pesquisas em fonologia e sociolinguística e subsidiar aulas de Língua Portuguesa. No âmbito da primeira, ou seja, no estudo dos sons de valor linguístico, poderá contribuir para o ensino de ortografia e, na esfera da segunda, campo das relações entre língua e sociedade, poderá contribuir para desenvolver a competência comunicativa e as habilidades de produção textual.

ABSTRACT

This work aims to find in the speech of the current residents of the community of Outeiro, in Aracati, Ceará, marks that highlight the linguistic ancestry left by the first inhabitants of this locality. The methodology used was based on bibliographical and field research, with a qualitative and quantitative approach. The bibliographical research sought a foundation in Sociolinguistic theory and support in authors such as Bagno (1999) and Bortoni-Ricardo (2004), besides others. Field research was done through interviews with residents living in different age groups. The results show that the speakers' speech is loaded with a great deal of linguistic variation, highlighting the ancestral marks, a factor that is certainly a reflection of the process of historical formation and the settlement of the community.

KEY WORDS: Linguistic variation. Ancestral marks. Portuguese not standard. Historical Formation.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Maria Tânia. Sociolinguística. In: Mussalin & Bentes. **INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA: domínios e fronteiras**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ARACATI. **REGISTRO OFICIAL DE IMÓVEIS DO TERMO DO ARACATI-CE:** Livro de Notas Nº 166. Ricardo Nunes de Deus, Tabelião Público. Translado 1º, Aracaty – Ceará, 1944.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo, 1999.

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália: novela linguística**. 16. ed. São Paulo. Editora Contexto, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998.

CUNHA, Celso. **A política do idioma**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1975.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (DLP).

<https://www.priberam.pt/dlpo/>. Acesso on line em: 01 de outubro de 2016.

FREITAS, Maria Margarida da Silva. Informações conseguidas em entrevista sobre a história da comunidade do Outeiro, em Aracati-CE. **MARCAS DE ANCESTRALIDADE LINGUÍSTICA NA FALA DOS ATUAIS MORADORES DA COMUNIDADE DE OUTEIRO, EM ARACATI-CE**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Eduardo Brito Pereira), Aracati-CE, dez. de 2016.

LETRA AÇÃO: Variação Diatópica. Disponível em: <http://letraacao.blogspot.com.br>.

Acesso on line em 17 de setembro de 2016.

MINI LUA: Gírias de diferentes regiões do Brasil. Disponível em: <https://minilua.com/gurias-diferentes-regioes>. Acesso on line em 17 de setembro de 2016.

PESQUISA QUALITATIVA X QUANTITATIVA. Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/educacao>. Acesso on line em 01 de novembro de 2016.

SALGADO, Solyany Soares. **Ciência Linguística: da origem saussuriana ao percurso sociolinguístico**. Revista Espaço Acadêmico. Número: 100. Ano IX. 96p. 2009.

SCOTTINI, Alfredo (Comp.). **DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA: COM A NOVA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**.

Blumenau, Santa Catarina: Todolivro, 2009.

SÓ PORTUGUÊS: Português do Brasil X Português de Portugal. Disponível em:

http://www.soportugues.com.br/secoes/curiosidades/Port_brasil_port_portugal.php. Acesso em 17 de setembro de 2016.

TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. Editora Atlas, São Paulo, 1987.

GESTÃO ESTRATÉGICA: UM CASO DE EMPREENDEDORISMO DO MERCADO SÃO RAFAEL

Willow Alencar Falcão¹
Mirele Cavalcante da Silva²

1. INTRODUÇÃO

O mercado São Rafael foi fundado na década de 70 pelos primeiros proprietários Francisco e Monalisa. Uma década depois foi vendido para seu sobrinho, Diogo, o qual possuía grande *feeling* para as vendas, porém não tinha grandes habilidades como administrador.

O mercado São Rafael era bem localizado e possuía uma grande variedade de produtos alimentícios, porém com o passar dos anos começou a apresentar falhas na gestão da empresa, de forma a prejudicar os seus resultados financeiros.

O caso do mercado São Rafael precisa superar as expectativas em relação ao seu plano de atuação, de forma que trabalhe melhor o planejamento estratégico, incluindo a gestão estratégica, tática e operacional. O caso necessita realizar algumas mudanças, mas quais são elas? Elaborar um planejamento estratégico? Mudar a forma de gestão atual? Trabalhar e explorar melhor os recursos da organização?

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

2.1. Histórico

O comércio do Francisco foi criado em 1970 com o nome de “mercado São Rafael”, servindo a população da região de Quixaba com pães e derivados, além de oferecer produtos diversos (alimentícios, perfumaria, higiene e bebidas).

Francisco foi criado no ramo comercial desde pequeno, conheceu a sua mulher Monalisa na década de 50 na cidade de Aracati. Os dois eram bem conhecido em Quixaba devido seus pais terem algumas casas de praia na localidade para alugar. Eles namoraram por um bom tempo e resolveram ao longo do namoro que poderiam começar a vender produtos alimentícios na cidade de Aracati e depois de alguns anos trabalhando juntos conseguiram

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, discente do curso de graduação em Administração.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, docente do curso de graduação em Administração.

economizar um bom dinheiro para fazer uma festa de casamento conforme Monalisa sonhava e anos depois casaram na própria cidade de Aracati.

Depois de um alguns anos de casados foram morar em Quixaba, tanto Francisco como Monalisa sonhavam em ter o seu próprio negócio, então decidiram abrir o mercado São Rafael, fidelizando os clientes com sua simpatia, além disso, o mercadinho era um dos mais completos nas proximidades. Francisco e Monalisa tiveram três filhos e com o dinheiro do mercadinho conseguiram dar uma boa educação, proporcionou os estudos em boas escolas, ajudando bastante na construção da vida de seus filhos e os tornando ótimos profissionais e com boas profissões.

No começo da existência do mercadinho São Rafael não haviam concorrentes próximos, somente após um ano da sua inauguração que foram surgindo outros comércios, uma panificadora e um mercadinho pequeno, mas nada que se comparasse a estrutura do mercadinho São Rafael para a época da década de 80 na pequena cidade litorânea de Quixaba. Além disso, vendiam “fiado” (os clientes compravam para pagar posterior) para os clientes mais antigos e de confiança e os moradores mais próximos mantinham a fidelização.

Uma das dificuldades existentes era a diversificação de produtos pela dificuldade de acesso de alguns fornecedores ao local. Mas em 2000 com a urbanização as ruas passaram a ter asfalto e o acesso melhorou, o que possibilitou a visita de mais fornecedores ao local, com isso passou a ter mais variedade e foi aumentando a sua estrutura no decorrer dos anos.

O mercadinho São Rafael tinha um bom espaço, mas faltava organização em alguns setores, era meio empoeirado, mas naquela época não era tanto problema, tinha uma boa localização que era bem em frente à praça central e até hoje permanece no mesmo local. Na época Quixaba só tinha uma rua que era a rua principal, nessa rua tinha uma igreja e a praça e o mercadinho São Rafael.

Os filhos de Francisco e de Monalisa estavam bem de vida e com ótimos empregos, então pediram aos pais que não ficassem mais sozinhos em Quixaba com o comércio. Então, sugeriram aos pais que vendessem o mercadinho e fossem morar com eles em Aracati. Francisco e Monalisa resolveram colocaram o mercadinho Quixaba para alugar.

Francisco tinha um irmão que também tinha um mercadinho, mas em Aracati, o Osvaldo, e este também fazia sucesso por seu carisma e habilidade de vender. O filho de Osvaldo, o Diogo, ele sempre o acompanhava em suas vendas desde pequeno, e aprendeu muito como ser um bom vendedor e representante comercial.

Devido Osvaldo ter a vida dedicada ao comércio, Diogo já tinha um grande aprendizado na área, quando ele soube que seu tio estava procurando alguém para tomar de conta de seu estabelecimento pediu um dinheiro emprestado para seu pai e foi conversar com seu tio para lhe fornecer o local, foi conhecer junto com sua esposa Marcela e seu irmão Gustavo.

Francisco e Monalisa fecharam o mercadinho São Rafael por uma semana, pois estavam negociando com o sobrinho o valor do aluguel. Então Diogo e Marcela passaram uma semana organizando o mercadinho que reabriria com uma nova cara e novo nome. Diogo viu a oportunidade de ter o seu negócio próprio, um rapaz que tem no sangue o ramo comercial e sempre viu seu pai Osvaldo realizar atividades no comércio. O Osvaldo tinha um mercado em Aracati chamado Valdo variedades.

Diogo estudou no colégio municipal de Aracati durante o ensino fundamental e no colégio Barão de Aracati, o ensino médio e lá onde ele conheceu Marcela a atual esposa dele, namoraram por três anos e se casaram. Diogo nasceu e foi criado no Córrego do Rodrigues e sua esposa Marcela veio de Mossoró e passou a época do ensino médio todo morando com sua tia em Aracati. Os dois dividiram a gestão do mercado São Rafael junto com seu irmão Diogo e o Cláudio seu amigo de infância.

3. MOMENTO ATUAL

3.1. Reabertura e seus problemas

Após a reabertura o supermercado passou a ser chamado de Supermercado Diogo, foi discreta a sua reabertura e muitas pessoas da região ainda pensava que o antigo dono estava na administração do estabelecimento.

Diogo trabalhava com o pai desde pequeno e era conhecedor da área na parte prática de vendas e não tinha muitas habilidades na área de gestão. Como Diogo arrendou o mercadinho do seu tio já de início conseguiu logo muitos clientes.

Diogo chamou seu irmão Gustavo para ajuda-lo e este foi contratado para as atividades de arrumação e caixa da loja, mas somente no período em que não estivesse na escola. Como o irmão não ficaria para trabalhar o tempo integral, foi necessário contratar outro funcionário, o Cláudio, que este faz os serviços de entrega, atendimento no salão das

massas e frios, também organizava o depósito, além disso ajudava nas atividades diversas que fossem surgindo.

Como Diogo não tinha experiência alguma na área administrativa, ele não se preveniu com um simples planejamento, não fez sequer uma projeção de vendas, custos mensais e a necessidade de reposição de mercadorias. Então, logo de início surgiu uma série de problemas na organização de seu estabelecimento. Acontecendo assim, confusões de datas de chegadas de produtos, falta de produtos e excesso de produtos no estoque, fluxo de caixa, pagamentos em atraso, dentre outros problemas que são enfrentados por empresários que não se planejam antes de abrir um negócio e durante as atividades rotineiras.

3.2. Diogo e suas dificuldades

Diogo e Marcela ao iniciarem as atividades no mercado estavam pensando em fazer algo novo para conseguir deixar o comércio mais a cara deles, porém ao longo do tempo não acharam tão necessário fazer investimentos e organizar como o planejado.

Ao longo do tempo, principalmente Diogo começou a ficar disperso, por achar que não precisaria de tanta perfeição e investimento, pois mesmo com alguns problemas como a desorganização, continuavam vendendo bem devido ao supermercado do Diogo ser tradicional na região desde a época da gestão do seu tio.

Devido aos problemas do dia-a-dia Marcela se reclama para o Diogo:

– Marcela: Diogo nós poderíamos trabalhar menos preocupados se houvesse uma melhor organização e controle dos valores, de entradas e saídas, não sei, talvez um sistema que ajudasse a fazer uma melhor organização. Acredito que precisamos pelo menos fazer um planejamento, algo que seja simples, já que não entendemos muito disso, poderíamos pedir ajuda a algum consultor ou voltar a estudar para melhorar a organização do nosso negócio. Poderíamos até aumentar o nosso lucro!

– Diogo: Você sabe que nós não temos dinheiro para isso, e para que fazer um planejamento? Eu acho que já estamos ganhando bem!

– Marcela: Dinheiro e tempo nós temos, só precisamos nos organizar melhor.

– Diogo: Está bom! Depois eu penso nisso, mas acho que não tem precisamos.

Sempre tinham essa conversa e Diogo resistia dizendo que não era preciso, pois mesmo assim o supermercado estava tendo lucro. Muitos clientes presenciavam as discussões

dos dois sobre o determinado assunto. O mercado na maioria das vezes estava com os produtos desorganizados, faltava limpeza, os produtos passavam do prazo de validade por não vender no tempo previsto e acabava sendo acumulado com outros produtos iguais no estoque. O depósito já estava sem local para armazenar e dessa forma era preciso descarregar as cargas no meio do supermercado. Isso gerava uma bagunça no horário do expediente com os clientes entrando e saindo da loja.

Quixaba é uma cidade turística e nos feriados e também nos finais de semanas surgem muitos turistas para comprar os produtos de seu mercado. Então, sempre tinham um bom faturamento, mas não tem tanto controle e gestão do dinheiro, tendo uma confusão entre o capital de giro e o dinheiro do casal (seus lucros).

No mercado faltava um sistema de informação que gerenciasse as informações financeiras, controle de estoque entre outras informações que ajudassem na gestão. Diogo fazia tudo manualmente acarretando muitos problemas, até o nome dos compradores inadimplentes ficava difícil de localizar, pois eram muitas cadernetas para procurar, além disso também não era tão organizada. Muita desorganização que poderia ser evitada com um pouco de investimento. Essa situação era complicada para o Diogo devido a sua resistência a mudanças.

4. PROBLEMA

4.1. Danos causados pela ausência de planejamento

Diogo tinha o pensamento que, quanto mais informatizado mais teria contas a serem pagas, por exemplo, investimento do sistema, mais profissionais capacitados, o próprio teria que melhorar a sua gestão e se aprimorar nos estudos, de forma que o trabalho ficaria bem burocrático.

Por não ter um planejamento das atividades do dia a dia, Diogo se esquece de pagar algumas contas até o vencimento estabelecido e então tem que pagar sempre com juros, esquece de fazer pedidos de produtos que estão precisando, confundia capital de giro e lucros, assim complicando para um bom andamento de seu negócio.

Muitas vezes acontecia um impasse entre Marcela e Diogo, por falta de comunicação, e de planejar juntos, isso gerava conflitos internos entre os colaboradores. As

vezes vinham pedidos demais ou não vinham pedidos, assim prejudicava as vendas da empresa.

– Marcela: Diogo você já pediu a lista de mercadorias que te passei, das coisas que estão faltando?

– Diogo: Nossa, esqueci completamente.

– Marcela: Mas não pode esquecer, pois o cliente já vem pedindo esses produtos já faz um bom tempo e você sempre esquece, tem que anotar. Assim é complicado Diogo!

– Diogo: Mas não se preocupe que vou fazer os pedidos. Ah, já pedi os biscoitos que estavam faltando.

– Marcela: Os biscoitos eu já havia pedido também.

A falta de planejamento no mercado fazia com que Diogo tivesse alguns desperdícios, não obtivesse mais lucro, os mesmos que tinham antes.

O supermercado era bom, tinha muitos produtos, mas a organização não acontecia bem, não tinha sistema de contagem de estoque, fluxo de caixa, uma boa interação com os funcionários, era uma empresa muito informal, pois Diogo não tinha experiência de como administrar, como elaborar um planejamento, como melhorar a comunicação interna entre os colaboradores e externa com os clientes e fornecedores, e como aplicar e investir os lucros da empresa.

A resistência de Diogo permanecia a novas formas de aprendizagem, devido a ele ser de uma família do ramo comercial achava que conhecia de tudo e que não precisaria de habilidades de um gestor. Tinha resistência de implantar um sistema, elaborar um plano de negócio. Mas na cabeça dele não seria fácil, teria que aprender e perder tempo estudando.

Os comerciantes de Quixaba não se atualizavam e achavam que os métodos de venda não mudavam, pois, as pessoas da região ainda compravam e gostavam do sistema antigo. No entanto, muitas pessoas já compravam nos supermercados da cidade na sede em Aracati, por melhores preços e maiores variedades, assim Diogo também perdia. A falta de uma boa administração no supermercado acarreta muitos problemas, como, desperdícios desnecessários, má gestão de tempo e também de produtos.

4.2. A desorganização no ambiente de trabalho

A empresa sofre com a falta de organização, toda hora que os vendedores chegam para fazer o pedido tem que contar nas prateleiras e no depósito, sendo sempre uma dificuldade, pois ambas as partes perdem muito tempo e tem que ter total confiança no vendedor para não pedir a mais ou menos e até por preços mais altos. A cada segunda feira é feita a conferência dos produtos que a empresa precisa, sendo o dia nada proveitoso para o mercado, pois Marcela passa o dia com os vendedores e não desenvolve nenhuma outra atividade.

Os vendedores das marcas ficam olhando em cada prateleira tomando espaço dos clientes e indo no depósito que também precisa de ajustes.

Alguns vendedores perguntam:

– Vendedor da Nestlé: Marcela, porque vocês não organizam o depósito e implantam um sistema, assim vocês já colocam no sistema e passa para nós por e-mail o que precisar, assim vocês não perdem tanto tempo.

– Marcela: Eu sei, mas é porque Diogo não quer gastar com essas coisas, ele diz que é perda de dinheiro.

– Vendedor da Nestlé: Como fazem para ter o controle de tudo?

– Marcela: Nós não temos esse controle, muitas vezes não sabemos o que temos, toda vez que chega um vendedor peço para ele contar.

– Vendedor da Nestlé: Você confia em todos? E se eles mentirem?

– Marcela: Sempre vejo se ele é de confiança e se ele mentir uma vez não compro mais com ele.

– Vendedor da Nestlé: E como você sabe se em um canto estar mais barato ou mais caro que o outro?

– Marcela: Faço a anotação dos preços e vou comparando.

– Vendedor da Nestlé: Está bem, tenho que ir e pensem em aderir um sistema, pois tem muitas vantagens.

– Marcela: Está bom! Eu vou falar com o cabeça dura do meu marido, obrigado e boas vendas.

Marcela escutava muita essa mesma história, mas quando conversava com Diogo ele falava a mesma coisa, tendo a resistência de sempre.

O Supermercado Diogo havia muitas entregas no mesmo dia e não tinham local para guardar as caixas dos produtos, pois muitas vezes o depósito estava desorganizado e sem

espaço para novos produtos. Vendia “fiado” e colocavam os nomes dos clientes em cadernetas e onde muitas vezes não sabiam quem já tinha pago ou não, pois havia clientes pagavam a Marcela, ou Gustavo ou até Diogo. Os três reversavam as atividades de caixa e certas vezes não lembrava de anotar ou avisar ao outro do pagamento de alguns clientes, gerando uma confusão.

5. PARÁGRAFOS FINAIS

Diante dos fatos relatados a empresa de Diogo poderia ter mais lucro. Diogo poderia deixar tudo mais organizado, porém sua resistência para implantação de melhorias é grande, a falta de especialização na área de administração ou até a falta de um pensamento empreendedor faz com que ele não possua uma visão futurista de como estará seu estabelecimento mais na frente.

A cidade pode a qualquer momento crescer com o turismo, chegar novos investidores que tenham mais conhecimentos comerciais e que saibam administrar de forma melhor trazendo os turistas para comprar em locais de maior facilidade e melhor organizado, mas também os moradores por serem conservadores podem não se habituar ao novo sistema e querer comprar nos concorrentes que Diogo tem hoje.

Diogo tinha recursos financeiro e humano para mudanças, mas em seu pensamento que poderia perder clientes para concorrentes se mudasse totalmente a maneira de gerir os negócios. Mas só saberia se alguma decisão fosse tomada. A empresa de Diogo poderia ter mais lucros? Quais métodos poderiam ser adotados? E se aparecer concorrentes mais preparados?

6. NOTAS DE ENSINO

6.1. Resumo

O Mercado São Rafael fundado por Francisco e Monalisa localizado em Aracati foi arrendado por Diogo seu sobrinho que já entendia um pouco sobre o mercado, porém não sabia administrar estrategicamente o estabelecimento. A empresa necessitava de um planejamento que almejasse um desenvolvimento das atividades, melhor distribuição das tarefas e uma eficaz utilização dos recursos. No decorrer dos anos houveram algumas mudanças, dentre elas, a estrutura física, a mudança do nome da empresa para supermercado Diogo. A história

retrata uma situação real, que de fato acontece em um número crescente de empresas devido à falta de planejamento e visão estratégica. Devido as mudanças no meio empresarial as empresas necessitam cada vez mais estar se atualizando para se tornar mais competitivas, seja por meio de novas tecnologias, planejamento, mudanças de paradigmas e ou de gestão, novos produtos ou serviços. Entende-se que para uma empresa consiga se destacar no mercado é necessário criar planos e colocá-los em prática quando necessário. O planejamento estratégico pode ser utilizado como uma ferramenta para minimizar os erros e aumentar as chances de acertos, de forma que a empresa consiga gerar ganhos satisfatórios e melhorar a gestão interna e os objetivos organizacionais venham ser alcançados.

Palavras-chaves: Planejamento estratégico. Visão baseada em recursos. Empreendedorismo.

6.2. Fonte de dados

As informações apresentadas neste caso de ensino tratam de uma história real de uma empresa localizada no Aracati. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com funcionários pertencentes ao nível estratégico e tático. Os nomes dos personagens e da empresa citados são fictícios de forma a preservar a imagem da empresa e dos funcionários que nela atuam.

6.3. Objetivos de aprendizagem

O caso do mercado São Rafael apresenta situações que acontece em muitas empresas que estão adentrando no mercado. Através do caso exposto é possível analisar e refletir sobre os seguintes pontos, como:

- Identificar a importância de um plano de negócio antes de iniciar uma empresa;
- Elaborar um planejamento estratégico para a empresa;
- Visualizar a importância do planejamento estratégico como uma ferramenta que subsidia o processo decisório, bem como, as etapas de trabalho para o alcance dos objetivos organizacionais e consequentemente o lucro;
- Contribuir com o leitor um aprendizado por meio de identificar possibilidades para a resolução de alternativas para o caso;
- Apresentar conceitos da administração estratégica que embase um entendimento apurado do presente caso, por meio da teoria e pratica; e por fim,

- Apresentar os pontos negativos de como um pensamento centralizador e antigo de gestão pode impactar em uma empresa.

6.4. Alternativas para análise do caso

Para melhor análise deste caso é preciso que em sala de aula o professor (a) separe os alunos em grupos pequenos, de no máximo quatro alunos, de forma que os mesmos façam a leitura individual e em seguida no mesmo grupo formulem questionamentos do caso exposto.

Depois de todos lerem o caso atentamente, cada grupo deve identificar, discutir e expor opiniões de como seria a melhor forma de sair dessa situação, logo após o docente (professor) (a) solicita para cada grupo que pontuem suas opiniões de forma que gere uma discussão envolvendo todos os alunos dos grupos, com um momento de debate para cada equipe. Na sequência, cada grupo deve escolher um dos problemas que o supermercado de Diogo enfrenta no caso e proponha uma solução embasada nos conceitos apresentados na revisão de literatura.

No final, cada grupo apresenta a alternativa escolhida e o que faria para empresa de Diogo ter sucesso, dando ênfase de como utilizar os recursos administrativos, como, planejar, organizar, elaborar estratégias e que contribuam para concorrer com inteligência e flexibilidade no mercado globalizado.

6.5. Breve revisão de literatura

Para auxiliar na compreensão e resolução das questões e na decisão a ser tomada por Diogo e Marcela, apresenta-se a seguir alguns conceitos sobre planejamento estratégico, estratégia empresarial e visão baseada em recursos.

Evidencia-se que os conceitos apresentados são apenas para um entendimento superficial (resumido), porém de suma importância. Salienta-se ainda, que são conceitos pertinentes apenas para a resolução do caso em questão e que deve ser feita uma leitura com maior propriedade sobre o assunto.

Então, qual a importância e para que serve planejamento e estratégia empresarial? De que forma a análise dos recursos pode impactar no negócio?

6.6.1 Planejamento estratégico

O estudo sobre planejamento estratégico teve início a partir das ideias de Simon (1965), que dizia que estratégia são ações e recursos que determinavam o rumo da organização. Nos anos 60 era interpretado como único caminho para gerar competitividade em um mercado cada vez mais competitivo. Também era utilizado para lidar com situações de mudanças, oferecendo grande auxílio em ambientes turbulentos. Com o avanço dos estudos na área de estratégia, o planejamento estratégico teve grande desenvolvimento, assim destaca-se como auge a abordagem de Porter e Mintzberg, na década de 80 (AUDY JR; BRODBACK, 2003).

Para Oliveira (2013, p.17) “planejamento estratégico” é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa” visando ao otimizado grau de interação com os fatores externos e atuando de forma inovadora e também diferenciada. O mesmo autor amplia seu pensamento dizendo que normalmente o planejamento estratégico é de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto a formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consolidação, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada (OLIVEIRA; 2013).

Um administrador tem que ter um pensamento estratégico para criar ou estar à frente de uma empresa, e esse pensamento estratégico de acordo com (OLIVEIRA; 2013) é a postura do executivo voltada para a otimização interativa da empresa com o ambiente. A empresa precisa ter sua missão, valores, visão decididas e passadas aos seus funcionários e fazer que exista um código de ética e que este seja respeitados por todos, assim fazendo que a empresa tenha a sua cultura e crie sua imagem para o mercado de forma que lhes diferencie dos concorrentes diretos.

A nova visão do planejamento estratégico tem sido uma busca de mecanismos que permitam a articulação e a elaboração de estratégias ou visões do futuro na organização. O verdadeiro processo de formulação de uma estratégia que acontece ao capturar o que os administradores aprendem de todas as fontes e ao sintetizar esse aprendizado em uma visão da direção que o negócio deveria perseguir (MINTZBERG, 1995).

Segundo Nogueira (2014), estratégia não seria executada na prática sozinha, então é preciso um método ou metodologia de ordenação da ação que possibilite estabelecer um

padrão de conduta estratégica para a organização. É preciso ter um planejamento para a empresa obter sucesso a curto e em longo prazo, planejar é necessário pelo fato de criar os objetivos e planos para chegar nesses objetivos, orienta para onde a empresa deve seguir e mostra de que forma as coisas devem ser feitas. Trazendo assim vários benefícios:

- Oferece uma direção;
- Confere foco;
- Possibilita uma ação proativa;
- Possibilita o controle do desempenho;
- Motiva; e
- Fornece informações para tomada de decisão.

O planejamento estratégico abrange a organização com um todo e constituem o ponto de partida para os planejamentos táticos e operacionais. É elaborado pela alta administração normalmente pelo diretor e ou presidente, mas envolve diversas pessoas de diferentes áreas e níveis da organização para trocar ideias e chegar em uma posição bastante madura e realista a respeito dos caminhos que a empresa deve seguir.

O bom líder deve usar os talentos de cada nível hierárquico para a extração de informações relevantes, assim motivando a todos que estão na empresa a colaborar com o crescimento de si próprio e o crescimento da empresa.

Os elementos que fazem parte do planejamento estratégico:

- Análise do ambiente: processo de monitorar o que acontece no ambiente interno e externo;
- Estabelecimento das diretrizes organizacionais: essa etapa se refere ao que a empresa pretende ser e o que ela quer se tornar;
- Formulação de estratégias: consiste em projetar e escolher estratégias que ajudarão a alcançar os objetivos da organização;
- Implementação de estratégias: a parte em que as estratégias serão estudadas e postas em práticas; e
- Controle estratégico: concentra-se no monitoramento e avaliação do processo, visando sua melhoria e funcionamento satisfatório.

Assim, o planejamento a estratégia andam diretamente juntos, são conceitos centrais para se obter uma gestão de sucesso.

Na próxima subseção, serão apresentados alguns conceitos relevantes sobre “estratégia empresarial”.

6.6.2 Visão baseada em recursos (VBR)

O equilíbrio de uma organização se dá por meio da união dos diversos recursos que compõem suas habilidades e competências essenciais que proporcionam um diferencial competitivo frente ao mercado atuante. Para tanto, os recursos podem ser tangíveis e intangíveis, ou seja, compreendem desde as máquinas utilizadas em uma organização, como por exemplo produção, até o conhecimento intelectual de cada indivíduo colaborador.

O conceito inicial da teoria dos recursos tem origem nos trabalhos de Edith Penrose (BARNEY; ARIKAN, 2001). Entretanto, Wernerfelt (1984) é o primeiro a apresentar o conceito de Visão Baseada em Recursos (RBV) o qual receberia relevantes contribuições de Barney (1991) e Peteraf (1993), baseado nos estudos de Penrose (1959), para a disseminação do conceito no meio acadêmico e empresarial. A firma é um conjunto de recursos valiosos e escassos os quais não podem ser imitados ou adquiridos pelos demais de forma perfeita (BARNEY, 2001).

Os recursos de uma empresa podem ser classificados como tangíveis e intangíveis. Os recursos tangíveis são os bens que podem ser vistos e quantificados, como equipamentos de produção, fábricas e estruturas formais de comunicação. E os recursos intangíveis incluem bens enraizados na história da empresa, que se acumulam com o passar do tempo. Algumas empresas preferem confiar nos seus recursos intangíveis para as suas aptidões e competências essenciais por serem menos visíveis e mais difíceis para a concorrência entender, adquirir, imitar ou substituir (HITT; IRELAND; HOSKISSON 2002 p. 106).

Segundo Barney (2007, p. 64), a VBR é um modelo de desempenho com foco nos recursos e capacidade controlados por uma empresa como fontes de vantagem competitiva. Recursos no modelo VBR são definidos como ativos tangíveis e intangíveis que a empresa controla e que podem ser usados para criar e implementar estratégias. Os recursos e capacidade de uma empresa podem ser classificados em quatro amplas categorias: recursos financeiros, recursos físicos, recursos individuais, e recursos organizacionais.

- Os **Recursos financeiros** incluem todo o dinheiro, de qualquer fonte, que as empresa utilizam para criar e implementar as estratégias. Esses recursos

financeiros incluem dinheiro de empreendedores, de acionistas, de credores, e de bancos.

- Nos **Recursos físicos** incluem toda a tecnologia física utilizada em uma empresa. Isso engloba a planta e o equipamento da empresa, sua localização geográfica e seu acesso à matéria-prima.
- Já os **Recursos humanos** incluem treinamento, experiência, julgamento, inteligência, relacionamento à visão individual dos gerentes e dos funcionários de uma empresa. Os recursos humanos são **atributos individuais**.
- Os **Recursos organizacionais** são atributos de grupos de pessoas. Recursos organizacionais incluem a estrutura formal e reporte da empresa, seus sistemas formais e informais de planejamento, controle e coordenação.

6.6. ALTERNATIVAS ESTRATÉGICAS DA EMPRESA

Torna-se necessário mediante a análise do caso que o aluno alcance o entendimento, além de ressaltar pontos positivos e favoráveis do planejamento e gestão estratégica, destacando também os recursos tangíveis e intangíveis que uma empresa pode utilizar em seu benefício para atingir a máxima vantagem competitiva. Dessa forma, os gestores apresentados no caso em questão, negligenciaram alguns conceitos e ferramentas importantes para uma gestão eficiente e eficaz. Vale ressaltar, que a busca diária por aprimoramentos e melhorias, além das adequações as mudanças no ambiente competitivo é o que mantem as empresas atuantes no mercado.

Ainda, o planejamento estratégico não é uma segurança e certeza de que as operações irão ser bem sucedidas, mas poderá contribuir em momentos de mudanças rápidas e acesso a informações para tomada de decisão de longo, médio e curto prazo. Uma estratégia que pode ser utilizada é a mudanças em etapas, em um processo gradativo, realizando primeiramente a mudança de pensamento no nível institucional de forma que compreendam a relevância do planejamento estratégico e por diante a inclusão dos demais funcionários que participarão diretamente.

REFERÊNCIAS

- AUDY J. L. N.; BRODBACK A. F. **Sistemas de informação:** planejamento e alinhamento estratégico das organizações. Porto alegre: Bookman, 2003.
- BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, New York, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- BARNEY, J. B.; ARIKAN, A. M. The resource-based view: origins and implications. In: BARNEY, J. B. **Administração estratégica e vantagem competitiva.** Tradução Monica Rosemberg: São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BATEMAN, S. **Administração:** construindo vantagem competitiva: São Paulo: Atlas, 1998.
- BETHLEM, A. **Estratégia empresarial:** conceitos, processo e administração estratégica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHANDLER, JR.; ALFRED D. **Strategy and structure:** charters in the history of the industrial enterprise. Cambridge. Massachusetts: MIT Press, 1962.
- HITT, M. A; IRELAND, D. R; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica.** São Paulo: Pioneira thomson Learning, 2005.
- HITT, M. A.; FREEMAN, R. E. et al. (Ed.). *The Blackwell Handbook of Strategic Management.* Oxford: Blackwell Publishers Ltd., p. 124-188, 2001. MINTZBERG, H. Crafting strategy. In: Havard Bussiness Review Paperback. Boston, *Havard Bussiness Review*, p. 66 -75, 1995.
- NOGUEIRA, C. S. **Planejamento estratégico.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico:** Conceitos, metodologias e práticas. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- PENROSE, E. **The theory of the growth of the firm.** 3rd ed. Oxford/UK: Oxford University Press, 1959.
- PETERAF, M. A. The Cornerstones of Competitive Advantage: A Resource-Based View. *Strategic Management Journal.* Evanston, IL, USA, v. 14, n. 3, p.179-191, 1993.
- PORTER, M. **Vantagem competitiva:** Criando e sustentando um desempenho superior. Tradução Elizabeth Maria Pinho Braga. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
- STONER, J. A. F; FREEMAN, R. E. **Administração.** Rio de Janeiro; Prentice Hall, 1995.
- VON. , J. V.; MORGENSTERN, O. Theory of games and economic behavior. Princeton University Press, 1947.
- WERNERFELT, Birger. A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal,* Hoboken, New Jersey, MI, USA, v. 5, n. 2, 1984, p. 171-180.

DISTINÇÃO DO CONCEITO DE JUSTIÇA NO DIREITO ROMANO E NA NARRATIVA JUDAÍCO CRISTÃ

Pe. José Juciêr Ferreira Alves¹

RESUMO

A justiça é vista como dar a cada um o que lhe pertence de direito. A esta compreensão esse artigo quer acrescentar o contributo da compreensão judaico cristã, que ao abordar a justiça vai mais além, defende que ser justo é exatamente dar mais aqueles que menos têm. Proteger aqueles que sofrem algum tipo de carência da vida social, marginalizados. Acolher no sentido cristão os pobres, estrangeiros, a viúvas e os órfãos. Sendo assim, essa discussão, indubitavelmente, veio contribuir com essa temática. Buscando entender que as outras narrativas de nossa cultura também têm algo a oferecer na discussão sobre justiça.

Palavras – chaves: *Direito, justiça, cristã. Judaico, bíblico.*

¹ Estudante do Segundo Período de Direito na FVJ (Faculdade do Vale do Jaguaribe), Filósofo, Teólogo, Especialista em Gestão Escolar, Mestrando em Educação.

INTRODUÇÃO

Esse iniciante trabalho sobre a distinção do conceito de Justiça no direito romano e na narrativa judaico cristã, versa sobre uma questão sutil, mas fundamental para o conjunto do entendimento da justiça comum.

A compreensão que temos no popular de justiça é sempre essa de que devemos repartir em parte iguais o bolo, visto que cada um se constitui como pessoa de direitos e deveres iguais. Nesse sentido, todas as experiências de cota para os negros, para os deficientes são de certa forma questionados por uma ala do direito.

Contudo, a novidade da mensagem cristã sobre a justiça é profundamente provocante para pensar a justiça comum, essa que seguindo através da normatização do direito. Visto que o cristã se orienta pela justiça no sentido bíblico, que significa segurar o direito e a justiça daqueles que são mais sofridos na sociedade, resumidamente nas categorias de excluídos, pobres, estrangeiro, órfão e viúva.

Desta feita, primeiramente abordamos o fundamento do direito e da justiça, no segundo momento, Justiça na perspectiva judaica bíblica, por fim, a contribuição da justiça judaica para o conceito de justiça comum. Tentando apresentar a distinção da compreensão de justiça do direito romano e a ideia de justiça no na narrativa judaico cristã.

1. FUNDAMENTO DO DIREITO E DA JUSTIÇA

Antes de tudo, é bom frisar que a prática do direito é milenar. Bem antes da escrita já se tinha noção do que fosse o direito. Para dizer que a partir do momento que existe seres humanos, daí se tem a necessidade de o mínimo possível da justiça e do direito que venha a garantir a relação em sociedade. Chegamos, então, aos nossos dias tendo como parâmetro uma sociedade organizada por normas/regras, as quais devem ser observadas por todos.

Sociedade é um agrupamento organizado de pessoas que vivem em comunidade. É, também, uma organização política regida por um sistema de normas impostas pelo poder estatal. Todas as relações humanas são regidas por normas, sejam elas costumeiras, morais, religiosas ou jurídicas, normas estas que impõem aos indivíduos integrantes de uma determinada sociedade valores ali aceitos como corretos, legítimos ou vigentes.

O que é norma? É uma regra, padrão ou princípio que regula determinado comportamento ou procedimento. Existem normas de linguagem, normas de trânsito, normas de etiqueta e até (a etiqueta da internet). São padrões pré-estabelecidos, que podem ser culturais, grupais, técnicos. As regras jurídicas são um tipo de norma. De qualquer modo, a finalidade da norma, seja ela de que tipo for, será sempre predeterminar um comportamento a ser seguido pelas pessoas que a ela estão sujeitas. A algumas normas as pessoas se sujeitam por opção, como as normas de uma religião a que aderem ou às regras de etiqueta social; a outras estão sujeitas por imposição, como as normas jurídicas.

Dessa forma, existe uma relação imbricada entre sociedade e o direito, de forma que não existe o direito sem a sociedade. Ao mesmo tempo que o direito existe para nortear a sociedade em um caminho de retidão. Para que os cidadãos vivam em paz e harmonia e assim, parafraseando o jurista Miguel Reale que *“O Direito é, por conseguinte, um fato ou fenômeno social; não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela”*.

A Justiça deve ser vista como um valor, como uma realidade axiológica (um conjunto de valores morais, éticos, estéticos e espirituais de uma sociedade). Justiça e direito andam de mão juntas, mas não se confundem. O conceito de justiça que temos vem do direito romano pregado pelo ocidente, o qual ser justo significa repartir em partes iguais o montante. Tal

conceito está impregnado nas cabeças dos cidadãos. Basta perguntar alguém o que é ser justo que ele aplicará esse conceito.

Ainda se poder dizer que Justiça é um valor que todo ser humano possui. É o objeto do direito e tarefa comum de todos os cidadãos. E como tal é conquista, é suor, significa confiar e lançar-se para a luta. Justiça implica direitos e estes, por sua vez, são a própria dignidade de cada pessoa.

Aliás, dignidade é aquilo que sou e também o que serei, de maneira que ao destruir a dignidade da pessoa hoje, automaticamente, estarei destruindo o que ela será futuramente. É a atitude que gera respeito e tranqüilidade entre as relações numa comunidade. Está presente nos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da humanidade.

Essa realidade no *ethos*, morada humana, acontece nas relações Eu e Tu e Eu e Nós. Ser uma pessoa justa compreende exercitar a vontade de conceber a todo ser humano o que lhe pertence. É uma ação que se refere ao valor de cada sujeito². Tem como fim último o bem comum, pois a grande marca dos tempos modernos, apesar de todos os problemas, é a alteridade, a preocupação com o outro.

O homem, mediante sua liberdade poderá praticar a justiça e demonstrar essa atitude como uma disposição para o caráter e a verdade. Eis, uma motivação para viver harmonicamente e tornar as pessoas predispostas a fazer e desejar o que é leal.

Neste sentido, a justiça baliza o campo das ações e, conseqüentemente, pressupõem uma prática em conformidade com o bom, característica intrínseca à natureza humana. Grosso modo, “justiça é a virtude moral que consiste na vontade consciente e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido”³. Esta vontade de fazer o bem pode ser subjetiva ou intersubjetiva nas condições históricas determinadas.

² HÄRING, Bernhard. A Lei de Jesus Cristo. 2ª Ed. São Paulo: Herder, 1964: 643-644.

³ *Catecismo da Igreja Católica. C. I. C. N° 1807.*

2. JUSTIÇA NA PERSPECTIVA JUDAICA BÍBLICA

Encontramos o tema da justiça na Sagrada Escritura sinalizando para a necessidade de fazê-la acontecer na história particular de cada indivíduo, bem como na coletividade ou comunidade de fiéis. Quando olhamos para o enredo bíblico, identificamos a necessidade de viver conforme a proposta ética de Cristo, respeitando o outro como semelhante. No capítulo 27 do livro do Eclesiástico⁴, encontramos considerações importantes para um sentido evangélico e mais profundo de justiça.

Impõe-se ao homem de hoje se voltar para Cristo com o desejo de habitar a justiça nos diversos aspectos da sociedade, em sua dignidade como pessoa, para depois refletir nas suas relações com os outros. Em Cristo vivendo segundo a sua imagem e semelhança, poderemos ser justos e verdadeiros para com aqueles que vivem à margem da sociedade e, sobretudo, praticar o respeito mútuo ou o amor misericordioso. *“Se perseguires a justiça, tu a encontrarás... a verdade voltará para aqueles que a praticam” (Eclo 27, 8-9).*

É mister ressaltar que quando vivemos uma ação justa todos os seres ganham. No entanto, é doloroso ver na sociedade a injustiça contra os menos favorecidos, por exemplo, o mínimo salário oferecido aos são explorados no trabalho. *“Ai daquele que constrói a sua casa sem justiça e seus aposentos sem direito, que faz o seu próximo trabalhar de graça e não lhe dá o seu salário” (Jr 22, 13).* A perspectiva humano-cristã é totalmente inversa.

A literatura sapiencial atinge incisivamente nesta questão apelando para uma tomada de posição, uma mudança de atitude, um comportamento ético⁵, um cuidado com a vida humana. Deus sempre foi a favor da justiça, *“com efeito, eu, Iahweh, que amo o direito e detesto o roubo e a injustiça, lhes darei fielmente a sua recompensa e estabelecerei com eles aliança eterna” (Is 61, 8).* Com efeito, mediante os profetas, Deus também falou do anúncio e

⁴ (SIRAC ECLESIAÍSTICO). Este livro tem o objetivo de ensinar a piedade e a moralidade. A espiritualidade do livro está centrada na fé do Deus da Aliança, fé que se mostra na prática da justiça e da misericórdia para com o próximo. Denuncia o orgulho, os pecados de língua, o adultério, a inveja e a preguiça. Todas as instruções morais que encontramos se inspira no serviço de Deus. É visto como livro deuterocanônico. HARRINGTON, Wilfrid. J. Chave Para a Bíblia. 6ªed. São Paulo: Paulus, 2002: 328.

⁵ “Estamos convencidos de que a crise, própria da passagem de um paradigma para outro, só encontrará desfecho satisfatório se conseguirmos inaugurar uma ética mínima que seja inteligível pelo maior número possível de pessoas e que possa ser imediatamente posta em prática”. BOFF, Leonardo. Virtudes Para Um Outro Mundo Possível. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2006: 8.

da prática da justiça em favor dos necessitados, fracos e desamparados, ou seja, destruir a injustiça social⁶.

Neste anseio por justiça também almejamos uma paz. Por isso, a campanha da fraternidade 2009 sinaliza o problema da segurança pública nos diversos setores da sociedade denunciando com mais precisão a violência. A luta é por uma cultura de paz⁷. Desde a criação o homem é protegido pela paz de Deus e esta relação será mantida mediante sua permanência no caminho da retidão, sem alterar a ordem divina com suas ações violentas. A paz não comunga com violência; onde há ameaça e destruição da vida humana Deus não pode habitar. A paz está para além da ausência da criminalidade, pois é o resultado da obediência humana aos desígnios de Deus.

A CF 2009 dá mais um passo rumo a uma sociedade mais justa e solidária, pela conquista dos direitos humanos. Quando tratamos de segurança pública não podemos restringir à ação de proteção armada, mas está ligada a todas as esferas da sociedade, família, educação, emprego, bem-estar social, respeito aos marginalizados, etc. É esse, propriamente, o clamor.

A sociedade se torna cada vez mais violenta bloqueando a convivência entre as pessoas. Todas as pessoas almejam a uma segurança pública que esteja presente concretamente nas famílias, no trânsito, nos cárceres, contra a corrupção e as desigualdades sociais e em outras situações. A segurança pública é dever não só do estado mais é responsabilidade de todos, ou seja, deve existir uma co-responsabilidade. Diante disso, a sociedade urge por políticas públicas de segurança que possam atender todos os fatores da sociedade e promovam a inclusão social. Com esta mesma força sonhamos e lutamos por paz.

Quando falamos de paz reconhecemos que Deus nos criou para o *Shalom*, uma paz completa, resumo de tudo de bom que Deus quer oferecer quando faz aliança com o seu povo. A propósito, Jon Sobrinho, numa de suas obras, fala do entendimento inteligente da fé poderíamos aplicar esta idéia ao tema que estamos tratando: toda teologia antes de ser

⁶ Encontramos um direcionamento mais esclarecedor sobre esta perspectiva da justiça em. LINDEL, José Vilchez. Sabedoria e Sábios Em Israel. São Paulo: Loyola, 1999: 124-125.

⁷ “A paz e a segurança, mais do que discursos ou conjunto de propostas, deve constituir-se em mentalidade que determine o modo de pensar e agir de todas as pessoas: deve ser expressão de uma cultura. Essa responsabilidade é colocada à frente de toda a Campanha da Fraternidade deste ano 2009”. CNBB, Texto Base da CF 2009. Nº 242.

“intellectus fidei é intellectus amoris” (Shalom). O amor é a dimensão primeira da justiça, da fé, da teologia. Multann fala, em sua teologia da esperança, do ver a realidade a partir da prática do amor, da justiça, do Shalom.

O Shalom Abrange tudo: bem-estar, saúde, segurança, felicidade, relações sociais equilibradas, harmonia consigo mesmo, com o próximo e com Deus. Não é só contrário ao ódio, é a vida como ela deve ser. *“A paz é fruto da justiça”*. Todo ato de injustiça e desamor é pecado e fonte de violência. Violência nega a ordem querida por Deus⁸. A paz é a quietude plenificada em Deus mesmo. A paz advém da ação justa. Cristo é a nossa verdadeira paz *“Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não vo-la dou como o mundo a dá. Não se perturbe, nem se atemorize o vosso coração” (Jo 14, 27)*.

As pessoas estão perdendo a consciência de que Deus é, antes de tudo, Pai/Mãe da humanidade⁹ e, quando vivermos essa experiência paternal e maternal seremos capazes de viver o amor mútuo, aspecto fundamental no relacionamento humano, pois a maior tragédia humana é perder de vista a dimensão do amor, pois o “motor do ser humano ‘funciona’ à ‘gasolina-amor’”. Somos resultados de um ato de amor e nos desenvolvemos quando somos amados e aprendemos a amar”¹⁰.

É fundamental para a nossa existência o amor de Deus, pois ele coloca questões decisivas sobre quem é Deus e quem somos nós. É necessário libertar-se de seus conceitos míopes e fechados e abrir às necessidades do homem atual. No desfecho histórico da mentalidade humana, o *Cogito, ergo sum*, foi suplantado pelo conquistado, pelo consumo..., *ergo sum*. Hoje, é vital fazer o deslocamento, a transposição para: o *Amo, logo sou*. Lança-nos no processo de autoconhecimento para depois conhecermos também a Deus¹¹. *“Deus é amor, e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele”*. (I Jo 4, 16).

A paz como verdadeiro fruto das ações justas diz respeito ao equilíbrio de todas as dimensões da pessoa humana. Para construir uma sociedade onde o cabedal seja a promoção

⁸ Ibid. Nº196.

⁹ “A certeza de que Deus luta ao lado de todos os que agem de boa vontade não deve afastar as pessoas das responsabilidades do tempo presente, pois Deus age ao nosso lado, não em nosso lugar”. CNBB. (T. B. CF 2009). op. cit., Nº 254.

¹⁰ CHIERA, Renato Pe. Presença: contribuições para uma educação de inclusão. . São Paulo, Cidade Nova: 2008: 17.

¹¹ Carta Encíclica do Papa Bento XVI. DEUS CARITAS EST. Nº 2.

dos direitos humanos, a conduta dos indivíduos deve ser orientada para o bem comum. Essa paz almejada é construída no cotidiano, sem antes deixar de pensar que se gera no íntimo de cada pessoa.

O mundo hodierno anseia por justiça. Sabemos que ontologicamente todo homem é bom, mas o meio, o ambiente existencial o condiciona a agir contra sua própria natureza; o homem é imagem e semelhança do Criador, um ser de horizonte infinito¹². Embora possa estar evidente, nunca é exagero reafirmar que todo ser humano pode ser bom e justo. A grande questão está em humanizar os seres humanos por causa do desencontro social que importa uma mentalidade predatória dos seus valores, de tudo que é humano e divino.

¹² “O homem percebe-se como a possibilidade infinita porque, na prática e teoria, necessariamente coloca em questão todo resultado obtido, sempre volta a colocar esse resultado contra o horizonte mais amplo que imprevisivelmente se abre à sua frente”. RAHNER, Karl. Curso Fundamental da Fé. São Paulo: Paulus, 2004: 46.

3. A CONTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA JUDAICA PARA O CONCEITO DE JUSTIÇA COMUM

Antes de mais nada cabe perguntar se existe alguma contribuição da narrativa judaica bíblica sobre justiça? Partindo dessa questão, reconhecemos que não se excluem essas duas visões, mas se complementam. Obviamente, o conceito de justiça da sociedade, quando baseia na distribuição dos bens iguais para todos, desconhecendo muitas vezes as desigualdades sociais de uma sociedade, deixa de dar mais direito a quem não tem.

Por exemplo, quando cobramos em uma sociedade impostos iguais tanto para os ricos como para os pobres, esse conceito, mas parece uma injustiça, pois como são diferentes a sociedade deveria tratá-los como diferentes. Até porque um princípio do direito é guardar o mais fraco.

Nesse sentido, observamos que a narrativa judaica contribuiu muito para apresentar aos crentes, religiosos outra visão da justiça, não mais baseada nos conceitos romanos do direito, ou o assim chamado direito positivo. Mas fundamentado na concepção bíblica de direito, onde justo é fazer valer a vida dos mais fracos que na bíblia são os pobres, estrangeiros, órfãos e as viúvas.

Logo, percebemos que esses dois conceitos de justiça não se excluem, mas a partir da perspectiva que seja abordado eles podem andar de mãos juntas. Depende muito de qual caminho queremos seguir, a saber, a justiça do direito romano ou a justiça no conceito bíblico. Sabemos que o direito publico como assim chamamos existe para os humano, de forma que todos estamos obrigados a seguir, já o conceito de justiça do mundo religioso somente os que seguem tal religião estão obrigado a seguir.

Porém, acreditamos que o conceito frio que temos de justiça na atualidade poderia ser melhorado se reconhece o bem que novas narrativas de outras tradições trazem para o contexto atual da justiça. Pois, sabemos que nossos povos traziam outras concepções de justiça que ajudam a sociedade.

Por que não sonhar com uma sociedade que os pobres tenham mais direito do que os ricos? Por que não sonhar com uma sociedade que cobra mais dos ricos os impostos e menos



dos pobres? Por que não sonhar que seja tirado dos que mais têm e distribuídos com o que nada têm, sem causar tanta indignação dos setores mais abastados. Todos esses sonhos são muito mais do conceito de justiça bíblico do que o conceito de justiça do direito romano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito mais compreensivo de justiça é dar a cada um o que é seu. Nesse sentido, se aquela propriedade é sua, a justiça tem que garantir toda a proteção dela tendo você como dono, não importando que outros não tenham sequer um pedaço de terra para morar. Logo, essa justiça aos olhos de quem pensa em uma sociedade mais justa e igualitária, ela se caracteriza como uma injustiça. A justiça é vista como fim último do direito, é uma meta a ser buscada.

A novidade desse trabalho é ter chegado que o campo da justiça é bem mais amplo do que, o defendido pelo direito romano. Essa justiça está presente nas religiões, nos grupos, nas associações. Dai porque apresentamos que a justiça no sentido judaico cristã tem a capacidade de trazer uma contribuição mais ampla quando estivermos discutindo os fundamentos da justiça.

Ao nosso entendimento, precisa-se ler outras narrativas para contextualizar o contexto de justiça. Não se pode ficar simplesmente no conceito frio racional do mundo grego, chegando até nós através dos nossos colonizadores. Necessita-se olhar para narrativas dos nossos povos, aqui sugerimos a narrativa bíblico judaico, mas poderia ser outra.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. Virtudes Para Um Outro Mundo Possível. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2006.
- Catecismo da Igreja Católica. C. I. C. 9ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- CHIERA, Renato Pe. Presença: contribuições para uma educação de inclusão. São Paulo, Cidade Nova: 2008.
- CNBB, Texto Base da CF 2009.
- Carta Encíclica do Papa Bento XVI. DEUS CARITAS EST.
- HÄRING, Bernhard. A Lei de Jesus Cristo. 2ª Ed. São Paulo: Herder, 1964.
- HARRINGTON, Wilfrid. J. Chave Para a Bíblia. 6ªed. São Paulo: Paulus, 2002.
- LINDEL, José Vilchez. Sabedoria e Sábios Em Israel. São Paulo: Loyola, 1999.
- RAHNER, Karl. Curso Fundamental da Fé. São Paulo: Paulus, 2004.

DESCONHECIMENTO DO DANO MORAL *VERSUS* MERO ABORRECIMENTO:

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

UNAWARENESS OF MORAL DAMAGE VERSUS MERE

ANNOYANCE: A CONCEPTUAL APPROACH

¹**Dalison da Silva Santos**

²**Elimara da Silva de Ávila**

⁴**Francisco das Chagas da Silva - orientador**

RESUMO

Este artigo utilizará do conceito entre dano moral e mero aborrecimento em relação a responsabilidade civil, para provar que a falta de preparo no ensino fundamental e médio, pode afetar o princípio do acesso à justiça, pois o desconhecimento da lei acarreta confusão de conceitos, o que vem a gerar um descontentamento por parte do cidadão que se sente lesado e não possui o resguardo do poder judiciário. O desconhecimento da lei, não pode ser usado como motivo para ficar isento de pena em relação ao crime praticado, tendo embasamento na relativização do conhecimento obrigatório da lei. O acesso à justiça é um princípio na qual é necessário aciona-lo, para ter a intervenção do poder judiciário. Este artigo defende que o estudo do direito no ensino fundamental e médio, deveria ser algo obrigatório previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, visto que, quanto mais conhecimento uma sociedade possui, menos o aspecto do senso comum influenciará de forma negativa ao princípio do acesso à justiça.

PALAVRAS CHAVES:

Dano moral e mero aborrecimento. Acesso à justiça. Desconhecimento da lei. Responsabilidade civil.

SUMMARY

This article uses the concept of moral and mere annoyance In relation to civil liability, to prove that the lack of preparation in elementary and high school, may affect the principle of access to justice, because unawareness of the law is confusing concepts, which generates a lack of knowledge on the part of citizens who feel aggrieved and does not have the guard of the judiciary. The unawareness of the law, can not be used as a reason for stay exempt a pity in relation to the crime practiced, having basis at relativization from knowledge obligatory gives law. The access to justice is one principle in which it is necessary to trigger it, in order to have the intervention of the power judiciary. This article argues that the right of study in elementary and high school, should be something mandatory set out in the Federal

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Direito na Instituição Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: tasto4321@gmail.com

² Graduando do curso de Bacharelado em Direito na Instituição Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: elimaraavila@hotmail.com

⁴ Bacharel em Direito pela Unicatólica, pós-graduação *lato sensu* em Direito e Processos Constitucionais pela Unicatólica, advogado, assessor jurídico da Secretaria de Finanças e Planejamento do Município de Quixadá – CE, professor universitário do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

Constitution of Brazil, since, the more knowledge a company possesses, least the appearance of common sense will influence negatively the principle of access to justice.

KEYWORDS:

Moral damage and mere annoyance. Access to justice. Unawareness of the law. Civil liability

INTRODUÇÃO

O presente artigo fará uma breve introdução sobre a responsabilidade civil, expondo a distinção entre dano moral e uma mera irritação. Para se compreender o que é dano moral é necessário entender os pilares da responsabilidade civil.

Há uma confusão social entre dano moral e mera irritação, é muito comum no cotidiano da sociedade brasileira quando o cidadão se sente prejudicado por determinada ofensa ou por determinado descaso um anseio por reparo, por justiça e quando essa justiça não é apreciada pelo judiciário este se vê injustiçado e começa a ter uma visão enganosa sobre o nosso sistema de justiça.

Após está distinção conceitual e introdutória abordar-se-á a importância do conhecimento da lei, como forma de caminhar em uma segurança jurídica e principalmente vislumbrar o princípio do acesso à justiça.

A relativização do conhecimento obrigatório da lei diz que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. Pela defesa da segurança jurídica é que o referido artigo busca fundamentar a necessidade de esclarecimentos pedagógicos a sociedade brasileira, para que através de um conhecimento básico que pode ser inserido na educação básica, fundamental e média, abordando sobre o Direito, venha a esclarecer a confusão de conceitos, e com isso aprenda a diferenciar os seus principais direitos e a diferença básica entre dano moral e mera irritação.

1 RESPONSABILIDADE CIVIL

1.1 Conceito

O professor GAGLILIANO (2012, p. 54) ao discorrer sobre Responsabilidade civil dá a seguinte definição:

De tudo o que se disse até aqui, conclui-se que a noção jurídica de responsabilidade pressupõe a atividade danosa de alguém que, atuando a priori ilicitamente, viola uma norma jurídica preexistente (legal ou contratual), subordinando-se, dessa forma, às consequências do seu ato (obrigação de reparar).

Ainda ao discorrer sobre responsabilidade civil na esfera do direito privado o doutrinador GAGLILIANO (2012, p. 54) afirma:

Trazendo esse conceito para o âmbito do Direito Privado, e seguindo essa mesma linha de raciocínio, diríamos que a responsabilidade civil deriva da agressão a um interesse eminentemente particular, sujeitando, assim, o infrator, ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima, caso não possa repor in natura o estado anterior de coisas.

Verifica-se que na definição exposta pelo nobre professor sobre o que seja responsabilidade civil este aplica sempre a existência de uma agressão, de um ato que causa infração e por isso é passível de uma reparação através de valores remuneratórios.

1.2 Responsabilidades subjetiva e objetiva

Há uma divisão doutrinária no que se refere a responsabilidade civil, tendo a responsabilidade subjetiva e a responsabilidade objetiva, ambas são teorias desenvolvidas com o fito de alcançar de forma direta os possíveis danos que venham a ser gerados pela responsabilidade.

Teoria subjetiva ou teoria da culpa, ocorre quando a responsabilidade é subjetiva, sendo necessário se provar se há culpa do agente que suspostamente teria causado o dano. GONÇALVES (2012, p. 40) ao definir esta teoria escreve:

Diz-se, pois, ser “subjetiva” a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Nessa concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa.

Para GAGLILIANO (2012, p. 59) ao descrever a Teoria subjetiva expõe:

Esta culpa, por ter natureza civil, se caracterizará quando o agente causador do dano atuar com negligência ou imprudência, conforme cediço doutrinariamente, através da interpretação da primeira parte do art. 159 do Código Civil de 1916 (“Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”), regra geral mantida, com aperfeiçoamentos, pelo art. 186 do Código Civil de 2002 (“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”).

Na Teoria subjetiva conforme tratado pelos estudiosos acima citados tem-se no agente causador do dano a conduta subjetiva do dolo ou culpa, que atua com negligência ou imprudência.

Já na Teoria Objetiva, o agente responde independentemente de haver culpa. Está teoria está embasada no artigo 927 do Código Civil de 2002 que dispõe:

Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Como se vê há uma diferença entre a Teoria Subjetiva e a Teoria Objetiva, onde na primeira o que se analisa é o elemento subjetivo do agente que causa o dano, ou seja, que com dolo ou culpa assume o risco, enquanto que na segunda independente da culpa a uma responsabilização direta pelo dano causado.

1.3 Elementos da Responsabilidade Civil

No ramo da responsabilidade civil, existem três elementos essenciais para que gere a responsabilidade, que são: conduta (positiva ou negativa), dano e nexos de causalidade, porém além desses elementos há também a culpa, que não é essencial para que haja responsabilidade.

Estes elementos estão claramente expressos no Artigo 186 do Código Civil de 2002: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

A Conduta humana (ação ou omissão) é definida como a ação ou omissão humana, que venha a cometer um ato ilícito que gere dano a outrem.

Já o dano só é tratado quando este existe, pois, não há responsabilidade quando não existe dano, sendo que para haver restituição na esfera da responsabilidade por ato omissivo ou comissivo necessariamente deverá existir um dano.

Quando o nexos de causalidade é tratado como a relação causa e efeito, ou seja, se a sua conduta não foi o que gerou o resultado danoso, razoavelmente é lógico se pensar que não será responsabilizado pelo dano.

Por fim a culpa existe quando o agente age por imperícia, negligência ou imprudência, sendo que no atual Código Civil em seu artigo 186 só discorre sobre a negligência ou imprudência, não expondo nada sobre os casos de imperícia.

O desembargador aposentado e professor de Direito Civil GONÇALVES (2012, p. 45) classifica cinco tipos de culpa:

A culpa pode ser, ainda, *in eligendo*: decorre da má escolha do representante, *in vigilando*: decorre da ausência de fiscalização; *in committendo*: decorre de uma ação, de um ato positivo; *in ommittendo*: decorre de uma omissão, quando havia o dever de não se abster; *in custodiendo*: decorre da falta de cuidados na guarda de algum animal ou de algum objeto.

Nas concepções dos tipos de culpa expostos pelo professor civilista subentende-se que a culpa é sempre um ato omissivo ou comissivo do agente que tem uma determinada responsabilidade.

1.4 Responsabilidades penal e civil

O conceito de responsabilidade não se restringe apenas ao ramo do direito civil, visto que tem caráter muito amplo. De acordo com o Código Civil de 2002, o artigo 935, dispõe:

A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

Ressalta-se que a responsabilidade civil é independente, ou seja, desassociada da responsabilidade criminal como norma expressa no referido artigo acima transcrito.

Desdobrando a referida norma tem-se a seguinte situação: *“quando há uma colisão de automóveis, aquele que sofreu o dano poderá requerer a reparação na esfera civil. Dependendo do caso concreto, será possível tanto adentrar na esfera civil como na esfera penal, sendo que no caso de responsabilidade penal o agente infringe uma norma de direito público, enquanto na civil o interesse é privado, pois o interesse é apenas de quem foi lesado”*.

2 DANO MATERIAL

O dano material ocorre quando o agente é lesado em relação a bens economicamente apreciáveis do seu titular. GAGLILIANO (2012, p. 92) descreve dois aspectos do dano material:

a) o dano emergente — correspondente ao efetivo prejuízo experimentado pela vítima, ou seja, “o que ela perdeu”; b) os lucros cessantes — correspondente àquilo que a vítima deixou razoavelmente de lucrar por força do dano, ou seja, “o que ela não ganhou”.

Já AGOSTINHO (1955, p. 206) descreve sobre lucros cessantes:

Finalmente, e com o intuito de assinalar, com a possível precisão, o significado do termo razoavelmente, empregado no art. 1.059 do Código, diremos que ele não significa que se pagará aquilo que for razoável (ideia quantitativa) e sim que se pagará se se puder, razoavelmente, admitir que houve lucro cessante (ideia que se prende à existência mesma de prejuízo). Ele contém uma restrição, que serve para nortear o juiz acerca da prova do prejuízo em sua existência, e não em sua quantidade. Mesmo porque, admitida a existência do prejuízo (lucro cessante), a indenização não se pautará pelo razoável, e sim pelo provado.

Danos emergentes é o prejuízo imediato, ou seja, é a lesão causada devido à ação ou omissão de alguém que gerou um dano material. Lucro cessante é aquilo que determinada pessoa deixou de ganhar devido à ocorrência do dano emergente.

Na prática a aplicação dos danos emergentes e dos lucros cessantes trazidos de forma exemplificativa visualiza-se da seguinte maneira: *“Um motorista de táxi que vinha seguindo todas as normas do Código de Trânsito Brasileiro veio a colidir com X que estava naquele momento mexendo no ‘whatsapp’ e dirigindo ao mesmo tempo. Sendo provada a culpa exclusiva de X, o taxista teria direito a receber o ressarcimento pelos danos causado ao seu veículo (Danos emergentes) e também pode exigir que seja concedido que X lhe pague tudo aquilo que ele deixou de ganhar pelo tempo que seu veículo ficou inabilitado (Lucros cessantes) ”.*

3 DANO MORAL E MERO ABORRECIMENTO

Aquele que fere a integridade moral de alguém deve assumir as consequências de seus atos. Descreve sobre dano moral GONÇALVES (2012, p. 314) que:

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, a intimidade, a imagem, o bom nome etc., como se infere dos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação.

Para haver dano moral é necessário ferir o direito a personalidade afetando sua integridade psicológica, devido ao ato que o agente lhe fez sofrer. No que diz respeito ao sentimento, a angústia e a dor sentida pela vítima explica GONÇALVES (2012, p. 314) que:

O dano moral não é propriamente a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano. A dor que experimentam os pais pela morte violenta do filho, o padecimento ou complexo de quem suporta um dano estético, a humilhação de quem foi publicamente injuriado são estados de espírito contingentes e variáveis em cada caso, pois cada pessoa sente a seu modo.

Dano moral é diferente de mero aborrecimento, pois o mero aborrecimento é algo momentâneo que dura apenas algumas horas alguns dias, enquanto no dano moral você fica tão arrasado psicologicamente com a ação feita por determinada pessoa que sua vida se modificar de forma alarmante.

Este tipo de dano, a cada dia, se torna cada vez mais um paradigma social, visto que, a população não possui o conhecimento básico para distinguir quando há um dano e quando há um mero aborrecimento.

Jurisprudência do TJ, AC, 10045120006916001, MG:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - MEROS ABORRECIMENTOS - DESCONFIGURADO O DEVER DE INDENIZAR. Para a configuração de dano moral indenizável é necessário à ocorrência dos três elementos, o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre ambos, com a ressalva de que, o dano, neste caso, é aquele que atinge a esfera subjetiva do ofendido, dentre eles a intimidade, a honra, a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual e física, não se incluindo neste rol meros aborrecimentos.³

Jurisprudência do STJ, AREsp, 434901 RJ 2013/0385223-3:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE TELEFONIA. VELOX. SERVIÇO DE DADOS. INTERNET. TESTE DE INSTALAÇÃO PREVISTO EM CONTRATO, SEM QUALQUER ÔNUS PARA O CONSUMIDOR. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE QUE NÃO ULTRAPASSA A ESFERA DO MERO ABORRECIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 1. É tranquila a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que mero aborrecimento, mágoa ou excesso de sensibilidade por parte de quem afirma dano moral, por serem inerentes à vida em sociedade, são insuficientes à caracterização do abalo, visto que tal depende da constatação, por meio de exame objetivo e prudente arbítrio, da real lesão à personalidade daquele que se diz ofendido. 2. No caso, o Tribunal local apurou que não há dano moral a ser reparado, pois a empresa de telefonia cumpriu seu dever legal de instalar a linha telefônica e não cobrou pelo serviço de internet que não prestou, e que o evento descrito pelo autor em sua inicial não ultrapassou o mero aborrecimento. 3. Eventual revisão do entendimento do Tribunal de origem, no sentido da não ocorrência do dano moral na conduta da concessionária de telefonia, demandaria o necessário reexame de provas, o que encontra óbice intransponível imposto pela Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.⁴

Clareando os conceitos e as distinções entre o dano moral e o mero aborrecimento, de forma a exemplificar por meio de um caso fictício tem-se a seguinte situação: *“Joana comprou um livro de direito civil pela internet em determinado site referente à loja X, pelo valor de 150 reais, com o prazo de até 15 dias uteis. O prazo expira e Joana descontente com o serviço, vai à busca de um advogado. Chegando ao escritório do Dr. Luiz, ela é informada que o ato daquela empresa infelizmente não gera dano, mas um mero aborrecimento. Descontente e inconformada Joana ver mais dois advogados e recebe a mesma resposta”*. É claro que neste caso imaginário trazido o que houve foi um mero aborrecimento, não devendo ser tratado como dano moral, visto que para que este venha a se configurar o sistema doutrinário e jurisprudencial brasileiro exige complexidade para aplicação do dano moral.

³ (Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 03/03/2016, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/03/2016)

⁴ (Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 01/04/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/04/2014)

Na atualidade, a dificuldade para se provar que houve dano moral é o maior ou um dos maiores empecilhos, para que o judiciário venha a ressarcir a vítima, pois sem as provas o juiz tenderá a desconsiderar o dano, entendendo que naquele caso houve apenas um mero aborrecimento.

4 A RELATIVIZAÇÃO DO CONHECIMENTO OBRIGATÓRIO DA LEI.

De acordo com o artigo Art. 3 do Decreto-Lei 4.657/42 da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro: ”. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. ” Esta presunção surgiu com base no princípio da segurança jurídica, visando proteger a forma do estado democrático de direito. Neste artigo há a previsão em relação ao réu ou requerido no processo.

O Brasil é um dos países que mais criam leis no mundo. Essa realidade torna impossível a condição de um estudante de direito ou até mesmo um advogado experiente conhecer as leis em sua totalidade, imagine uma pessoa leiga.

Para robustecer a presunção do conhecimento obrigado da lei, todas as leis brasileiras são publicadas em diário oficial federal, estadual, municipal ou distrital, mas qual a porcentagem de cidadãos tem em sua habitualidade ver o diário oficial? Um número irrisório. Um dos pontos que dificulta o conhecimento de algumas leis é o linguajar extremamente técnico.

No código penal, está previsto em seu artigo 21 que: “O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço. ” O próprio código penal prevê que o desconhecimento da lei não é excludente de ilicitude, mas em seu artigo 65 inciso II “São circunstâncias que sempre atenuam a pena: II - O desconhecimento da lei”.

Jurisprudência do TRF-4- Apelação criminal- ACR 6677320074047216 SC 0000667-73.2007.404.7216:

Ementa: DIREITO PENAL. ESTELIONATO MAJORADO (ART. 171, § 3º, DO CP). PERCEPÇÃO IRREGULAR DO SEGURO-DESEMPREGO DURANTE O PERÍODO DE DEFESO. ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO. ART. 21 DO CP. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE DO AGENTE. 1. O crime de estelionato majorado (art. 171, § 3º, do CP) pressupõe que o sujeito ativo tenha obtido para si vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo em erro entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. 2. É irregular a percepção de seguro-defeso por indivíduo que desempenha atividade remunerada em estabelecimento comercial, não exercendo a atividade pesqueira na forma como exige a Lei n.º 10.779/2003. 3. Configurado erro escusável sobre a

ilicitude do fato, nos termos do art. 21 do CP, exclui-se a culpabilidade do réu, impondo-se sua absolvição.⁵

O Brasil está entre os piores países no ranking mundial de educação. É fato de que quanto maior o nível de escolaridade da sociedade, maior é o nível de conhecimento de seus direitos e deveres, portanto, todavia, apesar da presunção relativa do conhecimento obrigatório da lei, ser uma presunção lógica, ela é contraditória, pois a sociedade brasileira não conhece nem o básico das leis. Devido o desconhecimento da lei, muitas vezes se cria uma confusão social sobre determinados assuntos jurídicos, como o dano moral. Para que tal presunção deixe de ser irrisória e passe a ser um fato, é necessária uma mudança radical em relação a educação brasileira.

5 ACESSO À JUSTIÇA

É fato que quanto mais uma sociedade é evoluída em sua parte educacional, melhor funciona o princípio do acesso à justiça. Mas o que é o acesso à justiça? Segundo Cappelletti & Garth, (1988, p. 3):

A expressão ‘acesso à justiça’ é reconhecida de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente **acessível a todos**; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individualmente e justos.

A acessibilidade da justiça a todos, hoje em dia é uma realidade, porém há que se ressaltar que nem todos possuem a aptidão para reconhecer os seus direitos e propor uma ação para resguardá-lo. Na visão de Cappelletti & Garth, (1988, p. 8):

A “capacidade jurídica” pessoal, se relaciona com as vantagens de recursos financeiros e diferenças de educação, meio e status social, é um conceito muito mais rico, e de crucial importância na determinação da acessibilidade da justiça. Ele enfoca as inúmeras barreiras que precisam ser pessoalmente superadas, antes que um direito possa ser efetivamente reivindicado através de nosso aparelho judiciário. Muitas (senão a maior parte) das pessoas comuns não podem — ou, ao menos, não conseguem — superar essas barreiras na maioria dos tipos de processos. Num primeiro nível está a questão de reconhecer a existência de direito juridicamente exigível. Essa barreira fundamental é especialmente séria para os despossuídos, mas não afeta apenas os pobres. Ela diz respeito a toda a população em muitos tipos de conflitos que envolvem direitos.

⁵ (Relator (a): LEANDRO PAULSEN, Julgamento: 25/03/2015, Órgão Julgador: OITAVA TURMA, Publicação: D.E. 09/04/2015, Processo: ACR 6677320074047216 SC 0000667-73.2007.404.7216)

Não dá para afirmar que a única forma de aprimorar o princípio do acesso à justiça, seja através de uma educação mais forte, mais consistente, mas dá para garantir que é o meio mais eficaz, para se dá mais eficiência a este princípio, visando alcançar a todas as classes da sociedade brasileira, sem procurar dar privilégios a A ou B, mas sim visar uma igualdade entre as partes para que os mais fracos, os hipossuficientes tenham as mesmas “armas” para combater os mais fortes.

Ressalta-se que quando falasse de educação como forma ou meio de acesso à justiça, é no intuito de que a informação precisa está vinculada a um processo educacional, onde nesse processo se inseri o conhecer o desconhecido, o ignorado, e apartir daí ter acesso a um melhor direito, a uma melhor justiça, pois o cidadão em muitas das vezes é lesado, ferido em seu acesso à justiça por não conhecer seus direitos.

Destarte que o cidadão que tem inserido em seu processo formativo educacional o conhecimento dos seus direitos e deveres terá um melhor embasamento para acessar à justiça e coibir atos lesivos a suas garantias fundamentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É conclusivo que a sociedade brasileira banalizou o conceito de dano moral, tornando cada vez mais rotineiro a procura para o resguardo de um direito confuso e inexistente pela simples falta de conhecimento da lei. O dano moral, na visão social pode chegar a ser apenas um atraso banal, na entrega de algum material de qualquer natureza, quanto um mero palavreado.

O desconhecimento de certos fragmentos da lei, além de causar irritação naquele que se acha lesado, também vem a dificultar para aquele não sabe que está sendo lesado, vir a procurar o resguardo do seu direito, fato que por vezes não só dificulta o acesso à justiça, mais também leva a situações onde uma mera irritação é trata como um possível dano moral, principalmente pautado em um desconhecimento da lei.

Para o direito a mera irritação não gerar nenhum dano, porém para o cidadão gera um desconforto devido à falta de interesse do judiciário em seu caso, o que acarreta uma desconfiança e incerteza sobre a importância que o sistema judiciário tem para ele e seus familiares, por isso é salutar e de grande valia uma melhor orientação sobre o que é o direito, partindo de um processo formativo-educacional.

A presunção obrigatória do conhecimento da lei com base no princípio da segurança jurídica, apesar de ser lógica é irreal, por que o nosso País não dá sequer uma base mínima a

população de conhecimento sobre o nosso sistema jurídico, além da complexidade do linguajar jurídico que impossibilita a interpretação da lei por pessoas leigas.

O acesso à justiça é um princípio na qual é necessário acionar o poder judiciário para que haja uma intervenção em sua determinada lide em seu determinado caso. Para haver esta possibilidade o cidadão tem que possuir a capacidade de aptidão para reconhecer quando um direito dele está sendo lesado. Para isso o desconhecimento da lei precisa ser menos aparente na sociedade brasileira, ou seja, é necessário dar um pouco de conhecimento a sociedade para que possam minimamente conhecer os seus direitos e deveres.

Desde o ensino fundamental ao médio a criança, o adolescente e o jovem deveriam ser instruídos sobre o básico de seus direitos e deveres, principalmente no que se refere ao Direito Constitucional e sua interferência nos demais direitos previstos em nosso ordenamento, oportunizando um processo de conhecimento do desconhecido, e contribuindo para a formação da cidadania.

O Direito faz parte da vida de todos os homens e mulheres, em todas as fases da vida inseri-se no processo de direitos e deveres, de garantias e conquistas, portanto, seria essencial e de caráter fundamental para a formação cidadã ser disponibilizado e estudado nos parâmetros curriculares que compõem o conteúdo formativo obrigatório das escolas públicas e privadas, conteúdos mínimos para que todos tivessem ainda na fase de formação inicial conhecimento dos seus direitos e deveres e a partir daí conhecedores dos seus direitos e deveres terem um melhor acesso à justiça.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, A. (1955). **Da Inexecução das Obrigações e suas Consequências** (2 ed.). São Paulo: Saraiva.

GAGLILIANO, P. S. (2012). **Novo curso de direito civil**, responsabilidade civil (10 ed., Vol. 3). São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, C. R. (2012). **Responsabilidade civil** (7. ed ed., Vol. 4). São Paulo: Saraiva.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 1988.

<http://penalemresumo.blogspot.com.br/2010/06/art-21-erro-sobre-ilicitude-do-fato.html>. Acesso:03/11/2016

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7402/A-relativizacao-do-conhecimento-obrigatorio-da-lei>. Acesso: 03/11/2016

<http://franciscohayashi.jusbrasil.com.br/artigos/168091034/a-proposito-da-impossibilidade-de-se-alegar-desconhecimento-da-lei>. Acesso: 03/11/2016

<http://pensodireito.blogspot.com.br/2014/05/ninguem-pode-alegar-o-desconhecimento.html>. Acesso: 03/11/2016

<https://wagnerfrancesco.jusbrasil.com.br/artigos/324495951/qual-a-diferenca-entre-responsabilidade-subjetiva-e-objetiva>. Acesso: 04/11/2016

http://www.valeriosaavedra.com/conteudo_18_responsabilidade-civil-e-penal.html. Acesso: 10/11/2016

DENGUE, ZIKA VÍRUS E FEBRE CHIKUNGUNYA: ARBOVIROSES DO CONTEXTO BRASILEIRO.

Francisca Grasiana Lourenço Silvano do Vale ¹
Ana Claudia Valente da Costa ¹
Jackson Rafael Oliveira Peixoto ²

RESUMO

As arboviroses vêm ganhando grande visibilidade no cenário brasileiro, por conta da grande e rápida disseminação e prejudicando a qualidade de vida das pessoas. O objetivo do trabalho foi fazer uma revisão bibliográfica sobre etiologia, diagnóstico, tratamento e avaliar a incidência das três arboviroses: dengue, febre do zika vírus e febre chikungunya, que acomete a saúde da população brasileira. Até 2013 no Brasil, apenas a dengue era conhecida, mas no final de 2014 e no ano de 2015, duas novas viroses surgiam, eram a febre chikungunya e a febre do zika vírus, respectivamente. No Brasil o número de caso das Arbovirose vem aumentando, e isto pode está associada ao fato de ambas as doenças serem transmitidas pela picada de duas espécies de mosquitos *Aedes aegypti* e *A. albopictus*, que encontra no país as condições ideais para sua proliferação. Portanto, é possível observar que o grande problema ocasionado pelas arboviroses, no Brasil, está no combate ao foco de reprodução do vetor pelo governo em conjunto com a sociedade.

Palavras – chaves: *Aedes aegypti*. Doenças tropicais. Epidemia.

INTRODUÇÃO

A veiculação de diferentes vírus por um único agente faz parte de um novo cenário global, e entre as principais causas estão associadas à viagens rápidas e as mudanças climáticas (TORTORA; FUNKE; CASE, 2010). Entre esses patógenos, se destacam os promotores das arboviroses, que ganhando grande visibilidade no cenário brasileiro, principalmente, por conta da alta capacidade de transmissão e elevado índice de letalidade entre os imunodeprimidos (REINA *et al.*, 2006).

Entre as arboviroses disseminadas no Brasil, três merecem bastante atenção que são: dengue, zika vírus e febre chikungunya. Ambas as doenças podem ser transmitidas pela picada de duas espécies de mosquitos *Aedes aegypti* e *A. albopictus*, entretanto, estudos

¹ Faculdade do Vale do Jaguaribe, aluna do curso de Farmácia.

² Faculdade do Vale do Jaguaribe, professor do curso de Farmácia.

recentes realizados pela Fundação Osvaldo Cruz relatam uma maior eficiência na transmissão da chikungunya pelo *A. albopictus* (MADEIRO, 2015). Esses vetores são mosquitos domiciliares, que procriam em piscinas, esgotos abertos e outros locais que acumula água nas cidades (WILSON; SANDE, 2004).

Até o ano de 2013 no Brasil, apenas a dengue era conhecida, mas após a copa do mundo, em 2014, surgiram os primeiro relatos de uma nova doença também transmitida pelo mesmo agente vetor da dengue, o *Aedes aegypti*. Em 2015, outra virose entrava no quadro de doenças disseminadas pelo mesmo mosquito, essa era conhecida com Zika vírus. Ambas as enfermidades começaram em casos isolados e em 2016 já afetam todos os Estados brasileiros (BRASIL, 2015b, 2016b).

A dengue é uma doença tropical, cujo seu agente etiológico possui quatro subtipos disseminados no Brasil que são: vírus da dengue tipo 1, 2, 3 e 4. Essa doença pode ser fatal quando não diagnosticada e tratamento corretamente (WILSON; SANDE, 2004; CAMARGO, 2008; MACIEL; SIQUEIRA JR; MARTELLI, 2008).

Zika é uma doença que foi detectada no Brasil no último ano. Tendo encontrado ambiente favorável à sua disseminação, pois os mosquitos vetores estão distribuídos por todo o país, a doença é agrada principalmente entre os imunodeprimidos e isso vem assolando a saúde da população brasileira (BRASIL, 2016a).

A febre chikungunya é uma arbovirose causada pelo vírus Chikungunya (CHIKV), da família Togaviridae e do gênero *Alphavirus*. O nome da doença significa “aqueles que se dobram”, descrevendo a aparência encurvada de pessoas que sofrem com a artralgia característica (BRASIL, 2015a). Ela apresenta característica que clinicamente auxiliam no seu diagnóstico, que são as intensas dores articulares.

Apesar de apresentarem o mesmo vetor elas apresentam aspectos clínicos diferenciados, que devem ser levados em consideração (CHAVES *et al.*, 2015). Vem se desenvolvendo estudos para melhorar a terapêutica do tratamento e o diagnóstico dessas doenças e preservar a saúde da população.

O objetivo do trabalho foi fazer uma revisão bibliográfica sobre etiologia, diagnóstico, tratamento e avaliar a incidência das três arboviroses: dengue, febre do zika vírus e febre chikungunya, que acomete a saúde da população brasileira.

METODOLOGIA

O estudo retrata uma pesquisa de natureza básica, com uma abordagem qualitativa descritiva, através do procedimento bibliográfico (MARCONI; LAKATOS, 2002). O material de suporte para o desenvolvimento desta pesquisa foi retirado do acervo da biblioteca Dr. Salomão Mussolini Pinheiro da Faculdade do Vale do Jaguaribe, além destes foram consultados artigos, trabalhos de conclusão de curso, resenhas, resoluções e legislações nas bases de dados eletrônicas como: Scientific Electronic Library Online Brasil (SciELO), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PubMed (US National Library of Medicine, Bethesda, MD).

ARBOVIROSES NO BRASIL

Conforme Tauil (2014) a febre de chikungunya já havia sido detectada em outros países das Américas em 2014, em viajantes procedentes de áreas endêmicas, contudo, o diagnóstico preciso e o isolamento dos suspeitos para evitarem o contato com mosquitos vetores eram bastante difíceis.

O autor acima ainda aponta uma preocupação para o evento mundial esportivo, que aconteceria no Brasil, que era a Copa do Mundo de 2014. Pois a grande movimentação de turistas em virtude do evento esportivo poderia trazer risco de entrada do CHIKV no Brasil, apesar de que até o momento os casos diagnosticados no Brasil não terem desencadeada a transmissão autóctone.

Em maio de 2015, o ministro da Saúde Arthur Chioro relata que a chegada do vírus da Zica era algo “[...] esperada desde a Copa do Mundo — uma das hipóteses é de que foi trazida por turistas — e que outros casos serão detectados. Chioro afirmou, porém, que a maior preocupação é a dengue. A zika é mais branda e não há registro de morte”. (O DIA, 2015, p. 1).

Hoje, em 2016 toda a preocupação ou descaso reflete os resultados da incidência dessas duas novas doenças no país.

Dengue: características da doença

A dengue é causada por flavivírus, e cada um é transmitido por um vetor artrópode. O agente etiológico dessa doença é denominado de vírus da dengue, que cinco tipos virais já identificados DEN-1, DEN-2, DEN-3, DEN-4 e DEN-5; sendo que já foi registrada a presença dos quatro primeiros no Brasil (CHAVES *et al.*, 2015).

Os flavivírus também são classificados como arbovírus porque são geralmente transmitidos por artrópodes e, como as viroses zoonóticas, são transmitidas por animais (WILSON; SANDE, 2004). A infecção ocorre por meio de um ciclo onde o vetor irá transmitir o vírus da dengue para um hospedeiro, onde o homem se torna o hospedeiro definitivo da doença.

O *Aedes Aegypti* é o principal vetor dessa virose. Ele é um mosquito domiciliar, que procria em piscinas, esgotos de céu aberto e outros locais onde se acumula água nas cidades. A dengue é o flavivírus mais prevalente e causa até 100 milhões de infecções/ano (WILSON; SANDE, 2004). Água parada e limpa é o ambiente mais suscetível para que o mosquito da dengue, possa se reproduzir e disseminar a doença para a população.

Ela é caracterizada por febre, dor muscular e articular severa e exantema. A dengue clássica é uma doença relativamente branda e raramente fatal. Anualmente, mais de 100 casos são importados para os Estados Unidos, em especial por viajantes do Caribe e da América do Sul (TORTORA; FUNKE; CASE, 2010). Os dolorosos sintomas característicos da dengue levaram-na ser conhecida como febre quebra ossos. A alta temperatura causada pela febre, normalmente após dois dias retorna ao normal, voltando três ou quatro dias depois.

A solicitação do isolamento viral/sorologia será orientada de acordo com a situação epidemiológica. Em períodos não-endêmicos, solicitar o exame de todos os casos suspeitos. Em períodos endêmicos, solicitar o exame em todo paciente grave e grupos especiais e/ou de risco social ou com dúvidas no diagnóstico (BRASIL, 2013). Os testes sorológicos são essenciais para o diagnóstico, onde é usado o ensaios de captura (MAC) para IgM e IgG e assim avaliar o estágio da doença.

O hemograma tem como finalidade principal avaliar o hematócrito, para identificação de hemoconcentração. Queda de hematócrito pode sugerir hemorragias (BRASIL, 2013). Além do hematócrito é avaliada a quantidade de plaquetas, para que seja observada clinicamente a ocorrência de hemorragias.

Conforme Rang e Dale (2011) a inibição da função plaquetária é uma característica comum à maioria dos anti-inflamatórios, mas o efeito da aspirina é o mais duradouro. Isso

ocorre porque a aspirina acetila de forma irreversível as enzimas COX (Ciclooxigenase). O tratamento farmacológico adequado é a utilização de analgésicos, antitérmicos, antieméticos e antipruriginosos. É necessário evitar alguns DAINES (Drogas Anti-inflamatórias não Esteroidais), um exemplo é a Aspirina, pois ela é um antiagregante plaquetária, podendo levar o paciente a ter hemorragias.

A Dengvaxia® é uma vacina utilizada para ajudar a contra a dengue causada pelos sorotipos 1, 2, 3 e 4 do vírus da dengue. A Dengvaxia® é aplicada em adultos, adolescentes e crianças dos 9 aos 45 anos de idade que moram em áreas endêmicas (SANOFI, 2015).

Dengue: dados epidemiológicos

Em 2015, no monitoramento dos casos de dengue da 32ª Semana Epidemiológica (04/01/15 a 15/08/15), foram registrados 1.390.779 casos prováveis de dengue no país até a semana epidemiológica (SE). Nesse período, a região Sudeste registrou o maior número de casos prováveis (893.521 casos; 64,2%) em relação ao total do país, seguida das regiões Nordeste (249.396 casos; 18,0%), Centro-oeste (168.186 casos; 12,1%), Sul (52.531 casos; 3,8%) e Norte (27.145 casos; 1,9%). Foram descartados 428.361 casos suspeitos de dengue no período (BRASIL, 2015b)

Em 2016, no monitoramento dos casos de dengue da 32ª Semana Epidemiológica (03/1/2016 a 13/08/2016), foram registrados 1.438.624 casos prováveis de dengue no país até a Semana Epidemiológica (SE), sendo estes todos os casos notificados, exceto os já descartados. Nesse período, a região Sudeste registrou o maior número de casos prováveis (842.741 casos; 58,6%) em relação ao total do país, seguida das regiões Nordeste (317.483 casos; 22,1%), Centro-oeste (168.498 casos; 11,7%), Sul (72.048 casos; 5,0%) e Norte (37.854 casos; 2,6%). Foram descartados 614.406 casos suspeitos de dengue no período (BRASIL, 2016b).

Em 2016, apesar do contínuo trabalho dos agentes de endemias e campanhas educacionais foi verificado um aumento de casos notificados como dengue de 3,44% (47.845) quando comparado ao ano anterior, entretanto, esse aumento não ocorreu para todas as regiões. No Norte, Nordeste e Sul houve um aumento de 39,45% (10.709), 27,30% (68.087) e 37,15% (19.517), respectivamente, enquanto nas regiões Centro-oeste e Sudeste ocorreram

redução de 12,96% (25.088) 12,7% (122.588). Portanto, foram as regiões Norte, Nordeste e Sul que contribuíram para o aumento dos casos de dengue no país (BRASIL, 2015b, 2016b).

Febre do Zika Vírus: características da doença

O vírus zika é um arbovírus pertencente ao gênero *Flavivírus*, família *Flaviviridae*, identificado pela primeira vez em 1947, na Floresta Zika em Uganda, África, durante um programa de monitorização da febre amarela selvagem. Está relacionada com outros flavivírus, incluindo os vírus da dengue, da febre amarela e febre do Oeste do Nilo. (FALCÃO *et al.*, 2016). Zika é uma doença que vem se disseminando no país, por conta do Brasil apresentar um clima favorável para a reprodução do vetor, um exemplo é o *A. aegypti*, além de tornar-se um grande problema para a saúde pública.

O quadro clínico tipicamente inclui rash maculopapular frequentemente acompanhado de prurido, febre baixa (37,8 a 38,5°C), artralgia (principalmente nas articulações dos pés e mãos) e conjuntivite não purulenta. Outras manifestações comumente reportadas são mialgia, cefaleia, dor retro orbitária e astenia (FALCÃO *et al.*, 2016). Os pacientes devem ser avaliados clinicamente, para que se possam identificar os sintomas característicos e assim proceder com outros diagnósticos mais específicos para a determinação da doença.

Gestantes nos primeiros três meses de gravidez (primeiro trimestre), que é o momento em que o feto está sendo formado. O risco parece existir também, porém em menor grau, quando a virose é adquirida no 2º trimestre de gestação. Aparentemente, a partir do terceiro trimestre, o risco de microcefalia é baixo, pois o feto já está completamente formado (BRASIL, 2016a). Durante a gestação é necessário cuidados redobrados para evitar os focos do mosquito, para que possa impedir a sua disseminação e não trazer prejuízos à grávida e ao bebê.

O diagnóstico laboratorial específico baseia-se principalmente na detecção de RNA viral a partir de espécimes clínicos. (BRASIL, 2015a). A técnica utilizada é a reação em cadeia da polimerase via transcriptase reversa (RT-PCR) e sorologia para titulação de anticorpos IgM e IgG. Importante destacar que o exame RT-PCR é realizado pelos laboratórios de referência da rede SUS (BRASIL, 2016a). A realização das sorologias vem

ajudando na identificação de várias doenças, pois estas são cada vez mais aprimoradas, ajudando no diagnóstico de diversas doenças, principalmente as arboviroses.

O tratamento consiste em repouso, hidratação oral e uso de medicamentos para combaterem os sintomas. Analgésicos e antitérmicos como dipirona e paracetamol. Anti-histamínicos orais e calamina tópico para o controle do prurido. Anti-inflamatórios não devem ser usados até que seja descartado o diagnóstico de dengue (FALCÃO *et al.*, 2016). Como não existe antiviral específico é necessário, que se faça o tratamento para os sintomas característicos, de forma a aliviar o enfermo do paciente acometido pelo zika.

Febre do Zika Vírus: dados epidemiológicos

Em 2014 ainda não havia dados sobre a febre do zika vírus, e no boletim da 32ª Semana Epidemiológica não referênciam dados epidemiológicos dessa doença. Entretanto, segundo Brasil (2016b) houve transmissão autóctone de febre pelo vírus Zika no país a partir de abril de 2015. Destes casos, três óbitos foram confirmados no Brasil: no Maranhão (São Luís), Pará (Benevides) e Rio Grande do Norte (Serrinha).

Em 2016, foram registrados 200.465 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (taxa de incidência de 98,1 casos/100 mil hab.), distribuídos em 2.288 municípios, tendo sido confirmados 109.596 (54,8%) casos. (BRASIL, 2016b) Vem sendo notado a grande proliferação do vetor e disseminação da doença por todo o Brasil que iniciou no ano de 2015.

Febre Chikungunya: características da doença

A febre de chikungunya é uma arbovirose causada pelo vírus Chikungunya (CHIKV), da família *Togaviridae* e do gênero *Alphavirus*. O nome dessa doença emergente vem de uma língua africana e significa “aquilo que se inclina” (TORTORA; FUNKE; CASE 2012).

Essa doença causa infecção sanguínea, que pode persistir por até dez dias após o surgimento das manifestações clínicas. A transmissão ocorre pela picada de fêmeas dos mosquitos *A. Aegypti* e *A. albopictus* infectadas pelo CHIKV (BRASIL, 2015a). Esta arbovirose vem ganhando bastante destaque no cenário brasileiro por conta de vir se disseminando rapidamente e trazendo prejuízos para a saúde os cidadãos.

Devido ao fato de ser um animal de hábitos diurnos e extremamente agressivo, ele é uma perturbação séria nas atividades ao ar livre. De grande preocupação para os profissionais de saúde é que o *A. albopictus* é conhecido, por transmitir as febres chikungunya e a dengue (MADEIRO, 2015). A forma de combater essas doenças é impedir a reprodução do mosquito, de maneira que a patologia não seja disseminada pelo vetor (TORTORA; FUNKE; CASE, 2012).

A fase aguda é a fase inicial da doença, dura geralmente de 3 a 10 dias, os sintomas desse período são: febres altas, dores de cabeça, fadiga, dores musculares intensas, conjuntivite, fotofobia, edemas faciais, náuseas, vômitos, e, ainda pode apresentar erupções e lesões dermatológicas nos pés, nas mãos e nas regiões mucosas do corpo (TORTORA; FUNKE; CASE, 2012; DENDASCK *et al.*, 2016). Esses sintomas característicos são de grande importância, para que se possa fazer um diagnóstico correto e assim poder iniciar uma terapêutica adequada para o paciente.

Já a fase crônica é com maior duração, ela pode ter até 12 semanas de duração, ela não apresenta sintomas como febre alta, conjuntivite, dores de cabeça, no entanto, as dores musculares nas articulações persistem, trazendo artrites, também pode apresentar anorexia, depressão e descamação na pele. Por conta desses graves sintomas esta fase impossibilita o infectado de realizar atividades simples. (DENDASCK *et al.*, 2016).

Três tipos principais de testes de laboratório são utilizados para diagnosticar CHIKV: isolamento do vírus, reação em cadeia da polimerase (RT-PCR) e sorologia. As amostras colhidas durante à primeira semana após o início dos sintomas devem ser testadas por dois métodos: sorológico (IgM e IgG ELISA) e virológico (RT-PCR e isolamento) (BRASIL, 2014) Para que se possa realizar o imunoenensaio enzimático ELISA (Enzyme-Linked Immunosorbent Assay) é necessário que seja coletado amostras do soro e do sangue do paciente, para que possa ser observado a formação do imunocomplexo.

Os tratamentos para os infectados pelos vírus chikungunya ou zika virus são pautados principalmente na administração farmacológica, ou seja, o uso de medicamentos como analgésicos e anti-inflamatórios (MONTERO, 2014) É necessário que haja a conciliação do tratamento não farmacológico com o farmacológico, pois dessa forma a recuperação do paciente será mais eficiente.

Febre Chikungunya: dados epidemiológicos

No ano de 2014, a febre de chikungunya foi apenas notificada no período correspondente as Semanas Epidemiológica 37 e 53, nesse momento foram notificados 3.657 casos autóctones suspeitos da doença oito cidades de cinco Estados: Bahia, Amapá, Roraima, Mato Grosso do Sul, e ao Distrito Federal (BRASIL, 2015b).

Já em 2015, até a 30ª Semana Epidemiológica, foram informados 9.084 casos autóctones suspeitos. Destes, 3.554 foram comprovados, sendo 123 por análise laboratorial e 3.431 por critério clínico-epidemiológico; 5.217 continuaram em investigação. Nesse período apenas os Estados da Bahia, Amapá e o Distrito Federal foram afetados (BRASIL, 2015b).

Em 2016, até a 32ª Semana Epidemiológica, foram registrados 216.102 casos prováveis de febre de chikungunya no Brasil (taxa de incidência de 105,7 casos/100 mil hab.), disseminados em 2.248 municípios; destes, 102.638 casos foram comprovados (BRASIL, 2016b).

De acordo com Brasil (2016b) a região Nordeste do país foi a mais afetada com uma incidência de 335,6 casos/100 mil hab. Um número muito acima da região Norte que ficou em segundo lugar com uma incidência de 29,0 casos/100 mil hab. Nessa região foram os Estados do Rio Grande do Norte (649,1 casos/100 mil hab.), Pernambuco (434,7 casos/100 mil hab.), Alagoas (397,9 casos/100 mil hab.) e Ceará (385,8 casos/100 mil hab.).

Quando comparamos os dados entre 2014 e 2015, percebe-se que em 2015 houve um aumento de 148,40% (5.427) casos autóctones suspeitos de febre de chikungunya, sendo que 60,88% (5.530) foram confirmados com a doença. Já em 2016, o aumento foi de 5.890,27% (212.445) e 2.278,96% (207.018) frente a 2014 e 2016, respectivamente. Ainda analisando os dados de Brasil (2015b, 2016b) da 30ª e 32ª Semana Epidemiológica de 2015 e 2016, respectivamente, se constata que o número de estados afetados de dois e o Distrito Federal para os demais Estados da Federação, inclusive o Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar os grandes problemas ocasionados pelas arboviroses no Brasil, onde a sociedade deve combater os focos de reprodução do vetor e assim contribuir para uma melhor qualidade de vida da população. Os profissionais da saúde devem atuar em conjunto,

ou seja, de maneira multidisciplinar para atender as necessidades dos pacientes e fornecer o cuidado e atenção necessária.

Garantir uma terapêutica adequada é essencial para o tratamento dessas patologias, por isso tanto o tratamento farmacológico quanto o não farmacológico, são insumos essenciais para se alcançar um bom resultado no tratamento. O diagnóstico correto auxilia no tratamento, onde ele se torna indispensável para o sistema de saúde. É necessário a implementação de campanhas educativas para orientar a população sobre os riscos da dengue, zika vírus e febre chikungunya, e os perigos que a alta medicação pode ocasionar, a fim de minimizar os problemas de saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Diretoria Técnica de Gestão. – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 80 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Preparação e resposta a introdução do vírus Chikungunya no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 100 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Febre de chikungunya: manejo clínico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015a. 28 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Zika: Abordagem Clínica na Atenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016a. 72 p. : il.

BRASIL. Monitoramento dos casos de dengue e febre de chikungunya até a Semana Epidemiológica 32, 2016. **Ministério da Saúde**, Brasília, v. 47, n. 33, p 1-10, 2016b. Disponível em: < <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/setembro/16/2016-028---Dengue-SE32.pdf> >. Acesso em: 17/10/2016.

BRASIL. Monitoramento dos casos de dengue e febre de chikungunya até a Semana Epidemiológica 32, 2015. **Ministério da Saúde**, Brasília, v. 46, n. 27, p 1-7, 2015b. Disponível em: < <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/01/2015-030-bol--1-.pdf> >. Acesso em: 17/10/2016.

CAMARGO, E. P. Doenças tropicais. **Estudos Avançados**, São Carlos, v. 22, n. 64, p.95-110, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjE6YmNyJ_QAhVLhJAKHeXNCSIQFggBMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Ffeav%2Farticle%2Fdownload%2F10350%2F12035&usq=AFQjCNEKkmEuVAZb7VSM5dS5x3hJpOig&bvm=bv.138169073,d.Y2I>. Acesso em: 17/10/2016.

CHAVES, M. R. O. *et al.* Dengue, Chikungunya e Zika: a nova realidade brasileira. **NewsLab**, São Paulo, v. 132, p. 12-24, 2015. Disponível em: <http://www.newslab.com.br/newslab/revista_digital/138/artigos/artigo1.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.

DENDASCK, C. V.; OLIVEIRA, E.; LOPES, G. F. Chikungunya: aspectos gerais do arbovirus. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 2, n. 1, p. 23-32, Mai. 2016. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<http://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/chikungunya-aspectos-gerais-do-arbovirus?pdf=1245>> . Acesso em: 23/10/2016.

DENGVAXIA®: vacina. Responsável técnico Silvia Regina Brollo. Val de Reuil, França: Sanofi Pasteur, 2015. Bula de vacina. Disponível em: <http://www.sanofipasteur.com.br/sites/www.sanofipasteur.com.br/files/sites/default/files/pictures/Dengvaxia_Bula%20Paciente.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.

FALCÃO, M. *et al.* Guia de manejo da infecção pelo vírus zika. **Sociedade Brasileira de Infectologia**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2016/07/Guia_Manejo_Zika_SBI.pdf> . Acesso em: 27/10/2016.

MADEIRO, C. Fiocruz analisa se zika pode ser transmitido por outro tipo de mosquito. **Uol notícias Ciência e Saúde**, Maceió, Dez. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/12/29/fiocruz-analisa-se-zika-pode-ser-transmitido-por-outro-tipo-de-mosquito.htm>>. Acesso em: 03/11/2016.

MACIEL, I. J.; SIQUEIRA JR, J. B.; MARTELLI, C. M. T. Epidemiologia e desafios no controle do dengue. **Revista de Patologia Tropical**, Goiânia v. 37, n. 2, p. 111-130, Mai./Jun. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/viewFile/4998/4185?journal=iptsp>>. Acesso em: 03/10/2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTERO, A. Fiebre Chikungunya – una nueva amenaza global. **Medicina Clínica**, Barcelona, v. 145, n. 3, p. 118-123, Aug. 2014. Disponível em: <<http://svmi.web.ve/wh/intertips/FIEBRE-CHIKUNGUNYA.pdf>>. Acesso em: 03/10/2016.

O DIA. Vírus da zika chegou ao Brasil durante a Copa do Mundo. **O Dia**, Rio de Janeiro 15 mai. 2015. . Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/mundoeciencia/2015-05-15/virus-da-zika-chegou-ao-brasil-durante-a-copa-do-mundo.html>>. Acesso em: 03/10/2016.



RANG, H. P. *et al.* Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REINA, M.C.F.P. *et al.* Investigação de casos de Encefalite Viral de Saint Louis, notificados no município de São José do Rio Preto – SP, agosto de 2006. Nota técnica – Secretária de Estado da Saúde/Coordenadoria de Controles de Doenças/ Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”, 2006.

TAUIL, P. L. Condições para a transmissão da febre do vírus chikungunya. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 773-774, oct./dec. 2014.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 10 ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B.; CASE, C. Doenças microbianas dos sistemas cardiovascular e linfático. *In:* _____. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed. 2012. cap. 23. p. 637-673.

WILSON, W. R.; SANDE, M. A. C. **Doenças Infecciosas**: diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2004. 972 p.

CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM ARACATI: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO CONSELHO TUTELAR NO COMBATE A ESTA PRÁTICA¹

²**Daniela Santos Barbosa.**

³**Deijenane do Nascimento Barbosa de Souza.**

⁴**Orientador: Prof. Esp. Alfredo Narciso da Costa Neto.**

RESUMO

O presente trabalho visa discorrer sobre o crime tipificado no artigo 217-A, incluído ao Código Penal Brasileiro através da Lei 12.015/2009 e objetivando enriquecer esse estudo, abordaremos de forma sumária o papel do Ministério Público no que concerne às denúncias de Estupro de Vulnerável no Município de Aracati/CE, isto é, buscaremos entender como as queixas chegam ao Ministério Público e a forma com que esses casos são tratados, ou seja, quais providências são tomadas para que as denúncias sejam devidamente apuradas.

PALAVRAS – CHAVES: Estupro de Vulnerável, Ministério Público, Menor.

SUMMARY

This work aims to discuss the crime typified in Article 217-A, including the Brazilian Penal Code by Law 12,015 / 2009, aiming to enrich this study, we discuss in summary the role of the prosecution in relation to allegations of rape Vulnerable in the municipality of Aracati / CE, ie we seek to understand how the complaints come to the prosecutor and the way these cases are handled, that is, what steps are taken to ensure that complaints are properly cleared.

KEY - WORDS: Vulnerable rape, prosecutors, Minor.

¹ Artigo científico apresentado na Expo FVJ de 2016.

² Aluna do 2º Período de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ.

³ Aluna do 2º Período de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ.

⁴ Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pós-graduado em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), Pós-graduado em Processo Civil pela Faculdade Ateneu (FATE), Pós-graduado em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIALSSELVI). cursando MBA em Gestão Estratégica de IES pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Professor de Direito e Processo Constitucional, Legislação Trabalhista e Direito Comercial nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Assessor Jurídico do grupo COMPESCAL, grupo CELM, grupo MARIS e outros grupos empresariais. Articulista.

1.0 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tende a tratar dos Crimes Sexuais contra Vulnerável, que fora incluso no Código Penal Brasileiro através da Lei nº. 12.015, de 07 de agosto de 2009⁵. Podemos dizer que a citada lei, que trata do crime de Estupro de Vulnerável é considerada jovem, tendo em vista que foi criada em 2009 e sua criação veio a inovar o Código Penal Brasileiro no que diz respeito aos crimes sexuais.

Salientamos que existem questionamentos referentes a mencionada lei, ou seja, segundo os críticos, o legislador ao criar a mencionada lei não acompanhou as mudanças da sociedade atual, tendo em vista que os adolescentes têm total acesso a informação e a vida sexual está começando cada vez mais antecipada e diante dessa discussão, há quem acredite que a idade de 14 (catorze) anos não condiz com a realidade, levando em conta que nessa idade, muitos jovens já têm iniciado a vida sexual.

Neste momento é importante mencionar que o direito é produto cultural da sociedade, ou seja, isso faz com que conceitos jurídicos sofram alterações e novos significados possam surgir. Em razão disto, o tema abordado levará em conta a participação do papel do Ministério Público com ênfase no município de Aracati-Ceará.

2.0 - DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

É sabido que para a configuração do crime de estupro de vulnerável ser devidamente tipificado, é necessário que a conduta do indivíduo se adeque a uma das situações previstas no artigo 217-A do CPB e são elas: ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com uma vítima menor de 14 (catorze) anos, ainda que esta queira ou permita a relação, levando em consideração que o consentimento dela não tem legitimidade. Desta forma, observa-se o texto do Artigo 217-A do CPB, onde diz:

Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º. Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o

⁵ Anteriormente à criação da citada lei, era possível encontrar no Artigo 214 do CPB (Código Penal Brasileiro), a definição do crime de Atentado Violento ao Pudor, artigo este revogado pela mencionada lei.

necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

Apesar de haver discussões relacionadas a esse tema, o STJ, através do relator Rogério Schietti, tutelou que apesar de ficar claro que a vítima de estupro de vulnerável, é experiente na vida sexual e/ou mantém relacionamento amoroso com o imputado, independentemente de sua vontade e de seu “*conhecimento sexual*”, mesmo assim existirá o crime e o autor, deverá ser punido na esfera penal. Seguindo esse raciocínio jurídico os doutrinadores Renato Marcão e Plínio Gentil também defendem a seguinte tese:

Um contato isolado, ou ocasional, ou mesmo um namoro consentido pelos responsáveis não constituirão situação bastante para inserir a prática sexual no campo da licitude penal, uma vez que, diversamente das hipóteses anteriores, não existirão instituições jurídicas a lhe dar amparo, nem, conseqüentemente, um direito à libidinagem que possa ser regularmente exercido.

Conforme foi dito, independentemente da anuência da vítima, ainda que com 14 (quatorze) anos esse desejo não modifica em nada o tipo penal.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o sexo ou "qualquer ato libidinoso" envolvendo adultos e menores de 14 anos é considerado Estupro de Vulnerável, não importando se a vítima consentiu. Podemos mencionar que uma decisão geral do STJ defendeu que independentemente de ficar provado que a vítima tinha experiência sexual anterior ou que mantinha um relacionamento amoroso com o imputado, não deixará de existir crime.

Para o Ministro Rogério Schietti, apesar das mudanças na sociedade e o crescimento cada vez mais precoce das crianças e dos adolescentes, qualquer tipo de relacionamento sexual com menores de 14 (catorze) anos, devem ser apuradas e punidas na esfera penal.

Devemos mencionar que serão considerados vulneráveis não somente os menores de 14 (quatorze) anos, mas também as pessoas equiparadas, ou seja, pessoas que estejam internadas em razão de tratamento de alguma enfermidade, os doentes mentais, e outros que não dispõem de discernimento para a prática do ato sexual e aquelas que por alguma e qualquer causa não possam oferecer resistência.

Vale ressaltar que as situações de embriaguez ou até mesmo os efeitos de substâncias entorpecentes que causem vulnerabilidade momentânea, também são vistas como facilitadoras no instante da prática da relação sexual, ou seja, no momento em que determinada pessoa se encontra embriagada, drogada ou até mesmo em estado de coma, e sofrer alguma espécie de abuso sexual facilitado por essa condição, a legislação é clara em afirmar que determinada pessoa foi vítima de Estupro de Vulnerável e dessa maneira, o imputado poderá responder na Justiça pelo crime tipificado no artigo 217-A do Código Penal Brasileiro - CPB.

Figura-se que em qualquer uma dessas situações de Estupro de Vulnerável, estamos diante de configuração de Crime Hediondo, com a aplicação da Lei de Crimes Hediondos e a pena prevista para quem comete tal crime vai de 08 (OITO) a 15 (QUINZE) anos pena essa superior a pena prevista para o crime de Estupro comum, tipificado no Artigo 213 do CPB, que é de 06 (SEIS) a 10 (DEZ) anos.

3.0 - O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIANTE DAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM VULNERÁVEIS

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e entre suas diversas atribuições: defesa da ordem jurídica, defesa do regime democrático e defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, é responsável por zelar pelos interesses da criança e do adolescente.

Sabemos que o Ministério Público Brasileiro a partir da atual Constituição Federal, passou por algumas reformulações, que, no Artigo 127, foi definido como *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*. Este conceito apresenta o Ministério Público com o dever de zelar para a concretização da ordem social, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, que são fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Nos casos do crime de Estupro de Vulnerável, objeto do presente trabalho, a Lei 12.015/2009 alterou o Artigo 225, passando a prever a ação penal pública condicionada à representação do ofendido como regra e, na hipótese de a vítima ser menor

de 18 anos ou pessoa vulnerável, a ação penal pública, pelo Ministério Público, passou a ser incondicionada, ou seja, desde que provado um crime, tornando plausível a acusação, o órgão do Ministério Público deverá promover a ação penal, sendo irrelevante a oposição por parte da vítima ou de qualquer outra pessoa.

Apesar de existir discussões acerca da ilegitimidade e legitimidade do Ministério Público, na competência de ajuizamento da ação penal pública em crime sexual contra vulnerável, vale ressaltar que sua atuação é extremamente legítima, uma vez que a ideia de proteção integral à criança e ao adolescente é ligada ao Ministério Público e após a reforma ocorrida pela Lei 12.015/2009, a ação penal ficou regimentada da seguinte forma:

Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação. Parágrafo único. Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.

Devemos mencionar que no dia 25/02/2016, o Supremo Tribunal Federal negou petição referente a Habeas Corpus (HC) que apresentava como base a ausência de legitimidade do Ministério Público para propor ação penal pública em caso de crime de atentado violento ao pudor contra menor de 14 anos de idade (atualmente, após a reforma de 2009, crime de estupro de vulnerável), ocorrido em 10 de setembro de 2007, todavia, por maioria dos votos, os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Edson Fachin e Rosa Weber reconheceram legitimidade ao Ministério Público para ajuizar ação penal pública. Restaram vencidos os votos dos Ministros Teori Zavascki, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

Segundo o criminalista Dr. Fabio Silva Bozza⁶, sem dúvida, trata-se de importante decisão, que apresenta sérias consequências para as liberdades individuais, razão pela qual merece detida reflexão.

PRIMEIRO, resta claro da análise da decisão que a maioria dos membros da Suprema Corte interpreta o processo penal como instrumento de aplicação do direito penal, e entende, ainda, o direito penal como instrumento adequado à tutela de direitos fundamentais.

⁶ <http://canalcienciascriminais.com.br/a-titularidade-da-acao-penal-em-crimes-sexuais-contra-vulneraveis/>

SEGUNDO, as normas jurídicas que regulam ação penal são regras, razão pela qual não admitem ponderação.

TERCEIRO, ao adotar a doutrina da proteção integral, insculpida no artigo 227 da Constituição Federal, a decisão não demonstra qual a relação entre a defesa das crianças e adolescentes e a utilização do direito penal como instrumento para alcançar referido fim. Em um Estado Democrático de Direito, decisões que limitam direitos fundamentais (no caso, a liberdade do condenado) devem, necessariamente, demonstrar racionalmente como vão tutelar o outro direito fundamental. Principalmente no caso em tela, como o direito fundamental à liberdade sexual da criança já foi violado, fica praticamente impossível demonstrar como a criança vítima do crime seria protegida por meio da restrição ao direito fundamental à liberdade do condenado.

QUARTO, a dimensão de proibição de proteção deficiente de direitos fundamentais (untermassverbot), quando aplicada em matéria penal, presume, equivocadamente, a adequação da pena criminal como instrumento de prevenção de crimes e, conseqüentemente, de tutela de direitos fundamentais. Não há qualquer comprovação empírica de qualquer efeito preventivo da pena. Ademais, a crítica criminológica sobre a pena criminal demonstra exatamente o contrário, reconhecendo a privação da liberdade como instrumento de reprodução da criminalidade.

POR ÚLTIMO, e não menos importante, o desrespeito ao princípio da legalidade (na dimensão de proibição de retroatividade da lei penal), sob o argumento de que a criança, vítima do crime, restaria desprotegida caso não fosse reconhecida legitimidade ativa ao Ministério Público para propor a ação penal, significa um regresso histórico na interpretação do direito penal, reconhecendo-o como uma relação jurídica privada, e não como um instrumento de proteção das liberdades individuais frente ao poder punitivo estatal.

3.1 - A atuação do Conselho Tutelar de Aracati/Ceará.

O Conselho Tutelar foi criado a partir da Lei Federal nº 8.069/1990, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, criado com a responsabilidade de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes e fazer com que se cumpram os direitos garantidos a eles, por parte da família, da sociedade e do Estado⁷, conforme o Art. 131⁸ do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁷ Brasil, [Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Pertinente] 2009, pág. 60. “O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

⁸ O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Seguindo o Artigo 147 da Lei nº. 8.069/1990, no que diz respeito a competência, podemos ver sua definição a seguir:

A competência será determinada:

*I - pelo domicílio dos pais ou responsável;
Quando não é possível esse elemento, atua-se pela localidade onde se encontra a criança ou adolescente.*

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

No que diz respeito à competência do Conselho Tutelar, segundo os incisos acima, estas são referentes ao espaço geográfico e físico do local da residência dos pais, responsáveis ou onde possa ser localizada a criança e/ou adolescente.

§ 1º. Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

Se tratando de Ato Infracional, somente o Juiz da Infância e Juventude poderá aplicar Medidas Socioeducativas pertinentes a cada caso que envolva criança e/ou adolescente infrator.

§ 2º A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

§3º Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, ser competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede estadual da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo Estado.

Em breve entrevista com o Conselho Tutelar do Município de Aracati/CE, buscou-se compreender a funcionalidade de apuração das denúncias de crime de Estupro de Vulnerável, levando em conta o índice mensal de casos recebidos.

O órgão informou que mensalmente, recebem ligações anônimas dando conta de situações vivenciadas por crianças e adolescentes, e que o percentual de idade das vítimas costuma variar, mas com certa predominância às idades de 01 (um) ano à 14

(catorze) anos e que, *à priori*, após ser feita uma conversa com a família da vítima, essa criança ou adolescente costuma ser encaminhada ao Hospital Municipal desta urbe, a fim de ser submetida a exames, a fim de verificar, num primeiro momento se a vítima, em razão da prática sexual ou do ato libidinoso sofrido, chegou a ser contaminada com alguma doença.

Diante dessas denúncias, que muitas vezes chegam através do Disque 100 – Direitos Humanos ou através do telefone do próprio órgão, é feito termo de encaminhamento circunstanciado e remetido ao Ministério Público desta urbe, a fim de dar ciência ao Promotor de Justiça.

Conforme o Conselho Tutelar, denúncias também chegam através da família da criança/adolescente, que por alguma razão, tenha desconfiado de algum comportamento estranho e isso, muitas vezes é um pontapé inicial para chegar até o agressor, que como dito antes, acontece de as vezes estar dentro da própria casa da vítima ou muito próximo à família.

Após aportar no Ministério Público, a denúncia é encaminhada em forma de requisição à Polícia Judiciária, no objetivo de que esta, cumprindo seu mister, desenvolva diligências e investigações, a fim de chegar ao acusado/imputado, e apurar minuciosamente os fatos descritos na denúncia. Ainda cumprindo sua atribuição, o Ministério Público acompanha o andamento das investigações, solicitando as diligências que entender necessárias à conclusão dos autos.

Ainda em conversa com o Conselho Tutelar, recebemos a informação de que no ano de 2015 aportaram 15 (quinze) denúncias de Estupro de Vulnerável, envolvendo crianças e adolescentes, sendo que 12 (doze) destes foram cometidos por pessoas conhecidas ou parentes das vítimas (Pai, Tio, Avô, etc). Em 2016, até o mês de Outubro, esse número aumentou, foram 25 (vinte e cinco) denúncias de Estupro de Vulnerável, sendo que 21 (vinte e um) destes, foram cometidos por pessoas conhecidas ou parentes (Pai, Tio, Avô, etc), uma triste realidade.

4.0 – CONCLUSÃO

Diante desses dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Tutelar do Município de Aracati/CE, pudemos perceber que o índice de denúncias recebidas no ano 2015 envolvendo crianças é extenso e isso indiscutivelmente assusta, tendo em vista que nos deparamos com números que refletem as crianças que sofrem esse tipo de violência, principalmente convivendo com os agressores, levando em consideração que a própria pesquisa aponta que o perfil dos agressores são de pessoas próximas, muitas vezes familiares das crianças.

Adolescentes também são alvos dessas agressões, pois não estamos apenas tratando da violência sexual e sim da agressão psicológica sofrida por esses adolescentes, que muitas vezes, estavam na condição de vítimas desde quando eram crianças. É fato de que alguns abusos são descobertos muitos anos depois, quando as próprias vítimas cansam do sofrimento e relatam para alguém. Infelizmente, o Estupro de Vulnerável, muitas vezes está próximo demais, o que impede que seja enxergado, ou seja, em muitos casos, a denúncia anônima de alguém que está de fora é o pontapé de tudo.

Assustadoramente, a estatística do ano 2016, aumentou consideravelmente e diante dessa realidade, principalmente no que se refere aos agressores, sendo que cada vez mais familiares estão envolvidos, ou seja, os acusados nem sempre se trata de alguém distante e observando esse crescimento no que se refere aos acusados estarem próximos, concluímos que muitas vezes o inimigo está dentro de casa.

Ainda acerca da pesquisa desenvolvida, constatamos que as crianças do sexo feminino representam quase 100% do índice de vítimas de Estupro de Vulnerável no Município de Aracati/CE e diante desses dados, pensamos: O Estatuto da Criança e do Adolescente existe há tanto tempo, o que significa que não deveria existir crimes como esse, levando em consideração que as crianças e adolescentes que deveriam estar sempre sob proteção da família e do Estado, na verdade estão cada vez mais vulneráveis à sofrer qualquer tipo de violência.

Desta forma, entendemos que o Ministério Público e o Conselho Tutelar trabalham garantindo os direitos da criança e do adolescente, atuam juntos, por um lado o Conselho Tutelar atende e encaminha os casos ao Ministério Público e este, aciona a

Justiça da Infância e da Juventude, ou seja, faz a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prevalecer.

5.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Roberto João – Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005

KONZEN. Afonso Armando. Conselho Tutelar, Escola e Família: Parcerias em Defesa do Direitos à Educação. Disponível: www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/

LEI 8.069/91 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Legislação Pertinente, 2009

LORENZI. Gisella Werneck. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil [S.I.]: Virtual Books, 2002. Disponível em: <http://www.promenino.org.com>. Acesso em 12 Outubro 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos direitos Fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2007.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Ação penal nos crimes contra a liberdade sexual e nos delitos sexuais contra vulnerável: a lei nº 12.015/09. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2239, 18 ago. 2009.

Concursos Públicos: Direito Subjetivo Presumido à Nomeação *versus* Cadastro de Reserva

Felipe Carlos Morais de Oliveira¹
Heitor Roque da Silva²

RESUMO: o presente artigo elenca os conceitos jurídicos que define os concursos públicos e os princípios éticos do servidor, elucida o posicionamento quanto ao direito à nomeação, a evolução dos concursos e a formação de cadastro reserva.

Palavras-chaves: concursos, nomeação e cadastro reserva.

INTRODUÇÃO

O desempenho de funções públicas no Brasil já ocorreu por meio de delegação, indireta ou direta, do Imperador no século XIX. No período do Brasil Império, existiam tão somente os chamados cargos de confiança sendo o Imperador o responsável por admitir ou exonerar quando julgasse conveniente.

Somente na Constituição de 1934 é que o sistema ilimitado de contratação e exoneração foi extinto sendo mantido na antiga Constituição Republicana de 1891. Com a Constituição de 1934 foi estabelecido o processo imparcial para a nomeação de funcionários públicos. Surgia, neste momento, no ordenamento jurídico brasileiro, o concurso público.

No entanto, nos dias atuais, a Lei Maior Federal ainda é afrontada, pois muitas pessoas ainda ingressam em cargos da administração pública por nomeações sem qualquer tipo de processo avaliativo.

No conceito formal de concurso público, temos:

“[...] É um processo competitivo, em que os cargos são disputados pelos vários candidatos. Os cargos não de estar sem os respectivos titulares ou em estado de vacância. De sorte que o concurso somente pode ser aberto se existir cargo vago e se

¹Faculdade Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Direito.

² Faculdade Vale do Jaguaribe, Bacharelado em Direito.



deseja ampliar o quadro em razão da necessidade de serviço, devem-se criar os cargos e só depois instaurar o concurso.” (GASPARINI 2007, p. 178-179)

Ao funcionário público cabe seguir as leis estabelecidas pelo órgão ao qual está lotado e as do ordenamento pátrio.

É possível perceber que o meio mais justo com qualquer cidadão que queira desempenhar o exercício de um cargo público é justamente o ingresso através de concurso público que servirá para selecionar o pessoal mais apto para gerir a administração pública.

METODOLOGIA

Princípios da Administração Pública

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...” (Art. 37 da CF/88)

A finalidade de todos esses princípios é de que sejam preservados e respeitados pela a administração, assim prevalecendo a segurança jurídica.

Os princípios que regem a administração pública são definidos explicitamente no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Elucidando melhor suas definições, temos:

Princípio da Legalidade

Resume-se no fato de definir que todos os atos administrativos são regulados por lei. Tal princípio norteia a execução de ações justas por parte do administrador no que concede valores inseridos em princípios jurídicos. O objetivo é combater o poder arbitrário do Estado por meio de espécies normativas.

Princípio da Impessoalidade

Define que qualquer ato da administração pública deve ocorrer de forma igual para todos referenciar ou beneficiar a uma só pessoa. Isso significa que a Administração Pública deve buscar sempre o interesse público, nunca o privado, vedando o favorecimento de algumas pessoas em detrimento de outras atingindo desta forma o princípio da finalidade.

Princípio da Moralidade

Este princípio busca o valor moral do administrador público no âmbito de suas atribuições como servidor que está diretamente ligado a ideia de probidade e boa fé. O princípio da moralidade vem para complementar o princípio da legalidade conforme a atuação adequada e ética do funcionário público para com o seu compromisso com a sociedade.

Princípio da Publicidade

Todo ato deve ser público de forma que todos tem o direito a obter informações do que está sendo praticado pelos órgãos públicos. Este princípio assegura a sociedade um meio de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos por meio da transparência de seus atos.

Princípio da Eficiência

Assegura a sociedade que todo e qualquer serviço a ser prestado pelo funcionário público deve ter qualidade. Desta forma, é imposto ao servidor que este realize suas obrigações com rapidez, perfeição e rendimento de forma a satisfazer os interesses dos administrados sendo inadmissível a procrastinação.

Direito Subjetivo Presumido à Nomeação

Com o início do processo seletivo, a Administração Pública demonstra a sua necessidade de preencher cargos ou empregos públicos. Neste caso, o concurso público não pode ser meio de receitas públicas, sendo, desta forma, difícil de imaginar que o

certame seja concluído e os aprovados nele não sejam nomeados ou contratados. Seria considerado um desperdício total de tempo, esforço e dinheiro.

No entanto, a jurisprudência colocou que os aprovados em concurso público possuem mera expectativa de direito a nomeação. Ou seja, neste caso, cabe a Administração Pública, em sua competência discricionária, nomear os aprovados de acordo com a conveniência e oportunidade.

O efeito deste entendimento jurisprudencial acarretou em situações desvirtuadas no que tange os concursos públicos, como a realização de inúmeros certames sem que se procedesse, de fato, a nomeação o contratação dos aprovados por afirmar que se tratava de mera competência discricionária da Administração Pública.

Finalmente, essa concepção vem sendo modificada pela doutrina mais atual defendida por DE CASTRO, 2010 que diz o seguinte:

“[...] a aprovação no concurso público não gera simples expectativa de direito de ser nomeado ao aprovado, gera-lhe direito subjetivo presumido à nomeação. Com efeito, se a Administração deixar de transparecer, seja na publicação do Edital, seja mediante a prática de atos configuradores de desvio de poder (contratações temporárias e terceirizações de serviço), que necessita da mão-de-obra dos aprovados, ou ainda se surgirem novas vagas durante o prazo de validade do concurso, a expectativa se transmuda em direito subjetivo. Vislumbra-se [...] que os aprovados no concurso possuem direito subjetivo presumido à nomeação e à prorrogação do prazo de validade, inteligência que, na prática, transfere à Administração Pública o ônus de demonstrar, com argumentos razoavelmente aceitáveis (v.g excesso de despesas de pessoal), os motivos que ensejaram a não-adoção dessas medidas”

Logo, o entendimento vigente determina que:

- a) Existe direito subjetivo à nomeação para o cargo concorrido ao candidato que se classificou dentro do número de vagas previsto no Edital.

- b) Caso algum candidato classificado dentro do número de vaga por algum motivo não assuma seu cargo, o candidato classificado na posição imediatamente posterior passa a ter o direito subjetivo à nomeação.
- c) Não possui direito subjetivo à nomeação o candidato aprovado acima do número de vagas previsto no certame.

Cadastro de reserva e o respeito ao direito à nomeação

Entendido o fato da existência de um direito adquirido à nomeação, o planejamento de concursos assumiu novos moldes. É necessária uma preocupação maior com relação ao número de vagas. Tal número relaciona-se com os candidatos aprovados cujo direito de nomeação é válido como também aos candidatos que irão disputar as vagas o chamado cadastro de reserva. O cumprimento desses quantitativos e previsão financeira tornou-se prioridade para os gestores públicos.

O cadastro de reserva nada mais é que uma quantidade de candidatos aprovados dentro do perfil mínimo dos cargos, porém excedendo o número de vagas disponíveis no edital. Para evitar interpretações equivocadas é necessário que o quantitativo de vagas de efeito imediato e as de cadastro de reserva estejam expressamente descritas no edital.

A necessidade de cadastro de reserva ocorre quando a rotatividade no cargo público é muito intensa, existindo assim a possibilidade dos gestores públicos de admitir novos servidores sem que haja novo concurso público.

Para definir o número de vagas destinadas ao cadastro de reserva é necessário analisar dois parâmetros essenciais:

- O número de vagas disponíveis
- O prazo de validade do concurso

Mesmo com esses valores em mãos, os gestores devem estimar o número de aposentadorias e exonerações dentro do período de validade do concurso. A partir desses números é possível fazer uma previsão de quantos novos funcionários públicos poderão ser admitidos, levando-se em conta também que pode ocorrer a criação de novos cargos.

As maiores discussões sobre cadastro de reserva ocorrem quando da realização de um concurso público especificamente para composição de candidatos para essas vagas, sem nenhuma informação de vagas para provimento.

Não é que seja ilegal realizar concurso público exclusivamente para cadastro de reserva, mas sim dá a falsa noção do direito à nomeação mas sem planejamento legal para que isso ocorra. Ou seja, em um concurso público com várias etapas de análise dos candidatos, ao término de todo o processo, o candidato presume estar apto a assumir seu cargo, porém a administração não possui quadro de vagas disponíveis, agindo assim de má fé.

Em situação legal, um concurso público exclusivamente para cadastro de reserva requer que:

- Exista um processo iniciado de criação de cargos públicos.
- Existência de cargos vagos
- Iminência de servidores a se aposentar

Nesses casos, ainda é necessário comprovar a urgência de no futuro precisar do preenchimento de tais cargos.

Diante do exposto, é possível perceber que em casos específicos de fato de legitima a necessidade da realização de concursos públicos exclusivos para cadastro de reserva.

O grande problema ocorre quando administração pública promove a realização de um concurso público de cadastro de reserva como meio de obscurecer o direito adquirido a nomeação

Nesses casos, segundo MOTTA, 2011 o STF (Supremo Tribunal Federal) reconhece o direito de nomeação quando comprovada a necessidade do preenchimento de cargos públicos e o não provimento dos aprovados.

O STF ainda reconhece o direito de nomeação dos candidatos aprovados em cadastro de reserva quando da contratação de terceiros para exercer as mesmas atribuições objeto do concurso.

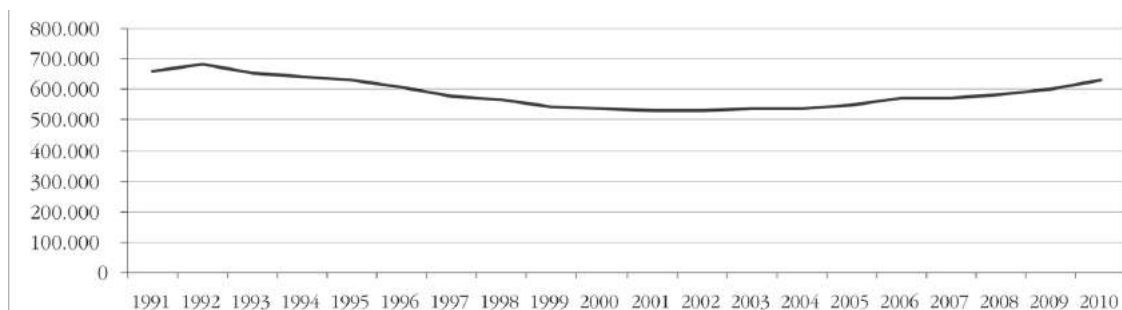
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Processo Evolutivo dos Concursos Públicos no Brasil

A evolução da quantidade vagas disponíveis através de concursos públicos para provimento em cargos efetivos no Brasil passou por alguns momentos pontuais.

Na primeira década de 2000, o movimento de recomposição do quadro de pessoal não foi tão significativo como pode ser observado no Gráfico 01.

Gráfico 01. Servidores Civis Ativos na Administração Pública.



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal, SRH/MPOG.

É preciso levar-se em conta o grau de escolaridade entre o servidor público e um trabalhador no setor privado. Na maior parte das comparações, os servidores públicos possuem nível superior em detrimento dos empregados que possuem nível médio, como pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 01. Nível de Escolaridade: Setor Privado X Setor Público

| | Trab. setor privado (1) | Servidores federais(2) |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------|
| Analfabeto | 5% | 1% |
| 1 ^a grau incompleto | 43% | 14% |
| 1 ^a grau completo | 12% | 9% |
| 2 ^a grau incompleto | 7% | 4% |
| 2 ^a grau completo | 16% | 25% |
| Superior incompleto | 4% | 5% |
| Superior completo | 12% | 42% |
| Total | 100% | 100% |

Fonte: Boletim Estatístico do MARE

Outra comparação a ser realizada com base no nível de escolaridade é justamente a exigência de nível superior como requisito de ingresso na carreira pública que teve um significativo aumento ao longo da primeira década de 2000 como pode ser visto no Gráfico 02.

Gráfico 02. Nível de Escolaridade por Concurso Público



Fonte: Boletim Estatístico MPOG.

De acordo com o Gráfico 03 é possível perceber os momentos de maior investimento em pessoal na área da Administração Pública com a criação de 54.624 vagas e nos dias atuais que representa o período de maior baixa na reposição de pessoal no setor público com a criação de apenas 14.966 vagas.

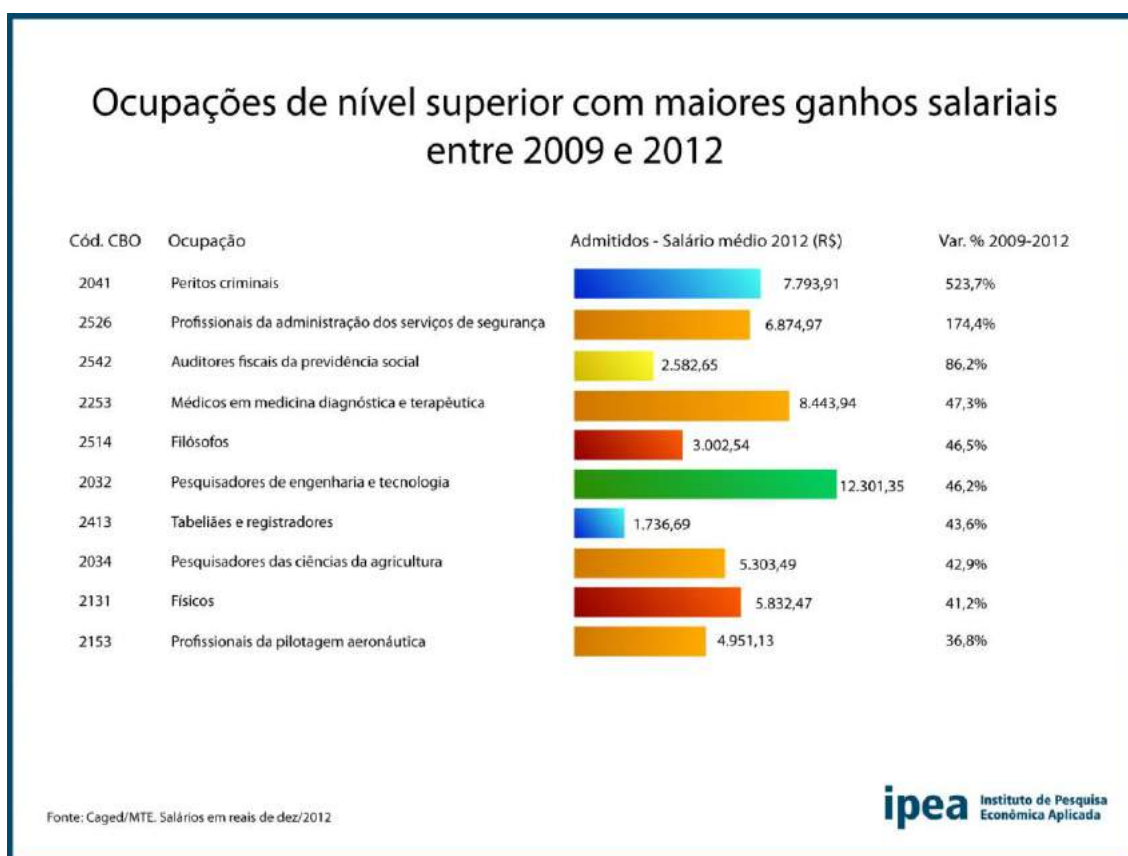
Gráfico 03. Criação de vagas em concursos.



Fonte: Boletim Estatístico MPOG.

No Gráfico 04 é possível observar que as carreiras de nível superior com maiores ganhos salariais ao longo do período descrito são as que predominam no setor público, em que além de médicos também destacam-se engenheiros e arquitetos e algumas especialização de professores de nível superior.

Gráfico 04. Carreiras de nível superior com maiores ganhos salariais.



Fonte: IPEA.

No entanto, mesmo com o significativo aumento no número de cargos públicos, demonstrando até certa preocupação do Estado com a manutenção da máquina pública é possível observar no Gráfico 05 que o Brasil está apenas engatinhando quando se trata de investimentos em servidores públicos.

Gráfico 05. Administração pública brasileira no contexto internacional.

O Estado brasileiro no contexto internacional

| Países com estrutura federativa | Servidores Públicos adm. Central ¹ | População (2000)/ 1000 hab. | Servidores / 1000 hab. |
|---------------------------------|---|-----------------------------|------------------------|
| Alemanha | 501.700 | 82.160 | 6,1 |
| Áustria | 169.003 | 8.110 | 20,84 |
| Canadá | 336.603 | 30.689 | 10,97 |
| EUA | 2.770.000 | 282.194 | 9,82 |
| México | 835.007 | 98.658 | 8,46 |
| Brasil (2000) | 643.332 | 172.540 | 3,73 |

Fonte: OCDE; IBGE Boletim estatístico de pessoal.

Segundo os gráficos apresentados é possível observar que as áreas administrativas no âmbito do setor público estão cada vez mais precisando de perfis qualificados.

Finalmente, um cenário favorável é a visão de que quem trabalha no setor público, em média, ganha o dobro de quem trabalha no setor privado e isto pode ser descrito em parte pelo fluxo de aposentadorias na área pública, que se intensificou nos últimos anos. Na esfera federal, por exemplo, mais de 10.000 servidores se aposentaram em 2010, o dobro do registrado cinco anos antes, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) como pode ser visto no Gráfico 06.

Gráfico 06. Média salarial: setor público X setor privado



Fonte: IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, observa-se que tudo que for relacionado à administração pública está ligado ao interesse da sociedade, onde todos os cidadãos necessitam dos mais variados serviços e atendimentos, que devem ser ofertados com qualidade e eficiência e no menor tempo possível.

Dessa forma, uma série de problemas e descontentamentos seria evitada e a população ficaria satisfeita com o serviço público que lhe foi prestado. O Estado tem o dever de fazer valer todos os serviços que coloca a disposição da população brasileira, ou seja, estes serviços devem ser prestados com qualidade. E, para tanto, é necessário pessoas com mão-de-obra qualificada para atender-nos mais diversos setores da administração pública.

Sendo assim faz-se necessário a realização de concursos públicos, para preencher vagas suficientes para atender a toda a população brasileira, que precisa de atendimento nas mais diversas áreas como: saúde, educação, segurança, além de outros serviços proporcionado pelo o Estado. Conclui-se, assim, que a forma mais justa e respeitosa de prestação de serviços públicos pela administração pública é a realização de concurso público com a consequente seleção de pessoal qualificado para entrar no serviço público.

No entanto, nota-se que a administração pública é uma estrutura rígida onde os cargos foram definidos com atribuições específicas. Neste caso, o servidor ao ingressar no serviço público deverá desempenhar determinada função e não poderá ser deslocada para outra.

Outra fragilidade no serviço público é a existência de cargos específicos de determinado órgão que não podem ser exercidos em outros locais.

Logo, pode-se notar que é necessário uma flexibilização dessa estrutura com objetivo de aumentar a eficiência no âmbito da administração como para evitar que determinados órgãos fiquem com uma quantidade absurda de servidores sem que haja a devida necessidade.

Isso nos leva ao planejamento das vagas a serem ofertas que requer uma preciosa atenção por parte dos administradores públicos ao conduzir os preparativos de um concurso público.



É dever da administração pública expor todas as suas ações com transparência e elucidar os caminhos que deverão ser trilhados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 29 de agosto de 2016.

DE CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre. **Lei de Responsabilidade Fiscal: ensaios em comemoração aos 10 anos da Lei Complementar nº 101/00.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo.** 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOTTA, Fabrício. **Concurso Público:** direito à nomeação e à existência de “cadastro de reserva”. Revista do TCU. 2011.

**Avaliação da Dor dos Funcionários da Faculdade do Vale do Jaguaribe Atendidos Pelo
Programa Mais Saúde FVJ**

Francisca Fiel Moreira
Lucieudo Amorim Moura
ORIENTADOR: Dr. Mario Almino

RESUMO

O presente artigo, surge logo depois da experiência, no estágio supervisionado I, do curso de Fisioterapia, da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, no estado do Ceará, no setor de saúde do trabalhador da própria Faculdade. Tem como objetivo avaliar o grau de desconforto/dor, em cada uma das regiões do corpo, ilustrada, na Escala de Avaliação Postural (Corlett Manenica, 1980), graduando a Intensidade da Dor. Com a aplicação deste instrumento de avaliação, é possível detectar quais partes do corpo dos funcionários são mais afetadas, pela atividade laboral, e qual a intensidade da dor, decorrente do trabalho, podendo assim, avaliar as principais causa e fatores destas disfunções, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os funcionários.

Palavras-chave: Saúde; Trabalhador; Dor, Desconforto; Escala.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no século XVIII, a forma de trabalhar vem se modificando ao longo do tempo, as máquinas, ritmo de trabalho, e o ambiente, não são mais os mesmos, no mundo onde até as relações, comunicações, forma de viver em sociedade transforma-se, o ser humano tem que se adequar a todas essas mudanças, fato este que gera estresse e desgaste dos principais sistemas do corpo, sendo o sistema musculoesquelético um dos mais afetado.

O sistema musculoesquelético é composto por vários elementos: ossos, que são a parte que compõem a estrutura do esqueleto e as partes moles, compostas por músculos, fáscias, sinoviais, tendões, ligamentos, nervos. Esses elementos permitem que os ossos se sustentem, se articulem, e se movimentem (MAENO M. pag. 3, 2001).

Alterações físicas e mentais como o estresse, podem impactar diretamente a fisiologia corporal e secundariamente a funcionalidade deste sistema gerando dor. Deste modo, MIYAHOTO T. S. et al. Pag. 1, 1990, “o estresse pode ser considerado como um conjunto de reações e modificações do organismo de carácter adaptativo químico e fisiológico com o objetivo de manter a homeostase. Porém, quando os estímulos estressantes, sejam eles internos ou externos, ultrapassam o limite de adaptação e defesa do organismo, este se torna suscetível à danos na saúde física e psicológica”.

Podendo citar o ambiente de trabalho como um dos locais mais propícios ao desenvolvimento destas lesões. De acordo com IIDA I. pag. 4 (2005), “a saúde do trabalhador e mantida quando as exigências do trabalho e do ambiente não ultrapassam as suas limitações energéticas e cognitivas, de modo a evitar as situações de estresse, riscos de acidentes e doenças ocupacionais. Qualquer lesão em uma destas estrutura causa dor e prejudica o movimento, leva a posturas erradas de compensação que vira um ciclo vicioso, levando a distúrbios cada vez mais sérios, e que ao longo do tempo se tornam um processo álgico crônico, podendo incapacitar o profissional ao retorno ao ambiente de trabalho.

Segundo (SALLUM C. M. A. et al, pag. 03, 2012), “a dor é um evento comum nos diversos cenários que envolvem a assistência à saúde, desde o nascimento até a morte, no âmbito hospitalar ou fora dele. A dor é definida como experiência emocional desagradável relacionada a um dano tecidual real ou potencial, sendo dividida nos tipos “nociceptiva” e “neuropática”. A dor nociceptiva ocorre por ativação fisiológica de receptores ou da via dolorosa e está relacionada à lesão de tecidos ósseos, musculares ou ligamentares. Já a dor

neuropática é definida como dor iniciada por lesão ou disfunção do sistema nervoso, sendo melhor compreendida como resultado da ativação anormal da via nociceptiva (fibras de pequeno calibre e trato espinotalâmico) (SCHESTATSKY P. Pag. 1, 2008). A dor aguda inicia-se com uma lesão ou injúria e substâncias algogênicas são sintetizadas no local e liberadas estimulando terminações nervosas (nociceptores) de fibras mielinizadas finas ou amielínicas; sua evolução natural é a remissão, porém, em decorrência da ativação de várias vias neuronais de modo prolongado, o caráter da dor pode se modificar e a dor aguda se tornar crônica (SALLUM C. M. A. et al, pag. 03, 2012).

Como tradicionalmente a psicofísica tem focalizado o valor do expoente (inclinação) e não a altura da função psicofísica, isto tem acarretado limitações na utilidade dos procedimentos de escalonamento de razão. Para serem úteis na mensuração de dor, as escalas de estimação de magnitude e de emparelhamento intermodal devem ser ancoradas a um padrão subjetivo (CLARK & YANG, 1983), embora o conceito de padrão subjetivo seja um ideal que pode ser abordado, mas nunca obtido categoricamente. Ele é uma importante, e mesmo essencial, propriedade da mensuração de dor que nunca pode ser completamente isolada (SILVA A. J, FILHO R. P. N, Pag. 17, 1969).

Uma das principais lesões que acometem os trabalhadores, são a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), que causam dor e se não tratadas, incapacidade funcional, o impedindo de realizar suas atividades, essa é principal causa de afastamento do trabalho. A previdência Social, constata que, há quase 10 anos, as LER/DORT representam entre 80 a 90% da doença relacionada ao trabalho notificadas e certamente o maior gasto ao longo dos tempos (MAENO M. pag. 03, 2001).

Primeira hipótese explicativa para a doença foi a biomecânica, segunda a qual o surgimento de problemas músculo-esqueléticas relacionadas ao trabalho seria devido as reações adversas do organismo em resposta às exigências biomecânicas da atividade, em tese, superiores a capacidade funcional individual. Para verificação dessa hipótese, torna-se necessário quantificar as exigências mecânicas sobre os tecidos moles e observar as reações desses tecidos. Essas reações podem ser mecânicas, com variação do comprimento, volume ou ruptura das estruturas, ou fisiológicas observando-se mudanças na vascularização, nutrição, concentração iônica e nas características do potencial de ação muscular. (Ministério da Saúde do Brasil, p. 426, 2001).

Os benefícios da melhoria de saúde, bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores de uma organização industrial refletem e influem em todas as áreas da empresa, desde o

profissional envolvido com produção, até a alta administração. A partir da década de 80 no Brasil, após o aparecimento do fenômeno LER/DORT, os programas de prevenção e tratamento, na prática, têm se mostrado um problema de difícil solução sem um planejamento de ações e um cronograma de prioridades. A globalização da economia e o desenvolvimento tecnológico têm exigido dos profissionais da área de saúde e segurança do trabalho uma atuação contínua, adaptando as novas condições laborais ao trabalhador. Fenômenos da atualidade exigem uma nova postura no âmbito ocupacional (NUNES S. A, MEJIA M. P. D., pag. 02, 2016).

Deste modo o objetivo do presente estudo foi avaliar as regiões do corpo com maior acometimento por processos álgicos nos colaboradores da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), atendidos no programa Mais Saúde FVJ. Buscando mapear quais as áreas do corpo com maior acometimento, e como as atividades laborais afetam o sistema musculo esquelético gerando dor.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo que surge logo depois da experiência, no estágio supervisionado I, do curso de Fisioterapia, da Faculdade do Vale do Jaguaribe, no setor de saúde do trabalhador da própria faculdade, sobre a orientação do professor Dr. Mario Almino.

O estágio foi realizado no período da manhã, com duração de dois dias, onde foram visitados os setores de trabalho da faculdade, realizando intervenção, conscientização sobre a importância da postura correta, adequação dos mobiliários ao trabalhador, ambiente de trabalho, condições físicas e ambientais que possibilitem um bom desempenho do trabalhador, adequação do ambiente de trabalho para uma melhor qualidade de vida do funcionário.

Logo após este momento, foi solicitado que os colaboradores participassem de uma atividade laboral, caracterizada como, ginastica laboral de pausa ou compensatória, realizada no meio do expediente, com o objetivo de aliviar as tensões musculoesqueléticas, gerar alongamento muscular, fortalecimento, melhora da circulação, descompressão articular, além de proporcionar um momento de distração e descontração.

Ao término desta atividade, os funcionários responderam a uma escala de avaliação postural (Anexo I), que contém a figura do corpo humano em posição ortostática, com partes do corpo delimitadas, com o objetivo de mensurar quais regiões do corpo destes profissionais

apresentava algum tipo de desconforto ou processo álgico. Qualificando posteriormente qual a graduação desta dor, através da aplicação da Escala de Avaliação Postural (Corlett Manenica, 1980), que gradua a intensidade da dor, variando de um a cinco, sendo um, nenhuma dor, e cinco, extrema dor, com discriminação das regiões do corpo acometidas.

O estudo teve como amostra 27 funcionários da Faculdade do Vale do Jaguaribe de seus diversos setores, sendo destes 19 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, com idades variadas.

A aplicação da escala foi realizada após pratica de exercícios de alongamento, fortalecimento muscular e exercício de amplitude de movimento para descompressão articular global, com o objetivo de verificar as funcionalidades dos funcionários. Cada participante do estudo respondeu de forma individual ao questionário de dor (Anexo I).

A cada indivíduo foi instruído que respondesse o questionário seguindo algumas orientações como base, que foram: cada número corresponde a um grau de intensidade de desconforto/dor, sendo avaliadas todas as regiões do corpo. Foi explicado que o grau de intensidade “1” indicava (nenhum desconforto/dor), para a região que não apresentava nenhum incômodo. E o grau de intensidade “5” (indica extremo desconforto/dor), caracterizava cada região do corpo com dor extrema, seguindo a ordem que era ilustrada no desenho, presente na escala.

Foram utilizados os seguintes critério de inclusão:

- Colaboradores da Instituição Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ
- Indivíduos que estejam cadastrados no Programa Mais Saúde FVJ
- Sexo Masculino e Feminino sem discriminação de idade

RESULTADOS

Este artigo visa começar pela análise descritiva dos itens contidos na Escala de Avaliação Postural (Corlett Manenica, 1980), quantificando e qualificando os resultados dos 27 questionários aplicado. Foi observado que dos 27 funcionários avaliados, todos tinham algum tipo desconforto e dor, em pelo menos, uma região do corpo. Intensidade da dor (Figura 1):

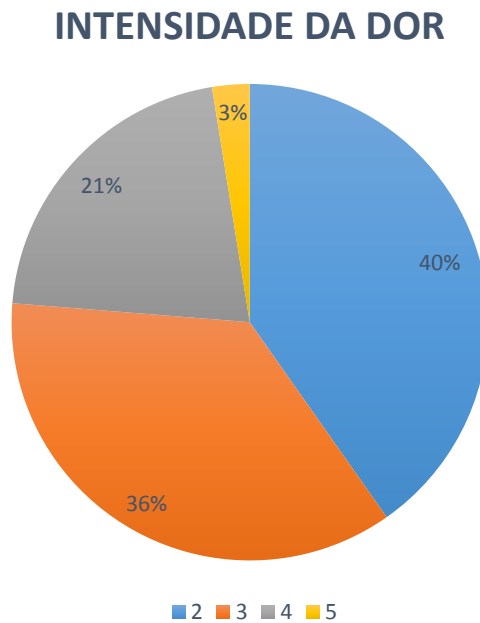


Figura 1: Dos 27, 19 tinham desconforto/dor de intensidade “2”, 17 desconforto/dor de intensidade “3”, 10 desconforto/dor de intensidade”4”, 1 desconforto/dor de intensidade”5”.

Em relação as regiões do corpo (Figura 2):

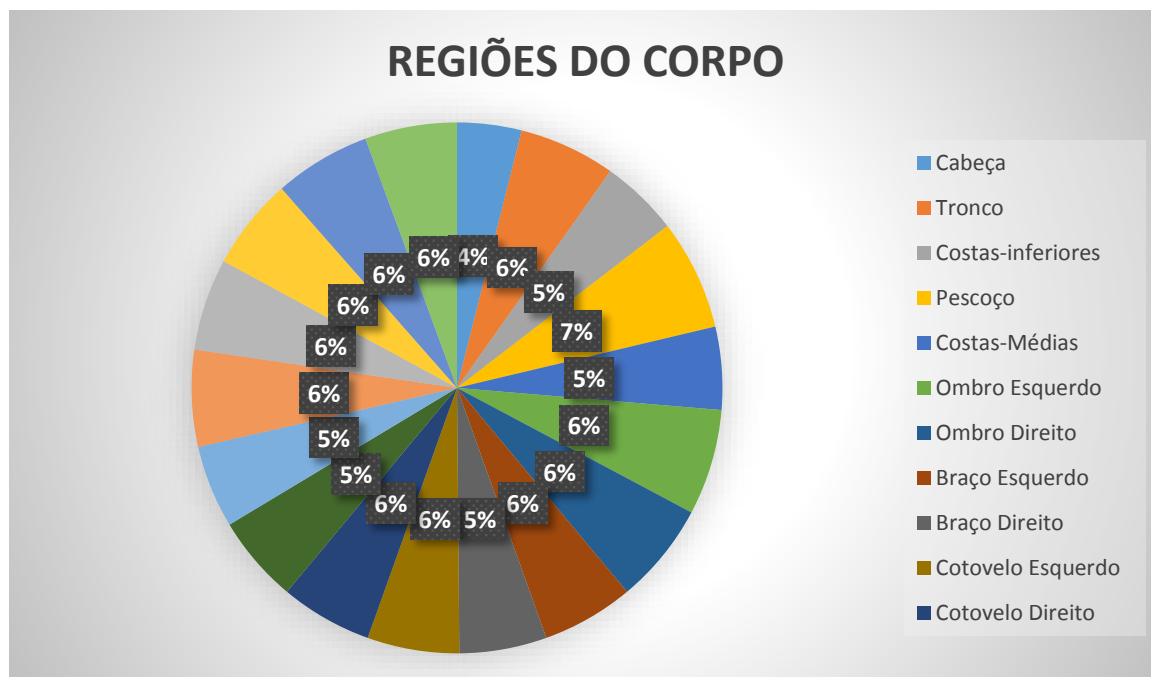


Figura 2: Dos 27, 14 referiam desconforto/dor na região da cabeça, 21 referiam desconforto/dor na região do tronco, 17 referiam desconforto/dor na região das costas-inferiores, 24 referiam desconforto/dor na região do pescoço, 18 referiam desconforto/dor na região costas-medias, 23 referiam desconforto/dor na região do ombro esquerdo, 22 referiam desconforto/dor na região do ombro direito, 20 referiam desconforto/dor na região do braço esquerdo, 19 referiam desconforto/dor na região do braço direito, 20 referiam desconforto/dor na região do cotovelo esquerdo, 20 referiam desconforto/dor na região do cotovelo direito, 19 referiam desconforto/dor na região do antebraço esquerdo, 18 referiam desconforto/dor na região do antebraço direito, 21 referiam desconforto/dor na região do punho esquerdo, 20 referiam desconforto/dor na região do punho direito, 20 referiram desconforto/dor em ambas as mãos, 21 referiram desconforto/dor na região da coxa esquerda, 20 referiram desconforto/dor na região da coxa direita, 21 referiram desconforto/dor na região de ambos os joelhos, 22 referiram desconforto/dor na região da perna esquerda, 21 referiram desconforto/dor na região da perna direita, 22 referiram desconforto/dor em ambos os tornozelos, 19 referiram desconforto/dor no pé esquerdo, 20 referiram desconforto/dor no pé direito.

DISCURSÕES

Como o trabalho possui uma posição central na vida das pessoas, a incapacitação a determinado trabalho influencia, negativamente, na estima do trabalhador, em seu relacionamento familiar e social, gera sintomas depressivos e ansiedade, e consequentemente, insatisfação com o trabalho. A soma dessas situações tem forte impacto na qualidade de vida do trabalhador, acarreta altos custos, baixa produtividade e tem impacto nos indicadores de morbimortalidade de um grupo populacional (TRINDADE L. L. et al, pag. 2, 2012).

Em suma, “é essencial entender os fatores que propiciaram o surgimento e o agravamento dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), também conhecidos como lesões por esforços repetitivos (LER). Estes são, atualmente, um dos principais problemas de saúde pública e os responsáveis por quase 90% dos afastamentos do trabalho. Embora não haja no Brasil controle do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sobre sua prevalência, alguns estudos registram que as DORT ocupam o primeiro lugar entre as doenças ocupacionais, acompanhando a tendência mundial de aumento da incidência desses distúrbios” (GARCIA V. M. D, et al, pag. 01, 2004).

Com as jornadas de trabalho cada vez mais cansativas o surgimento de lesões relacionados ao meio ocupacional torna-se cada vez mais comum. Os processos álgicos que acometem os trabalhadores dificilmente se resumem apenas em uma região do corpo. Foi possível mensurar a partir da aplicação da Escala de Corlett Manenica (1980) nos funcionários da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ que participam do Programa Mais Saúde FVJ, que toda amostra em análise apresentou pelo menos um grau de intensidade de dor, em uma ou mais regiões do corpo.

Percebe-se uma relação direta entre os altos índices de estresse e dores físicas com os aspectos ergonômicos irregulares, o que é expressada através das posturas inadequadas e do cansaço físico e mental, bem como das condições patológicas, como a DORT e doenças adquiridas durante o estrado de estresse (MIYAMOTO T. S. et al, pag. 07, 1999).

O ambiente estressante de trabalho afeta de forma significativa a saúde ocupacional do indivíduo, sendo fator causador de diversas disfunções no corpo humano, ocasionando dor, não afetando apenas suas tarefas no trabalho, mais também sua relação com o meio externo em que está inserido, sendo a sociedade um reflexo das relações de trabalho.

CONCLUSÃO

Através do presente estudo pode-se concluir que os ambientes de trabalho, junto a fatores internos e externos, colaboram no desenvolvimento de distúrbios no sistema músculos esqueléticos, acarretando diversos danos ao corpo humano, sendo fator de predisposição ao surgimento de processos álgicos relacionados ao trabalho. Através da aplicação da Escala de Corlett Manenica, foi possível avaliar que os colaboradores da Instituição Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, apresentavam mais de um foco de dor com níveis de intensidade diferentes, sendo que as partes do corpo relacionadas com a atividade laboral exercida pelos mesmo,

geravam um maior grau de dor ou desconforto, se relacionada com outras partes do corpo avaliadas.

Decorrente da pequena parcela estudada, faz-se necessário novos estudos de maior abrangência, e que busquem verificar a importância da fisioterapia na redução dos impactos gerados pela jornada de trabalho. Visando diminuir ou prevenir os fatores causadores da dor.

REFERENCIAS BIBLIORAFICAS

NUNES S. A., MEJIA M. P. D, A importância do Fisioterapeuta do trabalho e suas atribuições dentro das empresas: revisão bibliográfica, 2016.

MIYAMOTO T. S et. al. Fisioterapia preventiva atuando na ergonomia e no estresse do trabalho, Rev Fisioter. Univ. São Paulo, p.83-91, 1999.

GARCIA V. M. D et al. Analise do perfil do paciente portador de doença osteomuscular relacionada ao trabalho (DORT) e usuário do serviço de saúde do trabalhador do sus de Belo Horizonte, ISSN 1413-3555, Rev. bras. Fisioter. Vol. 8, No. 3 (2004), 273-278.

IIDA I. Ergonomia Projeto e Produção, 2ª Edição 2005.

SALLUM C. A. A et al, Dor aguda e crônica: revisão narrativa da literatura, Acta Paul Enferm. 2012;25(Número Especial 1):150-4.

MAENO M. Lesões por esforços repetitivos – LER, São Paulo.1-45, 2011.

TRINDADE L. L. Dor osteomusculares em trabalhadores da indústria têxtil e sua relação com o turno de trabalho, Rev Enferm UFSM 2012 Jan/Abr;2(1):108-115.

Ministério da Saúde, Doenças Relacionadas ao Trabalho, Brasília, 2001.

SCHESTATSKY P. Definição, Diagnóstico e Tratamento da Dor Neuropática, Rev. HCPA 2008; 28(3).

CLARK W. C, YANG J. C. Acupunctural analgesia? Evaluation by signal detection theory Science 1974;184(4141):1096-8.

SILVA A. J, FILHO R. P. N, A dor como um problema psicofísico, Rev Dor. São Paulo, 2011 abr-jun;12(2):138-51.

ANEXO I:

Escala de Avaliação Postural (Corlett e Manenica, 1980)

Marque (x) na resposta apropriada. Marque apenas um (x) em cada questão.

Cada número correspondente a um grau de intensidade de desconforto/dor em cada uma das regiões do corpo citadas (e que estão ilustradas no desenho abaixo). Caso você não tenha tido problemas em alguma parte do corpo, marque o grau de intensidade "1", que indica "nenhum desconforto/dor", para esta região que não tenha nenhum incômodo.

| INTENSIDADE | | | | |
|----------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Nenhum Desconforto/ dor | Algum Desconforto/ dor | Moderado Desconforto/ dor | Bastante Desconforto/ dor | Extremo Desconforto/ dor |

Escala progressiva de desconforto/ dor

| CABEÇA (28) | | | | | | | | | |
|--------------------|---|-----------------------|---|-----------------------|------------------|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| TRONCO | | | | | | | | | |
| Pescoço (0) | | Região Cervical (1) | | Costas-Superior (2) | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Costas-médio (3) | | Costas-inferior (4) | | Bacia (5) | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| LADO ESQUERDO | | | | | LADO DIREITO | | | | |
| Ombro (6) | | | | | Ombro (7) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Braço (8) | | | | | Braço (9) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Cotovelo (10) | | | | | Cotovelo (11) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Antebraço (12) | | | | | Antebraço (13) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Punho (14) | | | | | Punho (15) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Mão (16) | | | | | Mão (17) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Coxa (18) | | | | | Coxa (19) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Joelho (20) | | | | | Joelho (21) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Perna (22) | | | | | Perna (23) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Tornozelo (24) | | | | | Tornozelo (25) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Pé (26) | | | | | Pé (27) | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

ACESSO À JUSTIÇA E O DÉFICE DE DEFENSORES PÚBLICOS NO CEARÁ

Acemira Maria Ferreira Ribeiro¹
Alci Barbosa Gurgel Neto²
Alfredo Narciso da Costa Neto³

RESUMO

O acesso à justiça é uma garantia constitucional, criada com a Constituição Federal de 1988. Através dela, o cidadão tem o direito de buscar a resolução dos seus conflitos, em qualquer grau do Poder Judiciário. Porém, mesmo diante de muitos avanços no ordenamento jurídico, com o objetivo de facilitar o andamento do processo, o tornando menos burocrático, ainda persiste algumas barreiras, que impedem que os cidadãos possam tem eficácia ao buscar a justiça. Por isso, procuramos nesse trabalho apresentar os principais entraves do acesso à justiça, fazendo uma relação direta com o déficit de Defensores Públicos no Estado do Ceará, no qual, os mesmos são considerados função essencial para o poder jurisdicional.

Palavras – chaves: Defensoria. Pública. Acesso. Justiça.

1. INTRODUÇÃO

A garantia de acesso à justiça para todos os cidadãos, nem sempre teve muita atenção. Nos séculos XVII e XIX, sob as premissas do modelo de Estado Político Liberalista, o direito de acesso à justiça só era garantido para os cidadãos que tinha recursos que pudesse pagar o alto custo de um processo. Nesse aspecto, o direito era uma garantia formal e não material e este direito procurado e defendido hoje, era uma realidade da classe burguesa.⁴

No Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988 e proclamação do Estado Democrático de Direito, a ideia de se garantir o acesso à justiça ganhou força constitucional. Como está previsto no artigo 5º, inciso LXXIV, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Assim, através da EC 45/2004 a Defensoria Pública foi instituída e regulamentada no artigo 134 dispendo: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a

¹ Acadêmica do 4º Período do Curso de Direito na Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ

² Acadêmico do 4º Período do Curso de Direito na Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ

³ Alfredo Narciso da Costa Neto é Advogado e também Professor de Direito Constitucional da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ

⁴ SASAKI, Alessandra Marques Lacerda. Acesso à Justiça. 15. Jan. 2010.

orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, inciso LXXIV”.⁵

Mauro Cappelletti e Bryant Garth, em sua obra “Acesso à Justiça”, explica a garantia do acesso à justiça como requisito fundamental e mais básico dos direitos humanos previstos em um sistema jurídico moderno e igualitário que visa garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos. E aponta como realidade e ponto negativo o fato que: paradoxalmente, nossas estruturas de ensino jurídico, práticas jurídicas, hábitos profissionais, pesquisa e teorias jurídicas, prestação de serviços legais, etc., não tem dado o devido valor ao tema “acesso à justiça”.

Portanto, o presente trabalho tem como finalidade apresentar o histórico do acesso à justiça, o que mudou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, dando ênfase nas dificuldades enfrentadas para que o mesmo se tornasse um direito fundamental e aos atuais entraves que restringem a sua melhor aplicabilidade. Vale ressaltar que serão abordados dados estatísticos da falta de defensores públicos no Ceará, no qual dificulta o acesso à justiça dos hipossuficientes, perante a enorme demanda presente em todo o Estado. Enfatizando a relação do déficit desses profissionais e o acesso à justiça.

2. METODOLOGIA

Na busca por promover uma justiça eficiente á sociedade, o legislador criou a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Lei nº 9.099/95. Onde se busca aplicação e eficácia dos direitos dos menos favorecidos de forma gratuita, rápida e simples. De acordo com o princípio da igualdade e o exercício da cidadania.

Um dos maiores progressos no Brasil aconteceu no tocante ao direito processual civil, com a reforma do Código de Processo Civil, com a criação dos Juizados Especiais Cíveis, o advento da nova lei de arbitragem, o termo de ajustamento de conduta, instituído pelo Código de Defesa do Consumidor, ainda, a reforma do processo trabalhista, dentre outras medidas dinamizadoras do sistema processual brasileiro. Essas iniciativas se caracterizam

⁵ BRASIL. Constituição (1988)

pela apresentação de diferentes tipos de alternativas de solução de conflitos, com o sistema diferenciado, menos custo e mais rapidez.⁶

Dentre os inúmeros fatores que restringem o acesso à justiça no Brasil podemos citar: a morosidade da decisão judicial. O alto custo da prestação jurisdicional, infindáveis números de processos, a falta de estrutura, a escassez de funcionários, de defensores públicos, promotores, juízes e etc. O que colabora com a desinformação e desconhecimento dos próprios direitos por parte dos cidadãos.⁷

Para Cappelletti e Garth pressupõem a existência de razões óbvias de por que os litígios formais são considerados tão pouco atraentes, como: procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam, como o dos tribunais, juízes e advogados, figuras tidas como opressoras, fazem com que o litigante se sinta perdido, um prisioneiro num mundo estranho.

Nesse sentido, iremos apresentar os principais entraves do acesso à justiça apontada por Mauro Cappelletti e Bryan Garth, sendo eles de natureza temporal, econômica e psicológica.

2.1 ENTRAVES DE NATUREZA TEMPORAL

Os empecilhos de natureza temporal são caracterizados pela demora da prestação judiciária em virtude da morosidade processual. O retardar na resolução das causas é um problema que compromete diretamente a efetividade e funcionalidade do direito de acesso à justiça e a credibilidade da prestação jurisdicional do Poder Judiciário. Segundo Cappelletti e Garth é estatisticamente comprovado que “na maioria dos países as partes esperam por uma solução judicial por, não menos que, dois ou três anos para que se tenha uma decisão que seja exequível”⁸

Outro entrave seria a falta de profissionais para atender a toda demanda. Atualmente temos 74 milhões de processos protocolados no Poder Judiciário, segundo dados do CNJ –

⁶ JR., Evaldo Rosario de Oliveira. Acesso à Justiça e as vias alternativas para solução de controvérsias: mediação, conciliação e arbitragem. 28. Nov. 2011. São Paulo.

⁷ MENDES, Josefa Rosângela de Carvalho. **As dificuldades do acesso à justiça**. 09 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,as-dificuldades-do-acesso-a-justica,35305.html>> Acesso em: 20 set. 2016.

⁸ CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. De Ellen Gracie Northflit. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. P.21.

Conselho Nacional de Justiça. Para diminuir esse número o país precisa passar três anos sem receber demanda. Porém, esse déficit, traz outras consequências para o acesso à justiça, como a falta de representativa dos hipossuficientes. Mas não é possível diminuir o número de processos, se não tem estrutura e funcionários suficientes para atender a demanda atual.

Esses empecilhos presentes, gerados seja por dificuldades institucionais, relacionadas à insuficiência do número de magistrados e de servidores, ou em razão da complexidade do nosso sistema processual, que permite a interposição infundável de recursos, marcam o Poder Judiciário com o problema da lentidão, morosidade processual. (MENDES, Josefa, 2011,P.3)

A lentidão dos processos, é um entrave a ser investigado, também se converte num custo econômico adicional que atinge, sobretudo, os cidadãos de menores recursos. Afirma Alexandre César que “em muitos países, as causas levam em média mais de três anos para se tornarem exequíveis, o que acaba por elevar consideravelmente as despesas das partes, além de desvalorizar o montante a ser percebido”. No qual, toda a demora, acaba tornando-se uma injustiça social.

2.2 ENTRAVES DE NATUREZA ECONÔMICA

No Brasil, em decorrência da má distribuição de renda e a existência de altos níveis de desemprego, conforme comprovam as estatísticas anuais sobre o desenvolvimento humano divulgado pela ONU, não há dificuldade em se visualizar como a desigualdade econômica limita o efetivo acesso à justiça: custas na distribuição e quaisquer atos realizados a requerimento da parte, instrução do processo com a produção de provas, preparo de recursos eventualmente interpostos, honorários advocatícios e para aquele que teve suas alegações improvidas, o ônus da sucumbência e ainda a longa duração dos processos, etc.⁹

No Estado do Ceará, atualmente, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil estão lutando para não aceitar o aumento das custas judiciais. No qual, esse aumento seria de 1.400%, o que resultaria numa maior ineficácia do acesso das pessoas ao poder judiciário em busca de uma resolução de conflitos. Assim, possibilita que os cidadãos que possuem maior poder aquisitivo, tenham acesso à justiça de forma justa, efetiva e ágil. Nesse sentido, podemos ver a postura de Mauro Cappelletti e Bryan Garth:

⁹ Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/artigos/acesso-a-justica/31151/>. Acesso em: 20 set. 2016.

Essas pessoas têm vantagens óbvias ao propor ou defender demandas. Em primeiro lugar, elas podem pagar para litigar. Podem, além disso, suportar as delongas do litígio. Cada uma dessas capacidades, em mão de uma única das partes, pode ser uma arma poderosa. (CAPPELLETTI, 1988, P.21)¹⁰

Para os que buscam assistência judicial gratuita nas Defensorias Públicas e Núcleos de Práticas Jurídicas existentes nas universidades do país, não é rara a falta de compromisso com o cliente e o desinteresse pela causa, quando o objeto é litígio é, muitas vezes, o que há de mais importante para quem procura. Na verdade, e conforme afirma (Dinamarco, 2000), o Estado não oferece o patrocínio técnico gratuito como deveria e prometeu, os profissionais liberais não se consideram obrigados a prestar serviço gratuito, ainda que isso seja de grande relevância social.¹¹

Assim, a desigualdade socioeconômica gera, em termos de acesso à justiça, dois problemas: dificulta o acesso ao direito e ao judiciário, tendo em vista a falta de condições materiais de grande parte da população para fazer frente aos gastos que impõem uma demanda judicial. E, mesmo quando há esse acesso, a desigualdade material em contraste com a igualdade formal, prevista no ordenamento jurídico, acaba colocando o mais pobre em situação de desvantagem dentro do processo.

2.3 ENTRAVES DE NATUREZA PSICOLÓGICA E CULTURAL

Outros entraves do acesso à justiça estão nas barreiras psicológicas e culturais. Onde é notável, que as pessoas que possuem um maior grau de instrução, ou seja, têm formações acadêmicas, um bom trabalho, tem a instrução para acionar o Estado. Porém, os hipossuficientes, pessoas que em diversos casos, não tem nem o primeiro grau completo, sentem-se intimidados a procurarem ou questionar seus direitos individuais e/ou coletivos.

A morosidade do Poder Judiciário, afeta diretamente ao psicológico das pessoas, onde um processo demora anos pra serem sentenciadas, assim, as pessoas ficam descrentes com a

¹⁰ CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. De Ellen Gracie Northflit. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. P.21.

¹¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 8. ed. São Paulo:Malheiros, 2000.

atuação do mesmo, podendo em alguns casos, nem chegar a procurá-lo, pois sabe que irá enfrentar uma longa caminhada pela frente.

Neste sentido Cappelletti e Garth explicam que litigantes habituais levam vantagens sobre litigantes eventuais, seja em virtude da desmistificação da justiça totalmente inacessível ou em virtude de possíveis simpatias desenvolvidas entre estes e aqueles que julgam.

Conforme o mesmo autor, é notório ainda, que “as pessoas têm conhecimentos limitados a respeito da maneira de ajuizar uma demanda (...), mesmo aqueles que sabem como encontrar aconselhamento jurídico qualificado em não busca-lo”. E, se os indivíduos não creem na jurisdição como um direito, o seu exercício torna-se um agravo de quem o exerce e uma afronta contra quem é exercido, estabelecendo-se um conflito que ultrapassa as folhas dos autos do processo.¹²

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo dados do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, a nível nacional, há 1,8 mil defensores públicos para cada 100.000 habitantes, em comparação aos juízes que possuem 7,7 mil para cada 100.000 habitantes. Sendo que, os estados mais críticos referentes ao número de integrantes são: Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Podendo ressaltar, que em 2013 foi criada a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, Paraná e Goiânia, mas ainda não foi instalada.¹³

O Mapa da Defensoria Pública, que toma como base dados do último Censo (2010), aponta para a necessidade de, pelo menos, um defensor público por comarca e, no mínimo, um defensor público para cada 10 mil pessoas com renda de até três salários mínimos.⁸

No Estado do Ceará, a Defensoria Pública foi implantada através da LC nº 6 de 28 de Abril de 1997. Essa legislação dispõe sobre a criação da instituição, suas competências e forma de ingresso na carreira de defensor público, que deverá se dar por concurso público de provas e títulos com a participação da OAB.

Os serviços de assistência judiciária deverão ter duas funções em especial, a primeira seria a de prestar orientação jurídica, que significa um trabalho pedagógico de educação e informação á

¹² SASAKI, Alessandra Marques Lacerda. Acesso à Justiça. 15. Jan. 2010. Acesso em: 20 set. 2016

¹³Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>> Acesso em: 06 nov. 2016

população necessitada sobre os direitos, e as formas de alcançá-los e conquistá-los, e a segunda a de obtenção de direitos ou na defesa de seus interesses.

Atualmente o total de defensores públicos ativos no Estado do Ceará é de 314, dados atualizados em setembro deste ano, o que resulta no total de 402 funcionários. Porém, dos 184 municípios do Estado, somente 46 municípios possui defensor público, o que representa apenas 25% dos municípios são atendidos e 75% estão com déficit.

Em entrevista ao Jornal Globo em Agosto deste ano, a Defensora Geral do Estado do Ceará, Mariana Lobo, afirmou que:¹⁴

A Defensoria tem hoje 111 cargos vagos de defensor público e um universo de mais de 100 candidatos aprovados e aguardando nomeação, mas falta ainda orçamento para a instituição. No mais recente concursos da Defensoria Pública foram aprovados 147 candidatos, e 30 tomaram posse o restante ainda aguarda a nomeação.

E ressalta que, a situação é agravada pela falta de orçamento. “Hoje somos 314 defensores públicos para atender todo o Ceará, um baixo orçamento e, em contrapeso, anualmente são mais de 500 mil atuações que garantem o acesso à Justiça a milhares de cearenses”.

O Defensor Público atua nas seguintes áreas: solução extrajudicial de conflitos, direitos humanos, criança e adolescente, família, defesa da mulher, moradia, 2º grau, criminal, consumidor, saúde, cível e também atua juntamente com os Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECC e com Núcleos de Práticas Jurídicas – NPJ.

Os assistidos, pela Defensoria, de acordo com o órgão, podem ser encaminhados para atendimento de psicólogo, contador, assistentes sociais, engenheiros, etc. Segundo a Defensoria Pública do Estado, atualmente passam 350 pessoas por dia no principal núcleo de atendimento e orientação jurídica. Buscando informações e ajuda na resolução de seus conflitos.

De acordo com o defensor público e supervisor da IES, Bruno Fiori, a parceira entre Defensoria e as universidades é de grande valia social. “Sob a supervisão de professores, os alunos realizam o atendimento e elaboram as petições iniciais”. Em seguida, o material é distribuído equitativamente aos quatro defensores públicos estadual designado que atua na orientação, correção e no ajuizamento final. Como resultado, ampliamos a parcela da população cearense que pode acessar os serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará.¹⁵

¹⁴ Disponível em: <www.g1.globo.com/ce> Acesso em: 05. Set. 2016

¹⁵ Disponível em: <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/nucleos-de-praticas-juridicas-sao-alternativas-para-descentralizacao-do-atendimento-da-defensoria-publica/>> Acesso em: 07 nov. 2016

A figura abaixo apresenta o número de Estados atendidos e os não atendidos pela defensoria:

Figura 01: Número de Estados atendidos e não atendidos pela Defensoria Pública.

| Comarcas | AP | RR | DF | AC | TO | RJ | MS | PB | RO | PA | AL | MT | RS | ES | MG | CE | SE | PI | SP | MA | RN | PE | BA | AM | GO | PR | SC | Brasil |
|-------------------------|-----|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--------|
| Atendidas pela DPE | 12 | 7 | 1 | 15 | 40 | 75 | 40 | 50 | 12 | 56 | 29 | 36 | 70 | 25 | 105 | 48 | 12 | 17 | 41 | 15 | 7 | 15 | 24 | 2 | 0 | 0 | 0 | 754 |
| Não atendidas pela DPE | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 | 14 | 28 | 10 | 51 | 28 | 43 | 93 | 40 | 190 | 88 | 25 | 77 | 231 | 109 | 58 | 136 | 254 | 58 | 119 | 156 | 110 | 1926 |
| % de comarcas atendidas | 100 | 100 | 100 | 100 | 95,2 | 92,6 | 74,1 | 64,1 | 54,5 | 52,3 | 50,9 | 45,6 | 42,9 | 38,5 | 35,6 | 33,2 | 41,8 | 11,5 | 11,2 | 11,0 | 8,9 | 9,8 | 6,3 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 28,1 |

Fonte: ANADEP, 2013.

Depois dos estados em que a Defensoria Pública foi criada, mas ainda não foi instalada (PR, SC, GO e AP), os casos mais graves de comarcas não atendidas são: Amazonas (3,3%, com apenas duas comarcas atendidas), Bahia (8,6%), Pernambuco (9,9%), Rio Grande do Norte (10,8%), Maranhão (12,1%) e São Paulo (15,1%).

É certo que muitos defensores públicos, além da sua lotação, atendem outras comarcas de modo itinerante ou em extensão, ou seja, um defensor lotado em uma comarca com sede da Defensoria Pública realiza atendimentos em outras comarcas periodicamente. Os atendimentos realizados por defensores lotados em outras comarcas acontecem de diferentes maneiras nos estados. No Rio Grande do Norte, por exemplo, há atuação itinerante para a área criminal, e em São Paulo, a atuação em outras comarcas ocorre apenas nas áreas de execução criminal e cumprimento de medida socioeducativa.¹⁶

Já nesse aspecto, podemos visualizar na figura abaixo, a situação de pessoas existentes em âmbito nacional com rendimento mensal de até três salários mínimos por defensor público. A análise desta taxa (relação defensor público por pessoas com renda até três salários-mínimos) para os estados, como um todo, é muito importante para identificar a defasagem no provimento dos encargos de cada Estado.

¹⁶ <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnos estados>> Acesso em: 06. Nov. 2016

Figura 02. Número de pessoas com rendimento mensal até três salários-mínimos por defensor público

| Estados | Pessoas por cargos existentes | Pessoas por cargos providos |
|---------|-------------------------------|-----------------------------|
| DF | 6723 | 7758 |
| RR | 7013 | 8529 |
| TO | 8657 | 10620 |
| AC | 8620 | 10731 |
| PB | 9072 | 10981 |
| MS | 7115 | 11765 |
| RJ | 14499 | 14663 |
| MT | 11179 | 15635 |
| ES | 9751 | 17486 |
| SE | 15952 | 18549 |
| PA | 16237 | 20296 |
| RS | 19015 | 20497 |
| CE | 16199 | 22945 |
| MG | 12563 | 25294 |
| PE | 22978 | 25531 |
| RO | 8167 | 28285 |
| PI | 5380 | 28651 |
| AL | 33371 | 33371 |
| MA | 38704 | 45741 |
| SP | 32826 | 48432 |
| BA | 18911 | 49218 |
| AM | 14790 | 53497 |
| RN | 24292 | 61945 |
| AP | 7795 | - |
| PR | 13204 | 768461* |
| GO | 34497 | - |
| SC | 74849 | - |

*PR: 10 cargos providos

Fonte: ANADEP, 2013; Censo 2013.

Nas comarcas com Defensoria Pública, a taxa média de pessoas com até três salários-mínimos por defensor público é 16.043, o que significa que nos locais em que a Defensoria Pública está instalada a proporção de defensores se aproxima do mínimo recomendado pelo Ministério da Justiça. Mas há que se destacarem algumas situações: os estados com as melhores taxas – abaixo de 10.000 pessoas com até três salários-mínimos por defensor público – são Distrito Federal (7.758), Roraima (8.529), Paraíba (9.098) e Acre (9.9975). Outros estados apresentam taxas razoáveis, entre 10.000 e 15.000: Tocantins, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso, Espírito Santo e Rio de Janeiro.¹⁷

Os Estados do Piauí, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Ceará e Maranhão apresentam taxas entre 15.000 e 20.000 pessoas com até três salários-mínimos por defensor público nas comarcas atendidas pela Defensoria. Alguns estados apresentam taxas muito altas mesmo nos locais em que há presença da Defensoria Pública, sendo que São Paulo apresenta

¹⁷ <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnos estados>> Acesso em: 06. Nov. 2016

a pior situação, com 30.418; seguido por Rio Grande do Norte, com 28.823; Amazonas, com 28.206; Alagoas, com 24.037; Rondônia, com 21.533; e Bahia, com 21.262.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, pode-se observar que a escassez de defensores públicos, não consiste somente no Ceará. É possível ver em todo o país. No qual, esse déficit causa consequências diretas ao acesso à justiça por pessoas que possuem menor poder aquisitivo. Sem falar, que essa é mais um empecilho para quem busca o poder jurisdicional para lutar por seus direitos.

Em busca de melhorias, a Defensoria Pública do Ceará propôs um Projeto de Lei Complementar 04/2016, em posse da Assembleia. No qual tem como finalidade, reestruturar a carreira e redesenhar o atendimento da Defensoria Pública por meio da criação de macrorregiões defensorias. A iniciativa já tramitou em todas as comissões na Assembleia Legislativa e aguarda aprovação em plenário. Segundo a Defensora Geral Mariana Lobo:¹⁸

A efetivação da Lei, a instituição garantirá um maior controle social, diminuirá o alto índice de evasão da carreira e passará a exercer a integralidade da assistência gratuita aos mais vulneráveis, que tanto necessitam, incluindo a atuação nos fins de semana e feriados. (Defensoria Pública do Ceará)

No Brasil, não se pode fugir da infeliz constatação de que muitos direitos, inclusive aqueles fundamentais, arrolados e assegurados constitucionalmente, não passam, dia após dia, de requinte legal posto fora do alcance e gozo da ampla maioria dos cidadãos. Sendo direito e fundamental, a jurisdição não pode ser privilégio de uns e miragem oficial de muitos. Este como todos os outros direitos, não tem tido efetividade e eficácia suficiente, sendo que, dessa forma, o direito nunca passará de mera possibilidade legal a serviço dos poderosos de ocasião.¹⁹

¹⁸ Disponível em <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/apenas-25-dos-municipios-do-ceara-contam-com-defensores-publicos-embora-a-instituicao-tenha-111-cargos-vagos-para-preenchimento/>> Acesso em: 08 nov. 2016

¹⁹ JR., Evaldo Rosario de Oliveira. Acesso à Justiça e as vias alternativas para solução de controvérsias: mediação, conciliação e arbitragem. 28. Nov. 2011. São Paulo.

Certamente, é mediante a informação e pleno conhecimento do Direito que se alcançará esse instrumento de acesso à ordem jurídica justa, finalidade da Lei que institui os Juizados Especiais, diminuindo-se, conseqüentemente, o número de excluídos da justiça.²⁰

Um grande avanço foi realizado no Poder Judiciário, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil. No qual, vem regulamentado o uso de meios alternativos ao acesso à justiça: a mediação, conciliação e arbitragem. Que aplicadas, sendo nos Juizados Especiais de Pequenas Causas ou nos Fóruns, já é bastante eficiente. As mesmas tem como finalidade, simplificar a resolução dos conflitos através de uma conversa, para que os litigantes possam chegar a um acordo, que favoreça a ambos.

Portanto, são necessários que se desenvolvam programas que levem informações as pessoas, mesmo que sejam através de folders, panfletos, cartilhas, jornal, internet, trabalhos comunitários nos interiores das cidades. Mas também é essencial que o Estado venha cumprir com as suas responsabilidades, podendo garantir um acesso à justiça, justo e eficaz para os cidadãos. No qual, tenha um tempo razoável do processo, haja defensores públicos suficientes para suprir a enorme demanda que requer cada município.

²⁰ Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/artigos/acesso-a-justica/31151/>. Acesso em: 20 set. 2016.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição (1988)
2. MENDES, Josefa Rosângela de Carvalho. **As dificuldades do acesso à justiça**. 09 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,as-dificuldades-do-acesso-a-justica,35305.html>> Acesso em: 20 set. 2016.
3. CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. De Ellen Gracie Northflit. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. P.21.
4. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/artigos/acesso-a-justica/31151/>. Acesso em: 20 set. 2016.
5. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>> Acesso em: 06 nov. 2016
6. Disponível em: <www.g1.globo.com/ce> Acesso em: 05. Nov. 2016
7. Disponível em: < <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/nucleos-de-praticas-juridicas-sao-alternativas-para-descentralizacao-do-atendimento-da-defensoria-publica/>> Acesso em: 07 nov. 2016
8. Disponível em <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/apenas-25-dos-municipios-do-ceara-contam-com-defensores-publicos-embora-a-instituicao-tenha-111-cargos-vagos-para-preenchimento/>> Acesso em: 08 nov. 2016
9. JR., Evaldo Rosario de Oliveira. Acesso à Justiça e as vias alternativas para solução de controvérsias: mediação, conciliação e arbitragem. 28. Nov. 2011. São Paulo. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/acesso-%C3%A0-justi%C3%A7a-e-vias-alternativas-para-solu%C3%A7%C3%A3o-de-controv%C3%A9rsias-media%C3%A7%C3%A3o-e-a>> Acesso em: 20 set. 2016
10. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/artigos/acesso-a-justica/31151/>. Acesso em: 20 set. 2016.
11. SASAKI, Alessandra Marques Lacerda. Acesso à Justiça. 15. Jan. 2010. Disponível: < <http://www.webartigos.com/artigos/acesso-a-justica/31151/>> Acesso em: 20 set. 2016
12. <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>> Acesso em: 06. Nov. 2016

13. Disponível em <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/apenas-25-dos-municipios-do-ceara-contam-com-defensores-publicos-embora-a-instituicao-tenha-111-cargos-vagos-para-preenchimento/>> Acesso em: 08 nov. 2016
14. CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. De Ellen Gracie Northflit. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. P.21.
15. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>> Acesso em: 06 nov. 2016
16. Disponível em <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/apenas-25-dos-municipios-do-ceara-contam-com-defensores-publicos-embora-a-instituicao-tenha-111-cargos-vagos-para-preenchimento/>> Acesso em: 08 nov. 2016
17. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/artigos/acesso-a-justica/31151/>. Acesso em: 20 set. 2016.

ABRIL DESPEDAÇADO: uma visão sobre a *vingança* no Direito

Daniel Silva de Souza¹

Marcus Rafael Carvalho de Oliveira²

Maria José da Silva³

Nortarso Gomes Chaves Mendes⁴

Alisson Assunção Silva⁵

RESUMO

A vingança é parte do Direito: seja na geração das normas (positivadas ou consuetudinárias), seja na interpretação, seja na aplicação. Para retratar esse fato, serão feitas algumas considerações sobre uma literatura inspirada no *Kanun* (código consuetudinário do norte da Albânia). *Abril Despedaçado*, de Ismail Kadaré, é o fulcro. O filme de Walter Sales, de mesmo nome, e o artigo, inspirado nos dois, são uma reinterpretação da realidade descrita por Kadaré. Faz-se um esforço para associar-se as conclusões dessa análise à atual realidade brasileira. Busca-se mostrar que o Direito escrito – o viés aqui utilizado será o pluralismo jurídico – não é o Direito vivido. Além disso, será dado um destaque à importância da interdisciplinaridade na apreensão da realidade. O método utilizado foi o bibliográfico. A pesquisa, a qualitativa.

Palavras – chaves: Kanun, Direito, vingança

1. INTRODUÇÃO

O papel, a pena e a tinta serão: o *livro* “Abril Despedaçado”, de Ismail Kadaré; o *filme*, de mesmo nome, dirigido por Walter Sales; e o *artigo* “Entre a literatura e o direito: a interdisciplinaridade como viés para a compreensão do Direito Consuetudinário”, de

¹ Graduando do curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ/CE). Email: danielsouzamax@gmail.com

² Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará. Graduando da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ/CE), Email: rafaelcaeh@hotmail.com

³ Licenciada em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mestra em Ciência da Educação pela Universidade Americana (AM), graduanda do curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ/CE). Email: mariajsilvarr@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ/CE). Email: nortarso@gmail.com

⁵ Mestre em Sociologia (UFC), Bacharel em Ciências Sociais (UECE) e Direito (UNIFOR), professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ/CE) e Faculdade Nordeste (FANOR/Devry). E mail: alisson_assuncao@hotmail.com

Alcântara, de Lima e de Silva. As cores são fortes; a mais das vezes, vermelhas... Com tudo que essa significa: vida e morte, prazer e dor, vitória e derrota.

A pluma, manejada por Walter Sales, focou a morte, a dor, a derrota. A *vendeta* (será esmiuçada mais tarde; por ora, basta saber que é uma vingança particular socialmente regradada) foi pintada com violência; a pluma – com seus toscos enfeites – dilacerou o papel e quebrou-se. Os matizes são as secas cores do sertão central. O cheiro é de atraso, de miséria, de morte... Costume bárbaro, terrível, fadado à extinção. Walter peca pela parcialidade e pelo etnocentrismo.

A pena empunhada pelo artigo exalta a vida, o prazer e a vitória. Além-se ao livro. O objetivo é associá-lo ao Direito. Analisa, propedeuticamente, não apenas a *vendeta*, mas o *amigo* e o *Krushq* (ritual de casamento no *Kanun*). Não usa a visão do “civilizado”, tão ao gosto de Morgan, nem os olhos de Boas, que – embora metodológica e axiologicamente seja gritantemente mais rica – desemboca no cabo das tormentas do relativismo.

Há valores inafastáveis, que devem reger toda pesquisa social (que é sempre uma vivência). No Direito, consubstanciam-se no primado da dignidade da pessoa humana.

Estudando-se o Estado Islâmico (no extremo, as cores são mais fortes, mais claras, mais vivas; por isso, optou-se por esse exemplo), deve-se vê-lo de fora, sem esquecer-se de dissecá-lo por dentro. Qual a relevância da decapitação para a coesão desse Estado? No Nazismo, como o holocausto contribuiu para o desenvolvimento da sociedade?... Não se pode esquecer, porém, que o Terceiro Reich foi extinto com a violência e a velocidade com que foi estabelecido. Não é necessário inspirar-se em Nostradamus para se perلustrar o destino do jihadismo bélico...

Mesmo que, à lente etnocêntrica do pesquisador (e ele sempre as têm), os costumes pareçam os mais desumanos, os mais atrozés, não pode ele, num *a priori*, qualificá-los taxativamente. Terá hipóteses que se desvanecerão, como numa miragem, ao submeterem-se à lupa do outro. Uma leitura atenta do artigo explicitará o esforço dos autores em *analisar sem discriminar e sem endeusar*.

Haverá uma parte dedicada à relação entre o Direito e a *vendeta*. O intento é mostrar que essa não é apenas arcaico costume do passado, mas regramento que – por um bom tempo – regerá o futuro.

É importante destacar que, aqui, não se fará um resumo do enredo, do artigo, ou do livro. Assim, para melhor se compreender essas páginas, é essencial ler o livro, ler o artigo e assistir o filme; de preferência, nessa ordem.

2. O FILME

O longa buscou adaptar uma faceta do *Kanun* (a *vendeta*) à realidade do sertão central do Nordeste. Já no cenário, vê-se à ojeriza ao *Kanun*: seco, inóspito, sem vida; impera a monotonia, o vazio.

A pobreza e o atraso permeiam quase todas as cenas.

A atividade econômica sustentáculo da família *Breve* – núcleo da narrativa – é a produção artesanal da rapadura. O próprio sistema de economia familiar é esmagador. Sofrem à exaustão os animais; um deles “emperra”, por excesso de trabalho e maus tratos. E a vida desses é a de todos. O “menino” – caçula do clã –, ao observar os bois, sem ferros, sem chicote, sozinhos, circundando, rítmica e monotonamente, a bolandeira, afirma: “A gente parece boi. Roda, roda, roda e não sai do canto”. Numa palavra, a canga e o relho não mais são físicos, porque já – há muito – tornaram-se psíquicos...

Os adultos labutam afanosamente, pelo mínimo. À criança – a quem é recusado até um nome (para que nome?, não há indivíduos, há apenas o esmagamento social), sendo conhecida apenas pelo substantivo comum “menino” (não se utiliza sequer a inicial maiúscula) – proíbe-se o brincar e o imaginar. Ler e escrever? O que é isso?

Nas famílias litigantes, vê-se que apenas os velhos, os antigos, os arcaicos sustentam a *vendeta*. Matheus (representado por Wagner Moura), o primogênito dos *Ferreira* (outro pólo da *vendeta*), deseja reunir os homens e dizimar os *Breves*, desrespeitando o “olho por olho, dente por dente”, que regra a vingança, evitando o esmagamento imediato do clã belicamente mais fraco. Tonho (representado por Rodrigo Santoro), o primogênito dos *Breves*, tendo a morte à porta, abriu as janelas da vida. Enfrenta o pai, descobre a cidade, descobre o amor, descobre o mar.

A vida, medida pelo tempo, é a não-vida. Não se vive a cada dia, morre-se. Eis fala do patriarca dos *Ferreira*, dialogando com Tonho, após conceder-lhe a tregua de trinta dias:

A tua vida agora tá dividida em dois: os vinte anos que tu já viveu, e o pouco tempo que te resta pra viver. Você já conheceu o amor? [silêncio] Nem vai conhecer. Está vendo aquele relógio ali? Cada vez que ele marcar mais um, mais um, mais um, ele vai tá te dizendo: menos um, menos um, menos um.

Salustiano, um dos mambembes, que fazem as vezes do casal *Vorps*⁶, sintetiza, numa fala, a visão do drama:

É que nem duas cobras que vi brigando um dia desse: uma mordeu o rabo de uma, a outra mordeu o rabo da outra; e morde o de uma, e morde o de outra; foram se comendo, foram se comendo, até que um dia não restou mais nada; para não dizer que não restou nada, estava lá a pocinha de sangue no chão. É desse jeito que esse povo vai se acabar.

E o final não podia ser mais trágico: a morte de um inocente, um inocente criança, por um assassino que, no momento do tiro – por perder os óculos –, não enxergava... A cegueira massacrando a pureza... Transformando-a em heroísmo.

O que de positivo na *vendeta*? Nada, nada. E de negativo? Morte... miséria... desagregação familiar... infanticídio...

Mas não fica nisso. Tenta esboçar um arco-íris. O longa vê – na atividade circense de Clara e Salustiano – certa esperança. Simbolizam a quebra da rotina; com pernas de pau, palhaçadas e amor, espalham esperança. Sob a visão da Psicologia Analítica, de Jung, pode-se identificar duas mandalas. A primeira, na bolandeira. A segunda, quando Clara gira e gira, impulsionada por Tonho. Bem sugestiva: a libertação, a individuação por meio do amor.

A realidade não impregnada pela *vendeta* é promissora, viva, alegre. Ao fim – quando já consumada a tragédia –, Tonho, desobedecendo à autoridade paterna, castradora, irracional, caminha em direção ao sonho de seu irmão (batizado, pelo mambembe, como Pacu). Pela primeira vez, ante a bifurcação que levava, à esquerda, à cidadela – onde era comercializada a produção familiar e na qual o novo, apesar de manchado pelo velho, apresentava-se; e, à direita, que descortinava o desconhecido, seguiu sua destra (impende destacar que destro é também correto, certo, sério; sendo o esquerdo o aziago, desfavorável, funesto). Desembocou no mar, na praia; no mundo mágico da mitologia do oceano, do infindo, do profundo. Mundo esse permeado pela alegria de Pacu; mundo esse que era Pacu, finalmente plenificado.

Como se vê, o lado positivo é tudo que não está marcado – e essa marcação é sempre a ferro – pela *vendeta*; o negativo, tudo que tem essa chaga.

3. O ARTIGO E O LIVRO

É bem diferente. Não trata do filme. O foco é o livro. Associa-o ao Direito.

⁶ No livro, Bessian e Diana. Bessian é especialista no *Kanun*. Escreveu um livro sobre o assunto. Fora convidado pelo príncipe de Orosh, senhor de Rrafsh; decidiram, então – aproveitando-se da situação –, desfrutar a lua de mel. O Rrafsh é região montanhosa do norte da Albânia. O país é regido por um direito positivo. O Rrafsh, pelo *Kanun*, consuetudinário.

Começa citando a importância da *interdisciplinaridade*, especialmente da arte, por ser “[...] superior enquanto instrumento pedagógico, pois concede sentido e sensibilidade [...]” (ALCANTARA; LIMA; SILVA, 2016, p. 2). Noutras palavras, pela arte, as palavras, as ideias, os abstratos conceitos migram para o coração e, dele, vitalizam todo o ser. O aprendizado deixa de ser apenas *intelectual*, para ser, além desse, *visceral*.

O objetivo principal é “[...] desconstruir a acusação etnocêntrica de costume ‘selvagem’ e ‘sanguinário’, tão comum quando se trata de caracterizar as ‘sociedades periféricas’.” (Ibidem, p. 4).

Para isso, analisa os principais institutos do *Kanun*.

Antes, apresenta, numa maravilhosa síntese, o espírito do *Kanun*, pois esse “[...] nasce em um lugar onde predomina a dominação ‘tradicional’ caracterizado pelo modo de portar o relacionamento com os outros indivíduos (sejam nas relações familiares, entre vizinhos, etc.) *fundamentado na honra*.” (Ibidem, grifo nosso)

Honra: alma do *Kanun*, que vitaliza e assombra as montanhas da Albânia (será que só essas?). É a medida do valor do indivíduo, da família, da comuna. É o dinheiro do capitalista, a comunhão do católico, a fé do protestante, a devoção do islâmico, o tóxico do adicto, o alfarrábio do erudito, a virtude do santo. É a medida de todas as coisas.

Logo atinara, pasmado, que as regras da morte eram somente uma parte do código — até bastante resumida, em comparação com a outra parte, não manchada de sangue. Porém, ambas estavam ligadas em inúmeras passagens, e ninguém saberia determinar a fronteira entre elas. Tudo fora concebido de tal maneira que uma engendrava a outra, a alva dando à luz a sangrenta e a sangrenta à alva, de geração em geração, através dos tempos. (KADARÉ, 2001, p. 17)

Essencial discorrer sobre a juridicidade do *Kanun*. Esse são “normas de conduta”⁷, no sentido atribuído por Reale (2001, p. 94). Hodiernamente – em regra –, as normas devem apresentar “três requisitos de validade: (1) fundamento, (2) eficácia social e (3) vigência” (Ibidem, p. 107).

A *vigência* é a lisura do processo de elaboração da norma; desrespeitada, deverá ser o fato-tipo extirpado do ordenamento; nos ordenamentos positivos, o vício formal acarreta nulidade absoluta. O código albanês, porém, ignora-a completamente. Não há processo formal ordenador da construção das leis, muito menos órgãos jurisdicionais com competência legalmente determinada. Noutras palavras, não há “normas de organização”. Para ordenar a

⁷ Se F, C deve ser. Se não-C, SP deve ser. (F é o fato, C a conduta e SP a sanção penal)

sociedade, não há que se falar em aparato estatal, em polícia, em burocracia. Cada membro da comunidade é um servidor, um policial, um juiz. A lei não está no esquite das letras, está no sangue. A sua *eficácia social* é plena. “Como tinham sido criadas normas tão completas e imperiosas? Por quem? Quando? Ninguém sabia dizer ao certo. Alguns evocavam antigos príncipes, outros teimavam que elas eram anteriores aos principados.” (KADARÉ, 2001, p. 18)

É preciso agora discorrer sobre os três principais institutos: a *vendeta*, o amigo e o *Krushq*.

A *vendeta* é uma vingança regrada. Vida por vida, morte por morte. A proporcionalidade é absoluta. Há o *gjaks*. Esse é o que, sob a *vendeta*, honrou seu clã. No livro, é Gjorg; no filme, Tonho. A dívida de sangue tem de ser, sempre, cobrada com arma de fogo (nunca com os punhos ou arma branca). Deve haver o aviso: “(nome do *gjaks*), lembranças a ...”. No mesmo dia do assassinato, o patriarca do clã vingado vai ao do clã sangrado pedir a *bessa* pequena (trégua por 24 horas). O *gjaks* participa do funeral e do almoço fúnebre (seria grave ofensa não comparecer). Um pouco antes do fim da *bessa* pequena, os anciões vão à família de luto e solicitam a *bessa grande*, de trinta dias. Finda, três alternativas ao *gjaks*: ataúde, ser lenhador nômade (trafegando pelas estradas e *locais de bessa*⁸) ou meter-se num *Kullë* (casa) de enclausuramento.

A *vendeta*, normatizando a morte, rege a vida. Pais e filhos se relacionam; a *vendeta* medeia essa relação. As famílias comunicam-se; a *vendeta* faz parte da linguagem. A terra é arada, semeada, colhida ou abandonada; a *vendeta* é a charrua, a enxada, a foice ou o refúgio. Há disputa de terras; se “(...) acontece uma morte durante um conflito de divisas, ali onde fica a *murana*⁹, fica também a divisa” (Ibidem, p. 60). O príncipe cobra tributos; o da *vendeta* (o tributo da morte) é o de maior peso. Cada *gjaks* tem de pagar expressiva quantia ao principado de Orosh – espécie de Estado Medieval. Sozinho, esse tributo chegou a ser maior que todos os demais. À época do livro (década de 1970), representava “apenas” – o que muito perturbava o feitor da *vendeta* (espécie de ministro) – a metade de toda receita do principado de Orosh.

Abaixo, longa citação, mas essencial para compreensão do real sentido da *vendeta* para a cultura albanesa.

⁸ Lugares em que é proibida a consumação de uma *vendeta*; estando num local de *bessa*, o *gjaks* não pode ser assassinado.

⁹ Local em que morre um *gjaks*.

Já em sua casa, desde que a vendeta a penetrara, os dias e as estações tinham outro ritmo, certo frêmito interior, as pessoas aparentavam ser mais bonitas, os rapazes atraíam mais as moças. As duas freiras que pouco antes haviam passado por ele, por exemplo: assim que avistaram a tarja negra costurada em sua manga direita, indicando um homem envolvido numa dívida de sangue, passaram a olhá-lo com outros olhos. Mas o principal não era isso. O principal era o que transcorria no seu íntimo e que era a um só tempo belo e terrível. Nem ele mesmo saberia descrevê-lo. Tinha a impressão de que o coração saíra de seu peito, expandindo-se em todos os sentidos, e, assim aberto, deixava-se ferir facilmente, alegrava-se e se entristecia por qualquer coisa, ofendia-se, doía, enchia-se de felicidade ou de pena por coisas grandes e miúdas, até por aquela borboleta, aquela folha, a neve sem fim ou a chuva aborrecida daquele dia. Tudo o atingia de frente, mas a tudo ele suportava, e poderia suportar até mais, ainda que os céus desabassem sobre ele. (Ibidem, p. 21)

A *vendeta* dá vida à vida.

O *amigo* é o hóspede. Aquele que pede abrigo e comida assume a condição de quase deus. É intocável. O anfitrião passa a ser por ele responsável. Se o amigo for assassinado sob a proteção de um clã, esse passa a ser responsável pela *vendeta*. Essa é a origem do drama do livro.

“Hoje estamos aqui, todo-poderosos como divindades [...]. Podemos cometer qualquer loucura, podemos até matar alguém, e quem assumirá a responsabilidade por tudo será o dono da casa, pois ele nos deu de comer.” (Ibidem, p. 54). Há somente

[...] um limite [...] para nós, divindades. E qual é o limite? Podemos fazer o que bem entendermos, exceto uma única coisa: mexer na panela que está no fogo.”
[...] Caso eu tivesse feito uma coisa dessas hoje, mexido na panela que estava no fogo, o dono da casa teria levantado de imediato, caminhado até a janela e anunciado à aldeia com um brado terrível que sua mesa fora ofendida pelo amigo. E naquele mesmo instante o amigo se converteria em *inimigo mortal*.”
(Ibidem, grifo nosso)

O hóspede supera a *vendeta*. Se o *gjaks* – logo após cometer o assassinato – pede hospedagem ao clã de luto, esse – mesmo ainda não tendo concedido a *bessa* – deve figurar como anfitrião, até o dia seguinte...

O *Krushq* é o ritual de casamento e a equipe que dele participa.

Jamais se adia a data de um casamento. Os *krushq* haverão de entregar a noiva na casa do marido ainda que ela esteja morrendo ou tenham que arrastá-la. Mesmo que o caminho esteja bloqueado pelo inverno, por cima de pau e pedra hão de entregar. Ninguém detém os *krushq*, nem uma morte no clã. Mesmo com um cadáver em casa, os *krushq* têm que partir. A noiva entra em casa, o morto sai de casa. Nesta se pranteia, naquela se baila. (Ibidem)

O casamento representa a união. Nas sociedades em que existe, é a instituição que funda e mantém a família; o alicerce e a argamassa da comunidade. Assim, por nada, absolutamente nada, deve ser interrompido.

5. O DIREITO

Claramente, a vingança toca o Direito. Pode-se dizer que, por muito tempo, a desforra era o Direito. Em princípio, não havia qualquer regramento. Por insignificante afronta, poder-se-ia dizimar todo um clã. O “olho por olho, dente por dente” positivado no Código de Hamurabi e marca de todo o Direito da Antiguidade é – por estranho que pareça – expressivo passo numa melhor compreensão e aplicação do que seja a justiça. Assim, a *vendeta* – concretização da lei de Talião - seria uma *humanização da vindita*. E vai além, pois as muitas e rígidas regras são formas de tolhê-la, dificultá-la, minimizá-la.

A justiça sempre foi associada à punição. Na Idade Média, isso foi levado ao extremo. Nesse sentido, Rusche e Kirchheimer (1939, apud FOUCAUT, 1999, p. 25)

[..] estabeleceram a relação entre os vários regimes punitivos e os sistemas de produção em que se efetuam: assim, numa *economia servil*, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer *mão-de-obra suplementar* - e constituir uma escravidão “civil” ao lado da que é fornecida pelas guerras ou pelo comércio; com o *feudalismo*, e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco *crescimento dos castigos corporais* - sendo o corpo na maior parte dos casos o único bem acessível; a casa de correção - o Hospital Geral, o Spinhuis ou Rasphuis - o trabalho obrigatório, a manufatura penal apareceriam com o desenvolvimento da economia de comércio. Mas como o *sistema industrial* exigia um *mercado de mão-de-obra livre*, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo. (grifo nosso)

Dissociada de sua função *sociológica* e *econômica* (pois o maquinário penal não mais servia à formação de um excedente de mão-de-obra, devido ao atrofiamiento do comércio e da produção em larga escala), centrou-se toda em seu viés *psicológico*, no prazer sádico associado à punição. O urro estertórico do condenado era o êxtase e o *ecstasy* do populacho. Essa era a realização máxima da justiça. A tortura, o corolário. Coerentemente, havia de ser pública, num portento espetáculo. O fim último é a morte; mas não qualquer uma. O ápice é a “[...] morte-suplício [que] é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’ e obtendo, antes de cessar a existência, the most exquisite agonies. O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento.” (FOUCAUT, 1999, p. 31, grifo nosso)

Apenas no final do século XVIII e início do XIX, é que a justiça começa a, em tese, dissociar-se da punição corporal. Ostensivamente a ideia de *correção* do infrator passa a permear o Direito Penal. Frise-se, contudo, que – embora veladamente – o fim era a produção; os direitos humanos eram o pretexto. O corpo (para se utilizar de terminologia de Foucaut) necessitava estar são e livre, para escravizar-se doentamente ao capital. Não mais o corpo;

agora, deve-se punir e subjugar a alma. Não seria a humanidade, a compaixão, a empatia o que pode ter levado à mudança na Penalogia?

“Quem não tem arrepios de horror ao ver na história tantos tormentos horríveis e inúteis, inventados e usados friamente por monstros que se davam o nome de sábios?” (BECCARIA, 1856 apud FOUCAUT, 1999, p. 111). Aparentemente, esse trecho mostra compaixão pelo condenado. Foucaut (1999), porém, alerta para o fato de que a condenação à tortura era feita em primeira pessoa e, se em terceira, não se dirigia ao condenado... “Misericórdia para essas almas doces e sensíveis sobre quem esses horríveis suplícios exercem uma espécie de tortura.” (LACRETELLE, 1784 FOUCAUT, 1999, p.114). Observe-se que se lamenta não o condenado seviciado... Lamenta-se a ofensa à sensibilidade da plateia... De qualquer forma, a Penalogia volta, organicamente, à estrutura dos sistemas de produção e poder.

O Liberalismo, porém, sofre duro golpe em 1929. A quebra da bolsa de Nova York dilacera, em muitos países, a democracia. O Fascismo se alastra. Na aurora de setembro de 1945 – sob o terror dos corpos esfacelados e incinerados pelo cogumelo atômico –, os povos começam a tratar de suas feridas, embora antigas infusões venenosas fossem utilizadas para *pensar* as chagas... O *princípio da dignidade da pessoa humana* – hoje viga mestra (no campo do dever ser) de todo o Direito – arvora-se em timoneiro da confecção e da interpretação de todo o arcabouço jurídico.

Assim, um novo conceito enriquece o Direito Penal: *promoção*. Jamais há que se cogitar em punir. Corrigir, *promovendo* a reintegração do indivíduo. Não importa a causa da transgressão. Se inata a tendência ao crime, cabe à Psiquiatria, à Psicologia, à Psicanálise, à Medicina humanizarem o desumano. Se social a causa, deve-se, através da assistência social, da educação, das melhorias das condições de vida, reinserir o excluído.

A punição é extirpada das cátedras, dos púlpitos, dos holofotes midiáticos.

Mas não era ela *todo* o Direito? *Justiçar não é punir, é humanizar*. “Misericórdia quero, não sacrifício” (BÍBLIA, Mateus, 9, 13).

Será que a humanidade, finalmente, entendeu o que significa essa expressão?

Antes de responder à indagação, é preciso reforçar um ponto da *vendeta*. Não é *pública*, é *privada*. A justiça não é *realizada* (embora lastreada) pelo Estado. O particular é o oficial de justiça e o carrasco.

Almeida (2007) faz interessante estudo sobre o que o brasileiro realmente considera ser a efetivação da justiça.

Tabela 1 – O apoio social brasileiro às punições ilegais

| Apoio social às punições ilegais | Sempre certa | Certa na maioria das vezes | Errada na maioria das vezes | Sempre errada |
|---|--------------|----------------------------|-----------------------------|---------------|
| 1) Alguém condenado por estupro ser estupro na cadeia pelos outros presos é uma situação: | 26% | 13% | 15% | 46% |
| 2) A polícia espancar presos para eles confessarem crimes é uma situação: | 18% | 18% | 18% | 46% |
| 3) A polícia matar assaltantes e ladrões depois de prendê-los é uma situação: | 15% | 15% | 22% | 48% |
| 4) A população linchar suspeitos de crimes muito violentos é uma situação: | 15% | 13% | 20% | 52% |
| 5) Fazer justiça com as próprias mãos é uma situação: | 5% | 8% | 15% | 72% |
| 6) Pagar alguém para matar suspeitos de crimes é uma situação: | 3% | 2% | 10% | 85% |

Fonte: ALMEIDA, Alberto Cario. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007, p.135.

Das seis situações expostas, apenas duas referem-se a uma justiça pública. Na primeira (*a polícia espancar presos para eles confessarem crimes*), 54% dos entrevistados pretendem positivar, no Direito Processual, a medieval *tortura*; haveriam editais públicos (com todo o aparato que os acompanha – apostilas, cursinhos, vídeo-aulas, palestras, livros etc), talvez com acirrada concorrência, para a estatutária profissão de torturador... Na segunda (*a polícia matar assaltantes e ladrões depois de prendê-los*), 52% acham desnecessário o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia. Para que tudo isso? Alguns vão até argumentar que seria um enxugamento da obesa máquina pública, o que possibilitaria melhores investimentos em educação, saúde, moradia. O policial prenderia e, num sumarássimo procedimento, já sentenciaria; acabaria a “enrolação” e a impunidade. Contraditório? Sistema dispositivo? É um inquisitório otimizado; o esbirro é próprio juiz.

As outras quatro tratam da justiça particular. A maioria dos cidadãos acreditam ter de “sujar (ou seria limpar?) as mãos” com a justiça.

Embora os dados citados refiram-se apenas ao Brasil – que Sergio Buarque de Holanda erigiu à condição de povo essencialmente cordial, para consolidar o mito do bom brasileiro (CHAUÍ, 2000) –, é factível afirmar que retratam a situação global.

Como se vê – embora a letra positivada pavoneie-se com os valores humanos –, não reflete ela os anseios da população. Num viés jurídico, há que se questionar a legitimidade da lei. Numa bela síntese, afirma Burdeau (1970 apud DALLARI, 2011, p. 53): “Poder legítimo é o poder consentido”.

Justiçar não é humanizar, é punir. Sacrifício quero, não misericórdia (a inversão é cacofônica, mas essa cacofonia harmoniza-se, perfeitamente, com a ideia).

Falou-se da vingança privada; há que se discorrer sobre a pública. Soa estranho o termo “vingança pública”. Mas é esse, e é exato. É a vindita exercida pelo Estado. A adaga não mais rasga apenas o indivíduo, mas toda a sociedade; não mais se comete o crime contra um, mas contra todos. O acusador não é mais o ofendido, mas sim o *parquet*, que representa todos, pois todos foram gravemente lesados. O inimigo, o criminoso, não mais é de um particular, não é mais privado; agora, é comum, é público. Há um confronto. De um lado, o criminoso, o ex-cidadão; do outro, o Estado. Só um pode subsistir; nalguns casos, sobreviver. Qual será?

Os direitos humanos passam a figurar na *situação abstrata*, no campo das leis (embora as haja vingativas); mas na concreta, no campo da realidade, da justiceira ação policial, da degradante situação penitenciária, na propositada desestruturação do Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, vige o desforço.

O Estado, no caso concreto – em regra –, não corrige nem promove o humano. Majoritariamente, pune e, com o peso da estrutura penal, esmaga.

A *vendeta* pública, estatal, é muito mais “bárbara” que a privada. E há um agravante: vela-se com o manto da hipocrisia, arvorando-se “humanizada”, “evoluída”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro e o artigo são de uma riqueza empolgante. Lançam luzes não apenas sobre parte da sociedade albanesa, mas de qualquer sociedade. Por as leis consuetudinárias não estarem encobertas (a mais das vezes, propositadamente...) pelo lúgubre capuz do tecnicismo, mais facilmente vê-se a tessitura social, os mecanismos que gestam e mantêm as diferentes culturas. Contempla-se a força do Direito legítimo, consentido, porque emanado da tradição, dos costumes; por ser o ar cultural que forma cada indivíduo e estrutura dinamicamente a sociedade. E isso leva reflexivamente ao outro Direito, o artificial, o fabricado, o forçado. O “empurrado goela abaixo”. O imposto à população, contrariamente aos seus anseios, à sua cultura. Por isso, enxameiam no Brasil “leis que não pegam”.

O filme, de uma forma nua e tosca – tão ao gosto de Walter Sales –, lamentavelmente descamba para o etnocentrismo. A secção da realidade (todo livro, todo filme, toda arte, todo escrito é, sempre, um recorte...), a construção do cenário, as falas, o figurino, a música, o enredo, tudo que remete àquele real (a *vendeta*) tem cores escuras, ladainha fúnebre e cheiro de morte.

Mas, pela crueza, “bota prá pensar”. Muito competente na exposição do seu ponto de vista, permite um novo e enriquecedor olhar sobre o próprio livro e, principalmente, sobre as “verdades”.

Associando a fatia da realidade descrita ao Direito Penal e ao maquinário estatal que o aplica, percebe-se que a *vendeta* não é apenas a alma do *Kanun*; circula, sorrateira e veladamente, nas veias da ideologia, da cultura, da sociedade hodierna. Como foi demonstrado, as humanas leis não condizem com a inóspita realidade.

Pode-se dizer que o livro e o artigo são a tese. O filme, a antítese. A realidade, a síntese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto; LIMA, Helen Flávia de; SILVA, Alisson Assunção. **Entre a literatura e o direito: a interdisciplinaridade como viés para a compreensão do direito consuetudinário.** Científico. V. 16, N. 34, JUL./DEZ. 2016.
- ALMEIDA, Alberto Cario. **A cabeça do brasileiro.** São Paulo: Record, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FOUCAUT, Michel. Vigiar e punir. Traduzido por Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- KADARÉ, Ismail. **Abril despedaçado.** Traduzido por Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- REALE, Miguel. **Noções preliminares de Direito.** 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.